

UM ATLAS DA RELIGIÃO EM PORTUGAL

Alfredo Teixeira (coord.)
Helena Vilaça
José Pereira Coutinho
Margarida Franca
Maria João Oliveira



UM ATLAS DA RELIGIÃO EM PORTUGAL

Licença Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0.



Título Um Atlas da Religião em Portugal
Coordenação Alfredo Teixeira
Autores Alfredo Teixeira, Helena Vilaça, José Pereira Coutinho,
Margarida Franca, Maria João Oliveira

© Autores
© Universidade Católica Editora

Revisão editorial Patrícia Feio
Capa Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS
Paginação Magda M. Coelho
Impressão e acabamento Papelmunde
Depósito legal 561191/26
Tiragem 100
Data fevereiro 2026

ISBN 9789725411735
eISBN 9789725411728
DOI <https://doi.org/10.34632/9789725411728>

Universidade Católica Editora,
Sociedade Unipessoal, Lda.
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020
uceditora@ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

UM ATLAS DA RELIGIÃO EM PORTUGAL

Alfredo Teixeira (coord.)

Helena Vilaça

José Pereira Coutinho

Margarida Franca

Maria João Oliveira



Índice

Prelúdio. Mapas de religião, mapas de cidadania	7
<i>Alfredo Teixeira</i>	
I. Recensear a religião: a biografia de uma pergunta	14
<i>Helena Vilaça, Margarida Franca, Maria João Oliveira</i>	
II. Religião, território e cronologia	25
<i>José Pereira Coutinho, Alfredo Teixeira</i>	
Pertença religiosa em Portugal: um olhar panorâmico	25
Pertença religiosa por região: um retrato na linha do tempo	29
<i>Pertença religiosa: o fator região e a análise da variação</i>	29
<i>Evolução das posições religiosas entre 1991 e 2021, por região</i>	51
III. Um olhar dinâmico sobre uma paisagem religiosa em mudança	59
<i>Margarida Franca, Alfredo Teixeira</i>	
Pertença religiosa por sub-regiões	59
<i>A população católica na escala sub-regional</i>	67
<i>Outras identidades cristãs na escala sub-regional</i>	73
<i>A população protestante/evangélica na escala sub-regional</i>	74
<i>A população ortodoxa na escala sub-regional</i>	78
<i>Testemunhas de Jeová na escala sub-regional</i>	82
<i>Outras identidades religiosas na escala sub-regional</i>	86
<i>População sem pertença religiosa na escala sub-regional</i>	91
Identidades religiosas e dinâmicas sociodemográficas	96
<i>Sub-regiões do Norte</i>	96
<i>Sub-regiões do Centro</i>	110
<i>Área Metropolitana de Lisboa</i>	119
<i>Sub-regiões do Alentejo</i>	130
<i>Algarve</i>	140
<i>Regiões Autónomas</i>	152

IV. Para uma cartografia de mudanças e persistências	166
<i>Maria João Oliveira, Helena Vilaça</i>	
A demografia religiosa dos municípios no continente	166
<i>Grandes tendências no campo da identidade católica</i>	167
<i>Diversificação das identidades cristãs</i>	172
<i>Diversificação das tradições religiosas</i>	178
<i>População sem afiliação religiosa</i>	183
Posições religiosas e dinâmicas sociodemográficas nos municípios das Regiões Autónomas	187
Um mosaico concelhio de persistências e mudanças: estudos de caso	201
<i>Mesão Frio: persistência de uma monocultura católica</i>	202
<i>Braga: crescimento e renovação do catolicismo</i>	206
<i>Lagos: imigração e diversificação do campo cristão</i>	211
<i>Albufeira: os ortodoxos no Algarve</i>	215
<i>Odemira: crescimento populacional, estrangeiros e outras religiões</i>	219
<i>Sines: incremento da população sem religião e decréscimo dos católicos</i>	223
<i>Oleiros: diversidade religiosa em territórios de dimensão rural</i>	227
<i>Lisboa: a «explosão da diferença»</i>	231
<i>Torres Vedras: incrementa-se a diversidade na proximidade das dinâmicas de metropolização</i>	236
<i>Mafra: crescimento populacional e diversificação religiosa</i>	241
<i>Vila Verde: diversificação das afiliações cristãs</i>	244
Epílogo. Um mapa não é um território	249
<i>Alfredo Teixeira</i>	
Referências bibliográficas	253
Índice de Tabelas	259
Índice de Figuras	264

Prelúdio. Mapas de religião, mapas de cidadania

Alfredo Teixeira

No dealbar dos Tempos Modernos, os atlas desempenharam um papel principal na construção das Ciências Humanas, enquanto dispositivos que permitem representar e ordenar o mundo (Rau 2022). Os atlas foram instrumentos privilegiados de sistematização do saber, traduzindo os fenômenos sociais, culturais, históricos e simbólicos em representações espaciais. Entre os atlas geográficos do Renascimento e os atlas temáticos contemporâneos, cruzam-se objetivos comparáveis: criar interfaces entre o olhar científico, a administração do território e as diferentes modalidades de agência envolvidas nos processos de construção de identidades coletivas.

Nos séculos XVIII e XIX, com o desenvolvimento de ferramentas estatísticas e sua integração nos estudos demográficos, surgem os primeiros atlas sociais, que procuram cartografar fenômenos como a população, a saúde, a criminalidade ou a religião. Esta remodelação das práticas de mapeamento dá corpo a um modelo de conhecimento no qual mapear é classificar, hierarquizar e, dessa forma, intervir na sociedade (Crampton e Krygier 2015; Massey 2012; Harley 1989). Um atlas não pode, pois, ser lido como um objeto inerte ou puro reflexo de território. Na medida em que confere legibilidade ao mundo, poderá ser lido operativamente, de forma multimodal, por diferentes atores e no quadro de diversas lógicas de ação.

Mas é necessário perguntar: pode a cultura ser mapeada? A resposta depende da perspectiva sobre o macroconceito «cultura». A sua biografia é complexa, mas é possível alinhar grandes tendências de leitura, por contraste.

Numa das perspectivas predominantes, a cultura é um estado de espírito comum a todos os indivíduos e agrupamentos que a constituem. Apresentando-se estável no tempo, a sua distribuição no espaço é confinada aos limites da geografia dos grupos sociais. Na

perspetiva inversa, declara-se indemonstrável qualquer continuidade cultural. Muitas das correntes recentes da antropologia cultural procuraram mostrar a impertinência da ideia de tradição, sublinhando que as culturas são tecidos frágeis, constantemente em recomposição, dependentes de negociações entre poderes e atores diversos.

Na primeira via, descobrimos um dos paradigmas clássicos das ciências da cultura. Pertence a Durkheim a tese mais endurecida quanto à cultura como homogeneidade. A partir do seu ponto de vista, as sociedades menos complexas caracterizam-se pela partilha, entre os seus membros, das mesmas aspirações, dos mesmos saberes e das mesmas crenças. Em *De la division du travail social* (1893), Durkheim descreve tais sociedades a partir do modelo da «solidariedade mecânica», modalidade em que a existência singular e a sobrevivência coletiva dependem da manutenção das normas e das técnicas partilhadas, constituindo uma «consciência coletiva», cuja transmissão é necessário organizar (Durkheim 2013, 46). No quadro deste paradigma – no qual se perseguia a cultura como totalidade –, sobrestimou-se a qualidade da «coerência» nas teorias da cultura (Morin 2011, 24-25).

Desta conceção de cultura, enquanto totalidade homogénea, decorre uma conceção linear de transmissão. Esta ideia de que a cultura se absorve em bloco, por via de automatismos sociais, num processo de impregnação quase passivo, no que concerne ao indivíduo, esteve presente nos ensaios de Mauss (Mauss 2013). Numa geografia intelectual diferente, Mead descreveu a transmissão cultural como um processo inevitável e perfeitamente eficaz (Mead 1940). Alguém educado numa cultura torna-se, necessariamente, um representante das tradições que a descrevem. A ineficácia de tal processo traria, como consequências, a morte das culturas.

No final do século xx, no seu inventário das críticas à noção de cultura, Brumann recolhe numerosos documentos acerca da heterogeneidade interior às culturas: determinado mito tido por fundamental, apenas conhecido por uma pequena parte das populações;

comportamentos divergentes em relação a normas tão estruturantes como as que regulam as aproximações sexuais; interpretações contrastantes de determinado imperativo religioso; ritos identificadores para uns e desconhecidos para outros (Brumann 1999). No passado, alguns investigadores usaram ferramentas estatísticas para mostrar como as crenças ou os saberes, que descrevem certas culturas, se encontram precariamente distribuídos, inviabilizando o pressuposto do consenso cultural (Romney, Weller, e Batchelder 1986). No quadro da sua antropologia da globalização, Arjun Appadurai observou que as noções de cultura mais usadas não dão suficiente atenção às mundividências dos grupos marginalizados ou dominados (Appadurai 1996, 12).

Perante estas amplas revisões do conceito de cultura, alguns autores preconizam o abandono de tal noção, tendo em conta os preconceitos que ela transporta. Outros, mesmo partindo da constatação de que o que é cultural se encontra desigualmente distribuído, privilegiaram programas de indagação que não renunciassem ao estudo da transmissão cultural, enquanto fenómeno de duração e de distribuição diferenciadas – ou seja, uma visão de cultura não a partir do paradigma da homogeneidade, mas a partir da diferenciação. Os antropólogos Fredrik Barth e Dan Sperber tornaram-se referências decisivas, no quadro desta nova tendência das ciências da cultura. Na perspetiva de Barth, a cultura é distributiva. Assim, importa conhecer como é que os diferentes substratos culturais estão distribuídos e como interagem (Barth 1981). Sperber procurou sublinhar que o ceticismo face à noção de cultura não explica porque é que, comprovadamente, determinadas representações se apresentam mais duráveis e mais distribuídas num grupo social. Na sua perspetiva, mesmo ultrapassando a ideia de cultura como «consciência coletiva», continua a ser necessário considerar esse fenómeno da durabilidade e propagação de práticas, valores e representações – é necessária, pois, de acordo com as categorias do antropólogo, uma epidemiologia das representações (Sperber 1996).

Os distanciamentos críticos em relação à noção de «cultura» combinam-se com a emergência de uma cartografia crítica que procura mostrar como a cartografia moderna, ao vincular o conhecimento

geográfico a diferentes formas de poder, reproduz construções sociais que refletem e perpetuam as relações de poder existentes. Assim, particularmente a partir da década de 1990, houve um ressurgimento das críticas teóricas à cartografia – com uma raiz assumidamente foucaultiana –, enfatizando a necessidade de compreender os mapas dentro de contextos sociais e políticos mais amplos (Currie e Miranda Correa 2021; Griera 2016; Crampton e Krygier 2015; Massey 2012; Harley 1989). A cartografia crítica desenvolve-se num contexto de expansão e democratização das tecnologias digitais, suscitando projetos de mapeamento participativo, de contramapeamento, de descoberta de microgeografias, permitindo que comunidades silenciadas traduzam as suas próprias experiências espaciais, promovendo uma compreensão mais inclusiva das culturas dos territórios. Reafirma-se, assim, a cartografia como uma forma retórica de narrar o mundo.

Neste contexto, os atlas da religião contemporâneos têm de responder a um paradoxo. Por um lado, pretendem representar a realidade da diversidade religiosa com a maior extensão possível. Por outro lado, respondendo à necessidade de encontrar formas gráficas de representação rigorosas, do ponto de vista estatístico, operacionalizam simplificações classificativas que podem invisibilizar as identidades religiosas minoritárias e, ainda mais frequentemente, revelam-se incapazes de captar as formas não institucionalizadas de religiosidade. Esta cartografia é desafiada pela necessidade de equilíbrio entre a função analítica e a sensibilidade crítica, entre a inevitabilidade de representar e a consciência dos limites da representação. Só a multiplicação de diferentes estratégias de mapeamento – raramente aglutináveis num único projeto – pode responder a estes desafios.

Na sua versão mais basilar, o atlas religioso é constituído por um conjunto de representações cartográficas relativas à presença e distribuição das afiliações religiosas nos territórios. Não se trata apenas de localizar as identidades religiosas, mas compreender as suas dinâmicas: resiliência, crescimento, erosão, diferenciação, mobilidades, reconfiguração espacial, emergência de novas identidades, etc. (Senn, Stolz, e Monnot 2024).

As escalas nacional, regional e local podem cruzar-se, superando o viés do paradigma da privatização da religião, mostrando como as identidades religiosas tomam corpo nos territórios. A partir desta ótica da espacialidade, é possível identificar o modo como maiorias e minorias demográficas se encontram e se deslocam; compreender as escalas mais extensas, mas também as geografias de proximidade; detetar zonas de invisibilidade. O jogo de escalas e o trabalho de revisão das categorias de classificação contribuirão para diminuir os riscos dos processos de recenseamento da religião, uma vez que certas formas de mapeamento podem gerar estigmatização, construir formas de vigilância indevida e reforçar dinâmicas de exclusão. Os mapas de religião tornam-se, assim, mapas de cidadania (Kühle 2024; Bouma, Halafoff, e Barton 2022; Griera e Burchardt 2021; Rodman 1992). Em particular, no plano local, é possível encontrar múltiplos testemunhos do uso da cartografia da religião como instrumento de mediação e coesão social, em contextos complexos do ponto de vista das identidades religiosas (Pinto, Mineiro, e Martins 2023).

Nesse sentido, o alargamento das categorias de classificação nos Censos 2021 deu um passo decisivo para a ultrapassagem de alguns destes riscos. As escolhas implementadas permitirão, no futuro, um exercício de leitura longitudinal mais enriquecido do que aquele que é possível atualmente. Tendo em conta que, do ponto de vista social, pode haver uma vincada diferença entre os que nominalmente se identificam com uma tradição religiosa e aqueles que participam ativamente na sua inscrição nos territórios, a pergunta sobre religião, nos Censos portugueses, poderia introduzir um item diferenciador – que permitisse distinguir identidades religiosas nominais e identidades proativas. Também a categoria de não pertença religiosa se afigura demasiado rígida para compreender a atual geografia da desfiliação religiosa.

O Atlas que aqui se introduz apresenta-se como «Um Atlas da Religião em Portugal». O artigo indefinido não é um acidente. Visa sublinhar um ponto de partida central para a equipa de investigadores sociais

que trabalharam no seu desenvolvimento¹. Renunciou-se a qualquer vocação totalizante, reconhecendo que este Atlas tem o propósito de, pela primeira vez, reunir, analisar, correlacionar e pôr em perspetiva os dados acumulados pelas diferentes séries de inquirição censitária na sociedade portuguesa contemporânea. Neste domínio particular, este é o primeiro Atlas contemporâneo da religião em Portugal. Pretende-se, assim, que este esforço de sistematização seja uma infraestrutura para trabalhos futuros, que possam completar a metodologia censitária, reconhecendo que os mapas agora possíveis possam ser enriquecidos com outros estratos de informação, contribuindo para um melhor conhecimento das diferentes escalas do território.

Seguindo esta perspetiva, na primeira secção deste Atlas, destacam-se os limites e os desafios associados à interpretação dos dados censitários, sobretudo tendo em conta a evolução das metodologias e das categorias utilizadas ao longo do tempo. Optou-se por recorrer, em cada uma das séries analisadas, aos dados consolidados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de acordo com a sua metodologia. No entanto, são igualmente assinaladas as restrições que esses dados impõem à análise comparativa entre períodos distintos. Apesar de não inviabilizarem algumas interpretações, essas limitações exigem vigilância.

A segunda secção do Atlas apresenta uma visão abrangente da pertença religiosa em Portugal, tendo por base os dados dos Censos 2021. Este retrato é enquadrado numa perspetiva longitudinal, que permite observar tendências ao longo do tempo, e é complementado por uma análise da distribuição regional dos dados, com referência às unidades territoriais NUTS II. Explorando os limites da comparabilidade, a leitura longitudinal centra-se sobretudo nas séries que vão de 1991 a 2021.

¹ O projeto «Um Atlas da Religião em Portugal» foi desenvolvido pelo Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião (UCP-CITER), com a participação de investigadoras e investigadores integrados do CITER e do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, autores deste Atlas.

Na terceira secção, respeitando o princípio de organização multiteritorial que estrutura o Atlas, as análises e interpretações concentram-se na escala sub-regional. Esta abordagem permite uma leitura mais fina dos territórios, revelando configurações internas e dinâmicas diferenciadas dentro das regiões. Para essa leitura mais pormenorizada, são mobilizados outros indicadores, que enquadram, sob a perspectiva sociodemográfica, as observações relacionadas com a pertença e a não pertença religiosa. A adoção progressiva de escalas geográficas mais restritas possibilita uma abordagem multicópica dos dados censitários, favorecendo leituras complementares e aprofundadas.

A quarta e última secção do Atlas foca-se na escala concelhia, que corresponde à unidade de análise mais próxima das vivências e dinâmicas de indivíduos, comunidades e organizações locais. Tal como foi evidenciado na análise sub-regional, esta é a escala que mais *nuances* introduz na representação multiterritorial do país. O uso metodológico de *rankings* permitirá traçar uma geografia religiosa detalhada, salientando tanto continuidades como transformações, tanto contrastes como semelhanças. Esta perspectiva de proximidade contribui para uma compreensão mais concreta das culturas religiosas, com base na sua distribuição espacial no território nacional.

A metodologia desenvolvida favorece o acesso do leitor plural: aquele que procura sobretudo tabelas, gráficos e mapas que lhe permitam uma leitura condensada dos dados disponíveis; o leitor que tenciona privilegiar o acesso a uma escala em particular; ou mesmo o leitor que pretende informação mais circunscrita territorialmente, para desenvolver outros projetos. Assim, o Atlas abre-se tanto ao cientista social como ao decisor político; ao jornalista e ao professor; ao autarca ou ao mediador cultural; enfim, a qualquer leitor que deseje aprofundar a sua experiência de cidadania a partir desta leitura sociorreligiosa do território.

I. Recensear a religião: a biografia de uma pergunta

Helena Vilaça, Margarida Franca, Maria João Oliveira

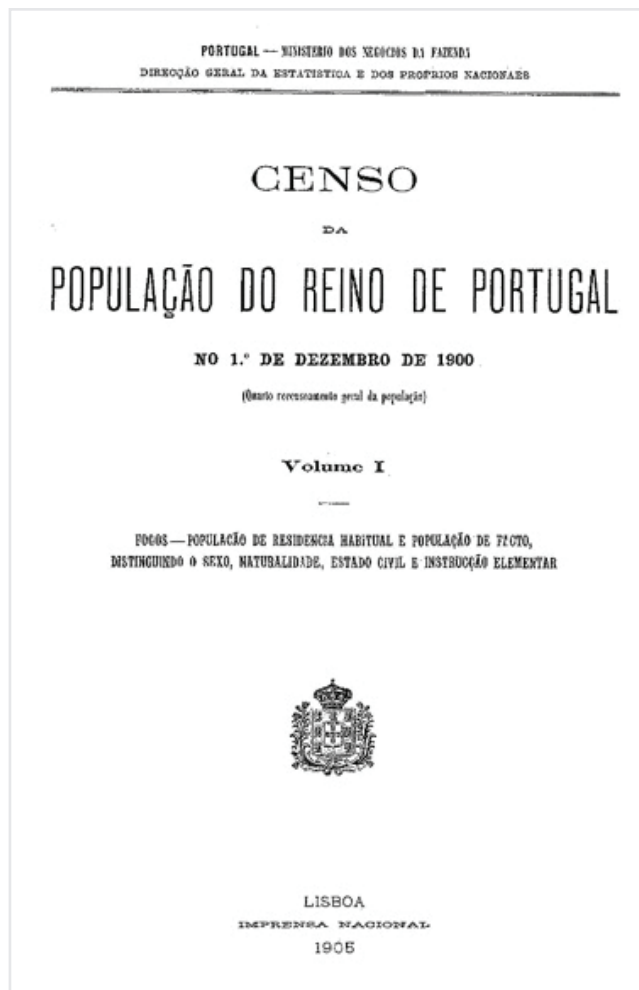
Não precisamos de recuar aos recenseamentos da população na província romana da Lusitânia para reconhecermos que se trata de uma prática de longo curso. A preocupação com a contabilização da população foi mais ou menos constante ao longo da nossa história e daí resultaram várias «contagens», nomeadamente com preocupações militares². Porém, só em 1864, sob a vigência da Monarquia Constitucional, se iniciaria a realização do I Recenseamento Geral da População, com objetivos exaustivos e metodologicamente assentes em «princípios estatísticos científicos credíveis», apoiados pelo Congresso Internacional de Estatística, que ocorreu em 1853, em Bruxelas³.

Foi preciso esperar por 1900 para que a pergunta sobre religião fosse, pela primeira vez, incluída no IV Recenseamento Geral da População. De acordo com a Carta de Lei de 25 de agosto de 1887 e o Decreto de 3 de agosto de 1900, os dados relativos à religião foram apurados com as seguintes categorias: católicos, protestantes, ortodoxos, israelitas, maometanos, hindus e sem religião.

² Este capítulo reflete os resultados apresentados de investigações anteriores, agora atualizados (Vilaça e Oliveira 2019; Franca, Fernandes, e Cravidão 2019; Vilaça 2006; 1999).

³ Instituto Nacional de Estatística, «Censos em Portugal», https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900

Figura 1: Folha de rosto da publicação oficial dos resultados do censo da população em 1900



A qualidade geral dos Censos revela insuficiências e oscilações – entre outras, as respeitantes à cobertura da população e à formação do inquiridor. Igualmente, o modo de formulação da questão sobre a afiliação religiosa e as categorias que estruturam a resposta são, por si sós, fatores exemplificativos de alguns enviesamentos significativos que requerem vigilância. Por exemplo, à exceção dos Censos de 1900, só a partir de 1981 é possível encontrar uma discriminação, por grupos religiosos, da população não católica. Esta circunstância resulta,

em larga medida, do uso dos recenseamentos para o funcionamento do sistema político e, por conseguinte, reflete as alterações entre os diferentes regimes políticos (Bernardo, 2019) – a Monarquia Constitucional (1834-1910), a Primeira República (1910-1926), o Estado Novo (1926-1974) e a implantação do regime democrático atual:

Aquilo que em maior rigor é possível apreender através das estatísticas oficiais é a variação do número de católicos e, concomitantemente, de não-católicos ao longo do século xx. Essa constitui a única constante em termos da informação publicada pelos diversos censos. Quantos são os que não respondem, qual o peso dos sem-religião, por que grupos se distribui a população de religião não católica são questões que, no caso de alguns censos, só poderão obter resposta por via de um exercício de indução e, como tal, hipotético. (Vilaça 1999, 278).

Por conseguinte, os números relativos ao recenseamento de 1900 deixam claro que a identidade nacional coincidia com a identidade religiosa, pelo que o número de católicos era de quase 100% (Tabela 1). Já nos Censos de 1940, a pergunta sobre religião é aberta, pedindo-se ao respondente que indique a religião que professa ou, se fosse o caso, que escrevesse «nenhuma». Relativamente aos menores de sete anos, pedia-se que fossem indicados como professos da religião dos seus pais ou da pessoa que os tutelava. Como resultado, pode observar-se a diminuição de católicos em cerca de 6%, explicada pelo aumento de 4,5% das pessoas «sem religião», indiciando já os efeitos da secularização no plano da cultura dos indivíduos, mas também da laicização e do anticlericalismo da I República, que favoreceram o desenvolvimento de outras sensibilidades espirituais. Em ambos os Censos, de 1900 e 1940, a opção «não responde» não se coloca, mas depreende-se do grupo classificado de «religião ignorada», o que, *grosso modo*, deverá corresponder à mesma categoria.

Tabela 1: Posições religiosas nas diferentes séries de dados censitários (1900-2021)

Censos	Total	Católicos	Outras identidades religiosas	Sem religião	Não responde
1900	5 423 132	5 416 204 99,9%	5012 0,1%	1454 0,0%	462 0,0%
1940	7 722 152	7 191 913 93,1%	63 060 0,8%	347 284 4,5%	119 895 1,6%
1950	8 510 240	8 167 457 96,0%	–	342 783 4,0%	–
1960	8 889 392	8 701 898 97,9%	39 747 0,4%	147 774 1,7%	–
1981	7 836 504	6 352 705 81,1%	115 398 1,4%	253 786 3,2%	1 114 615 14,2%
1991	8 376 840	6 524 908 77,9%	149 850 1,8%	225 334 2,7%	1 476 748 17,6%
2001	8 699 515	7 353 548 84,5%	216 158 2,5%	342 987 3,9%	786 822 9,0%
2011	8 989 849	7 281 887 81,0%	347 756 3,9%	615 332 6,8%	744 874 8,3%
2021	8 781 900	7 04 3016 80,2%	501 754 5,7%	1 237 130 14,1%	– ⁴

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População⁵

O recenseamento de 1950, no enquadramento favorável do Estado Novo e da Concordata, de 1940, entre a República Portuguesa e a Santa Sé, reflete o reforço do catolicismo como a «religião do reino», ignorando a existência de outras identidades religiosas e de pessoas sem religião, cujo cálculo só se obtém por métodos complementares:

Em 1950 [...] ainda se constata a impossibilidade de identificar os indivíduos de «outra religião» e aqueles «sem religião». Por outras palavras, nessa data, só foi registada a população católica, aferindo-se os não católicos através de um exercício de subtração do grupo religioso maioritário à população total e obtendo-se, assim, um número residual perfeitamente indistinto (Vilaça 1999, 279).

⁴ Na consolidação final dos resultados dos Censos de 2021, o INE considerou como referência o universo dos que responderam, excluindo a população que, sendo elegível, não respondeu (2,6%).

⁵ Esta será a fonte institucional para todas as tabelas, gráficos e mapas incluídos neste Atlas.

A leitura longitudinal dos resultados relativos ao recenseamento da pertença religiosa pressupõe sempre uma perspetiva historicamente informada. O recenseamento de 1960 indicia o instrumentalismo a que se submeteu a produção de informação durante o Estado Novo – um tipo de «poder simbólico» exercido pelo controlo de dados – e o recurso do regime à legitimação ideológica por via da Igreja Católica (Reis 2019; Fontes 2019). Assim, pese embora a opção «outra religião» tenha sido incluída neste recenseamento, não deixa de ser inesperado que a percentagem de pessoas pertencentes a outras identidades religiosas seja de quase metade, face a 1940. Por último, ainda no contexto do Estado Novo, também os Censos de 1970 não foram tratados devido ao facto de não estar publicada a informação sobre pertença religiosa. Além disso, esse recenseamento baseou-se numa amostra de 20% da população, o que coloca limitações e algumas reservas à sua leitura. Dir-se-ia que ou se trata de um recenseamento ou de um processo de amostragem. São técnicas diferenciadas quanto aos objetivos, às metodologias, às formas de validação e às leituras.

Todas as transformações políticas, mas também o método de recolha, as opções de resposta ou a formulação das questões constituem-se, sabemos, como fatores condicionantes no processo de recolha de dados. As suas implicações podem ser visíveis em todas as categorias, de pertença e não pertença religiosa.

De acordo com os recenseamentos realizados ao longo do século xx e até à revolução de 1974, o mais provável é que a população com outra afiliação religiosa – maioritariamente evangélica – tenha mantido um crescimento lento (em 1900, as minorias representavam 0,1% e, em 1960, situavam-se em 0,4%). Esta asserção pode ser corroborada pelo recenseamento de 1981, situação em que os indivíduos com outras identidades religiosas representam 1,4% dos portugueses.

No período de democratização do sistema político português, os Censos de 1981 introduzem novas alterações. Algumas opções estruturais permitiram alargar as possibilidades de leitura longitudinal. Mas, até 2021, prolongam-se as alterações, afetando os instrumentos

de comparação. Em 1981, a resposta à pergunta sobre a religião volta a assumir, objetivamente, um carácter facultativo; deixa de ser considerada a religião da população com idade inferior a doze anos⁶; e as opções de resposta são introduzidas no questionário: católica, ortodoxa, protestante, outra cristã, judaica, muçulmana, outra não cristã, sem religião. Desde então, os recenseamentos têm vindo a seguir uma estrutura metodológica e executiva semelhante aos Censos de 1991. As séries posteriores a 1991 incluíram algumas adequações metodológicas e categoriais, para além das melhorias significativas a nível tecnológico e de controlo e avaliação de qualidade, permitindo uma leitura dos dados mais rápida e fidedigna.

Em 1991, a pergunta continuou facultativa e igualmente dirigida à população com 12 ou mais anos. O grupo dos católicos mantém-se maioritário, no entanto, pela primeira vez na história dos Censos, a percentagem fica abaixo do limiar dos 80 pontos percentuais, passando de 81,1% para 77,9%. Entre estes dois períodos censitários assinala-se uma ligeira subida de «outras religiões», mas uma descida de população «sem religião», facto saliente na história dos Censos, pois a população sem religião começa aqui o seu período vincadamente ascendente. Entre 1981 e 1991, aumentou o número de não respondentes, certamente como um reflexo aprofundado do carácter facultativo da pergunta – tendência de crescimento que não se observará nas séries seguintes. No quadro de aplicação de uma questão censitária facultativa, é difícil interpretar a posição dos não respondentes. Será mais oportuno observar e explorar o sentido da evolução do peso relativo da população dos não respondentes.

Em 2001, a pergunta sobre religião mantém as categorias, mas altera a idade de resposta. As categorias reproduzem os critérios de 1981, mas, em 2001, a pergunta sobre a pertença religiosa passou a ser elegível pela população com 15 ou mais anos. Assim, os resultados podem ter leituras longitudinais, mas a comparação é limitada,

⁶ Anteriormente, essa população era abrangida, com uma referência particularizada ao número dos menores de oito anos de idade.

uma vez que os universos sofreram alterações⁷. No que concerne à grelha de categorias de classificação, a metodologia de 1991 foi ainda reproduzida em 2011 (Figura 2).

Figura 2: Reprodução da pergunta censitária sobre a pertença religiosa (Censos 2011)

Resposta Facultativa (Decreto-Lei n.º 226/2009 de 14 de Setembro)
A resposta a esta pergunta implica a autorização para o tratamento dos respectivos dados.

36 Indique qual é a sua religião

Católica	<input type="checkbox"/>	1	Judaica	<input type="checkbox"/>	5
Ortodoxa	<input type="checkbox"/>	2	Muçulmana	<input type="checkbox"/>	6
Protestante	<input type="checkbox"/>	3	Outra não cristã	<input type="checkbox"/>	7
Outra cristã	<input type="checkbox"/>	4	Sem religião	<input type="checkbox"/>	8

Muito obrigado pela sua colaboração!

Se se partir do pressuposto de que a posição do não respondente pode ser comparada à «religião ignorada» dos dois primeiros recenseamentos, constata-se, em 1900, um número quase irrelevante (0,01%) de não respondentes. Na inquirição censitária seguinte aumenta, em termos absolutos, de 462 para 119 895, passando a constituir um grupo com maior número de indivíduos do que o constituído por «outras religiões». Impossível de analisar em 1950 e 1960 (note-se que, de acordo com o recenseamento de 1960, a totalidade da população portuguesa está distribuída por «católicos», «outras religiões» e «sem religião»), os não respondentes são mais de 14% dos recenseados em 1981, valor que fica perto de 18% em 1991 (Tabelas 1 e 2).

É necessário ter em conta que o Instituto Nacional de Estatística (INE), depois do 25 de Abril de 1974, adotou, como princípio, evitar a aplicação de questionários que contivessem perguntas sobre política, sexualidade e religião, considerando estes domínios de foro privado (Vilaça 1999). No contexto dos princípios constitucionais em vigor, é prevalente a interpretação que avalia como ilegítima a possibilidade de obrigar um cidadão, mesmo que seja num contexto censitário, a declarar a sua religião. Mesmo que esta interpretação

⁷ Em 2001, a resposta a esta pergunta passou a implicar, explicitamente, «autorização para o tratamento dos dados».

não seja consensual, ela é preponderante, diferenciando-se de outros regimes aplicados em diferentes contextos nacionais (Nicácio 2024; Gouveia 2024, 161-64; Kertzer e Arel 2002). As considerações acerca do carácter opcional das perguntas sobre religião devem articular-se com a transformação do lugar da religião nas sociedades modernas, em particular, no Atlântico Norte, no sentido da sua privatização. As teorias sociológicas da secularização debateram amplamente este problema. Mas tenha-se presente que a teoria sociológica, na sua procura de compreensão dos fenómenos de individualização religiosa, não sugere, necessariamente, que as pessoas não manifestem publicamente a sua mundividência religiosa⁸. Mas deve anotar-se que, apesar de, no caso português, a pergunta censitária conservar o carácter opcional, registou-se uma diminuição drástica dos não respondentes para 9%, no recenseamento de 2001 – cerca de metade do valor percentual na década anterior –, tendência que se aprofundará a seguir (Tabela 2, Figuras 3 e 4).

Os Censos 2021 são muito significativos para o estudo das identidades religiosas em Portugal. Isto porque são alargadas as opções de resposta, fazendo corresponder as opções de resposta à realidade nacional já sentida em termos de presença destes grupos na esfera pública nacional. O conjunto de categorias usadas contou com uma proposta da Comissão da Liberdade Religiosa, coincidindo com a grelha de classificação usada em estudos nacionais de referência (Teixeira 2019; 2013). As categorias de autotranscrição são agora: católica; ortodoxa; protestante/evangélica; Testemunhas de Jeová (nova categoria); outra cristã; budista (nova categoria); hindu (nova categoria); judaica; muçulmana; outra não cristã e sem religião (Figura 3).

⁸ Importa referir aqui alguma literatura fundamental, que tratou deste problema interpretativo: Moniz 2023; Costa 2022; Coutinho 2018; Joas et al. 2009; Campiche et al. 2004; Beck e Beck-Gernsheim 2002; Habermas 2002; Casanova 1994.

Figura 3: Reprodução da pergunta censitária sobre a pertença religiosa (Censos 2021)

Se tem menos de 15 anos termina o preenchimento.

30 Indique qual a sua religião

<input type="checkbox"/> Católica	<input type="checkbox"/> Budista
<input type="checkbox"/> Ortodoxa	<input type="checkbox"/> Hindu
<input type="checkbox"/> Protestante/Evangélica	<input type="checkbox"/> Judaica
<input type="checkbox"/> Testemunhas de Jeová	<input type="checkbox"/> Muçulmana
<input type="checkbox"/> Outra cristã	<input type="checkbox"/> Outra não cristã
	<input type="checkbox"/> Sem religião

Para além de alargar as opções de resposta e, portanto, permitir uma identificação mais fina da realidade, ocorreu, neste recenseamento, um aumento da taxa de resposta, ou seja, 97,4% da população com 15 anos ou mais respondeu a esta pergunta, não obstante se manter facultativa (Figuras 4 e 5). Para além de outros fatores, a possibilidade de melhor identificação de pertença religiosa permitiu esta maior aproximação da realidade existente e um grau de confiança melhor para quem analisa os dados obtidos. De notar que, sendo facultativa, o número apurado de não respondentes foi 229 978. Este valor foi calculado tendo em conta o universo da população residente com 15 ou mais anos. Ou seja, resulta da diferença entre esse universo populacional e o número dos que responderam à pergunta censitária sobre religião (Tabela 2, Figuras 4 e 5).

Tabela 2: Respondentes e não respondentes à pergunta censitária sobre religião (Censos 1981-2021)

Censos	1981	1991	2001	2011	2021
Total	7 836 504	8 380 947	8 699 515	8 989 849	8 781 900
Católica	6 352 705 81,1%	6 527 599 77,9%	7 353 548 84,5%	7 281 887 81,0%	7 043 016 80,2%
Outras identidades religiosas	115 398 1,5%	150 008 1,8%	216 158 2,5%	347 756 3,9%	501 754 5,7%

Censos	1981	1991	2001	2011	2021
Sem religião	253 786 3,2%	225 582 2,7%	342 987 3,9%	615 332 6,8%	1 237 130 14,1%
Não respondentes	1 114 615 14,2%	1 477 758 17,6%	786 822 9,0%	744 874 8,3%	229 978 2,6%
Idade dos respondentes	≥ 12	≥ 12	≥ 15	≥ 15	≥ 15
Tipologia	facultativa	facultativa	facultativa	facultativa	facultativa

Em termos gerais, deve ter-se em conta que, para que este Atlas corresponda, em cada série de resultados, aos valores consolidados e publicados pelo INE, adota-se, para cada ano, a sua metodologia. Isso significa que as leituras, que acompanham a cronologia dos diferentes Censos, apresentam limitações na sua comparabilidade. Como já foi observado, essas limitações podem advir das condições políticas que contextualizam os projetos de inquirição, da metodologia de aplicação ou até dos critérios de apresentação final dos resultados. Assim, como se observou, estas séries conheceram alterações quanto à idade considerada para esta pergunta e oscilações quanto à consideração da população elegível que não respondeu – por isso, para 2021, nas análises que se realizarão nos capítulos seguintes, não se transcreve o valor dos não respondentes, uma vez que eles não integram o universo de referência para a apresentação final dos dados por parte do INE (Tabela 1).

Tendo em conta que o peso relativo dos não respondentes, em 2021, atingiu o valor de 2,6%, reforça-se a ideia de que, no último apuramento censitário, se atingiu um grau de fiabilidade maior do que nos recenseamentos anteriores, oferecendo assim um arquivo de dados com grande representatividade da população portuguesa.

Figura 4: Evolução da percentagem dos não respondentes à pergunta censitária sobre a pertença religiosa (1981-2021)

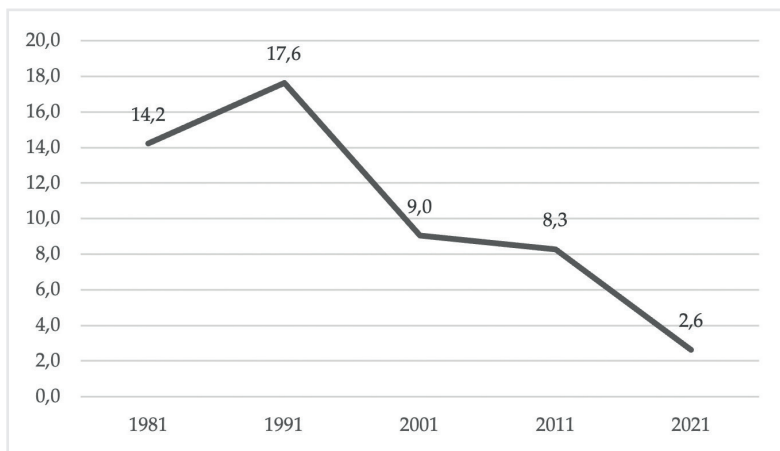
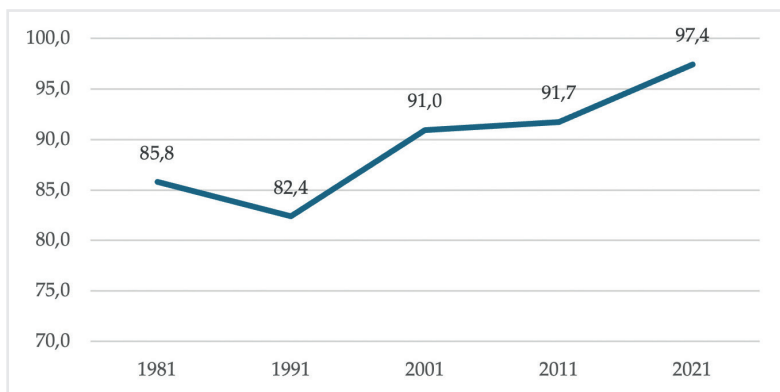


Figura 5: Evolução da taxa de resposta à pergunta censitária sobre a pertença religiosa (1981-2021)



Importa salientar que o tratamento dos dados dos Censos de 2021, neste Atlas, corresponde à divisão geográfica definida pelo INE neste período censitário. De salientar que desde o dia 1 de janeiro de 2024, o INE definiu uma nova divisão administrativa do território nacional, no entanto, para manter a coerência entre a análise proposta nesta publicação e o momento da inquirição (2021), manteve-se a estrutura geográfica que organizou essa última inquirição censitária.

II. Religião, território e cronologia

José Pereira Coutinho, Alfredo Teixeira

A segunda secção deste Atlas propõe um retrato panorâmico sobre a pertença religiosa, em Portugal, a partir dos dados dos Censos 2021, integrando-o no quadro de uma leitura longitudinal e caracterizando a distribuição regional (NUTS II) dos dados desse retrato. Tendo em conta as razões apontadas na secção anterior, para a leitura longitudinal privilegiam-se os dados das séries entre 1991 e 2021.

Pertença religiosa em Portugal: um olhar panorâmico

No plano macro, segundo o último recenseamento, a categoria de pertença religiosa preponderante é a católica (80%), seguida pelos sem pertença religiosa (14%). Das minorias religiosas, destacam-se os protestantes (incluem os que se autorrepresentam como evangélicos), com cerca de 2% (Tabela 3).

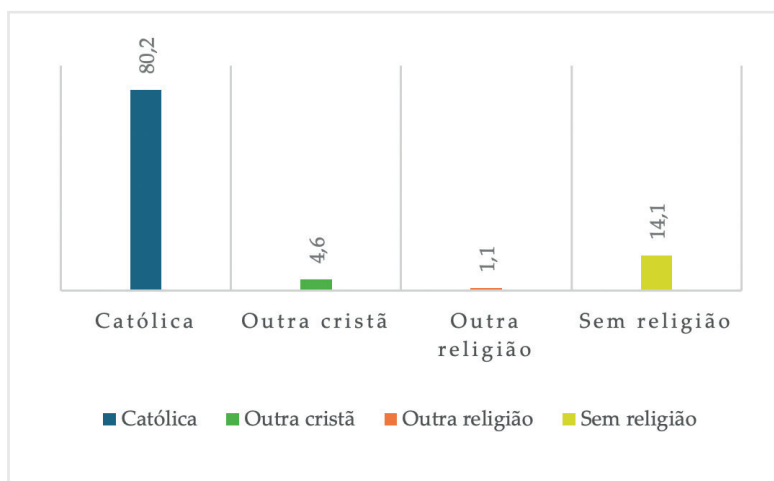
No plano de uma perspetiva sobre os grandes conjuntos que descrevem a morfologia das identidades religiosas, chega-se a um retrato que põe em evidência o facto de a diferenciação religiosa se afirmar, principalmente, no plano da pluralidade de afiliações cristãs (Tabela 3, Figura 6)⁹.

⁹ Ainda que as Testemunhas de Jeová sejam consideradas, por outros grupos cristãos, como estando à margem do cristianismo (tendo em conta que se demarcam de vários aspetos que são comuns a grande parte das Igrejas cristãs), são aqui inscritos na categoria geral de «outra cristã», tendo em conta a sua autotaxação e a sua inscrição histórica no terreno das tendências milenaristas de diversos movimentos cristãos.

Tabela 3: População com e sem afiliação religiosa (Censos 2021)¹⁰

Categorias religiosas	%	N
Católica	80,20	7 043 016
Ortodoxa	0,69	60 381
Protestante/Evangélica	2,13	186 832
Testemunhas de Jeová	0,72	63 609
Outra cristã	1,04	90 948
Budista	0,19	16 757
Hindu	0,22	19 471
Judaica	0,03	2910
Muçulmana	0,42	36 480
Outra não cristã	0,28	24 366
Sem religião	14,09	1 237 130

Figura 6: Posições religiosas (%) da população residente (Censos 2021)



¹⁰ População residente com 15 ou mais anos. A observação é válida para os quadros e gráficos seguintes.

Olhando para os últimos 30 anos, os católicos conheceram oscilações, com uma média de 81%, mas deve assinalar-se a tendência de diminuição do seu peso relativo entre 1991 e 2021 (Tabela 4, Figura 7). As pessoas sem pertença religiosa passaram de 2,7% para 14,1%, apresentando-se como o maior crescimento dos últimos dez anos. Entre as chamadas minorias religiosas, os protestantes/evangélicos cresceram nos últimos dez anos, mas houve um decréscimo dos «outros cristãos». A mudança de categorização, de «protestante» para «protestante/evangélica» e a inclusão da categoria «Testemunhas de Jeová», em 2021, introduziram, certamente, alterações na configuração geral das minorias cristãs.

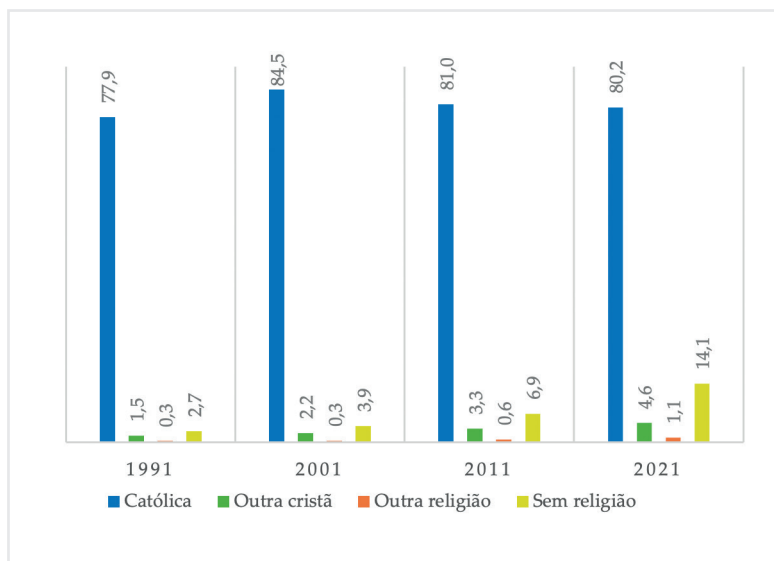
Tabela 4: Evolução (%) da pertença religiosa (1991-2021)¹¹

Categorias religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	77,89	84,53	81,00	80,20
Ortodoxa	0,14	0,20	0,63	0,69
Protestante/Evangélica ¹²	0,44	0,57	0,84	2,13
Testemunhas de Jeová	-	-	-	0,72
Outra cristã	0,95	1,41	1,82	1,04
Budista	-	-	-	0,19
Hindu	-	-	-	0,22
Judaica	0,04	0,02	0,03	0,03
Muçulmana	0,11	0,14	0,23	0,42
Outra não cristã	0,11	0,16	0,32	0,28
Sem religião	2,69	3,94	6,84	14,10
NR	17,63	9,04	8,28	-

¹¹ Como já foi referido, na consolidação final dos resultados do inquérito Censos 2021, o INE considerou como referência, para os dados sobre a afiliação religiosa, o universo dos que responderam, excluindo a população que, sendo elegível, não respondeu. Assim, os dados percentuais das categorias de pertença religiosa, em 2021, referem-se sempre ao universo dos que responderam a essa pergunta. Tenha-se em conta, também, que as categorias «budista», «hindu» e «Testemunhas de Jeová» surgiram, pela primeira vez, no questionário de 2021.

¹² «Protestante» em 1991, 2001 e 2011.

Figura 7: Evolução (%) das posições religiosas (1991-2021)



Em Portugal, as dinâmicas sociais de descatholicização societal tendem a favorecer uma diminuição do peso relativo dos católicos (Fontes 2019). No entanto, é necessário acompanhar esta leitura a partir de perspetivas complementares. É necessário ter em conta a resiliência própria de uma religião «culturalizada», na qual a pertença apresenta uma enorme plasticidade, pouco comparável, por vezes, com as identidades demograficamente minoritárias (Teixeira 2023; Astor e Mayrl 2020; Vilaça e Oliveira 2019). Este contexto ajuda a perceber porque é que, em termos comparativos, nos estudos internacionais, Portugal surge como um dos países com taxas de religiosidade mais elevadas, embora à custa do peso da geração dos mais velhos (Duque 2022; Coutinho 2019). É fundamental, ainda, ter em conta a diminuição consolidada da taxa de não resposta da população elegível. Essa diminuição pode explicar-se por diversos fatores. Antes de mais, a passagem de uma situação histórica de prevalência do silogismo mítico «português, logo católico» para um regime social de valorização da diversidade. Esta mudança pode favorecer o interesse individual pela pergunta censitária sobre a pertença religiosa, já que, em muitos casos, a pertença religiosa pode estar agora ao serviço da construção

da identidade pessoal, mais do que em função da edificação da identidade coletiva (Toldy 2013). É necessário ter em conta, também, que a maior diversidade nas categorias do questionário censitário tenderá a ser mais sensível à diferença, encorajando a resposta.

O fenómeno do crescimento das pessoas sem pertença religiosa, em particular em 2021, não é indiferente à estabilização das categorias de inquirição. Sublinhe-se ainda que, como outros estudos mostraram, a «não pertença religiosa» não implica a ausência de crenças ou práticas religiosas (Teixeira, Vilaça, e Dix 2019; Dix 2013). Mas o fenómeno das pessoas crentes sem pertença religiosa não é analisável a partir dos dados censitários, uma vez que a estrutura do questionário não permite esse plano de análise.

Pertença religiosa por região: um retrato na linha do tempo

Depois de um olhar sumário sobre os resultados para o total nacional, importa dar atenção à primeira escala diferenciadora do território – precisamente, a escala regional. Apesar de o território de Portugal poder apresentar-se, na escala global, como um país de pequena dimensão territorial, as diferenças regionais são, ainda assim, consideráveis. Assim, nesta primeira escala de observação – a regional (NUTS II) –, é possível encontrar áreas geográficas mais homogéneas e outras mais contrastantes, configurações mais resilientes ou mais habitadas pela mudança.

Pertença religiosa: o fator região e a análise da variação

O território português não é, de facto, homogéneo, quanto à distribuição da pertença religiosa (Tabelas 6 e 7). Os estudos por amostragem mostraram, reiteradamente, que o território apresenta diferentes modulações (Franca 2022; Teixeira 2013; Antunes 2000). As localidades de dimensão rural – de acordo com os critérios do INE –, sendo as que têm mais afinidades com as estruturas tradicionais da sociedade portuguesa, são também aquelas em que se descobre um peso relativo da população católica mais proeminente. A posição

relativa dos católicos muda substancialmente se temos como universo apenas os inquiridos que residem numa localidade de dimensão urbana – segundo os estudos por amostragem, o seu peso relativo pode passar de cerca de 80% para perto de 66%. Na composição da população que constitui cada uma das outras identidades religiosas, o conjunto dos que habitam em localidades de dimensão rural é sempre minoritário. A população pertencente a outras denominações religiosas é sobretudo urbana e semiurbana, do ponto de vista da dimensão das localidades. A mesma tendência se verifica no caso da população que não pertence a nenhuma religião. Se observarmos o território a partir da sua diferenciação regional, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve emergem como as duas regiões onde a identidade católica vê mais depreciado o seu peso relativo, a que corresponde, inversamente, uma afirmação do peso relativo de outras afiliações religiosas e de pessoas sem pertença religiosa. Os resultados censitários acompanham estas observações. No entanto, como se mostrará neste Atlas, o conjunto de fatores que descrevem os modos de vida marcados por estruturas sociais tradicionais não está necessariamente vinculado, quanto à dinâmica económica, ao setor primário. Identificaremos territórios com uma expressiva diferenciação em relação à tendência de predominância católica, marcada pelas transformações recentes no setor primário, sobretudo, no contexto da implementação de modelos de agricultura intensiva. Este modelo de desenvolvimento agrícola tem, obviamente, poucas afinidades com o Portugal rural herdeiro da civilização paroquial católica (Teixeira 2012; 2009; Lages 2000; Lima 1994; Cabral 1989).

Tabela 5: Quadro sinótico das variações relativas à posição religiosa (Censos 2011-2021)

Área geográfica	Variação (%) 2011-2021			
	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Portugal	-3,3	36,0	91,2	101,1
Continente	-3,3	36,3	93,1	100,3
Norte	-2,1	44,8	56,5	137,5
Centro	-5,0	38,7	101,9	121,6
AM Lisboa	-1,7	35,0	88,0	85,5
Alentejo	-9,2	22,5	278,8	72,1
Algarve	-2,5	29,9	91,4	101,7
Região Autónoma dos Açores	-2,9	26,1	-12,7	146,9
Região Autónoma da Madeira	-3,9	24,9	32,9	141,1

De acordo com os dados do último censo, o fator «região» é importante para compreender as diferenças quanto à distribuição da pertença religiosa. A morfologia da pertença e não pertença religiosa apresenta modulações que acompanham a diversidade regional. Essas diferenças acompanham também os valores da variação entre os dados censitários de 2011 e 2021, indiciando mudanças em curso (Tabela 5).

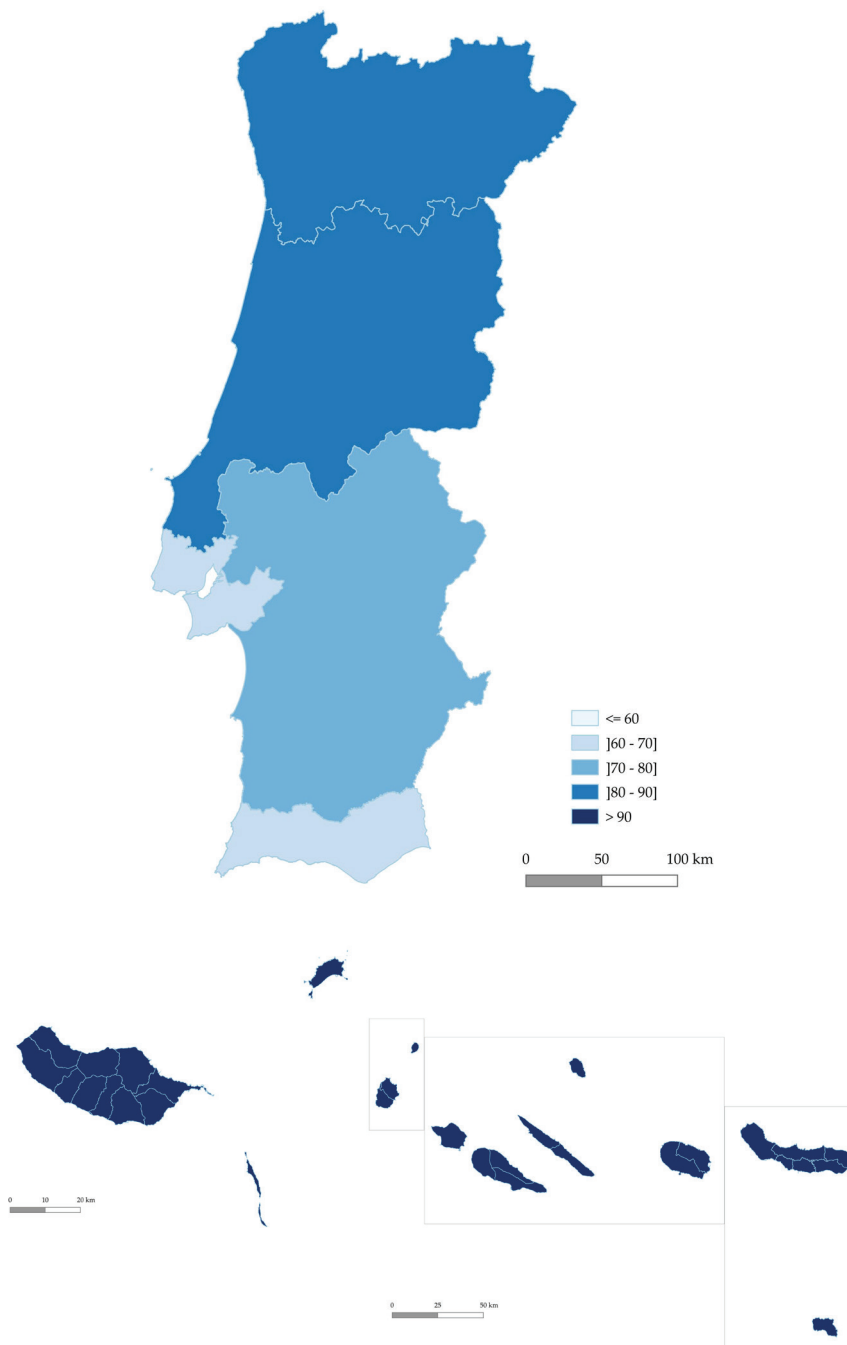
O pluriverso das afiliações cristãs constitui o mosaico mais determinante na paisagem religiosa portuguesa (Tabela 5). Em todas as regiões, a identidade católica é a mais elevada. É no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa (65,9% e 67,5%, respetivamente) que encontramos um peso relativo significativamente inferior à média e é nas Regiões Autónomas que encontramos os valores mais elevados (91,6% – Açores; 90,9% – Madeira). Sublinhe-se que a análise por regiões descobre um território nacional onde a população católica oscila entre 91,6% e 65,9%, tornando patente uma vincada heterogeneidade quanto à paisagem religiosa (Tabela 6, Figura 8).

Tabela 6: Pertença religiosa cristã (%) por região e categoria (Censos 2021)

Área geográfica	Católica	Outras identidades cristãs				
		Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã	Total de outras identidades cristãs
Portugal	80,20	0,69	2,13	0,72	1,04	4,58
Continente	79,66	0,71	2,19	0,73	1,06	4,69
Norte	88,07	0,21	1,20	0,58	0,84	2,83
Centro	85,14	0,61	1,69	0,68	0,78	3,76
AM Lisboa	67,54	1,00	3,54	0,96	1,52	7,02
Alentejo	76,15	0,87	2,00	0,68	0,77	4,32
Algarve	65,89	3,17	4,47	0,90	1,80	10,34
RA Açores	91,63	0,09	0,88	0,50	0,46	1,93
RA Madeira	90,86	0,29	0,92	0,63	0,65	2,49

As cores do mapa, na Figura 8, permitem construir um retrato macro do território nacional, no tocante à população católica.

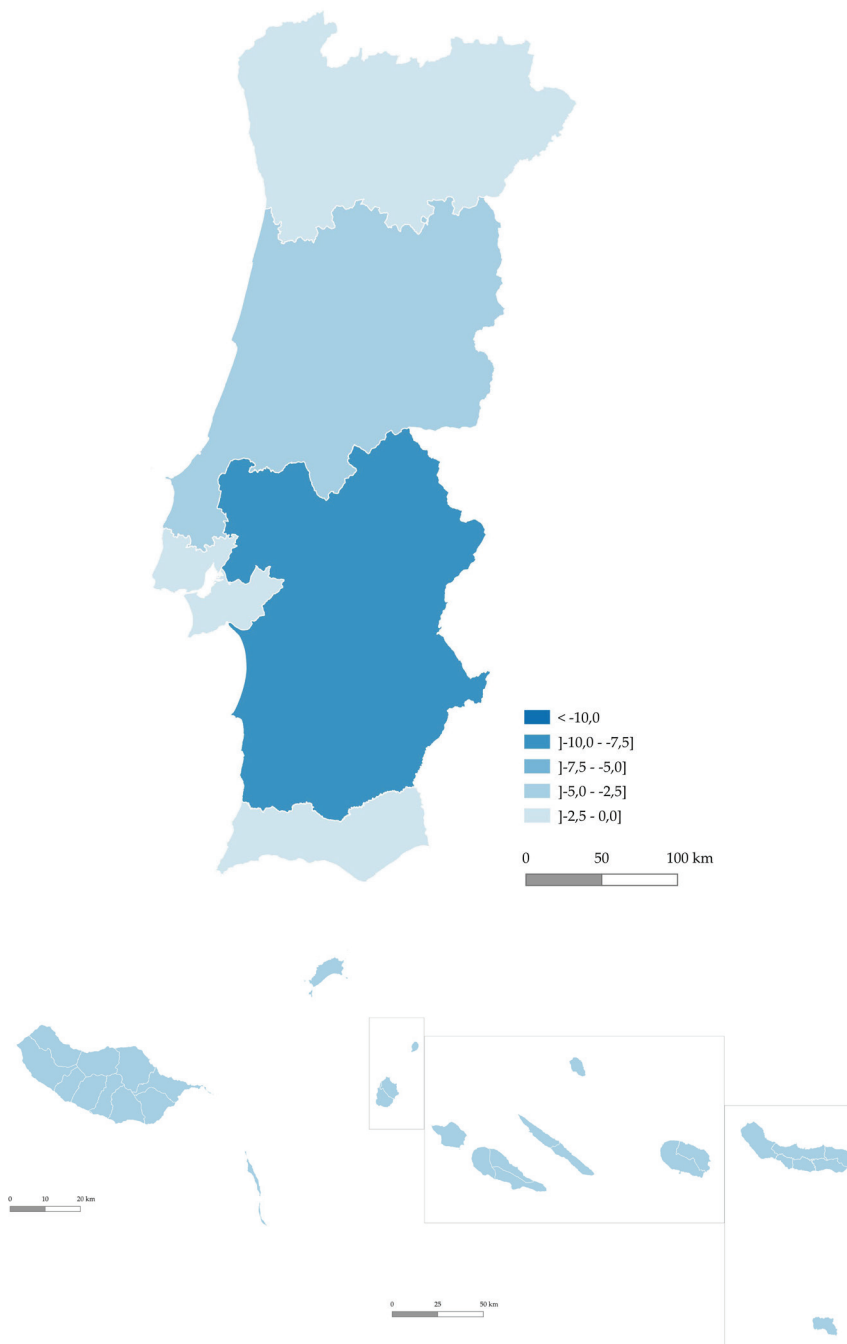
Figura 8: População católica (%) por região (NUTS II, 2021)



No caso do território continental, torna-se evidente a diminuição do peso relativo da população católica, à medida que nos deslocamos do Norte para o Sul, embora com as particularidades próprias da região mais densamente povoada, a Área Metropolitana de Lisboa. As Regiões Autónomas assemelham-se ao padrão que descreve a região Norte. No que concerne às práticas e representações religiosas, os estudos mostraram, durante o século xx, e ainda na viragem do século, a existência de um eixo entre Leiria e Castelo Branco, que tende a assinalar a transição entre paisagens religiosas diversas (França 1973).

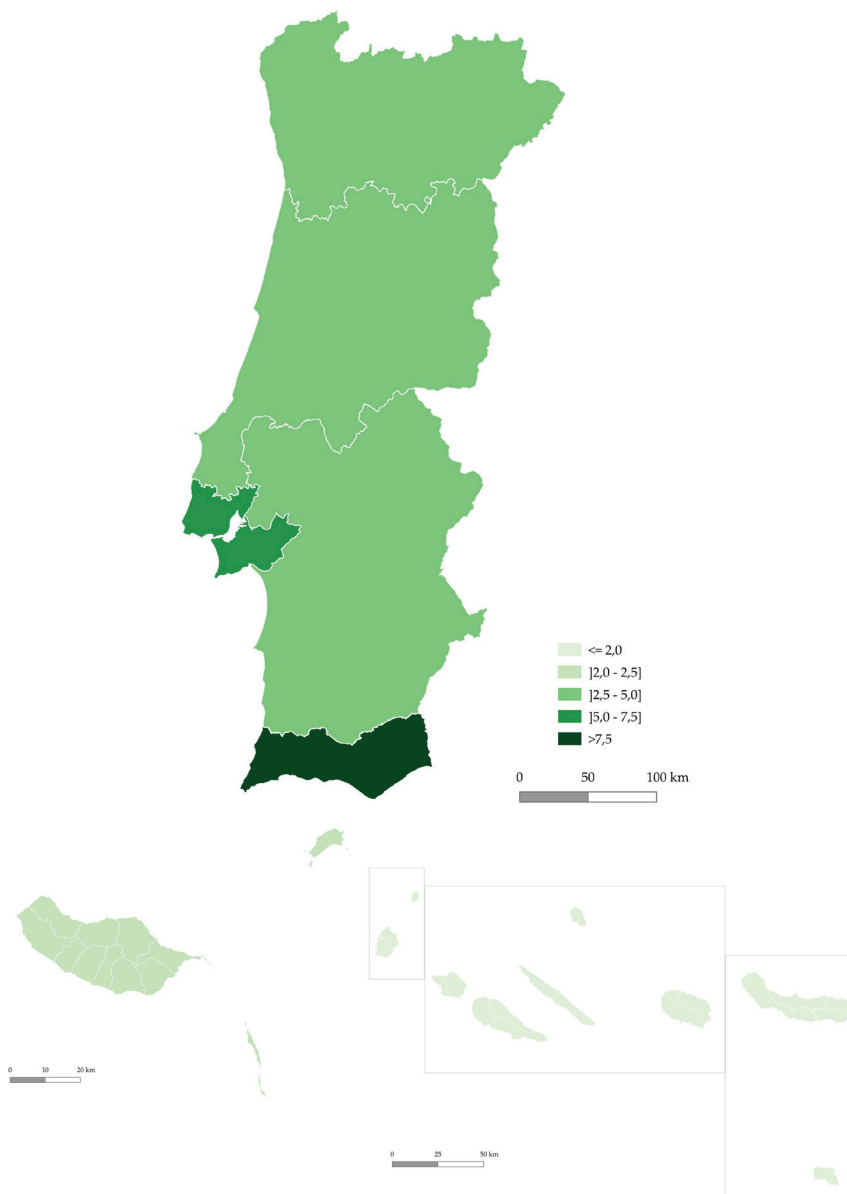
Analisando a variação da população católica entre 2011 e 2021, torna-se claro que esta paisagem está em mudança (Figura 9). O peso relativo dos católicos diminuiu, na escala regional, em termos gerais, indiciando o processo de descatholicização societal da sociedade portuguesa, que acompanha, também, a diminuição de recursos da Igreja Católica para a sua reprodução institucional (Coutinho 2020, 196-212; Vilaça e Oliveira 2019, 125-50). O Alentejo apresenta o decréscimo mais saliente (-9,3%). A Região Centro acompanha o mesmo movimento, com uma diminuição de 5%, acima da média nacional. Os Açores e a Madeira – respetivamente -2,9% e -3,9% – apresentam uma variação negativa que se pode caracterizar como estando num lugar intermédio entre o Norte e o Centro. A menor variação negativa entre 2011 e 2021 acontece na Área Metropolitana de Lisboa, indício de uma erosão que já se iniciou há mais tempo e, assim, apresenta agora uma menor saliência (Teixeira 2022).

Figura 9: Variação da população católica (%) por região (NUTS II, 2011-2021)



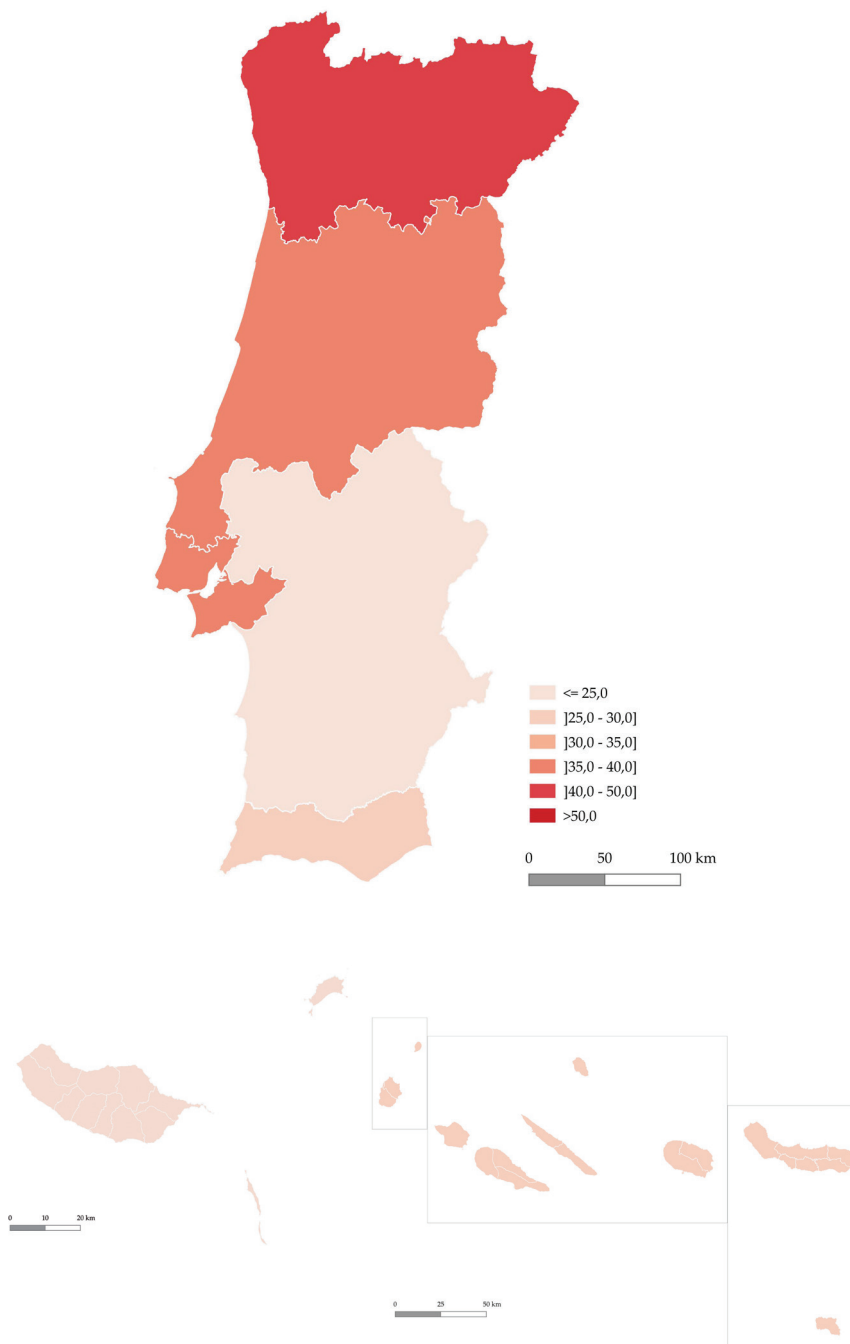
As afiliações cristãs demograficamente minoritárias afirmam-se nas regiões onde o peso relativo da maioria católica conhece valores inferiores à média nacional (80,2%) – Tabela 6, Figura 10.

Figura 10: População com outras afiliações cristãs (%) por região (NUTS II, 2021)



O peso relativo dos ortodoxos destaca-se no Algarve (3,17%) – mesmo comparando com o seu valor na Área Metropolitana de Lisboa (1%) –, muito acima do valor para o território nacional (0,69%). Os protestantes/evangélicos superam claramente o valor de referência para o território nacional (2,13%) na Área Metropolitana de Lisboa (3,54%) e no Algarve (4,47%). No Alentejo (2%), o valor supera o padrão das regiões onde a pertença católica mantém um padrão de forte hegemonia – Norte, Centro e Regiões Autónomas. As Testemunhas de Jeová distinguem-se por ter uma distribuição mais homogênea pelo território. Em todas as regiões apresentam valores próximos do valor de referência para o território nacional (0,69%), com duas acentuações, na Área Metropolitana de Lisboa (0,96%) e no Algarve (0,90%). Trata-se, portanto, de uma identidade religiosa que, na sua dinâmica de inscrição no território, está menos dependente dos fluxos migratórios. Estes, portadores de diversidades, são fortemente atraídos pelas regiões que apresentam maior carência de força de trabalho, nos setores que mais assimilam os novos residentes. Os «outros cristãos» – que poderão integrar uma diversidade grande de afiliações, como algumas Igrejas de novas fronteiras, adventistas, espíritas, mórmons, entre outras – repetem o padrão de algum destaque na Área Metropolitana de Lisboa (1,52%) e no Algarve (1,8%), tendo como referência o valor para o território nacional (1,04%). O carácter distintivo da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve torna-se mais evidente quando se observa o valor percentual relativo ao conjunto das minorias cristãs, respetivamente, 7,02% e 10,34%. No que a este tópico de observação diz respeito, a região do Algarve apresenta um valor de quase sete pontos percentuais acima da percentagem apurada para o território nacional (4,58%).

Figura 11: Variação da população com outras afiliações cristãs (%) por região (NUTS II, 2011-2021)



A dinâmica de mudança da paisagem religiosa em Portugal torna-se mais visível observando a taxa de variação 2011-2021 referente às minorias cristãs (Tabela 7, Figura 12). O valor de referência para Portugal situa-se na variação positiva de 36%. Mas em todas as regiões é superior a 24%. É importante, assim, ter em conta que, apesar de estas minorias apresentarem, em várias regiões, frequências baixas, a sua dinâmica, nos últimos 10 anos, descreve-se numa curva de crescimento acentuado.

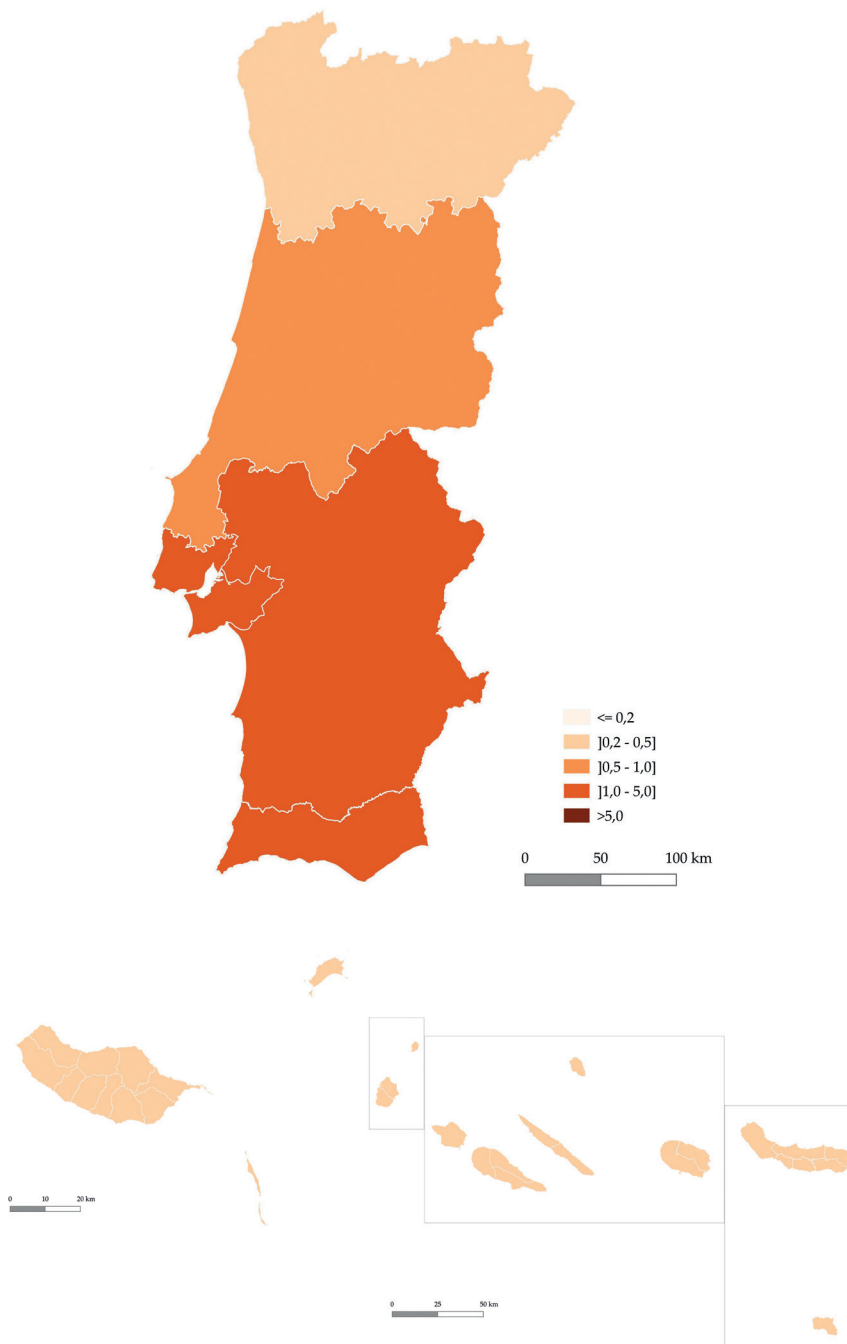
Tabela 7: Outras afiliações religiosas e sem pertença religiosa (%) por região e categoria (Censos 2021)

Área geográfica	Outras identidades religiosas e sem religião						
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra não cristã	Total de religiões não cristãs	Sem religião
Portugal	0,19	0,22	0,03	0,42	0,28	1,14	14,09
Continente	0,20	0,23	0,03	0,43	0,29	1,18	14,47
Norte	0,11	0,05	0,02	0,11	0,17	0,46	8,66
Centro	0,13	0,11	0,02	0,15	0,20	0,61	10,48
AM Lisboa	0,32	0,46	0,06	1,06	0,44	2,34	23,09
Alentejo	0,28	0,50	0,02	0,34	0,36	1,50	18,04
Algarve	0,32	0,45	0,06	0,67	0,54	2,04	21,73
RA Açores	0,09	0,02	0,02	0,04	0,11	0,28	6,17
RA Madeira	0,13	0,04	0,01	0,08	0,13	0,39	6,26

As afiliações religiosas não cristãs, quando lidas na escala do território nacional, apresentam um peso relativo baixo (4,58%), se compararmos Portugal com outros países da Europa «católica» do Sul (Tabela 7, Figura 12)¹³. O seu peso relativo ultrapassa o limiar de um ponto percentual apenas na Área Metropolitana de Lisboa (2,34%), no Alentejo (1,50%) e no Algarve (2,04%). Destaca-se a presença de muçulmanos na Área Metropolitana de Lisboa (1,06%), de hindus no Alentejo (0,50%). Os valores relativos aos budistas aproximam-se nas três regiões que testemunham a evidência de um peso relativo maior de afiliações não cristãs. A identidade judaica é representada, nos dados censitários, com valores residuais, no entanto, repetindo o padrão de algum incremento na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve. De uma forma geral, essa evidência sobe em direção ao Sul, com um incremento mais acentuado na Área Metropolitana de Lisboa – que outros estudos já reconheceram como um «laboratório» social da diversidade religiosa em Portugal, sob a influência dos diversos fluxos decorrentes da sua atratividade económica (Franca 2022, 41-59). As Regiões Autónomas apresentam os valores mais baixos relativos à presença de outras tradições religiosas não cristãs no território.

¹³ A comparação com a geografia religiosa da Europa ocidental, e em particular com o Sul da Europa, está acessível num arquivo bibliográfico amplo. Por exemplo: Pasture, Arigita, e Altnurme 2023; Vilaça, Oliveira, e Zwilling 2023; Coutinho 2022; Davie e Leustean 2021; Pérez-Agote 2018; Coutinho 2016; Pérez-Agote 2012; Dix 2008.

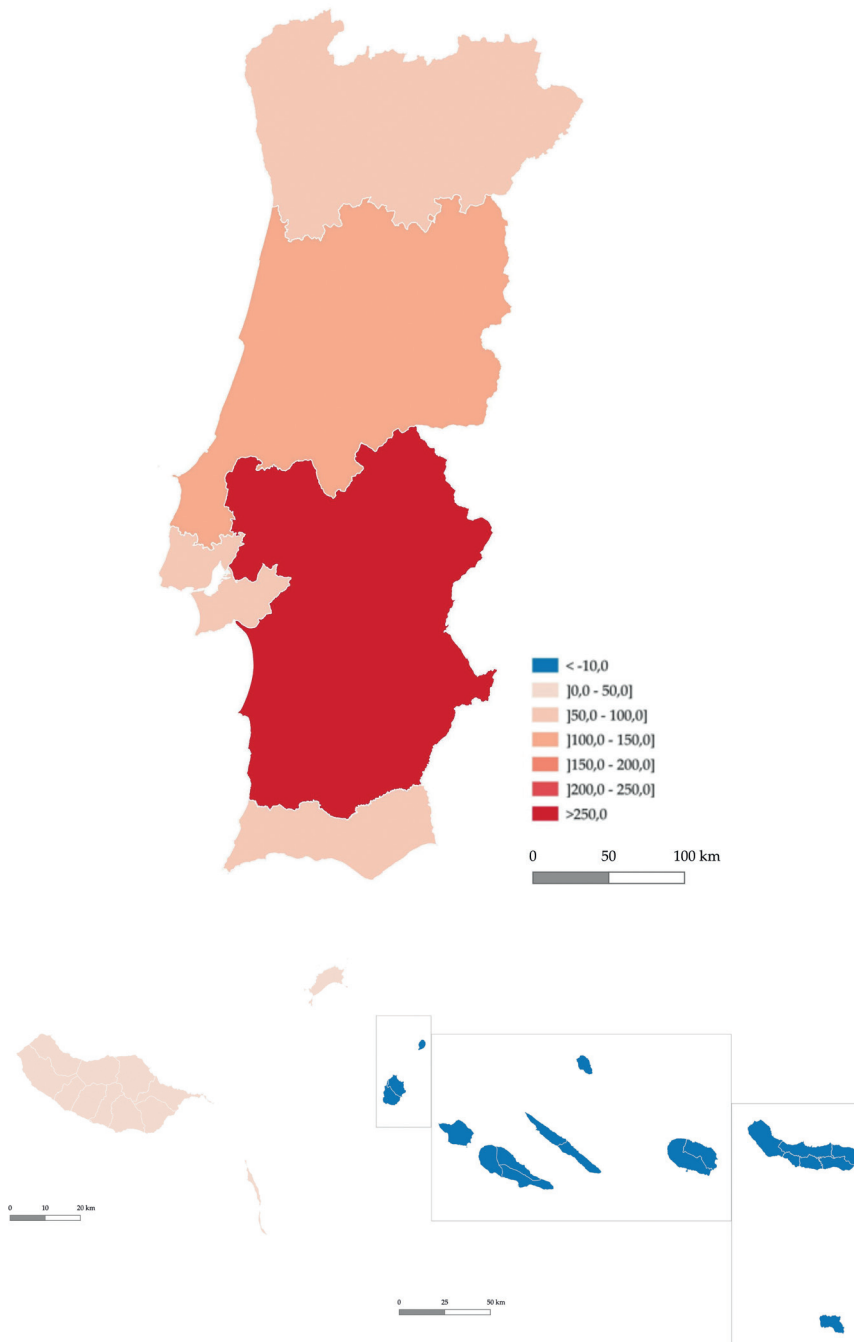
Figura 12: População com outras afiliações religiosas (%) por região (NUTS II, 2021)



Tal como se observou relativamente às minorias cristãs, a percepção da paisagem religiosa na sociedade portuguesa pode alterar-se significativamente quando observamos a taxa de variação 2011-2021 (Tabela 5, Figura 13). Sublinhe-se que a variação positiva para o território nacional ultrapassa os 90%. Apenas a Região Autónoma dos Açores tem uma variação negativa. No Alentejo, a variação positiva (278,8%) apresenta um valor incomparável com as outras regiões. Ela é também elevada no Centro (101,9%) e no Algarve (91,4%). Com uma variação menor do que o valor de referência para o território nacional, apresenta-se a Área Metropolitana de Lisboa (88%), um território que conhece este fenómeno há mais tempo e, por isso, apresenta variações positivas menos acentuadas (Teixeira 2019).

Deve ter-se em conta que o elevado número da variação positiva, entre 2011 e 2021, decorre do facto de, anteriormente, as frequências relativas à presença de uma população com afiliações religiosas não cristãs se apresentarem muito baixas. Apesar desta nota de prudência, é inegável que um crescimento tão acentuado provoca alterações significativas na paisagem social. Esta observação ganha ainda mais pertinência se tivermos em conta que estas minorias religiosas estão associadas ao incremento do número de estrangeiros em algumas regiões – correlação que será abordada noutras secções deste Atlas. Mesmo considerando que várias destas comunidades de pertença religiosa têm uma presença estável na sociedade portuguesa dos últimos 50 anos, torna-se evidente que essas comunidades estão em reconfiguração, no quadro de novos fluxos transnacionais (Saraiva 2021; Mapril 2012; Pignatelli 2008; Tiesler 2005; Vakil 2004).

Figura 13: Variação da população com outras afiliações religiosas (%) por região (NUTS II, 2011-2021)

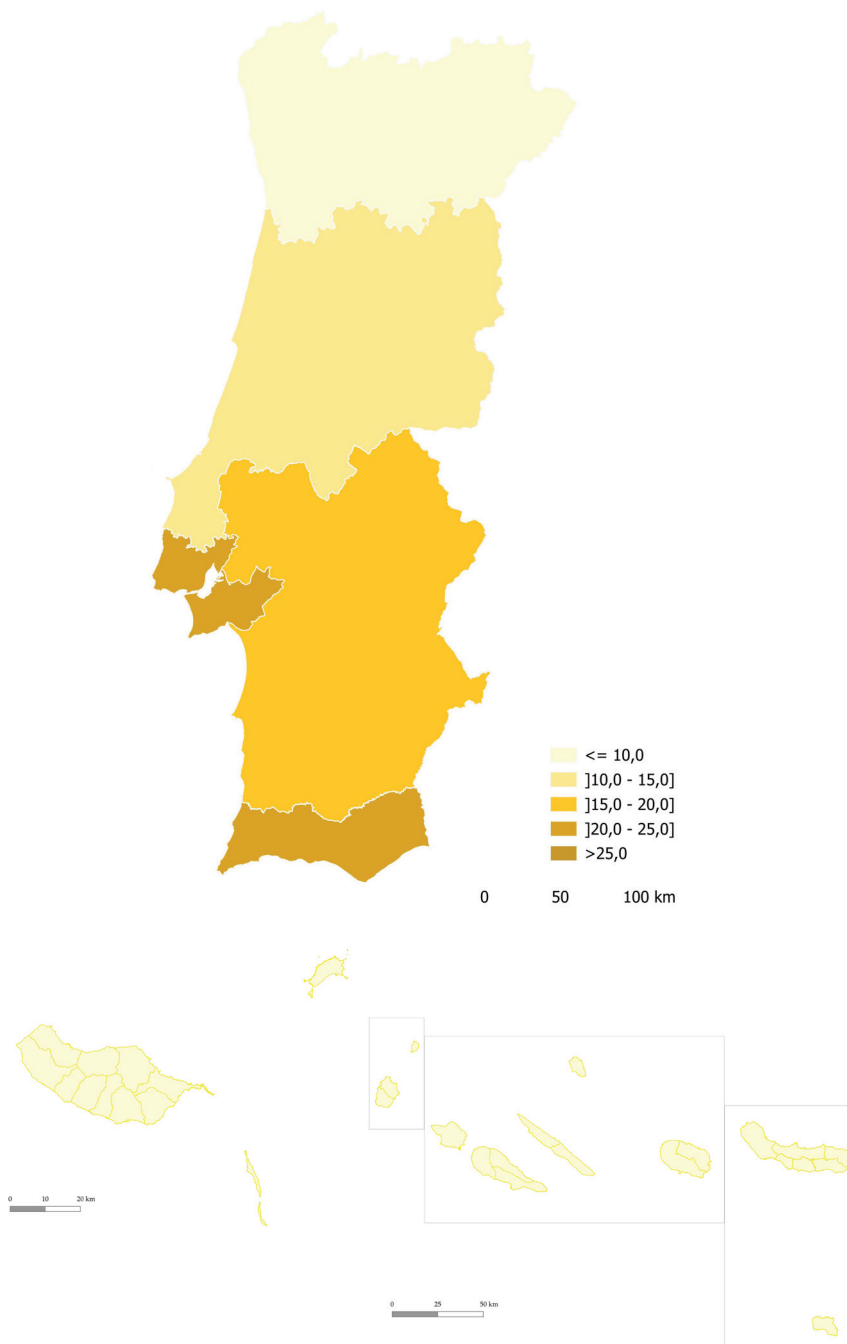


O «mapa católico» do território tem uma particular correlação com a geografia da não pertença religiosa. As regiões onde a preponderância católica se encontra mais fragilizada apresentam, como tendência, um maior peso relativo da população sem pertença religiosa. As pessoas sem pertença religiosa constituem o segundo conjunto com uma presença mais elevada, numa correlação inversa com o peso da população católica (Tabela 7, Figura 14): mais baixo nas Regiões Autónomas (cerca de 6% em cada), mais elevado na Área Metropolitana de Lisboa (23,1%) e no Algarve (21,7%).

Embora com diferenças significativas, relativamente a boa parte dos territórios nacionais europeus¹⁴, a população sem afiliação religiosa – incluindo aqueles que se autorrepresentam como crentes sem pertença religiosa – apresenta valores bastante superiores aos de qualquer posição de pertença religiosa não católica, mesmo quando englobada em categorias aglutinadoras. É seguro dizer que, na situação presente, a diversidade de posicionamentos relativamente à religião, na paisagem social portuguesa, se define por dois blocos salientes: a identidade católica culturalizada e a população sem afiliação religiosa.

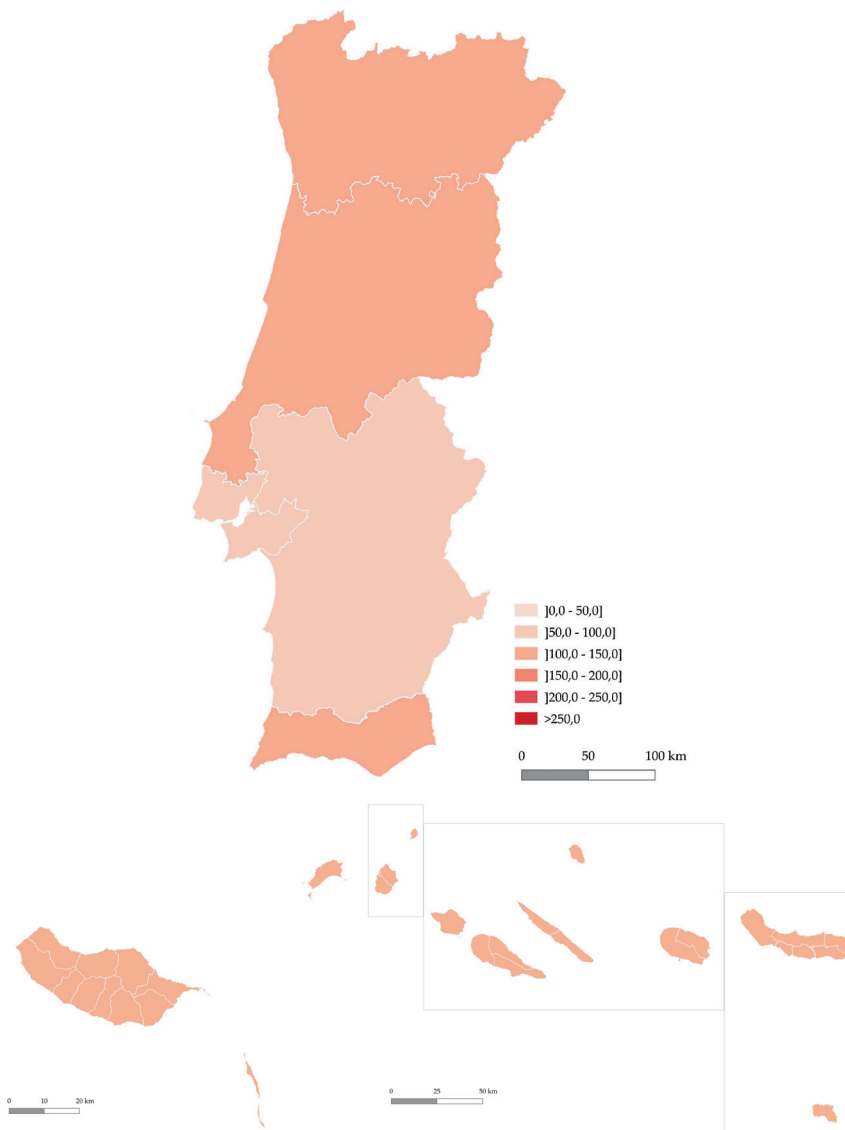
¹⁴ Pode documentar-se um crescente interesse pelo estudo desta população: Tyssens, De Nutte, e Schröder 2024; Bullock e Bullivant 2021; Bubík, Rimmel, e Václavík 2020.

Figura 14: População sem afiliação religiosa (%) por região (NUTS II, 2021)



Mais uma vez, a análise da variação 2011-2021 mostra como, apesar de Portugal aparecer, internacionalmente, como um dos países do Atlântico Norte como uma das sociedades mais religiosas, se indicia uma mudança que poderá alterar significativamente esta paisagem social (Tabela 5, Figura 15).

Figura 15: Variação da população sem afiliação religiosa (%) por região (NUTS II, 2011-2021)



Sublinhe-se que o valor de referência para a variação positiva (101,1%) é ainda superior ao observado no caso das identidades religiosas não cristãs. Esse valor pronuncia-se de forma mais acentuada precisamente nas regiões onde a identidade cultural católica é mais hegemónica, o Norte (137,5%), o Centro (121,6%) e as Regiões Autónomas (146,9% para os Açores e 141% para a Madeira). Estas são as regiões que apresentam um menor peso relativo da população sem afiliação religiosa. No entanto, são também as regiões onde esta população apresenta uma variação positiva.

Na reta final desta subsecção, apresenta-se um conjunto de gráficos que permitem uma rápida caracterização do peso relativo das posições religiosas, segundo os dados dos Censos 2021. Para que os gráficos se tornassem legíveis, os dados foram organizados a partir das grandes categorias aglutinadoras, que, neste estudo, descrevemos como posições religiosas: católica, outra cristã, outra religião, sem religião (Figuras 16-22).

Figura 16: Distribuição das posições religiosas (%) na região Norte (Censos 2021)

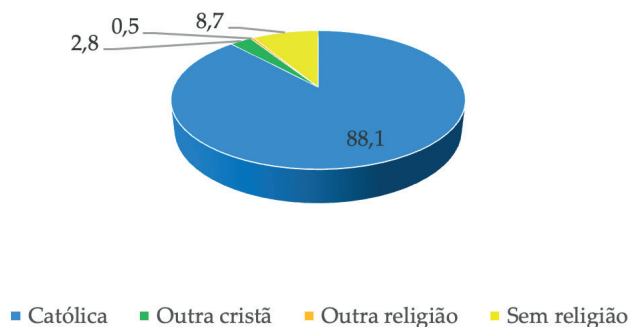


Figura 17: Distribuição das posições religiosas (%) na região Centro (Censos 2021)

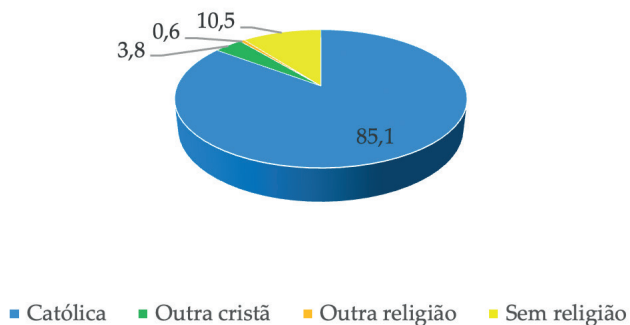


Figura 18: Distribuição das posições religiosas (%) na Área Metropolitana de Lisboa (Censos 2021)

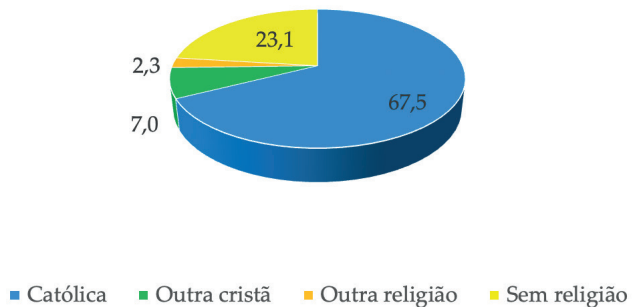


Figura 19: Distribuição das posições religiosas (%) na região do Alentejo (Censos 2021)

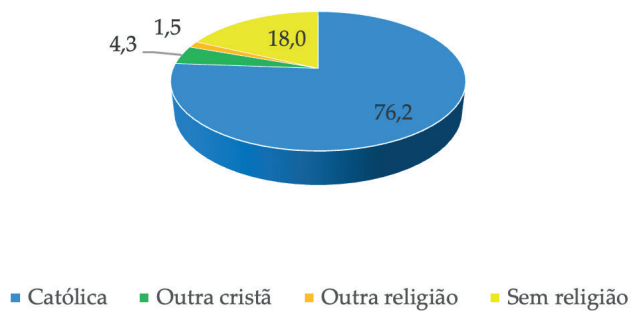


Figura 20: Distribuição das posições religiosas (%) na região do Algarve (Censos 2021)

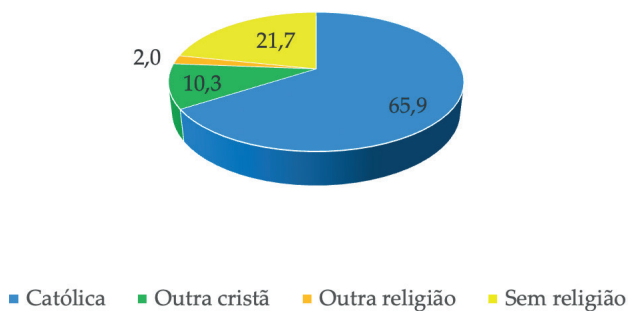


Figura 21: Distribuição das posições religiosas (%) na Região Autónoma dos Açores (Censos 2021)

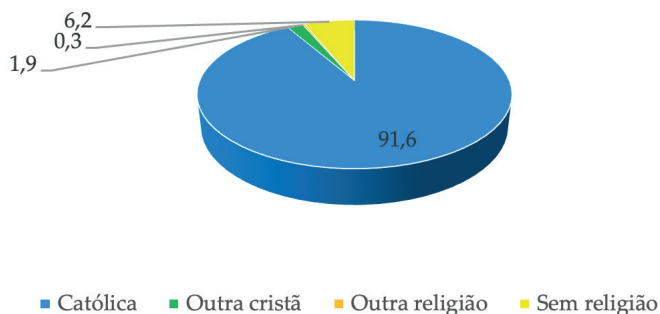
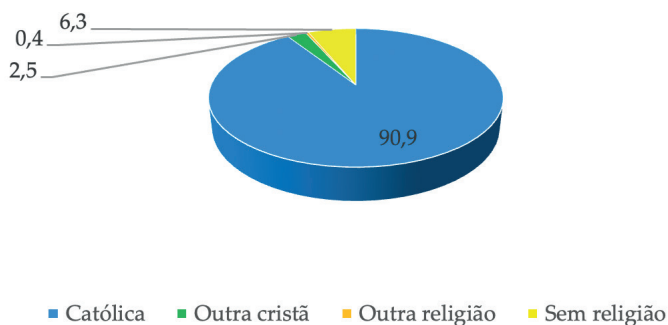


Figura 22: Distribuição das posições religiosas (%) na Região Autónoma da Madeira (Censos 2021)



Procurando concluir, nesta viagem do Norte ao Sul, até às Regiões Autónomas, destaca-se a singularidade de duas regiões, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve. A Área Metropolitana de Lisboa é uma região pouco extensa na sua dimensão, mas muito densificada

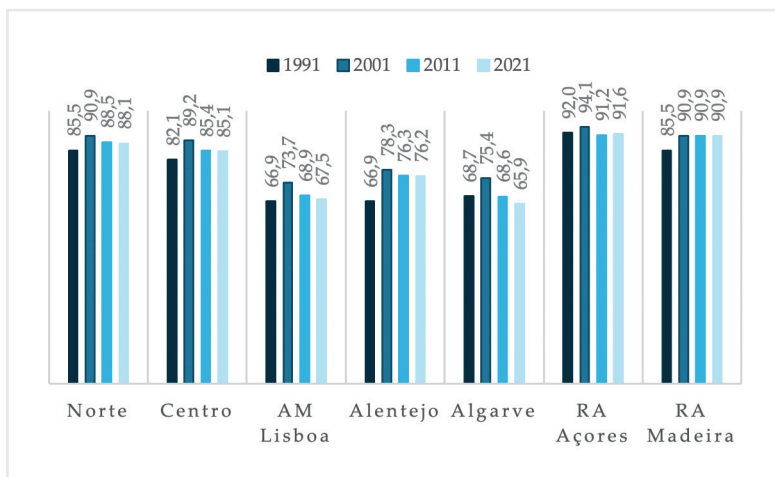
e com uma dinâmica socioeconómica de elevado impacto no retrato global do território. No estudo por amostragem aplicado em 2011-12, foi possível tornar patente o facto de esta ser uma das regiões, em conjunto com o Algarve, que apresentava o menor peso relativo de católicos, mas também aquela que concentrava a mais significativa diversidade religiosa no território nacional (Teixeira 2013). Mais de metade da população não crente (55,2%) encontrava-se nesta região, reunindo ainda 62,2% dos inquiridos pertencentes a uma denominação protestante (incluindo os evangélicos), 51% das Testemunhas de Jeová e 61,5% dos pertencentes a outras religiões. A Área Metropolitana de Lisboa também reunia quase metade dos outros cristãos (47,2%) e dos crentes sem religião (43,5%). Esta região apresentava uma configuração singular quanto à diversidade de posições face à religião e aos tipos de pertença ou não pertença religiosa. Nessa singularidade, a região pôde ser lida como um «laboratório» da diversidade religiosa em Portugal, justificando estudos dedicados (Vilaça 2022). O Algarve, embora com menor impacto na demografia global do território, apresenta indicadores comparáveis, do ponto de vista da diversificação das posições religiosas. Mesmo não tendo o mesmo impacto sociodemográfico no retrato do país, do ponto de vista da vivência local da diversidade religiosa, pode apresentar características que contrastam com grande parte dos outros territórios regionais.

Evolução das posições religiosas entre 1991 e 2021, por região

Se inscrevermos a nossa observação numa linha de tempo, entre 1991 e 2021, identificamos um padrão que pode caracterizar a sociedade portuguesa nos últimos trinta anos, no tocante aos dados censitários: aumento da taxa de resposta; persistência do catolicismo cultural; tendência para o aumento da diversidade de pertença religiosa; crescimento da população sem afiliação religiosa. Observámos que a leitura comparativa dos resultados entre Censos levanta dificuldades, no seu detalhe, por causa das alterações metodológicas que foram sendo introduzidas. Se se tiverem em conta essas alterações, pode ser viável, em todo o caso, inscrever estas séries numa linha de tempo, que

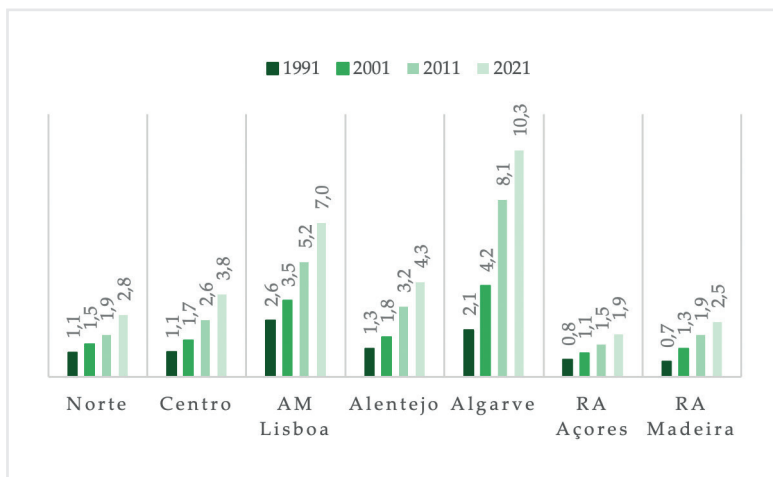
nos permite, pelo menos, analisar tendências. A primeira dificuldade nasce, desde logo, da verificação de um notório incremento do peso relativo dos católicos entre 1991 e 2001 (Figura 23). Essa subida, não encontrando outras razões identificáveis, deverá estar relacionada com o aumento da taxa de resposta. No quadro da metodologia que tornou esta pergunta facultativa, entre 1991 e 2001, conhecemos o maior incremento da taxa de resposta – de 82,4% para 91%. Para essa subida terá contribuído um número significativo de respondentes católicos, além de, certamente, outras posições religiosas. Assim, a linha de tendência, no quadro desta hipótese interpretativa, deve privilegiar a evolução entre 2001 e 2021 – Figura 23.

Figura 23: Evolução (%) da população com afiliação católica em cada região (NUTS II, 1991-2021)



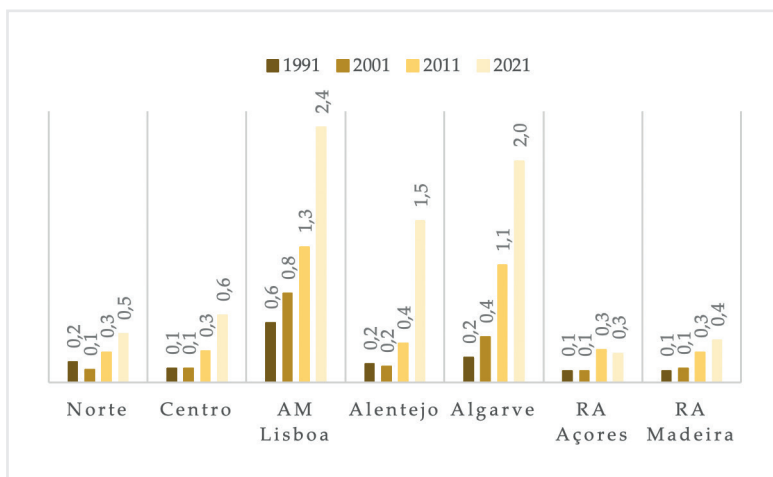
A observação das tendências mostra uma importante resiliência da identidade católica, enquanto religião culturalizada. A Região Autónoma dos Açores apresenta o perfil de maior estabilidade, acompanhada, logo a seguir, pela região Autónoma da Madeira e pelas regiões Norte e Centro. A erosão acentua-se, sobretudo, na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve – esta região pode apresentar-se, mesmo, como aquela que conhece a maior depressão do peso relativo da população residente com afiliação católica.

Figura 24: Evolução (%) da população com outras afiliações cristãs, em cada região (NUTS II, 1991-2021)



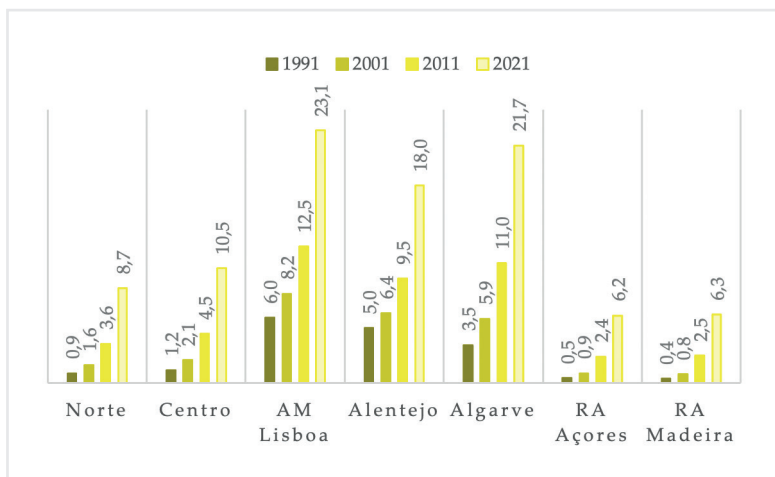
A tendência é inversa, entre 1991 e 2021, no caso da população com outra afiliação cristã (Figura 24). A linha de tendência é crescente em todas as regiões. Ela é particularmente acentuada no caso do Algarve, de 2,1% em 1991 para 10,3% em 2021.

Figura 25: Evolução (%) da população com outras afiliações religiosas (não cristãs), em cada região (NUTS II, 1991-2021)



Tendo em conta a evidência de que as minorias sociodemográficas não cristãs vão sofrendo, mais visivelmente, o impacto dos fluxos migratórios, a sua evolução acompanha, certamente, os ciclos de atratividade económica das regiões, uma vez que a migração económica é uma matriz preponderante (Góis 2021; Góis e Marques 2018). Em todo o caso, em particular a partir de 2001, a tendência de crescimento é evidente em todas as regiões – destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa (0,8%-2,4%), o Alentejo (0,2%-1,5%) e o Algarve (0,4%-2%) – Figura 25.

Figura 26: Evolução (%) da população sem afiliação religiosa, em cada região (NUTS II, 1991-2021)



O crescimento da população sem afiliação religiosa afigura-se como a evolução mais consistente em todas as regiões, mesmo as que revelam uma morfologia em que a afiliação religiosa tem taxas muito elevadas, como é o caso das Regiões Autónomas e o caso das regiões do Norte e Centro. A Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo e o Algarve apresentam-se como as regiões onde o peso relativo desta população é não só maior, mas onde mais cresce.

É possível filtrar a população com outras afiliações cristãs pelas categorias disponíveis diacronicamente (ortodoxa, protestante e outra

cristã). No entanto, tenha-se em conta que as alterações relativas ao conjunto das categorias disponíveis podem diminuir o grau de comparabilidade, mesmo quando uma parte delas se mantém. A população ortodoxa, nas regiões com maior peso, cresceu gradualmente, destacando-se, com muita evidência, o Algarve. As afiliações protestantes cresceram paulatinamente em todas as regiões, evolução em que se distinguem o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa. O conjunto dos «outros cristãos» cresceu também, mas, em algumas regiões, conheceu uma quebra do seu peso relativo entre 2011 e 2021. É muito plausível que o aparecimento, em 2021, da categoria «Testemunhas de Jeová» e a mudança de «Protestante» para «Protestante/Evangélico», em 2021, sejam fatores que contribuam para a explicação desse decréscimo. Em princípio, sobretudo, tratar-se-á de uma redistribuição das identidades cristãs minoritárias (Figuras 27-29).

Figura 27: Evolução (%) da população ortodoxa (NUTS II, 1991-2021)

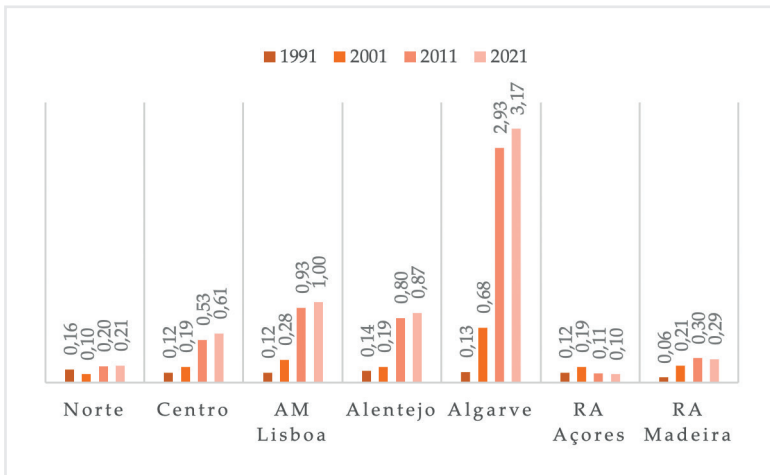


Figura 28: Evolução (%) da população protestante (NUTS II, 1991-2021)

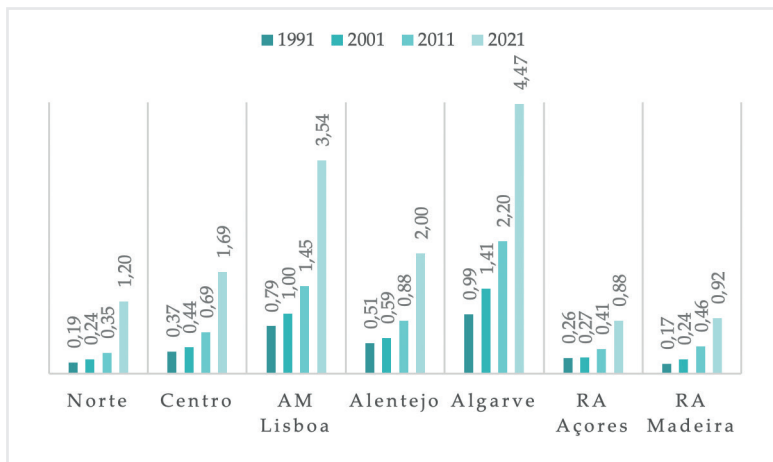
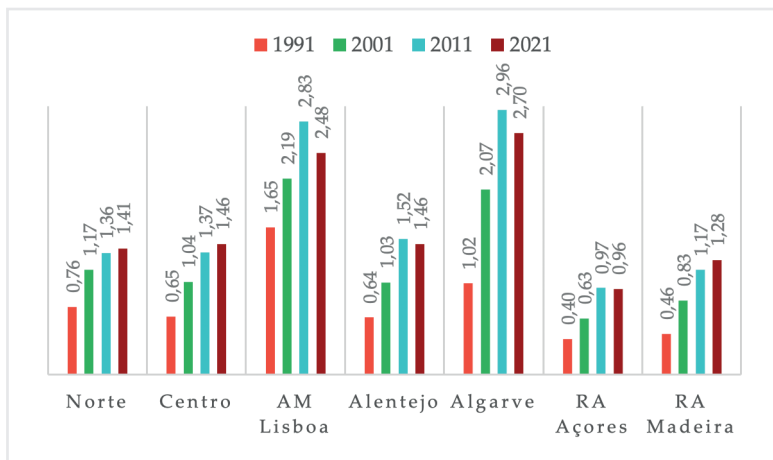


Figura 29: Evolução (%) dos outros cristãos (NUTS II, 1991-2021)



Quanto às afiliações não cristãs, disponíveis diacronicamente (judeus, muçulmanos, outros não cristãos), pode constatar-se o seguinte. Os declarantes de pertença judaica tendem para o decréscimo entre 1991 e 2021, exceto na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, apresentando bastante irregularidade na sua distribuição. A população muçulmana cresceu continuamente, entre 1991 e 2021, sobretudo na

Área Metropolitana de Lisboa, no Algarve e no Alentejo. No período em consideração, as outras identidades religiosas (não cristãs) – não discriminadas categorialmente – conheceram também um crescimento gradual, que se acentua no Algarve, na Área Metropolitana de Lisboa e no Alentejo (Figuras 30-32).

Figura 30: Evolução (%) da população judia (NUTS II, 1991-2021)

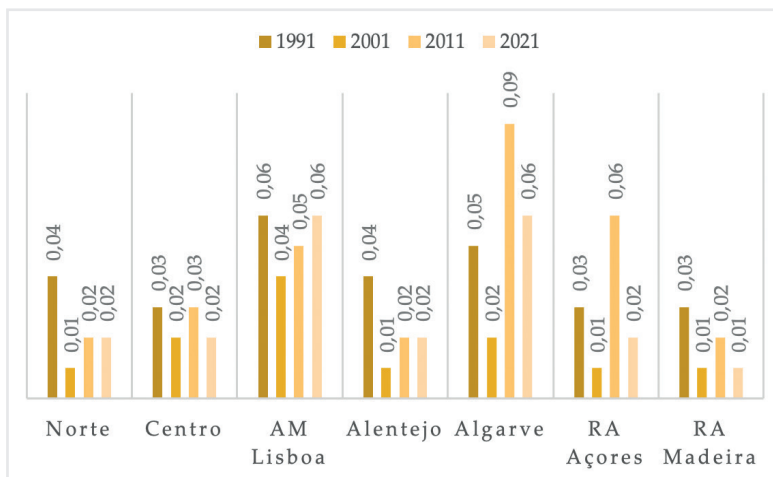


Figura 31: Evolução (%) da população muçulmana (NUTS II, 1991-2021)

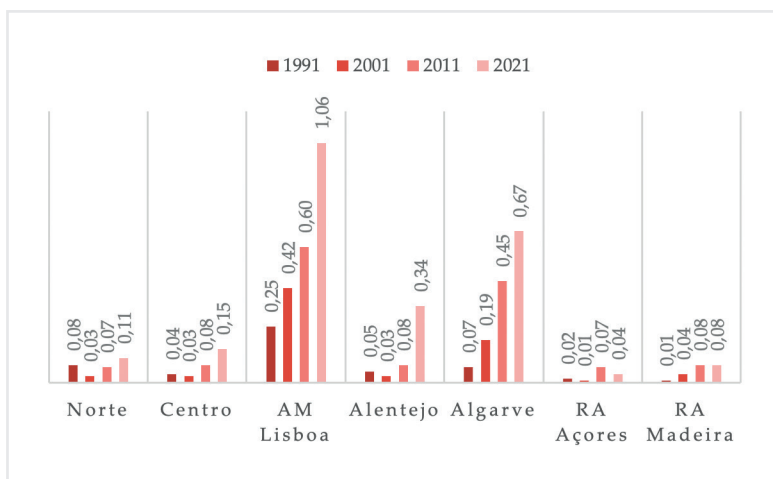
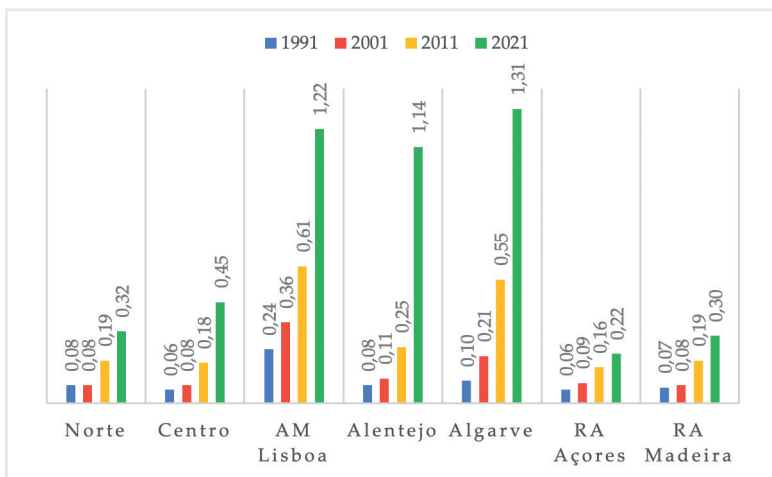


Figura 32: Evolução (%) da população com outras afiliações não cristãs (NUTS II, 1991-2021)



III. Um olhar dinâmico sobre uma paisagem religiosa em mudança

Margarida Franca, Alfredo Teixeira

Nesta terceira secção, no plano multiterritorial que articula a organização deste Atlas, as propostas de análise e interpretação privilegiam a escala sub-regional. A leitura, nesta escala, permite um olhar mais diferenciado sobre os territórios, possibilitando a descoberta de aspetos morfológicos interiores à geografia das regiões. Para essa leitura, identificam-se outros indicadores que permitam contextualizar, do ponto de vista sociodemográfico, as observações relativas ao retrato da pertença e não pertença religiosa nos territórios. Este efeito de *zoom* sucessivo sobre as áreas geográficas favorece uma leitura multiscópica dos dados censitários.

Pertença religiosa por sub-regiões

Nesta secção do Atlas fazemos, assim, um exercício de focagem no plano sub-regional (NUTS III). Se é certo que os contornos mais salientes da configuração religiosa do território português se mantêm, é também importante assinalar que, nesta escala, se descobrem persistências e mudanças que reforçam a necessidade de construir uma geografia da religião de múltiplas escalas.

O conjunto de dados reunidos nas Tabelas 8 e 9 organiza os valores disponibilizados pelo INE nos Censos de 2021, relativos à pergunta da religião, analisados por sub-região. Tenha-se em conta que no caso da AML, do Algarve e das Regiões Autónomas, região e sub-região coincidem. Em termos gerais, os dados evidenciam que, no recenseamento de 2021, em todas as sub-regiões do país, a identidade católica é predominante. Assim, os resultados obtidos na escala regional, como seria de esperar, são uma consequência de uma distribuição generalizada da identidade católica no território nacional.

Tabela 8: Identidades cristãs (%) por área geográfica (NUTS III, 2021)

a)

Área geográfica	Católica	Outras identidades cristãs				
		Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã	Total de outras identidades cristãs
Portugal	80,2	0,7	2,1	0,7	1,0	4,6
Continente	79,7	0,7	2,2	0,7	1,1	4,7
Norte	88,1	0,2	1,2	0,6	0,8	2,8
Alto Minho	91,1	0,2	0,9	0,4	0,5	2,0
Cávado	89,3	0,3	1,4	0,4	0,7	2,8
Ave	92,2	0,2	0,6	0,5	0,4	1,7
AMP	83,8	0,3	1,6	0,7	1,3	3,8
Alto Tâmega	93,7	0,1	0,4	0,5	0,3	1,3
Tâmega e Sousa	94,4	0,1	0,5	0,4	0,3	1,3
Douro	93,1	0,1	0,5	0,6	0,3	1,5
Terras de Trás-os-Montes	92,5	0,2	0,8	0,6	0,4	2,0

b)

Área geográfica	Católica	Outras identidades cristãs				
		Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã	Total de outras identidades cristãs
Portugal	80,2	0,7	2,1	0,7	1,0	4,6
Continente	79,7	0,7	2,2	0,7	1,1	4,7
Centro	85,1	0,6	1,7	0,7	0,8	3,8
Oeste	78,6	1,2	2,6	0,8	1,0	5,6
Região de Aveiro	85,3	0,5	2,1	0,8	0,9	4,3
Região de Coimbra	84,0	0,4	1,6	0,7	0,8	3,5
Região de Leiria	84,6	1,0	1,8	0,5	0,9	4,2
Viseu Dão Lafões	90,2	0,3	1,1	0,7	0,6	2,7
Beira Baixa	87,7	0,4	1,2	0,5	0,6	2,7
Médio Tejo	86,3	0,6	1,2	0,7	0,6	3,2
Beiras e Serra da Estrela	90,9	0,1	0,8	0,5	0,4	1,9

c)

Área geográfica	Católica	Outras identidades cristãs				
		Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã	Total de outras identidades cristãs
Portugal	80,2	0,7	2,1	0,7	1,0	4,6
Continente	79,7	0,7	2,2	0,7	1,1	4,7
AM Lisboa	67,5	1,0	3,5	1,0	1,5	7,0

d)

Área geográfica	Católica	Outras identidades cristãs				
		Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã	Total de outras identidades cristãs
Portugal	80,2	0,7	2,1	0,7	1,0	4,6
Continente	79,7	0,7	2,2	0,7	1,1	4,7
Alentejo	76,1	0,9	2,0	0,7	0,8	4,3
Alentejo Litoral	62,1	1,2	1,9	0,5	0,9	4,6
Baixo Alentejo	73,0	0,7	1,9	0,7	0,7	4,0
Lezíria do Tejo	77,4	1,2	2,8	0,9	1,0	5,9
Alto Alentejo	85,2	0,5	1,3	0,6	0,5	2,9
Alentejo Central	79,0	0,6	1,4	0,5	0,5	3,0

e)

Área geográfica	Católica	Outras identidades cristãs				
		Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã	Total de outras identidades cristãs
Portugal	80,2	0,7	2,1	0,7	1,0	4,6
Continente	79,7	0,7	2,2	0,7	1,1	4,7
Algarve	65,9	3,2	4,5	0,9	1,8	10,3

f)

Área geográfica	Católica	Outras identidades cristãs				
		Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã	Total de outras identidades cristãs
Portugal	80,2	0,7	2,1	0,7	1,0	4,6
Continente	79,7	0,7	2,2	0,7	1,1	4,7
RA Açores	91,6	0,1	0,9	0,5	0,5	1,9
RA Madeira	90,9	0,3	0,9	0,6	0,6	2,5

Tabela 9: Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (NUTS III, 2021)

a)

Área geográfica	Outras identidades religiosas e sem religião						
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra religião	Total de religiões não cristãs	Sem religião
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,1	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,2	14,5
Norte	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,5	8,7
Alto Minho	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,4	6,6
Cávado	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,4	7,5
Ave	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	5,8
AMP	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,6	11,8
Alto Tâmega	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	4,7
Tâmega e Sousa	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	4,1
Douro	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	5,1
Terras de Trás-os-Montes	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	5,3

b)

Área geográfica	Outras identidades religiosas e sem religião						
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra religião	Total de religiões não cristãs	Sem religião
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,1	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,2	14,5
Centro	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,6	10,5
Oeste	0,2	0,3	0,0	0,2	0,3	1,0	14,8
Região de Aveiro	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	0,5	9,9
Região de Coimbra	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,6	11,9
Região de Leiria	0,1	0,2	0,0	0,2	0,2	0,7	10,5
Viseu Dão Lafões	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	6,8
Beira Baixa	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	0,7	9,0
Médio Tejo	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,5	10,0
Beiras e Serra da Estrela	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,4	6,8

c)

Área geográfica	Outras identidades religiosas e sem religião						
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra religião	Total de religiões não cristãs	Sem religião
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,1	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,2	14,5
AM Lisboa	0,3	0,5	0,1	1,1	0,4	2,3	23,1

d)

Área geográfica	Outras identidades religiosas e sem religião						
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra religião	Total de religiões não cristãs	Sem religião
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,1	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,2	14,5
Alentejo	0,3	0,5	0,0	0,3	0,4	1,5	18,0
Alentejo Litoral	1,1	2,3	0,1	1,1	1,1	5,6	27,7
Baixo Alentejo	0,2	0,2	0,0	0,3	0,3	1,0	22,0
Lezíria do Tejo	0,2	0,4	0,0	0,3	0,3	1,2	15,5
Alto Alentejo	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4	11,6
Alentejo Central	0,2	0,1	0,0	0,1	0,2	0,6	17,5

e)

Área geográfica	Outras identidades religiosas e sem religião						
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra religião	Total de religiões não cristãs	Sem religião
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,1	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,2	14,5
Algarve	0,3	0,4	0,1	0,7	0,5	2,0	21,7

f)

Área geográfica	Outras identidades religiosas e sem religião						
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra religião	Total de religiões não cristãs	Sem religião
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,1	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	1,2	14,5
RA Açores	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	6,2
RA Madeira	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,4	6,3

A presença da tradição cristã no território é mais ampla do que o universo dos católicos. O questionário dos Censos 2021 permitiu a identificação – para além de um grupo englobante constituído por «outros grupos cristãos» – de identidades concretas como os ortodoxos, os protestantes/evangélicos e as Testemunhas de Jeová – esta última identidade aparece pela primeira vez no apuramento censitário como uma opção de resposta. A associação da categoria «evangélica» à categoria «protestante», em 2021, permitiu uma classificação mais inclusiva. No seu conjunto, estas identidades crescem e veem incrementado o seu peso relativo no território nacional.

Em todo o país, este conjunto representa 4,6% da população, apresentando, na última década censitária, um crescimento na ordem dos 36%. A presença destas identidades é mais significativa nas sub-regiões que, como se referiu anteriormente, refletem uma diminuição do peso relativo da população católica e um incremento do peso relativo de outras posições religiosas. Significa isto que a presença de outras identidades cristãs, em geral, aumenta tendencialmente do Norte para o Sul: nas sub-regiões do Norte cerca de 2,8%, na Área Metropolitana de Lisboa (AML) com 7,0% e no Algarve cerca de 10,3%.

A população católica na escala sub-regional

A população católica é, em termos gerais, maioritária no território. No entanto, essa característica geral deve ser completada a partir de uma compreensão mais fina da sua distribuição. A sua caracterização a partir de três planos de organização territorial permite o conhecimento de diferentes modulações de uma realidade aparentemente monocromática (Figura 33).

Os dados apontam para a consolidação da imagem de uma região culturalizada que, ao longo dos períodos censitários analisados, sobretudo após os Censos 1991, reforça e supera sempre o valor de referência nacional. De forma correlata, nas sub-regiões do Norte, encontram-se as percentagens mais diminutas de outras identidades religiosas minoritárias, ficando sempre abaixo dos valores de referência nacional.

Excetuando as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as sub-regiões do Norte são as que registam os valores mais pronunciados de população católica, desde os anos 1990 (Figuras 34 e 35).

Figura 33: População católica (%) por região (NUTS II), sub-região (NUTS III) e município (Censos 2021)

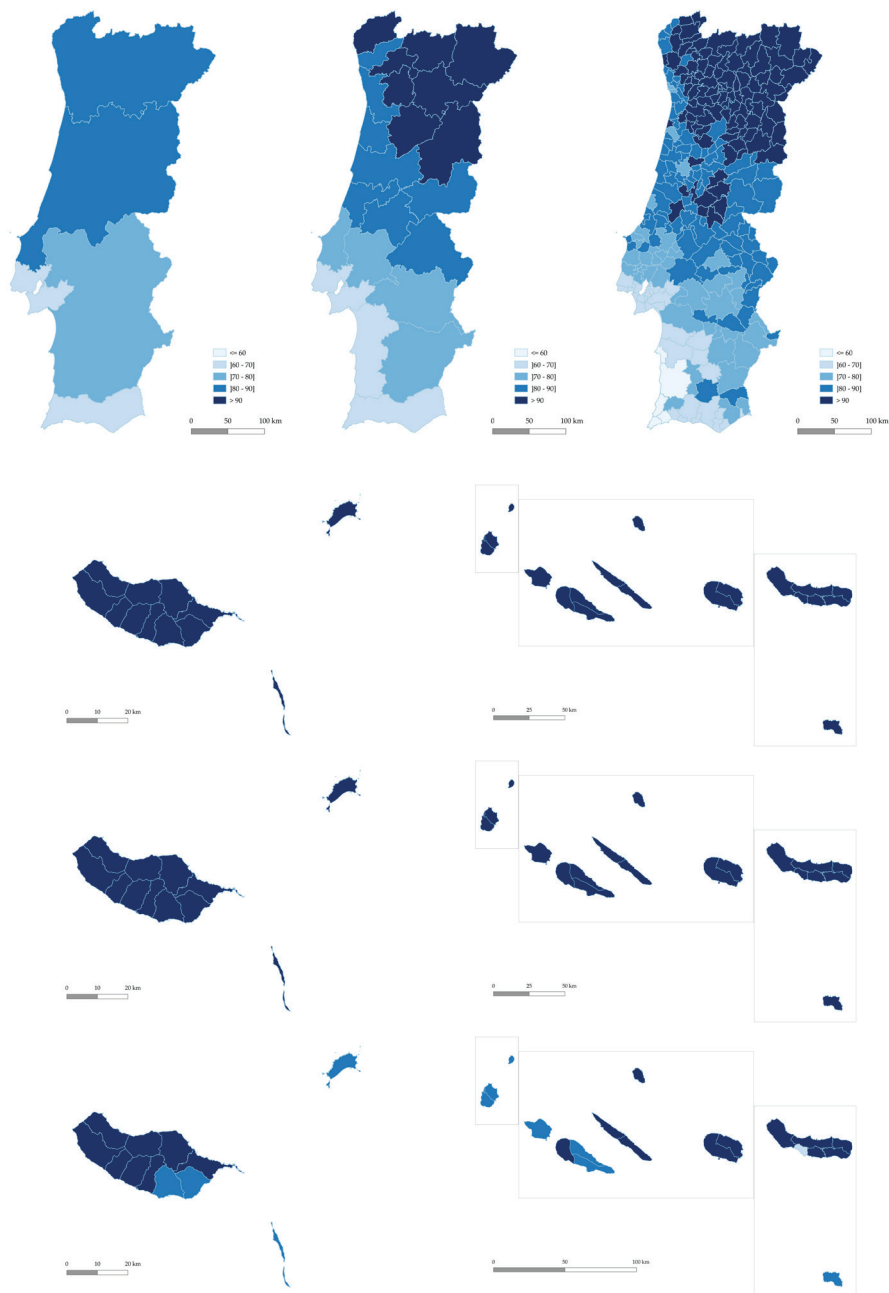


Figura 34: População católica (%) por sub-região (NUTS III, 2021)

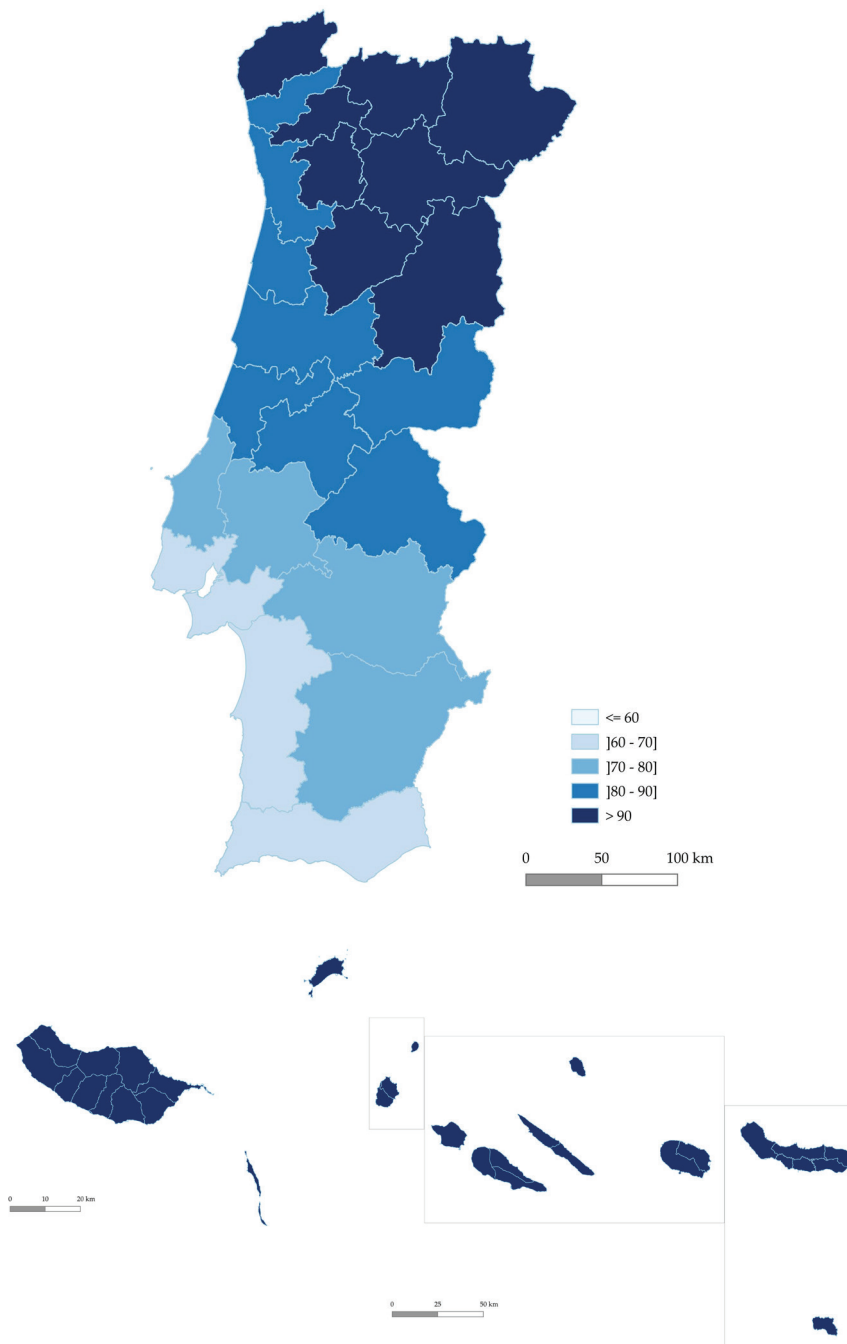
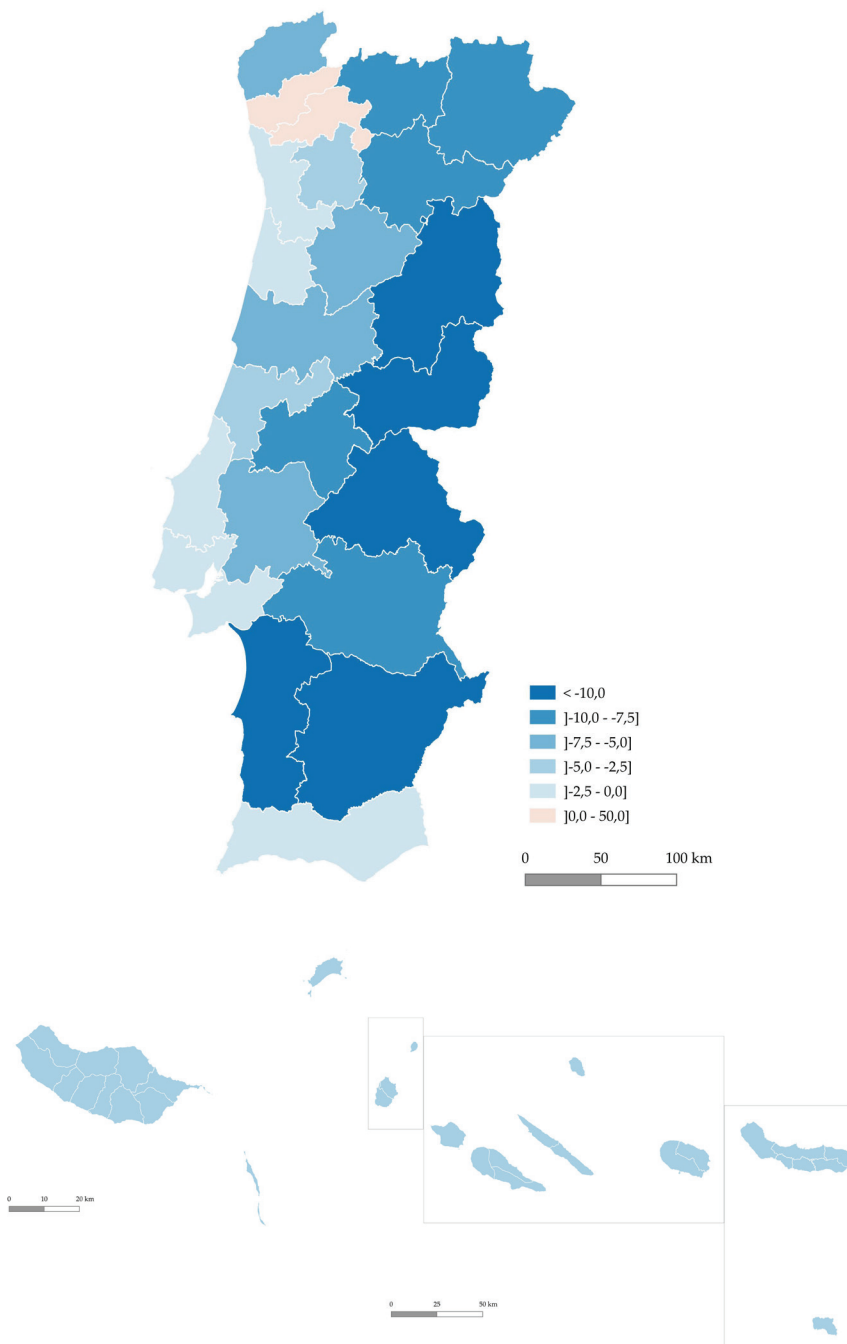


Figura 35: Variação da população católica (%) por sub-região (NUTS III, 2011-2021)



A sub-região do **Tâmega e Sousa**, com 94,4% de população católica apurada nos Censos 2021, ocupa a posição cimeira do território nacional com maior peso da identidade católica, seguida das sub-regiões do **Alto Tâmega** (93,7%), do **Douro** (93,1%), das **Terras de Trás-os-Montes** (92,5%) e do **Ave** (92,2%). Só mesmo as sub-regiões da **Área Metropolitana do Porto (AMP)** e do **Cávado** têm valores inferiores a 90% (Figura 34). No **Cávado**, importa acrescentar que é a única sub-região do norte do país que regista uma subida de população católica na última década censitária (2,4%) (Figura 35), não obstante se ter considerado, na cartografia, como positiva a variação da sub-região do Ave (de 0%). No caso da **AMP**, a percentagem de 2021 (83,8%) é mais próxima do valor de referência nacional (80,2%) e reflete as características próprias de uma área do país mais sujeita a alterações sociodemográficas, com efeitos latentes do processo de urbanização, de bipolarização urbana e de terciarização, fenómenos que se consolidaram nos anos 90 do século xx.

A leitura sub-regional dos dados sobre a religião mostra que há matizes próprias nesta configuração geográfica. As sub-regiões do Centro registaram um valor menos expressivo de católicos. As sub-regiões mais interiores, como **Viseu Dão Lafões** e **Beiras e Serra da Estrela**, são os únicos territórios que superam o limiar de 90% de população católica. As restantes sub-regiões mostram valores mais baixos, embora superiores à média nacional – nos mapas, são as sub-regiões do Centro que continuam a mancha de cor preponderante no Norte. Se, no plano regional, a leitura de norte para sul apresenta uma tendência para o decréscimo do peso relativo da população católica, no plano sub-regional, observa-se a tendência, embora parcial, para o mesmo movimento depressivo do interior para o litoral. Assim, para a morfologia das pertenças religiosas, a preponderância católica é afetada, tendencialmente, no duplo movimento de norte para sul e do interior para o litoral (Figuras 34 e 35).

Na região Centro, o **Oeste** registou, em 2021, uma percentagem de 78,6% de católicos. Trata-se do valor mais baixo, no universo destas sub-regiões (Norte e Centro), indiciando a sua proximidade à realidade

sociodemográfica da **Área Metropolitana de Lisboa (AML)**. Tanto o **Oeste** como as restantes sub-regiões do Centro registaram, na última década censitária, uma diminuição da população católica, com particular evidência nas sub-regiões do centro interior **Beiras e Serra da Estrela** e a **Beira Baixa**, que se apresentam como os territórios onde mais diminuiu o peso relativo da população católica, anunciando alterações assinaláveis para os próximos anos.

A **AML**, com uma percentagem de 67,5%, registou, em 2021, o segundo valor mais baixo em termos regionais, com menos 12,7 pontos percentuais abaixo do valor nacional (80,2%). Esta região do país tem sido, desde 1991, uma área *sui generis*, tendo em conta uma menor preponderância da população católica, a afirmação de outras identidades religiosas e, sobretudo, o acentuado crescimento das pessoas sem pertença religiosa. Este valor será compreendido de melhor forma quando lido em paralelo com a análise sociodemográfica do país e com a análise da persistência de outros grupos de pertença ou de não pertença religiosa. Será importante fazer um *zoom* deste território, com mudanças estruturais da sua composição social e familiar, sem precedentes no território nacional.

Na região do Alentejo surgem dinâmicas distintas e até certo ponto contraditórias. O **Alentejo Litoral** registou em 2021 o valor percentual mais baixo de população católica a nível nacional (62,1%). As circunstâncias identitárias no **Alentejo Litoral** revelam, pois, uma menor presença e uma diminuição estrutural do catolicismo, realidade que nos anos 1990 já era documentável. Estes valores revelam o impacto de dinâmicas recentes num território marcado já, no seu curso histórico, por um menor enquadramento institucional das religiosidades. Em 1991, o **Alentejo Litoral** apresentou-se como a sub-região do país com o índice de pertença católica mais baixo, característica que se acentuou no último período censitário, com uma descida na ordem dos 10%.

As restantes sub-regiões do Alentejo manifestaram um comportamento ora de aproximação aos valores que se registam nas sub-regiões

do interior centro, como o **Alto Alentejo** (85,2%) e o **Alentejo Central** (79,0%), mas também nas sub-regiões mais cosmopolitas, como a **Lezíria do Tejo** (77,4%) e o **Baixo Alentejo** (73,0%) – aliás esta última sub-região foi a que apresentou a maior descida de população católica, na ordem dos 13%.

Embora por fatores distintos, o **Algarve** acompanha a tendência descrita para a sub-região do Alentejo Litoral e da AML. Com uma percentagem de apenas 65,9% de população católica, em 2021, é o segundo território do país com menor presença da pertença católica. Tendo em conta a organização administrativa do Algarve, coincidindo região e sub-região, para conhecermos a sua diferenciação interna, será necessário estudar o indicador de pertença religiosa no plano municipal.

Como se observou, na análise regional, verifica-se que as duas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira mantêm a persistência de percentagem de população católica, uma tendência quase que inalterada ao longo das últimas décadas. Os **Açores** registaram, em 2021, 91,6%, e a **Madeira** 90,9%. Ambos os territórios revelam um nível de presença católica persistente ao longo dos anos, superando quase sempre os 90%, com pequenas oscilações.

Outras identidades cristãs na escala sub-regional

A presença da tradição cristã no território é mais ampla do que o universo dos católicos. Os Censos 2021 permitiram a identificação – para além de um grupo englobante constituído por «outros grupos cristãos» – de identidades concretas como os ortodoxos, os protestantes/evangélicos e as Testemunhas de Jeová. No seu conjunto, estas identidades crescem e veem incrementado o seu peso relativo no território nacional.

Em todo o território nacional, este conjunto representa 4,6% da população, apresentando, na última década censitária, um crescimento na ordem dos 36%. A presença destas identidades é mais significativa nas sub-regiões que, como se referiu anteriormente, refletem uma

diminuição do peso relativo da população católica a favor das outras posições religiosas. Significa isto que a presença de outras identidades cristãs, em geral, aumenta tendencialmente de norte para sul: na região do **Norte** do país 2,8%, na **AML** 7,0% e no **Algarve** 10,3%.

Importa, no entanto, analisar a heterogeneidade que descreve o universo cristão minoritário, uma vez que, dentro desse conjunto amplo, as identidades apresentam distribuições diversas no território.

A população protestante/evangélica na escala sub-regional

A população protestante/evangélica, de acordo com a comparação entre os Censos 1991 e 2021, conheceu um crescimento superior a 400%. Apresenta-se como uma identidade religiosa em crescimento em todas as sub-regiões, de norte a sul do território, com destaque para a região Norte e para o Algarve, que registaram aumentos na ordem dos 500%. No entanto, é preciso ter em conta a natureza deste excecional aumento percentual. Para compreender a natureza deste incremento, no caso do Norte, é necessário ter em conta que essa população, em termos absolutos e relativos, apresentava, em 1991, frequências muito baixas. No caso do **Cávado** e do **Tâmega e Sousa**, por exemplo, o crescimento na última década censitária supera os 800%, atingindo, em 2021, 1,4% e 1,6%, respetivamente.

A análise dos valores obtidos desde 1991 até 2021 reflete uma aceleração deste crescimento, em particular na última década (Figura 38). A **AML** e o **Algarve**, desde os anos 90 do século passado, distinguem-se como as regiões e sub-regiões de maior peso dos protestantes/evangélicos. O Algarve conta, em 2021, com 4,5% e a AML com 3,5% de protestantes. Em termos geográficos, podemos falar de uma identidade litoralizada: **Algarve** (4,5%); **AML** (3,5%); **Lezíria do Tejo** (2,8%); **Oeste** (2,6%) e **Região de Aveiro** (2,1%). As regiões autónomas dos Açores e da Madeira apresentam valores que não ultrapassam 1% (Figuras 36-38).

Figura 36: População protestante/evangélica (%) por sub-região (NUTS III, 2021)

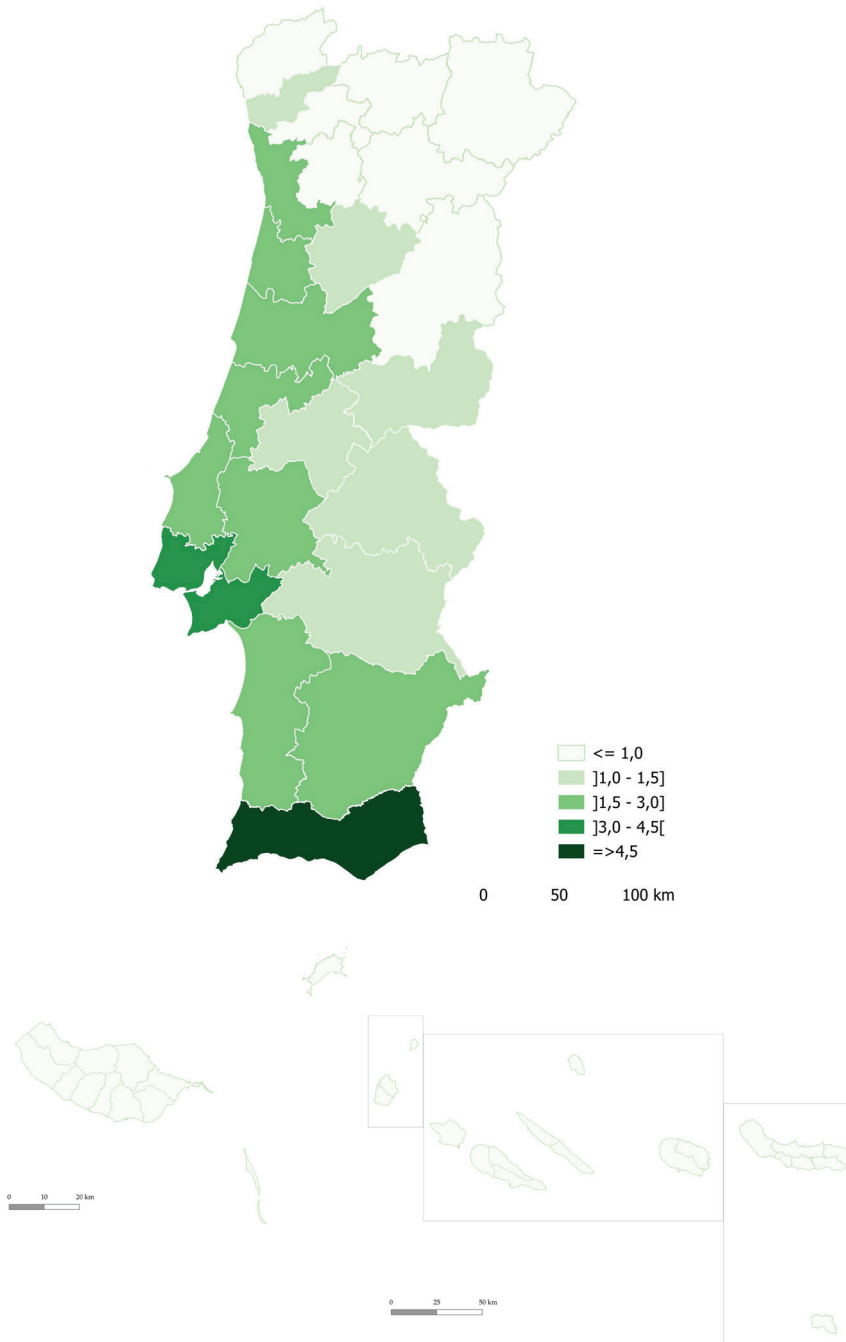


Figura 37: População protestante/evangélica (%) por município (NUTS III, 2021)

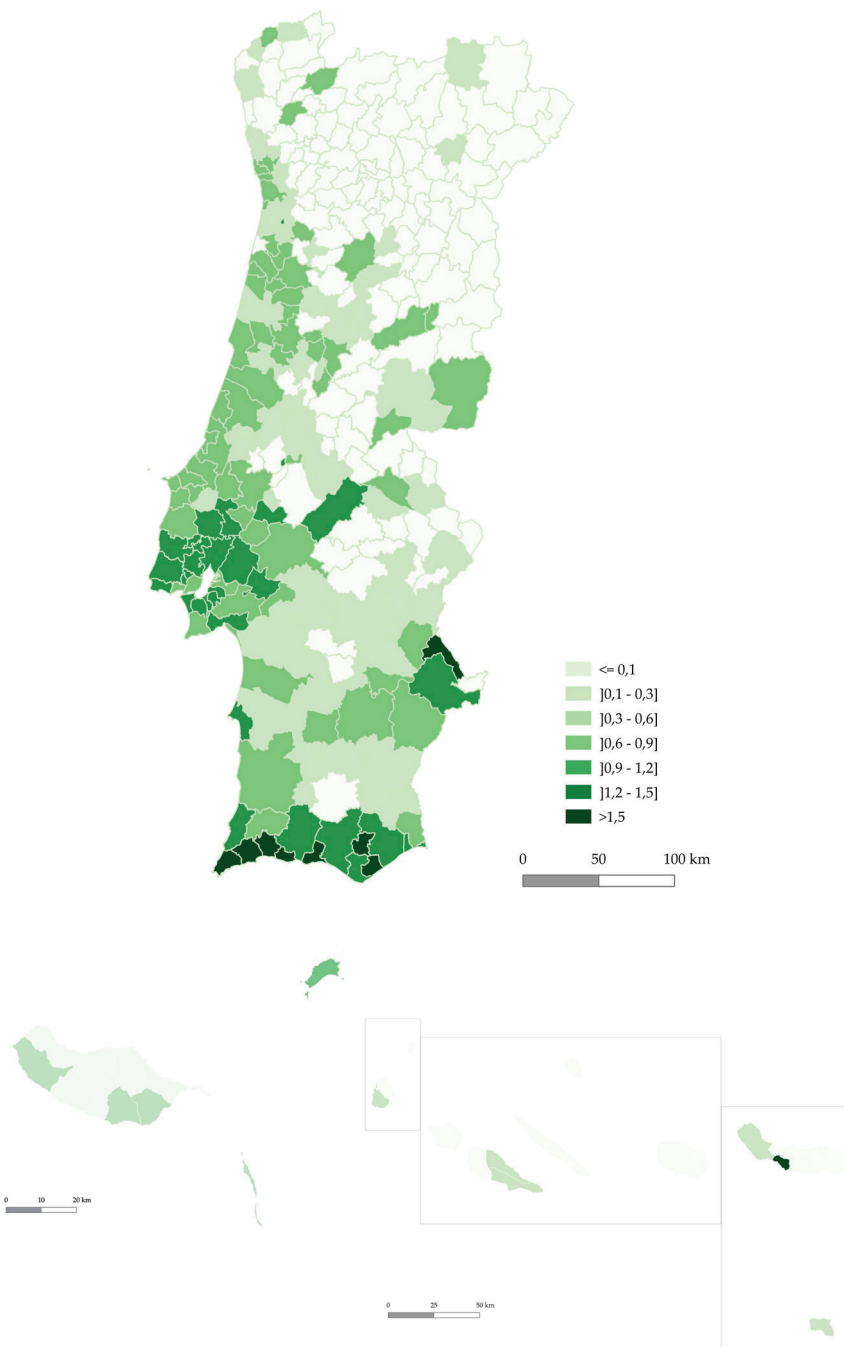
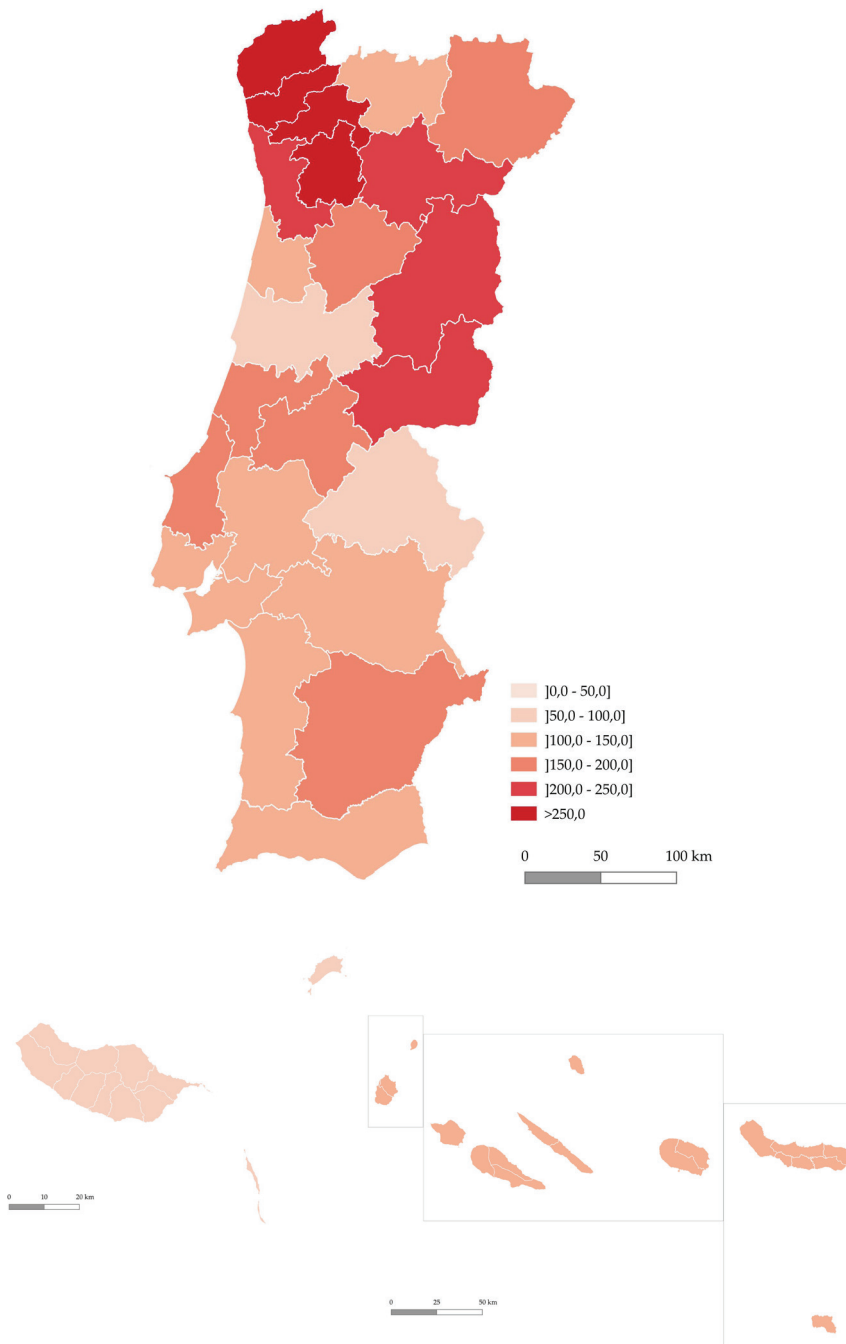


Figura 38: Variação da população protestante/evangélica (%) por sub-região (Censos, 2011-2021)



A população ortodoxa na escala sub-regional

Na geografia sub-regional, o grupo da população ortodoxa regista uma presença muito minoritária e com desigual distribuição pelo território (Figura 39). No entanto, a presença ortodoxa cresceu, na última década, mais de 400%. Nas sub-regiões do Norte, em particular, a população ortodoxa tem pouca expressão demográfica. Mesmo no contexto da **Área Metropolitana do Porto**, esta presença não ultrapassa os 0,3%. Nas sub-regiões do **Tâmega e Sousa** e do **Ave**, a variação, entre 2011 e 2021, é mesmo negativa – aliás, são as únicas sub-regiões, a nível nacional, que registam este tipo de ocorrência (Figuras 39-41).

Figura 39: População ortodoxa (%) por sub-região (NUTS III, 2021)

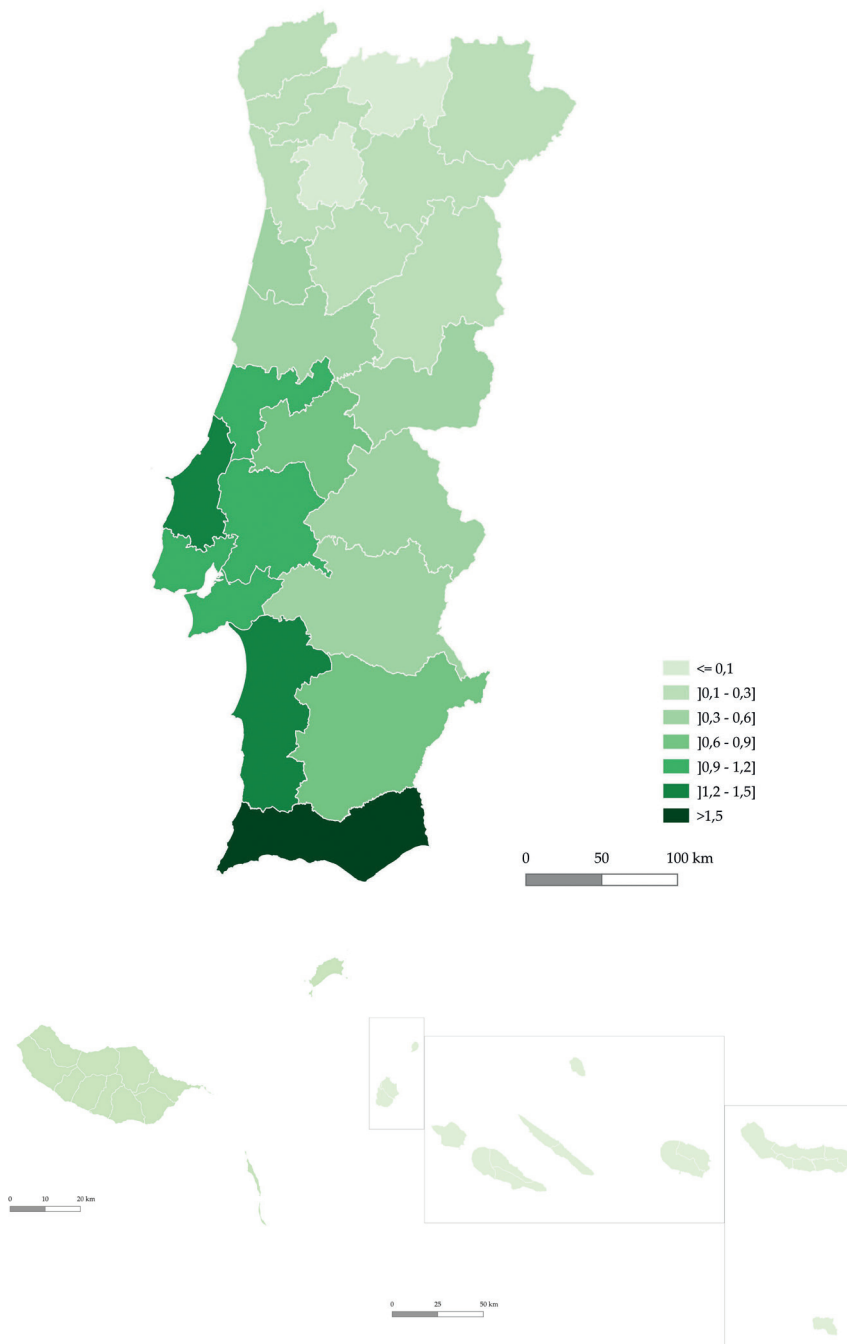


Figura 40: População ortodoxa (%) por município (Censos 2021)

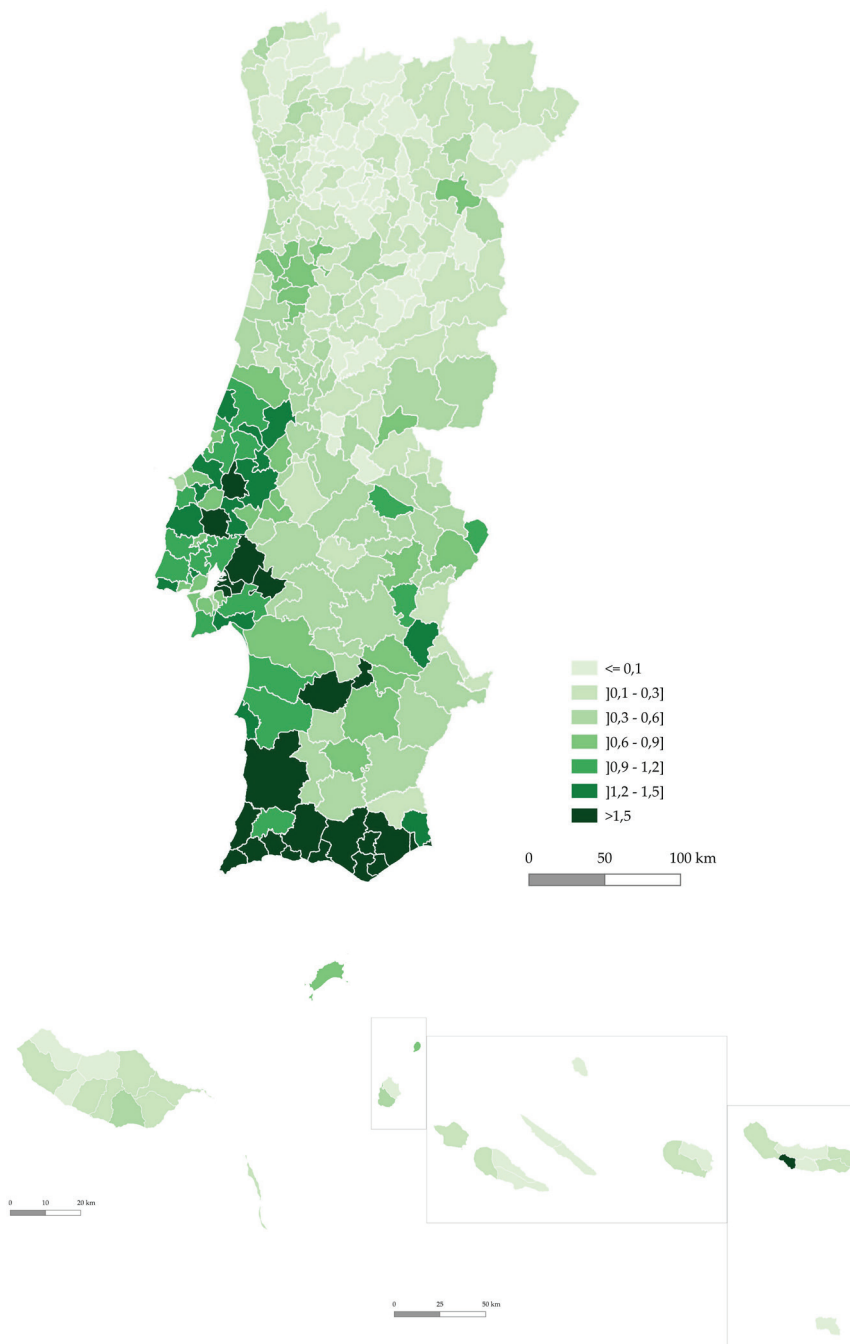
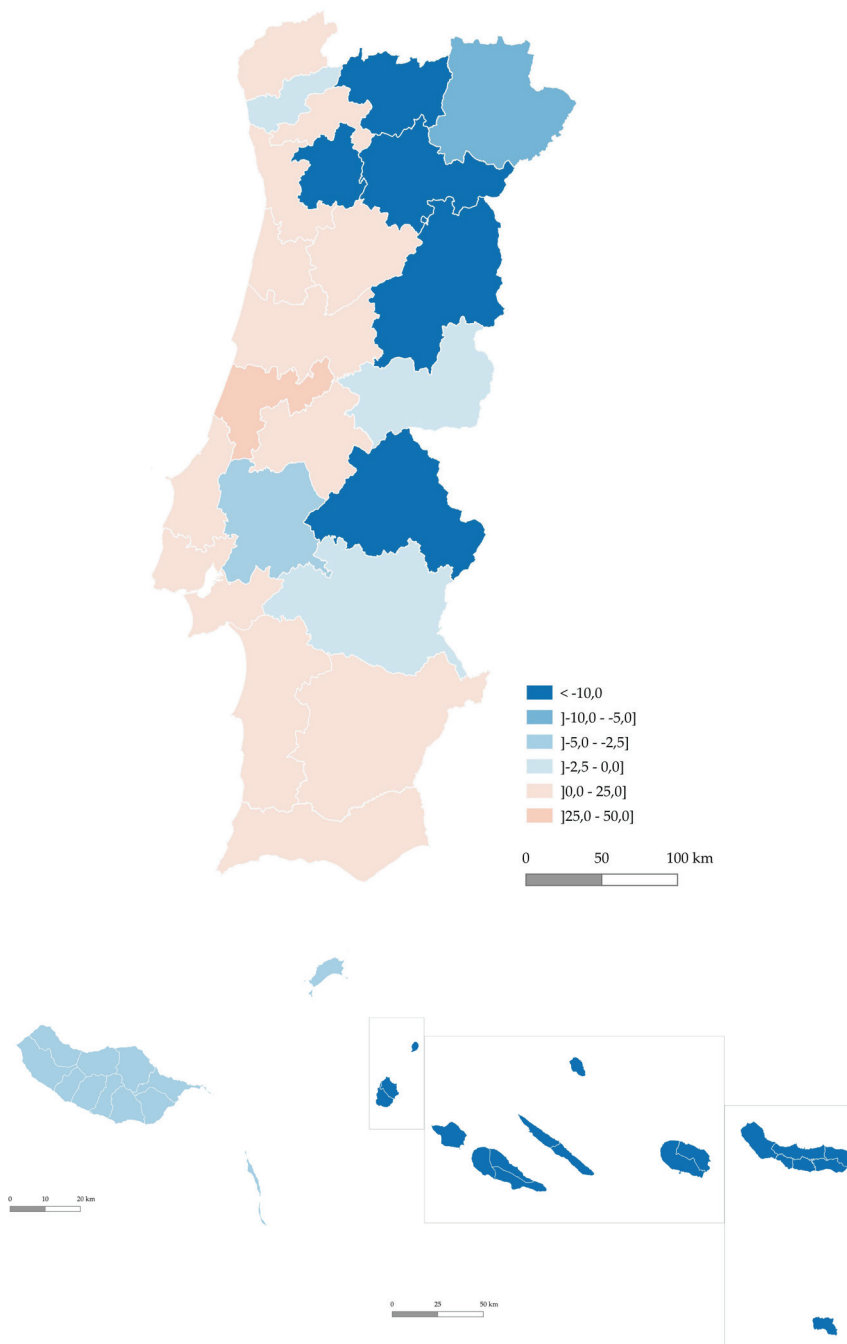


Figura 41: Variação da população ortodoxa (%) por sub-região (NUTS III, 2011-2021)



No Centro, são as sub-regiões mais a sul, como o **Oeste** (1,2%) e a **Região de Leiria** (1,0%), que registam uma percentagem acima da média regional (0,6%) e nacional (0,7%). Nestas sub-regiões do centro litoral, o aumento da população ortodoxa, entre 2011 e 2021, ultrapassou os 750%. Em contexto semelhante, encontram-se também, em 2021, as sub-regiões da **AML**, do **Alentejo Litoral** e da **Lezíria do Tejo**, cujos valores superam o valor de referência nacional, ultrapassando 1% de população ortodoxa, com variações superiores a 700%.

Com valores muito distintos do território nacional restante, surge a sub-região do **Algarve**, com 3,2% de população ortodoxa. Foi este o território em que esta identidade mais cresceu na última década. Saliente-se que, já em 2001, o Algarve se destacava quanto aos números da população ortodoxa.

As duas regiões autónomas dos **Açores** e da **Madeira** apresentam-se com uma percentagem pouco significativa de população ortodoxa. No caso específico dos Açores, a percentagem diminuiu entre 2011 e 2021.

Neste plano «meso» de observação, pode afirmar-se que, em termos gerais, a população ortodoxa se encontra a sul e tendencialmente litoralizada.

Testemunhas de Jeová na escala sub-regional

Uma das novidades do inquérito de 2021 diz respeito à população afiliada às Testemunhas de Jeová – como já foi sublinhado, pela primeira vez, na história dos Censos, foi disponibilizada esta categoria de identificação, permitindo, assim, de forma inédita, a sua visibilidade sociodemográfica (Figuras 42 e 43).

Figura 42: Testemunhas de Jeová (%) por sub-região (NUTS III, 2021)

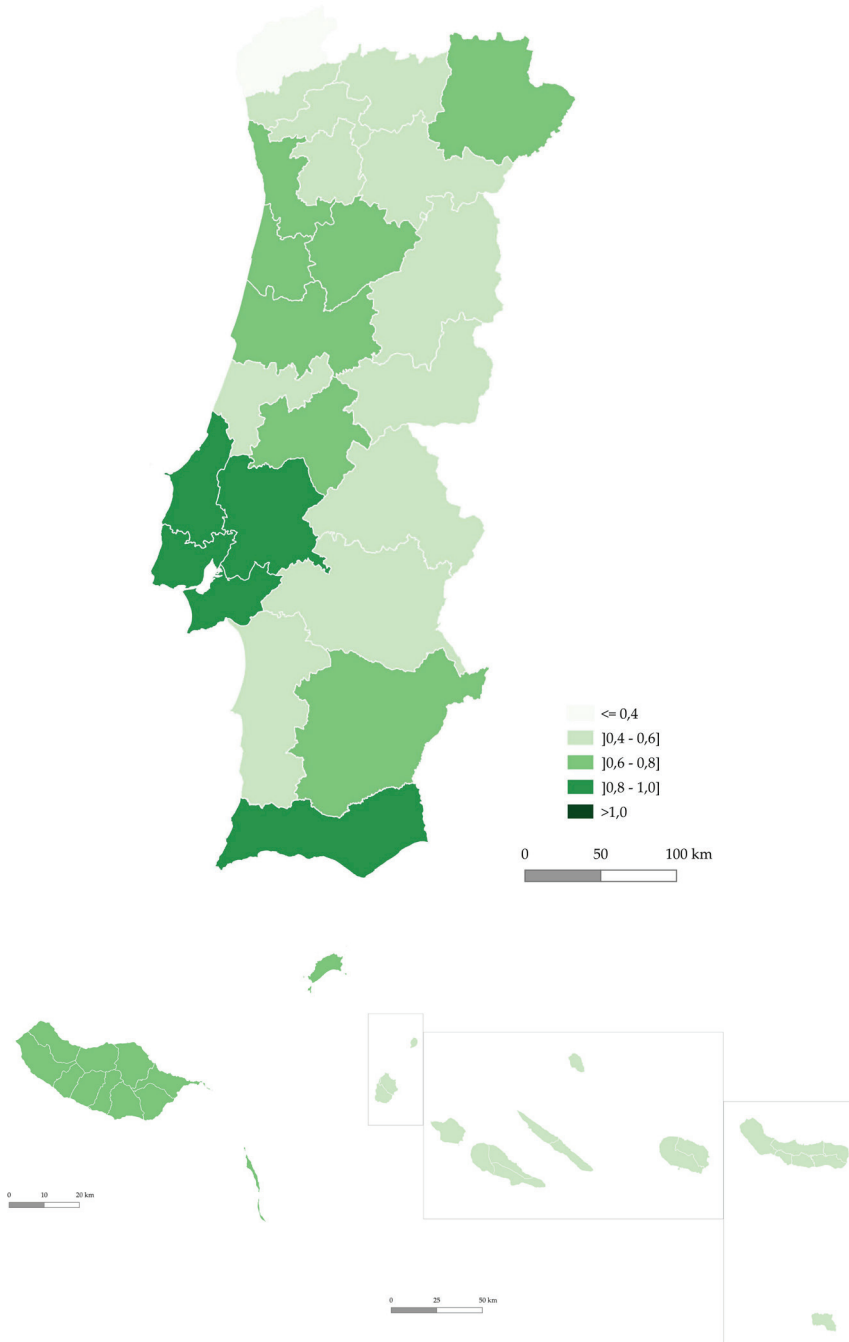
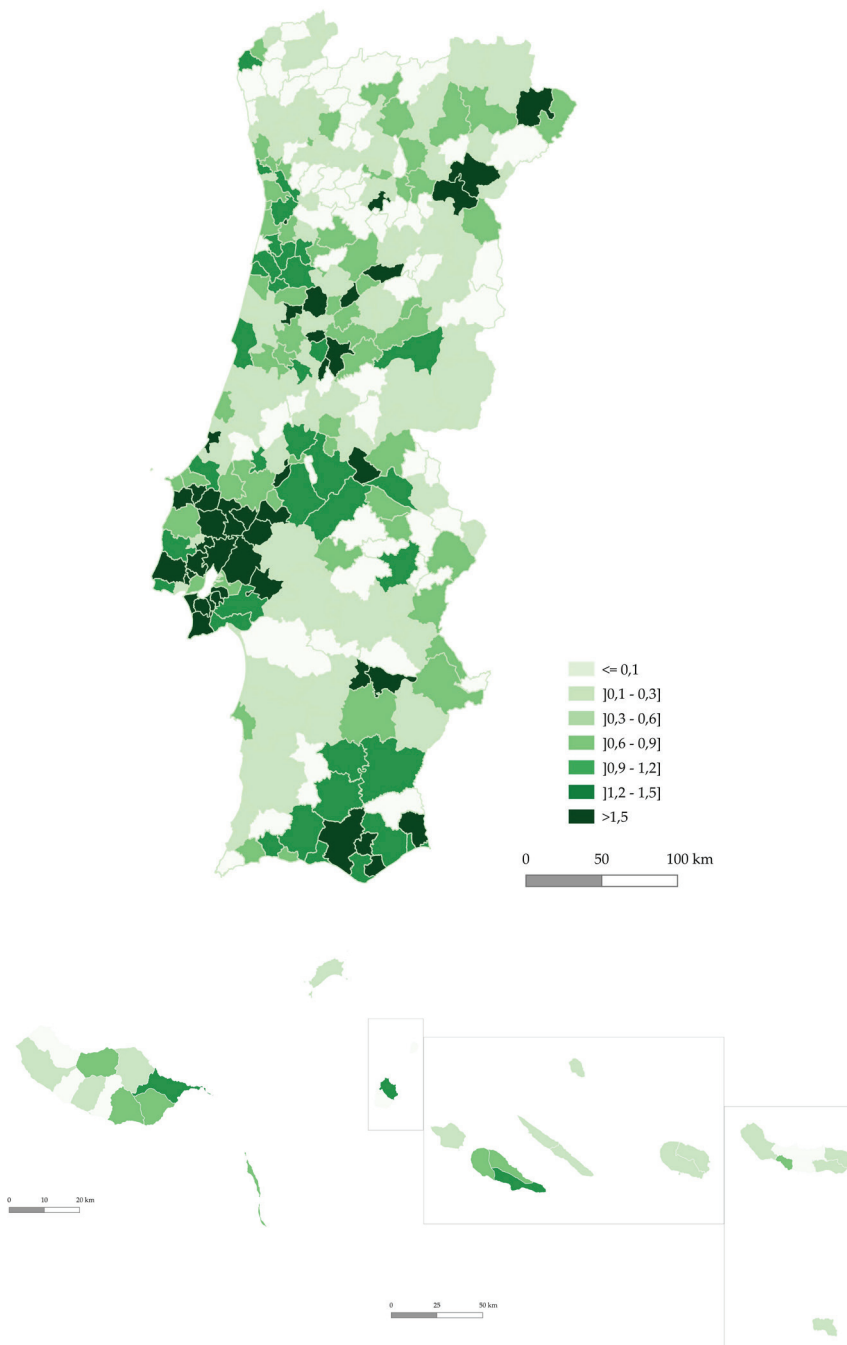


Figura 43: Testemunhas de Jeová (%) por município (Censos 2021)



Os dados apurados (0,7%), embora não possam ser comparáveis com outros anos censitários, mostram uma realidade com expressão minoritária no território nacional, mas com uma distribuição com menos contrastes ou concentrações, diferindo, assim, de outras identidades minoritárias.

Para percebermos a pertinência de uma estratégia de visibilização desta identidade religiosa, importa referir que, em termos nacionais, se situa no mesmo plano de representatividade dos ortodoxos, superando qualquer uma das identidades religiosas não cristãs. Nas Regiões Autónomas e no Centro, supera até a posição dos ortodoxos. Apresenta, no entanto, um peso relativo bastante menor que os protestantes/evangélicos. Tenha-se em conta, porém, que este conjunto é constituído por um número muito diverso de Igrejas, na maior parte dos casos, independentes, sem relação orgânica entre si. De modo diverso, as comunidades de Testemunhas de Jeová distribuem-se no território no quadro de uma estruturação orgânica, que confere à sua identidade características mais unitárias.

Em termos sub-regionais, destacam-se os territórios da região Norte como o **Cávado**, o **Alto Minho** e o **Tâmega e Sousa** com 0,4% de Testemunhas de Jeová, uma percentagem abaixo do valor de referência regional (0,6%) e nacional (0,7%). Seguem-se as sub-regiões do **Ave** e do **Alto Tâmega** com 0,5%, a que se juntam as sub-regiões do Centro, com a mesma percentagem, como a **Região de Leiria**, a **Beira Baixa** e as **Beiras e Serra da Estrela**. Num percurso na direção de norte para sul do país, só as sub-regiões do Alentejo Litoral e do Alentejo Central registam percentagens semelhantes. Por contraste, as sub-regiões da AML e o Algarve registam, em 2021, as maiores percentagens de Testemunhas de Jeová, 1% e 0,9%, respetivamente. Nas Regiões Autónomas, os valores estão mais perto dos valores de referência nacional – 0,5% nos Açores e 0,6% na Madeira.

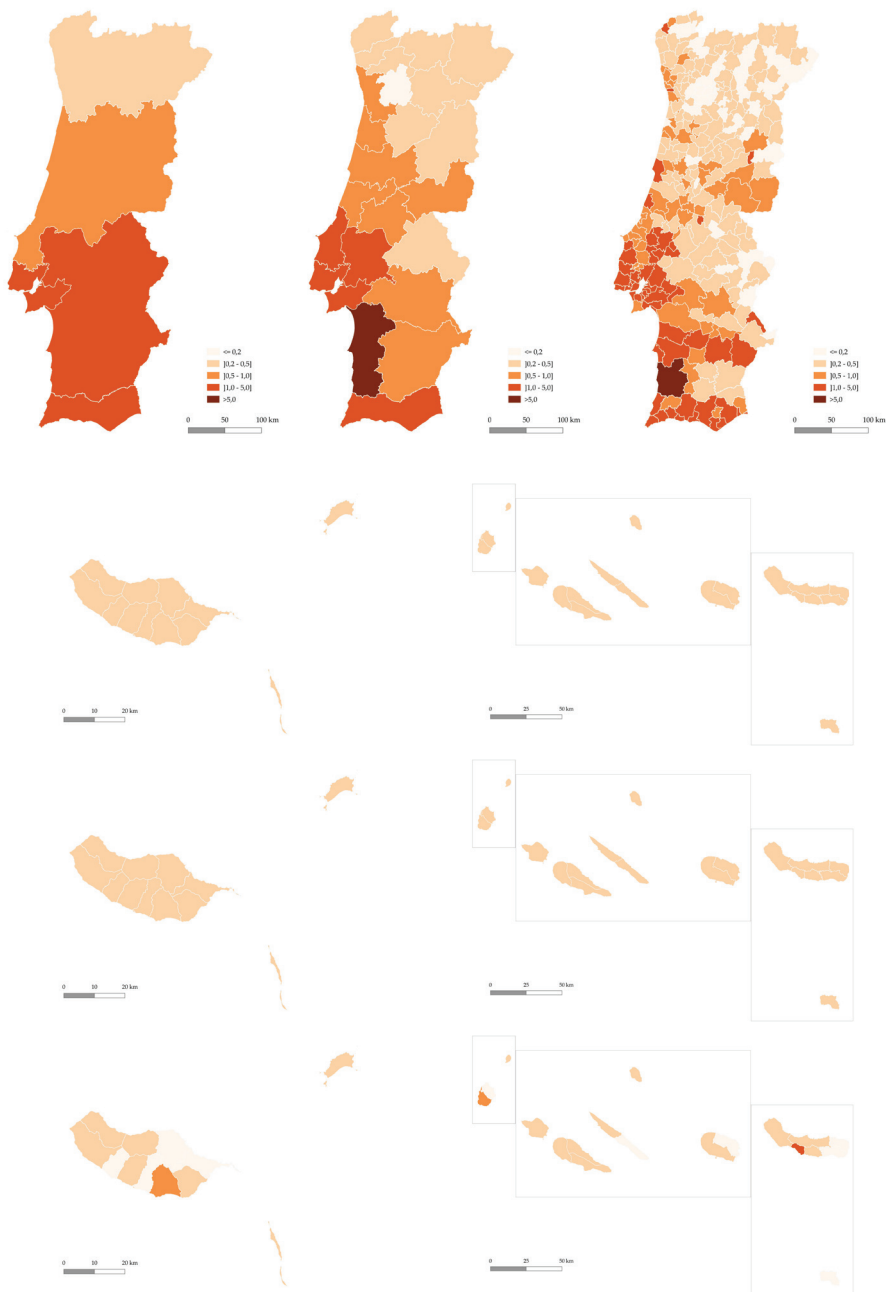
De facto, os valores apresentados não oscilam percentualmente, aferindo uma uniformidade geográfica nesta identidade religiosa cristã, isto porque das regiões do país, o valor das Testemunhas de

Jeová oscila entre 0,5% e 1,0%, ou seja, há pouca diferenciação territorial. A característica mais saliente desta minoria demográfica passa pela morfologia da sua distribuição no território (Vilaça 2022; Pinto 2012; Vilaça 2006).

Outras identidades religiosas na escala sub-regional

Esta população apresenta uma distribuição muito diferenciada no conjunto dos territórios. Em algumas áreas geográficas, a sua presença é ténue, mas concentra-se noutras (Figura 44).

Figura 44: População de outras identidades religiosas (%) por região (NUTS II), sub-região (NUTS III) e município (Censos 2021)



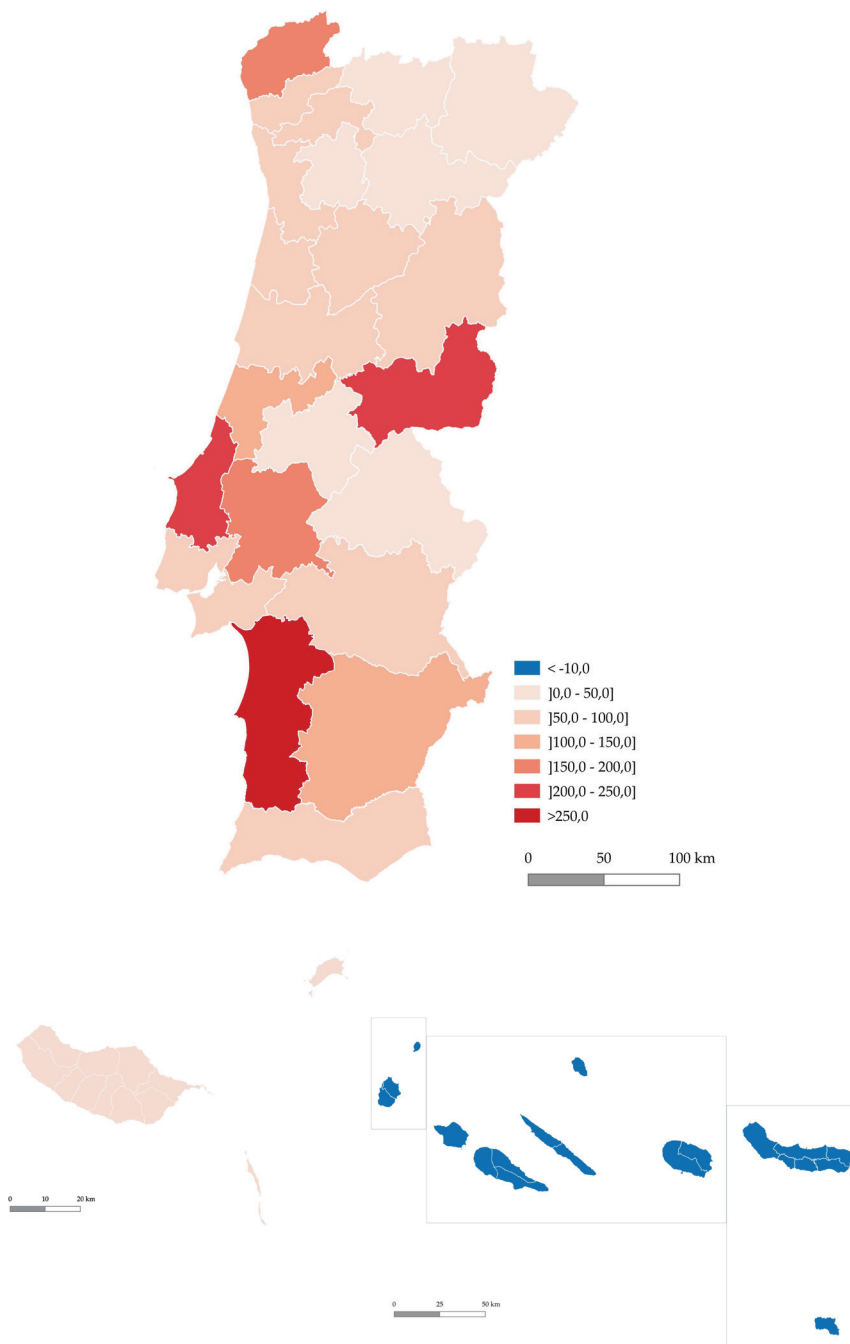
Em 2021, quanto à presença de outras identidades religiosas (não cristãs), as sub-regiões do norte do país continuam a marcar uma tendência de menor diversidade, registando percentagens de população budista, hindu, judaica e muçulmana sempre abaixo do valor de referência nacional (Figuras 45 e 46). Apenas a sub-região da **Área Metropolitana do Porto**, com um total de nove mil declarantes, contraria esta tendência e apresenta um valor mais significativo de população de outras identidades religiosas, diversas da matriz cristã. A sub-região de **Terras de Trás-os-Montes** foi a que registou o valor mais baixo a nível nacional, com apenas 289 declarantes.

No centro do país, as sub-regiões que se destacam pela maior presença de identidades religiosas não cristãs são as que se concentram geograficamente numa faixa do litoral, como o **Oeste**, a **Região de Coimbra**, a **Região de Aveiro** e a **Região de Leiria**. Por contraste, **Viseu Dão Lafões**, **Beira Baixa** e **Beiras e Serra da Estrela** são territórios com uma presença de identidades religiosas não cristãs pouco expressiva.

A **AML** é, mais uma vez, um território que merece ser olhado de forma dedicada. Só nesta área do país se concentra mais de metade da população não cristã (56,1%), com cerca de 56 mil pessoas.

O Alentejo e o Algarve apresentam uma percentagem total muito próxima em termos de presença destes grupos religiosos. No Alentejo, as sub-regiões do **Alentejo Litoral** e da **Lezíria do Tejo** apresentam-se em continuidade com aquela mancha de maior presença de outras identidades religiosas, numa faixa ao longo do litoral português. Mas deve destacar-se o **Alentejo Litoral**, por ser a sub-região em Portugal que, para além da AML, tem o valor mais expressivo (5,6%).

Figura 46: Variação da população de outras identidades religiosas (%) por sub-região (2011-2021)



População sem pertença religiosa na escala sub-regional

A população sem religião é o segundo conjunto mais representado em Portugal, uma vez que mais de 1 milhão e 200 mil portugueses assinalaram, nos Censos de 2021, que não têm pertença religiosa. Conforme já foi referido, com valores cada vez mais expressivos, a população sem religião passa de 2,7% em 1991 para 14,1% em 2021.

Em termos gerais, a distribuição da população sem pertença religiosa tende a ter uma progressão inversa à da população católica. A desfiliação religiosa cresce para sul e na direção do litoral. A leitura sinótica dos mapas das regiões, das sub-regiões (NUTS III) e dos municípios torna evidente esta tendência, com matizes próprios em cada escala (Figura 47).

Os valores sub-regionais revelam um território desigual, com disparidades sub-regionais que ultrapassam os 20 pontos percentuais (Figura 48). As sub-regiões do Norte, como seria de esperar, pelas razões já antes referidas, são as que apresentam uma percentagem mais diminuta de população sem religião. Com um valor de referência regional, em 2021, de 8,7% de população sem religião, as sub-regiões do norte do país, como a do **Tâmega e Sousa** e do **Alto Tâmega**, registaram, no mesmo período, valores de 4,1% e 4,7%, respetivamente. São os territórios com os valores mais baixos a nível nacional, tendência que persiste desde os anos 90 do século xx. Com exceção da **Área Metropolitana do Porto**, com 11,8%, e do **Cávado**, com 7,5%, todas as sub-regiões do Norte revelam esta tendência, no que toca à presença de uma população que se autorrepresenta sem pertença religiosa (Figura 48).

Figura 47: População sem afiliação religiosa (%) por região (NUTS II), sub-região (NUTS III) e município (Censos 2021)

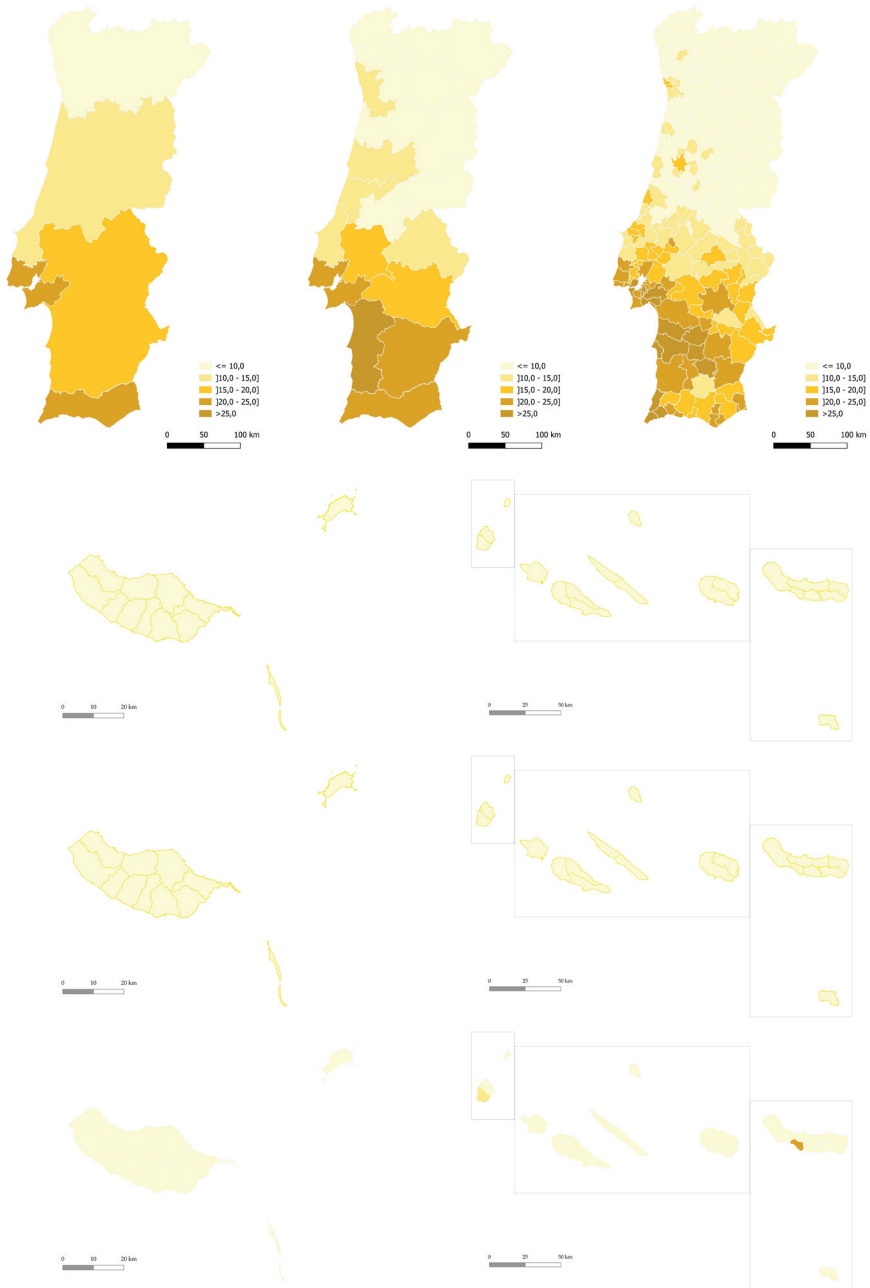
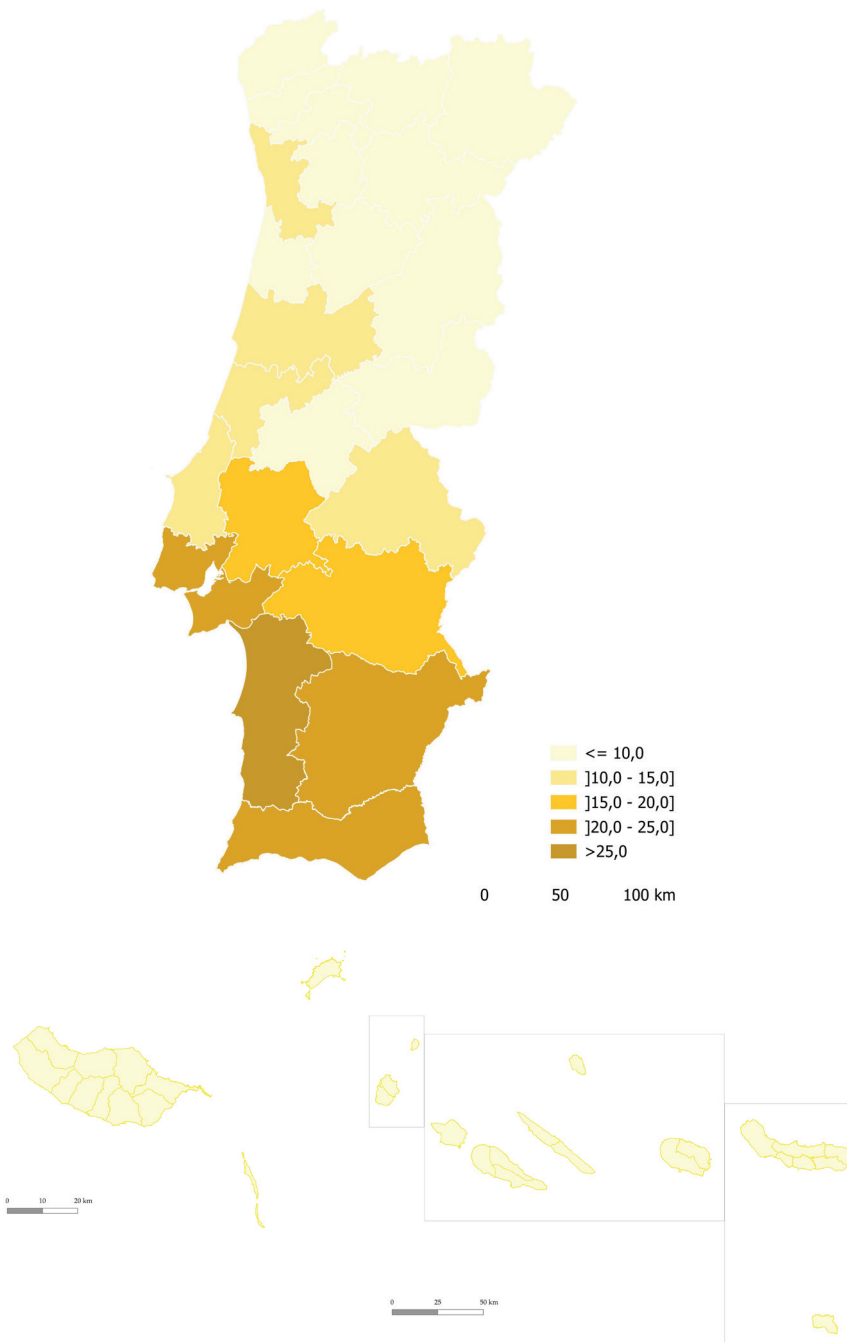


Figura 48: População sem afiliação religiosa (%) por sub-região (Censos 2021)



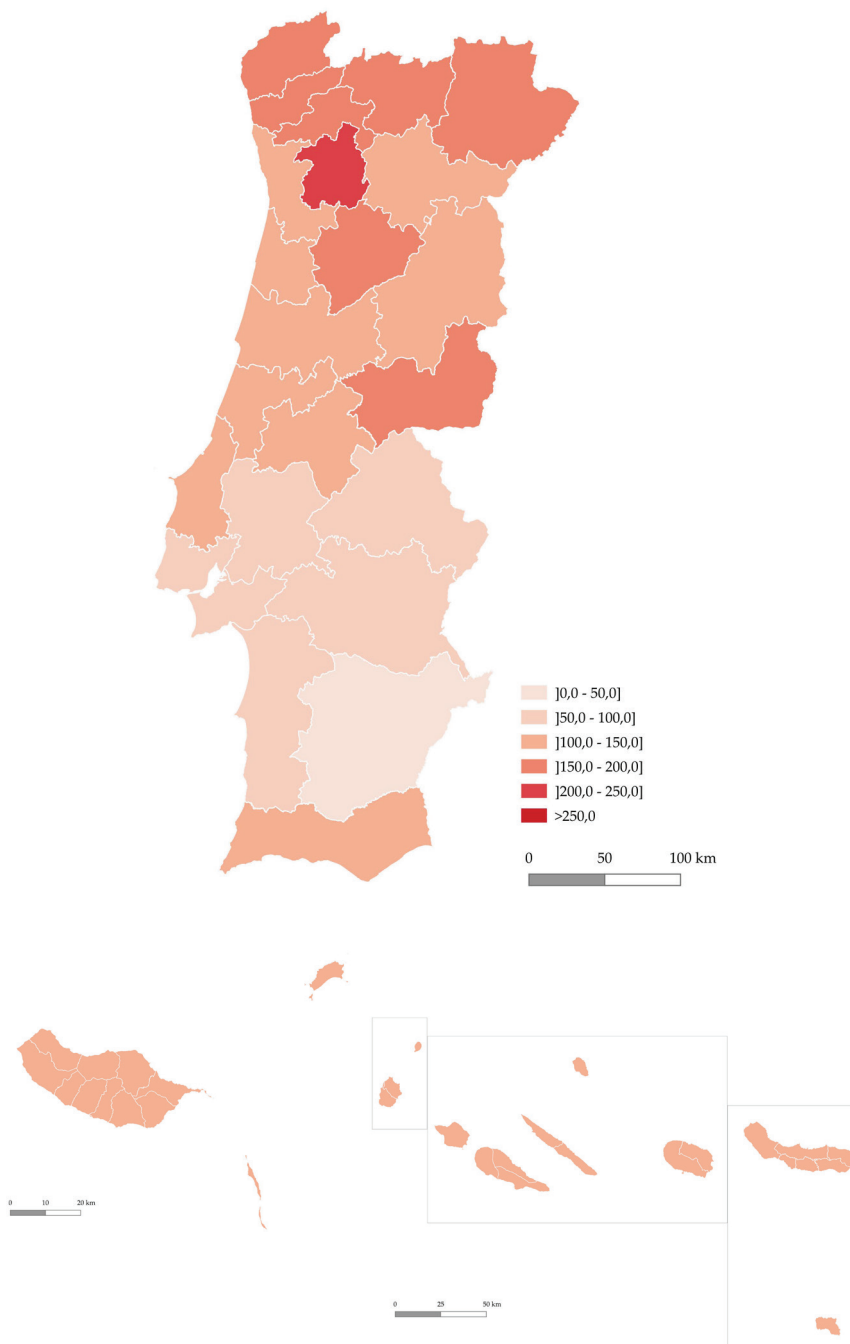
Esta tendência para uma menor representação da população sem afiliação religiosa prolonga-se geograficamente, mais a sul, e de uma forma quase contínua, territorialmente. As sub-regiões **Beiras e Serra da Estrela**, **Beira Baixa**, **Viseu Dão Lafões** e **Região de Aveiro** apresentam percentagens de população sem religião pouco expressivas, reforçando, por outra via, a observação de que nestas sub-regiões se encontra fortemente vincada a presença de um catolicismo culturalizado.

As sub-regiões do centro litoral, como a **Região de Coimbra** e o **Oeste**, parecem contrariar esta tendência e evidenciar, uma vez mais, a aproximação às realidades sociodemográficas mais a sul do país. Destaca-se a sub-região do Oeste, uma vez que, com 14,8% de população sem religião, é das sub-regiões a norte do rio Tejo com um valor mais elevado.

De uma forma muito clara, a **Área Metropolitana de Lisboa** é a região com um valor mais expressivo a nível nacional. Em 2021, quase um quarto da população de Lisboa (23,1%) diz não ter pertença religiosa, valor esse que já em 2011 era o mais elevado a nível regional (Figura 49).

Mas a geografia mostra ainda uma outra realidade muito significativa, uma vez que as sub-regiões do Alentejo, contíguas geograficamente à AML, apresentam valores tão ou mais elevados. A sub-região do **Alentejo Litoral**, com 27,7%, e do **Baixo Alentejo**, com 22,0%, conjuntamente com a **AML** e o **Algarve** (21,7%) formam um território litoral que merece uma particular atenção, pois são os territórios onde a população sem religião atinge um valor expressivo e sem comparação com outras sub-regiões portuguesas.

Figura 49: Variação da população sem afiliação religiosa (%) por sub-região (2011-2021)



Identidades religiosas e dinâmicas sociodemográficas

Tendo em conta a diversidade da distribuição da afiliação e desfiliação religiosa na geografia do território português, importa caracterizar as sub-regiões (NUTS III) tendo em conta as possíveis correlações entre os dados sobre a religião e outras variáveis sociodemográficas. Assim, nesta secção, põr-se-á em destaque alguns descritores da situação religiosa no tecido das sub-regiões, já anteriormente caracterizadas a partir de cada classe de pertença religiosa, procurando compreender de que modo esses descritores se podem correlacionar com outras dinâmicas sociodemográficas e económicas nos territórios.

Sub-regiões do Norte

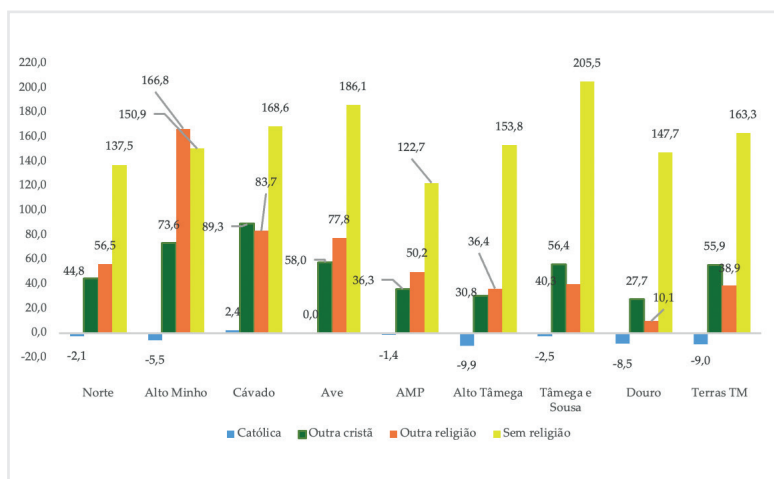
Os resultados da inquirição Censos 2021 permitiram verificar que a percentagem de população católica do país é muito saliente em três sub-regiões do Norte: **Tâmega e Sousa**, **Alto Tâmega e Douro**, áreas geográficas que, de forma consequente, apresentavam percentagens mais baixas de população pertencentes a outras denominações cristãs, a outras religiões e de população sem pertença religiosa. A preponderância da matriz católica e, consequentemente, a menor diversidade religiosa destas áreas geográficas persistem ao longo dos anos, mesmo no quadro de algumas mudanças sociodemográficas (Tabela 10, Figura 50).

Tabela 10: Posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)

Área geográfica	Posições religiosas			
	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Portugal	80,2	4,6	1,1	14,1
Continente	79,7	4,7	1,2	14,5
Norte	88,1	2,8	0,5	8,7
Alto Minho	91,1	2,0	0,4	6,6
Cávado	89,3	2,8	0,4	7,5
Ave	92,2	1,7	0,3	5,8
AMP	83,8	3,8	0,6	11,8
Alto Tâmega	93,7	1,3	0,2	4,7
Tâmega e Sousa	94,4	1,3	0,2	4,1
Douro	93,1	1,5	0,3	5,1
Terras de Trás-os-Montes	92,5	2,0	0,3	5,3

Em 2021, na sub-região do **Douro**, o município de **Mesão Frio**, com 97%, apresenta-se com a maior percentagem de católicos do país. Seguem-se os municípios de **Ribeira de Pena**, da sub-região do **Alto Tâmega**, e os municípios de **Baião**, **Celorico de Bastos**, **Cinfães e Resende**, da sub-região do **Tâmega e Sousa**, com percentagens na ordem dos 96%. Estes municípios são determinantes para notabilizar a região Norte na identidade católica no país.

Figura 50: Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)



Mesão Frio recolhe ainda mais atenção na geografia das identidades religiosas, uma vez que se apresenta como o município com menor presença de outras afiliações religiosas cristãs (0,8%) e não cristãs (0%) e mesmo o município com menor percentagem de população sem religião (2,2%). No entanto, esta realidade é semelhante aos municípios assinalados que apresentam grande similitude no quadro das pertenças e não pertenças religiosas e um distanciamento relativamente a outros contextos geográficos. Assim, as sub-regiões do **Alto Minho**, **Cávado**, **Ave** e **Terras de Trás-os-Montes** – tal é ainda mais vincado nestas duas últimas sub-regiões, cuja percentagem média de população católica supera os 92%.

A sub-região da **Área Metropolitana do Porto (AMP)** apresenta uma morfologia diversa, sendo que apenas cinco dos seus 17 municípios registaram, em 2021, uma percentagem de população católica superior a 90% (Arouca, Oliveira de Azeméis, Paredes, Vale de Cambra e Santo Tirso). Todos os restantes municípios apresentaram valores mais reduzidos, com particular destaque para as áreas geograficamente mais centrais da **AMP**, como **Porto** (74,2%), **Matosinhos** (79,8%), **Gaia** (81,4%) e **Maia** (81,8%). Analisando com mais detalhe

esta realidade metropolitana, verificamos que são municípios com percentagens significativas, no contexto regional, de população com outras afiliações cristãs e não cristãs e, em especial, de população sem pertença religiosa.

Na sub-região da **AMP**, esta diversidade religiosa está patente nas percentagens mais elevadas e superiores à média regional de população integrada em todos os outros grupos cristãos (3,8%) (Tabela 11). A população ortodoxa representa 0,3% da população, a população protestante/evangélica com 1,6%, as Testemunhas de Jeová com 0,7% e outras identidades religiosas com 0,6%. Do conjunto dos municípios da **AMP**, destaca-se **São João da Madeira**, com valores ainda mais expressivos de população de outros grupos cristãos (5,9%), como as Testemunhas de Jeová, por exemplo, que representam 3,2% da população (Tabela 11).

As outras identidades religiosas, diversas da matriz cristã, são também mais expressivas na sub-região da **AMP**, muito embora seja necessário olhar para uma escala municipal para conseguir interpretar este contexto, pois em termos absolutos e relativos a presença destas identidades é pouco relevante, sobretudo quando comparada com outros contextos metropolitanos, como a **AML** (Tabela 12). O município do **Porto**, por exemplo, registou em todos os grupos não cristãos uma percentagem (1,4%) superior ao valor de referência sub-regional (0,6%). A população muçulmana, por exemplo, representa 0,4% (841 declarantes), e os outros grupos não cristãos representam também 0,4% (881 declarantes).

Tabela 11: Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)

Área geográfica	Outras identidades cristãs			
	Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã
Portugal	0,7	2,1	0,7	1,0
Continente	0,7	2,2	0,7	1,1
Norte	0,2	1,2	0,6	0,8
Alto Minho	0,2	0,9	0,4	0,5
Cávado	0,3	1,4	0,4	0,7
Ave	0,2	0,6	0,5	0,4
AMP	0,3	1,6	0,7	1,3
Alto Tâmega	0,1	0,4	0,5	0,3
Tâmega e Sousa	0,1	0,5	0,4	0,3
Douro	0,1	0,5	0,6	0,3
Terras de Trás-os-Montes	0,2	0,8	0,6	0,4

A população sem pertença religiosa é o segundo grupo mais representativo da **AMP** (11,8%), sendo que no município do **Porto**, com 19,5%, apresenta o valor mais elevado nas regiões Norte e Centro (Tabela 12).

Tabela 12: Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)

Área geográfica	Identidades religiosas					Sem religião
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra religião	
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,5
Norte	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	8,7
Alto Minho	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	6,6
Cávado	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	7,5
Ave	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	5,8
AMP	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	11,8
Alto Tâmega	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	4,7
Tâmega e Sousa	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	4,1
Douro	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	5,1
Terras de Trás-os-Montes	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	5,3

Assim, não sendo uma área homogénea, a região Norte apresenta distintas realidades no quadro religioso, evidenciando, por um lado, sub-regiões (**Alto Tâmega, Tâmega e Sousa e Douro**) onde persiste uma identidade católica muito vincada e com poucos sinais de diversidade e, por outro lado, uma sub-região, a **AMP**, onde a diversificação religiosa é mais pronunciada, estando mais próxima das tendências observadas nos territórios mais cosmopolitas e mais afetados por mobilidades populacionais diversas.

Para uma leitura mais detalhada deste contexto geográfico, importa procurar algumas variáveis sociodemográficas determinantes, permitindo, assim, contextualizar melhor a morfologia religiosa antes apresentada e identificar correlações relevantes, em ordem a construir

um olhar dinâmico sobre as persistências e mudanças religiosas no território nacional.

Do conjunto de variáveis disponíveis, optou-se por analisar, nos dados dos Censos 2021 e em algumas estimativas populacionais do INE, um conjunto estruturante de indicadores sociodemográficos, copresentes na caracterização destes territórios: a população residente e a população estrangeira residente, a estrutura etária e o índice de envelhecimento, a estrutura familiar e o estado civil, e ainda variáveis socioeconómicas como as habilitações académicas, a população ativa por setor de atividade e o poder de compra municipal. Por fim, considera-se útil olhar a questão urbana e analisar a percentagem de população que reside em área predominantemente urbana ou rural, de acordo com os critérios do Instituto Nacional de Estatística.

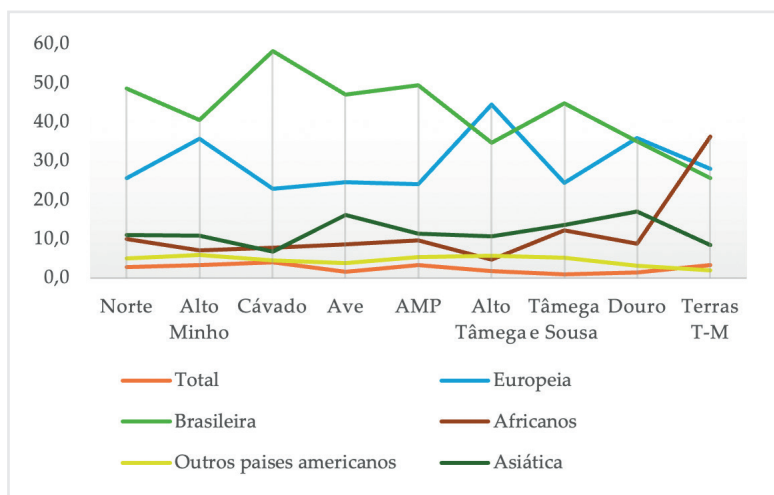
Torna-se evidente a associação entre as áreas de maior peso do catolicismo e menor diversidade religiosa e as áreas que apresentam alguma perda de dinamismo demográfico, social e económico. Veja-se o caso das três sub-regiões do **Alto Tâmega**, **Douro** e **Tâmega e Sousa**, áreas geográficas de maior percentagem de católicos do país, que representam, na última década censitária, os territórios de maior perda demográfica do território nacional, sendo que o **Alto Tâmega** e o **Douro** perdem mais de 10% dos seus residentes. Desta última sub-região, e a nível municipal, **Mesão Frio** e **Torre de Moncorvo** duplicam este valor e perdem 20% da sua população residente (Tabela 13, Figura 51).

Tabela 13: População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)

Área geográfica	População residente	
	Total	Var. 2011-2021
	n	%
Portugal	10 343 066	-2,1
Continente	9 855 909	-1,9
Norte	3 586 586	-2,8
Alto Minho	231 266	-5,5
Cávado	416 605	1,6
Ave	418 455	-1,6
AMP	1 736 228	-1,3
Alto Tâmega	84 248	-10,5
Tâmega e Sousa	408 637	-5,6
Douro	183 875	-10,4
Terras de Trás-os-Montes	107 272	-8,7

Esta perda de vitalidade demográfica é ainda reforçada pelo facto de serem territórios com menor percentagem de população estrangeira, que no caso do **Tâmega e Sousa** é inferior a 1% e no **Douro** é 1,4%, e com tendências de crescimento muito ténues – no caso da sub-região do Douro, o aumento de população estrangeira, entre 2011 e 2021, não ultrapassa 10%. Mas nesta sub-região ocorre ainda um outro fenómeno a reter, uma vez que municípios como **Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Torre de Moncorvo, Mesão Frio e Freixo de Espada à Cinta** registaram uma perda muito elevada de população estrangeira, superior a 19%, prevendo que na próxima década censitária, caso as circunstâncias não se alterem, o contexto demográfico já frágil, em termos sociais, se venha a agravar.

Figura 51: Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)



Trata-se de um território onde as mobilidades humanas e os fluxos migratórios têm pouco impacto, divergindo da tendência a que se assiste numa parte importante do território nacional, na qual a população estrangeira reforça e renova a estrutura etária e social da população residente. A população estrangeira que aqui reside está associada a uma vaga migratória com destino a Portugal, com uma presença muito expressiva de população brasileira – nalgumas sub-regiões representa mais de 40% da população estrangeira residente, como acontece na sub-região do **Cávado**, **AMP**, **Ave** e **Alto Minho**.

Mas importa acrescentar que a população europeia também se faz notar nesta vaga migratória, como na sub-região do **Alto Tâmega** (44,4%), seguida da população asiática, com destaque para **Tâmega e Sousa** (13,5%), **Ave** (16,1%) e **Douro** (16,9%). Nesta última sub-região, com exemplos concretos dos municípios de **Carraceda de Ansiães** (61,8%) e **Penedono** (47,4%), onde a população de origem asiática é predominante face a outras proveniências – o seu impacto pode ser mais significativo nos contextos em que a população residente já apresentava números muito baixos.

No caso particular do **Alto Tâmega**, a estrutura etária da população residente merece atenção. Em 2021, é a sub-região do país com o maior índice de envelhecimento (376,6), situação que se prolonga e agrava já em 2023 (407,5). Em municípios como Montalegre e Valpaços, este valor eleva-se, respetivamente, para 523,3 e 477,7 (Tabela 14).

Este contexto resulta num duplo envelhecimento, com o registo da maior percentagem de população idosa no país (35,0%) e a menor percentagem de população jovem até aos 14 anos de idade (9,1%), fazendo deste território uma área que merece atenção quanto à sua sustentabilidade demográfica e social nas próximas décadas. Nesta sub-região, todos os municípios evidenciam este duplo envelhecimento, com destaque para **Valpaços** com 40,5% de população idosa e apenas 8,2% de população jovem, ou mesmo **Montalegre** com 39,6% de população idosa e 7,4% de população jovem.

Tabela 14: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)

Área geográfica	Família	Estado civil				Estrutura etária			Índice de envelhecimento
	Unipessoal	Solteira	Casada	Viuva	Divorciada	0-14	15-64	≥ 65	
Portugal	24,8	43,5	41,0	7,5	8,0	12,9	63,7	23,4	178,4
Continente	24,9	43,4	41,0	7,5	8,0	12,8	63,5	23,7	180,9
Norte	21,0	41,0	44,7	7,2	7,1	12,3	65,1	22,6	180,8
Alto Minho	23,2	38,5	46,1	9,0	6,4	11,2	60,7	28,1	247,6
Cávado	17,9	42,7	45,3	5,9	6,1	13,3	67,2	19,5	144,6
Ave	17,3	40,3	47,1	6,5	6,1	12,4	66,9	20,7	164,9
AMP	22,0	42,3	42,5	6,8	8,3	12,6	65,5	21,9	171,2
Alto Tâmega	27,4	34,7	47,7	11,4	6,1	9,1	55,9	35,0	376,6
Tâmega e Sousa	16,7	39,7	48,0	6,6	5,6	12,8	68,2	19,1	147,5
Douro	24,9	36,9	47,2	9,8	6,0	10,5	60,8	28,7	270,3
Terras de Trás-os-Montes	27,2	36,9	46,7	10,5	5,9	9,4	56,8	33,8	349,7

Acresce a questão da composição familiar que no caso da sub-região do **Alto Tâmega** é particular, com uma percentagem de famílias unipessoais, constituídas apenas por uma pessoa, em detrimento de famílias mais alargadas (a partir dos três elementos). No quadro deste envelhecimento populacional, perspectiva-se o aumento de situações sociais de isolamento e vivências mais individualizadas – é, de facto, a sub-região do país com maior percentagem de população viúva (11,4%). Situação semelhante encontra-se na sub-região do **Douro**, com 24,9% de núcleos familiares constituídos por uma só pessoa. No **Tâmega e Sousa**, assinala-se uma maior percentagem de população casada, famílias mais numerosas e, de forma consequente, uma maior presença de população jovem.

O que une estas sub-regiões do Norte, para além da sua morfologia religiosa, é o fator económico, apresentando-se como as três sub-regiões com menor poder de compra em 2021. No caso do **Tâmega e Sousa**, é a sub-região do país com menor preponderância do setor terciário, face ao setor secundário, que explica a maior percentagem de população ativa na indústria. No caso das sub-regiões do **Alto Tâmega** e **Douro**, são áreas onde os setores terciário e secundário estão menos presentes e há alguma relevância do setor primário.

Tabela 15: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)

Área geográfica	Ensino superior	População ativa			Poder de compra	Área urbana
		Primário	Secundário	Terciário		
Portugal	19,8	2,9	24,8	72,3	100,0	73,8
Continente	20,0	2,8	25,2	71,9	100,6	74,2
Norte	17,8	2,4	33,5	64,1	92,9	74,8
Alto Minho	14,7	3,2	35,7	61,1	82,3	49,4
Cávado	19,9	1,8	37,0	61,2	91,7	69,1
Ave	14,1	1,4	45,6	53,0	85,7	75,2
AMP	21,0	1,1	28,7	70,2	103,3	92,3
Alto Tâmega	11,8	8,7	21,0	70,3	73,5	23,7
Tâmega e Sousa	10,4	2,2	48,2	49,6	75,9	58,3
Douro	14,8	13,7	18,0	68,3	79,8	33,5
Terras de Trás-os-Montes	16,6	10,0	16,9	73,1	81,5	41,5

Sublinhe-se o facto de **Alto Tâmega** e **Douro** serem as duas sub-regiões do país com as maiores percentagens de população que reside em áreas predominantemente rurais, com valores superiores a 40% (Tabela 15).

A percentagem de população com ensino superior não ultrapassa os 10% da população total, ficando, assim, muito abaixo do valor de referência regional e nacional. Destacam-se as sub-regiões do **Tâmega e Sousa** (10,4%), **Alto Tâmega** (11,8%) como áreas geográficas com indicadores de escolarização baixos no plano do ensino superior. Na sub-região do **Tâmega e Sousa**, os municípios de **Cinfães** com 6,6% ou **Baião** com 7,5% são dois exemplos desta fragilidade. Ora, no conjunto, estas sub-regiões colocam-se numa situação de desvantagem quanto às habilitações académicas, de ocupação profissional e de rendimentos.

Assim, estas características sociodemográficas e económicas, nestas sub-regiões do Norte, acompanham a persistência de uma vincada preponderância católica e uma menor diversidade religiosa. Esta copresença de indicadores aponta para a hipótese de que a resiliência da identidade católica, em alguns territórios, estará associada a um menor dinamismo social, em geral, facilitando a reprodução de uma religião herdada. Note-se que os estudos sobre o Atlântico Norte têm mostrado que as dificuldades de transmissão religiosa constituem um dos traços mais significativos da reconfiguração contemporânea das identidades religiosas (Coutinho, Teixeira, e Franca 2024; Hervieu-Léger 2008; Demerath 2000). Assim, é necessário perseguir a hipótese de que a manutenção dos valores mais elevados de pertença católica estará associada à persistência de algumas estruturas da «civilização paroquial» herdada e ao que alguns investigadores apelidaram de «religião popular portuguesa», tanto no plano das mundividências como no plano das dinâmicas sociais (Teixeira 2009; Lima 1994; Espírito Santo 1990).

No caso da sub-região da **AMP**, os indicadores revelam um outro contexto marcado por uma menor perda demográfica (menos 1,3%), compensada por uma maior presença de população estrangeira (3,3%), que no caso do município do Porto chega aos 8,2%, com um crescimento assinalável na última década censitária (146,6%). Na AMP é notória a escolha de residência da população brasileira (49,4%), representando a maior comunidade de estrangeiros com cerca de 28 664 brasileiros em 2021, e com tendência a crescer nos anos seguintes, uma vez que em 2022 contava já com 35 237 brasileiros. Em nove dos municípios da AMP, a maioria da população estrangeira é brasileira, como acontece no município de **Vale de Cambra** com cerca de 63,7% ou nos municípios de **Valongo** e **Maia**, que estão muito próximos dos 60%. A segunda comunidade mais presente é a europeia (24,1%), assinalável nos municípios de **Paredes**, **Matosinhos** e **Porto**. Segue-se a comunidade asiática que, com 11,4%, supera a primeira vaga de imigrantes africanos (9,6%), que se deslocaram ao nosso país desde os anos 80. A população asiática, em especial a população chinesa,

chega a ser o grupo de estrangeiros mais representado no município de **Vila do Conde** (42,6%).

A **AMP** também se apresenta com uma estrutura etária mais jovem – 12,6% da população até aos 14 anos de idade e 21,9% de população idosa (com 65 ou mais anos). Alguns municípios como **Maia**, **Paredes**, **Valongo** e **Vila do Conde** apresentam-se ainda mais jovens, divergindo dos municípios do **Porto**, de **Santo Tirso** e de **Vale de Cambra**, que se apresentam como os municípios com os índices de envelhecimento mais elevados da AMP.

Os valores relativos à existência de famílias unipessoais, na **AMP** (22,0%), constituem um indicador importante para compreender a mudança sociodemográfica. No município do **Porto**, estes núcleos domésticos ascendem ao valor de 32,7%, e em Matosinhos ou Espinho representavam cerca de 24,0% do conjunto das famílias. Esta situação decorre ainda do aumento da população solteira e divorciada. No caso do município do **Porto**, estes dois estados civis representam, em conjunto, 57,6% do total dos núcleos familiares. A este valor junta-se 8,1% de população viúva que, também neste município, é a mais elevada da AMP.

O destaque da **AMP** no contexto das sub-regiões do norte do país regista-se ainda noutra conjunto de indicadores que são determinantes para a mudança social. A sub-região da AMP é a que apresenta a maior percentagem de população com o ensino superior (21,0%), e no município do **Porto** é de 35,3%, um valor só superado nos municípios de Lisboa e Oeiras, na AML. Esta característica sociodemográfica, na AMP, é acompanhada pela preponderância da população ativa no setor terciário (70,2%) – no município do **Porto**, esse valor atinge os 86,0%. Este contexto permite situar esta sub-região num dos valores mais elevados de poder de compra municipal (103,3), pelo que o município do **Porto**, com um valor de 147,6, só é ultrapassado a nível nacional também pelos municípios de Lisboa e Oeiras, na AML.

À terciarização associam-se modos de vida urbanos persistentes, sendo que, na AMP, 92,3% da população reside em áreas

predominantemente urbanas – seis dos seus municípios têm todo o seu território classificado como urbano.

Sub-regiões do Centro

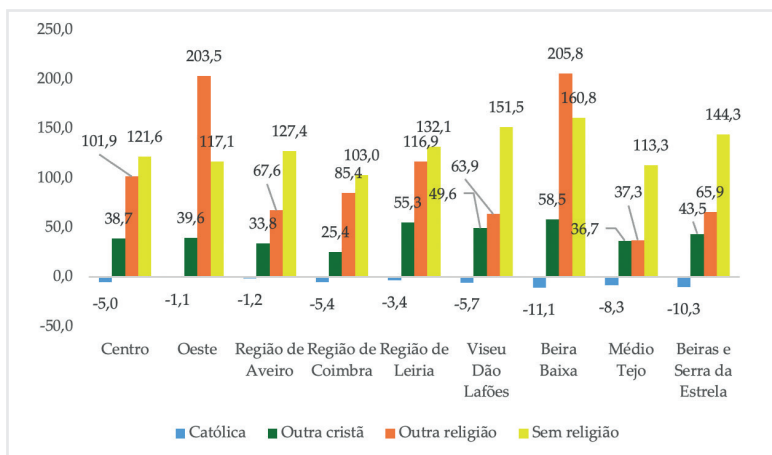
Apesar de, em termos gerais, o Centro apresentar alguma diferença relativamente ao Norte, no tocante à identidade católica e à diversidade pertença e não pertença religiosa, algumas das suas sub-regiões dão corpo a um contínuo geográfico com as sub-regiões do Norte (Tabela 16, Figura 52). No ano de 2021, com percentagem de população católica superior a 90% encontravam-se as sub-regiões das **Beiras e Serra da Estrela** (90,9%) e de **Viseu Dão Lafões** (90,2%), a que se acrescenta ainda a sub-região da **Beira Baixa** com valores (87,7%) acima da média regional (85,1%). Todos os outros municípios das Beiras e Serra da Estrela registaram percentagens elevadas de população católica, com destaque para os municípios de **Fornos de Algodres** (95,8%), **Meda** (94,7%), **Pinhel** (94,7%), **Trancoso** (94,4%) e **Celorico da Beira** (94,1%).

Também na sub-região de **Viseu Dão Lafões** se destacam alguns municípios com valores de população católica na ordem dos 90%, como é o caso de **Aguiar da Beira** (95,4%), **Vila Nova de Paiva** (95,3%), **Castro Daire** (95,2%) e **Penalva do Castelo** (94,4%). Deste território do Centro interior apenas seis municípios (**Carregal do Sal**, **Nelas**, **Santa Comba Dão**, **Viseu**, **Oliveira de Frades** e **Mangualde**) registaram também percentagens inferiores, sendo exemplo o município de **Mangualde** pois, conjuntamente com o município de **Vimioso** situado na região Norte, se destaca a nível nacional por registar a maior percentagem de população pertencente às Testemunhas de Jeová (1,7%), contribuindo para um fortalecimento da percentagem de outras identidades cristãs (não católicas, 3,8%) – Tabela 17.

Tabela 16: Posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)

Área geográfica	Posições religiosas			
	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Portugal	80,2	4,6	1,1	14,1
Continente	79,7	4,7	1,2	14,5
Centro	85,1	3,8	0,6	10,5
Oeste	78,6	5,6	1,0	14,8
Região de Aveiro	85,3	4,3	0,5	9,9
Região de Coimbra	84,0	3,5	0,6	11,9
Região de Leiria	84,6	4,2	0,7	10,5
Viseu Dão Lafões	90,2	2,7	0,3	6,8
Beira Baixa	87,7	2,7	0,7	9,0
Médio Tejo	86,3	3,2	0,5	10,0
Beiras e Serra da Estrela	90,9	1,9	0,4	6,8

Figura 52: Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)



Apesar de algumas exceções municipais identificadas, nestas duas sub-regiões (**Beiras e Serra da Estrela** e **Viseu Dão Lafões**) o cenário é idêntico ao que se registou nas sub-regiões do **Tâmega e Sousa, Alto Tâmega e Douro** – à persistência de uma identidade católica preponderante corresponde uma escassa diversificação das identidades religiosas e um peso menor da população sem pertença religiosa (Tabelas 17 e 18).

Tabela 17: Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro)

Área geográfica	Outras identidades cristãs			
	Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã
Portugal	0,7	2,1	0,7	1,0
Continente	0,7	2,2	0,7	1,1
Centro	0,6	1,7	0,7	0,8
Oeste	1,2	2,6	0,8	1
Região de Aveiro	0,5	2,1	0,8	0,9
Região de Coimbra	0,4	1,6	0,7	0,8
Região de Leiria	1,0	1,8	0,5	0,9
Viseu Dão Lafões	0,3	1,1	0,7	0,6
Beira Baixa	0,4	1,2	0,5	0,6
Médio Tejo	0,6	1,2	0,7	0,6
Beiras e Serra da Estrela	0,1	0,8	0,5	0,4

Tabela 18: Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)

Área geográfica	Outras identidades religiosas					População sem religião
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra não cristã	
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,5
Centro	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	10,5
Oeste	0,2	0,3	0,0	0,2	0,3	14,8
Região de Aveiro	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	9,9
Região de Coimbra	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	11,9
Região de Leiria	0,1	0,2	0,0	0,2	0,2	10,5
Viseu Dão Lafões	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	6,8
Beira Baixa	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	9,0
Médio Tejo	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	10,0
Beiras e Serra da Estrela	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	6,8

Nas restantes sub-regiões do centro do país, **Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Médio Tejo**, o padrão de evolução das identidades religiosas parece acompanhar a tendência nacional das sub-regiões mais cosmopolitas e diversificadas, reflexo dos efeitos da terciarização, da urbanização e das mobilidades humanas. Nestes territórios, assiste-se a uma diminuição da população católica e a um incremento das restantes identidades cristãs e não cristãs e da população sem pertença religiosa.

A sub-região do **Oeste**, por exemplo, registou, no ano de 2021, valores que se distanciam do panorama nacional, com 78,6% de população católica, 5,6% de outras identidades cristãs, 1,0% de população de outras religiões e 14,8% de população sem pertença religiosa. Os municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Caldas da Rainha e Sobral de Monte Agraço documentam eloquentemente esta realidade.

No município de Alenquer, por exemplo, a percentagem mais reduzida de católicos (74,9%) é acompanhada pelo incremento da percentagem de outras identidades, para além do campo católico (8,3%).

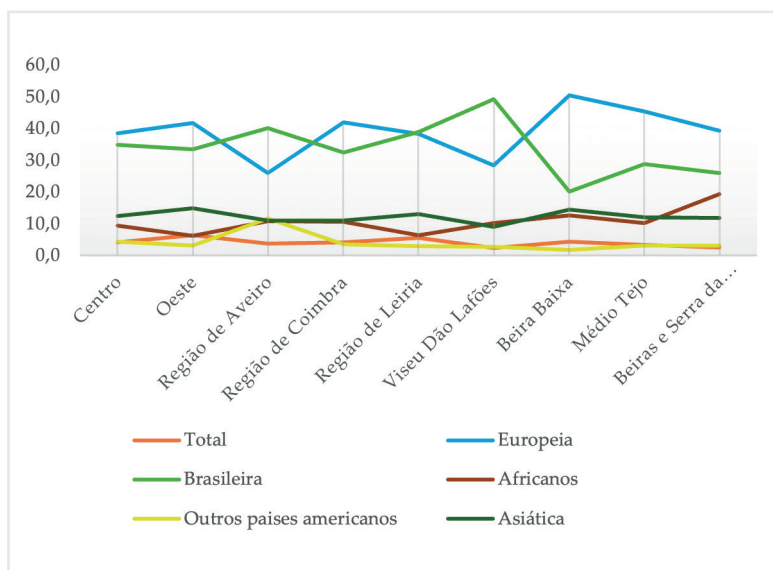
De facto, em termos evolutivos, entre 2011 e 2021, o Oeste evidenciou uma ligeira diminuição da percentagem de católicos, acompanhada por um crescimento significativo de outros grupos religiosos. Esta mudança é, porventura, consequência de um dinamismo sociodemográfico que esta sub-região consolidou na última década, reflexo de um ligeiro crescimento populacional (0,3%) único da Região Centro e dos poucos a nível nacional (Tabela 19, Figura 53). Essa vitalidade demográfica inclui o aumento da população estrangeira que, em 2021, representava já 6,5% da população total residente.

Tabela 19: População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)

Área geográfica	População residente	
	Total	Var. 2011-2021
	n	%
Portugal	10 343 066	-2,1
Continente	9 855 909	-1,9
Centro	2 227 239	-4,3
Oeste	363 511	0,3
Região de Aveiro	367 403	-0,8
Região de Coimbra	436 862	-5,1
Região de Leiria	286 752	-2,7
Viseu Dão Lafões	252 777	-5,6
Beira Baixa	80 751	-9,3
Médio Tejo	228 581	-7,6
Beiras e Serra da Estrela	210 602	-10,8

A população estrangeira é, sobretudo, oriunda de outros países europeus – Ucrânia, Moldávia, Reino Unido, mas também Brasil e países asiáticos, como Índia e o Nepal. No caso do município de **Óbidos**, é notório o predomínio da população europeia, em **Arruda dos Vinhos**, **Alenquer** e **Sobral de Monte Agraço**, é a população brasileira que se destaca, e no município de **Torres Vedras**, a população asiática é a mais significativa.

Figura 53: Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)



A sub-região do **Oeste** mostra-se dinâmica na sua estrutura socio-demográfica. As mobilidades humanas influenciam a sua estrutura etária, contribuindo para o reforço da percentagem de população jovem, especialmente nestes últimos municípios referidos. Por esta razão, o Oeste registou um índice de envelhecimento de 181,4, inferior ao valor de referência regional (224,0).

Tabela 20: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)

Área geográfica	Família	Estado civil				Estrutura etária			Índice de envelhecimento
	Unipessoal	Solteira	Casada	Viúva	Divorciada	0-14	15-64	≥ 65	
Portugal	24,8	43,5	41,0	7,5	8,0	12,9	63,7	23,4	178,4
Continente	24,9	43,4	41,0	7,5	8,0	12,8	63,5	23,7	180,9
Centro	25,2	39,5	44,1	8,7	7,7	11,8	61,1	27,0	224,0
Oeste	24,6	42,5	41,0	7,9	8,6	13,1	62,6	24,3	181,4
Região de Aveiro	22,2	41,3	43,1	7,4	8,2	12,6	63,9	23,4	181,7
Região de Coimbra	25,9	38,7	44,4	8,8	8,1	11,4	60,9	27,7	239,9
Região de Leiria	24,8	41,0	43,2	7,9	7,9	12,5	62,4	25,1	198,1
Viseu Dão Lafões	23,3	37,3	47,6	8,9	6,2	11,5	60,1	28,4	242,0
Beira Baixa	29,9	35,9	45,9	11,1	7,2	10,1	56,4	33,5	324,1
Médio Tejo	27,5	38,9	43,3	9,9	7,8	11,5	59,5	29,1	248,4
Beiras e Serra da Estrela	28,3	35,4	47,2	11,1	6,3	9,7	57,3	32,9	330,0

No campo da composição social e familiar, ressalta-se a elevada percentagem de famílias de uma só pessoa (24,6%), a maior percentagem de população solteira (42,5%), logo seguida da população casada (41,0%), mas com um aumento, na última década, da população divorciada, que representa 8,6% da população residente, quanto ao estado civil. Estamos perante uma forte componente de população jovem, com uma tendência para a informalização das relações familiares, também população solteira e com habilitações académicas superiores, uma vez que 15,5% da população atingiu o ensino superior – em **Arruda dos Vinhos**, esse valor eleva-se aos 21,5% – Tabela 20. Também este município registou, à semelhança do que acontece em toda esta sub-região, uma percentagem elevada de população que trabalha no setor terciário e um maior índice de

poder de compra (103,2), demonstrando um dinamismo económico e social deste território com traços vincados de urbanidade (Tabela 21).

Tabela 21: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)

Área geográfica	Ensino Superior	População ativa			Poder de compra	Área urbana
		Primário	Secundário	Terciário		
Portugal	19,8	2,9	24,8	72,3	100,0	73,8
Continente	20,0	2,8	25,2	71,9	100,6	74,2
Centro	17,4	3,5	29,3	67,2	89,9	52,2
Oeste	15,5	6,2	25,7	68,2	90,2	55,6
Região de Aveiro	18,6	2,3	39,1	58,6	93,1	62,6
Região de Coimbra	21,4	2,6	23,8	73,6	94,0	53,0
Região de Leiria	16,9	2,0	37,0	61,0	94,2	52,3
Viseu Dão Lafões	16,2	3,7	28,8	67,5	83,8	48,1
Beira Baixa	16,9	5,2	22,3	72,4	86,6	42,7
Médio Tejo	15,3	3,0	26,0	71,1	87,2	51,7
Beiras e Serra da Estrela	15,4	5,4	23,4	71,2	80,5	35,3

Os territórios **Região de Aveiro**, **Região de Coimbra**, **Região de Leiria** e **Médio Tejo** acompanham esta tendência sociodemográfica e económica traçada para a sub-região do Oeste. Em termos gerais, estas quatro sub-regiões do Centro apresentam uma realidade muito próxima entre elas. A **Região de Coimbra** é o segundo território, depois do Oeste, com a percentagem mais baixa de população católica (84,0%) e com uma percentagem significativa de população sem pertença religiosa (11,9%). Com uma perda de população na última década censitária (5,1%), esta sub-região apresenta-se envelhecida, e a população estrangeira (4,2%) não é suficiente para contrariar esta tendência de perda de dinamismo demográfico. Esta sub-região

apresenta um cenário socioeconómico com características que a diferenciam das sub-regiões vizinhas. Desde logo, o valor mais elevado de população com habilitações literárias superiores (21,4%) – no próprio município de **Coimbra**, este indicador chega aos 34,1%. A este contexto associa-se a maior percentagem, da região Centro, de população ativa no setor terciário (73,6%) – indicador que no município de Coimbra sobe para os 85,0%. O índice de poder de compra é dos maiores, voltando o município de Coimbra a registar o maior valor em toda a região Centro (119,8). À terciarização da população e das atividades associa-se um modo de vida urbano, uma vez que, na sub-região de Coimbra, grande parte da população (73,9%) reside em freguesias urbanas ou moderadamente urbanas e, no caso concreto do município de Coimbra, não existem áreas rurais.

Área Metropolitana de Lisboa

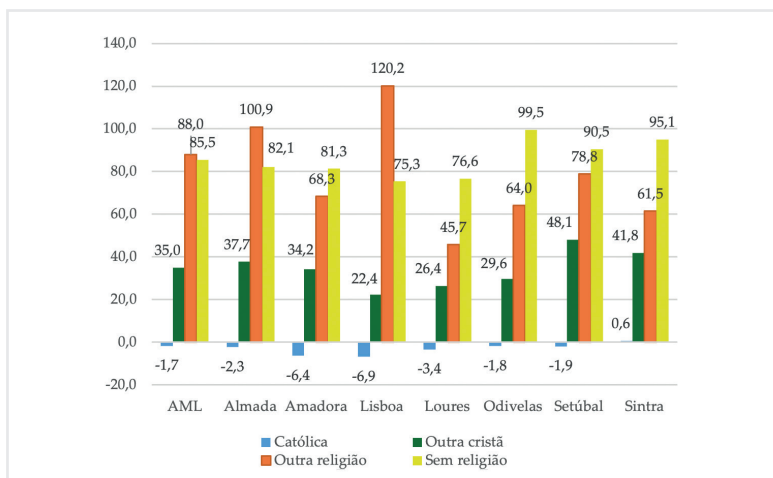
Como já foi anotado, no plano administrativo que enquadrava a inquirição Censos 2021, a **Área Metropolitana de Lisboa (AML)** é, ao mesmo tempo, região e sub-região. Assim, retomam-se aqui algumas das suas características já antes apontadas, mas agora detalhando alguns aspetos da sua geografia interior e introduzindo o resultado da análise de outros indicadores, que permitem uma melhor contextualização da morfologia religiosa deste território.

A AML integra-se num amplo conjunto constituído ainda pelo Alentejo Litoral e pelo Algarve, conjunto territorial onde se evidenciam a maior diversidade no campo das identidades religiosas e os valores mais elevados de não pertença religiosa (Tabela 22, Figura 54).

Tabela 22: Posições religiosas (%) por área geográfica (AML, 2021)

Área geográfica	Posições religiosas			
	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Portugal	80,2	4,6	1,1	14,1
Continente	79,7	4,7	1,2	14,5
AM Lisboa	67,5	7,0	2,3	23,1
Alcochete	69,8	5,6	1,6	23,0
Almada	63,3	7,9	1,9	26,9
Amadora	69,1	7,8	3,2	19,9
Barreiro	63,8	7,0	1,7	27,6
Cascais	69,0	7,6	1,7	21,7
Lisboa	65,6	5,0	3,9	25,5
Loures	70,3	7,8	2,4	19,5
Mafra	71,1	6,9	1,1	20,9
Moita	64,6	7,8	1,6	25,9
Montijo	64,9	8,6	2,6	23,9
Odivelas	69,9	7,9	3,4	18,8
Oeiras	69,4	5,3	1,4	23,9
Palmela	66,1	5,7	1,2	27,0
Seixal	66,8	7,9	1,6	23,6
Sesimbra	69,0	6,1	1,0	24,0
Setúbal	65,4	7,7	1,1	25,9
Sintra	68,6	8,3	2,3	20,8
Vila Franca de Xira	70,3	7,2	1,4	21,2

Figura 54: Variações das posições religiosas (%) por municípios selecionados (AML, 2021)



Em 2021, como já se observou, apenas 67,5% da população residente na AML se autorrepresenta como católica – distante dos valores encontrados no Norte, no Centro e nas Regiões Autónomas, apresentando uma tendência continuada de diminuição. Os municípios de **Almada** e **Barreiro** situam-se na casa dos 63% e apenas os municípios de **Loures**, **Mafra** e **Vila Franca de Xira** superam, de forma ténue, os 70% de população católica.

A AML destaca-se por ser uma das áreas geográficas do país com uma das mais significativas percentagens de população pertencente a outras identidades cristãs (7,0%), pertencente a outras identidades religiosas (2,3%) e sem pertença religiosa (23,1%). Não sendo a área do país com valores percentuais mais elevados nestas tipologias, distancia-se, no entanto, da esmagadora maioria dos restantes territórios nacionais.

Quanto a outras identidades cristãs, refira-se o peso dos ortodoxos, com 1,0% – no entanto, o **Montijo** atinge um valor excecional, a nível nacional, de 2,4%. A população protestante/evangélica representa, nesta sub-região, 3,5%, mas nos municípios de **Seixal**, **Moita**, **Sintra**, **Amadora** e **Loures** ultrapassa os 4,0% (Tabela 23).

Do conjunto de outras identidades religiosas destaca-se a população muçulmana e hindu. A pertença muçulmana apresenta o valor de 1,1% (25 258 afiliados), mas nos municípios de **Amadora** e **Odivelas** eleva-se a 2,0%. A religião hindu chega aos 0,5% (11 085 afiliados), mas no município de **Lisboa** regista 1,0% (Tabela 24).

Tabela 23: Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (AML, 2021)

Área geográfica	Outras identidades cristãs			
	Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã
Portugal	0,7	2,1	0,7	1,0
Continente	0,7	2,2	0,7	1,1
AM Lisboa	1,0	3,5	1,0	1,5
Alcochete	1,6	2,3	0,7	0,9
Almada	0,9	4,2	1,2	1,7
Amadora	0,9	4,1	1,1	1,7
Barreiro	0,5	3,9	1,0	1,6
Cascais	1,5	3,7	0,8	1,6
Lisboa	0,7	2,4	0,6	1,3
Loures	0,9	4,0	1,2	1,5
Mafra	1,2	3,7	0,8	1,2
Moita	0,6	4,3	1,2	1,7
Montijo	2,4	3,5	1,1	1,5
Odivelas	1,3	3,8	1,2	1,6
Oeiras	0,8	2,6	0,6	1,4
Palmela	1,2	2,5	0,8	1,3
Seixal	0,7	4,4	1,2	1,7
Sesimbra	1,1	2,7	1,1	1,3
Setúbal	1,3	3,8	0,9	1,7
Sintra	1,2	4,2	1,1	1,7
Vila Franca de Xira	1,2	3,5	1,1	1,4

Tabela 24: Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (AML, 2021)

Área geográfica	Outras identidades religiosas					Sem religião
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra não cristã	
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,5
AM Lisboa	0,3	0,5	0,1	1,1	0,4	23,1
Alcochete	0,8	0,2	0,0	0,2	0,2	23,0
Almada	0,3	0,3	0,1	0,7	0,5	26,9
Amadora	0,2	0,4	0,0	2,0	0,5	19,9
Barreiro	0,2	0,2	0,0	0,7	0,5	27,6
Cascais	0,4	0,2	0,2	0,5	0,4	21,7
Lisboa	0,5	1,1	0,1	1,6	0,5	25,5
Loures	0,2	0,8	0,0	0,9	0,4	19,5
Mafra	0,3	0,2	0,0	0,2	0,4	20,9
Moita	0,2	0,1	0,0	0,9	0,4	25,9
Montijo	0,5	0,9	0,0	0,5	0,7	23,9
Odivelas	0,2	0,6	0,0	2,0	0,5	18,8
Oeiras	0,4	0,2	0,1	0,5	0,3	23,9
Palmela	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	27,0
Seixal	0,2	0,2	0,0	0,8	0,4	23,6
Sesimbra	0,2	0,1	0,0	0,3	0,4	24,0
Setúbal	0,3	0,1	0,0	0,3	0,4	25,9
Sintra	0,3	0,2	0,0	1,3	0,4	20,8
Vila Franca de Xira	0,2	0,2	0,0	0,6	0,4	21,2

Relativamente à população sem pertença religiosa, destacam-se os municípios de **Almada, Barreiro e Palmela**, que ultrapassam o valor de referência para este território regional, situando-se na ordem dos 27%.

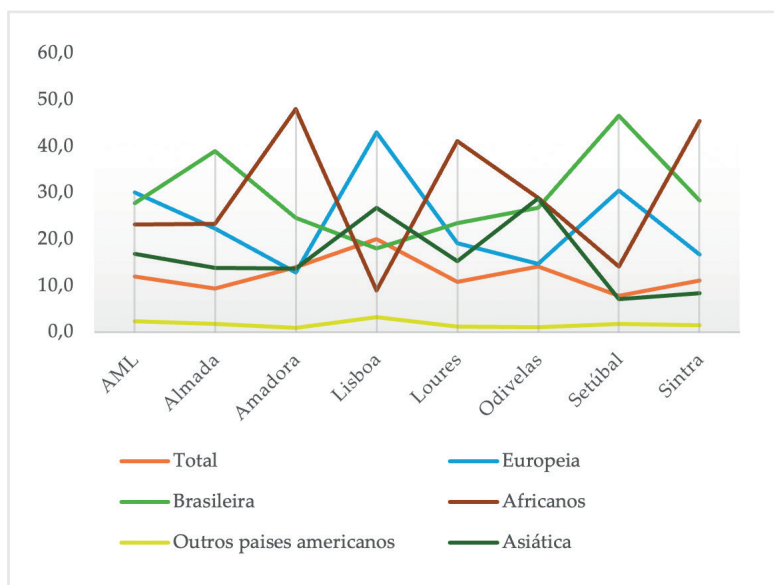
A AML distingue-se pelo comportamento demográfico, uma vez que é, conjuntamente com o Algarve e com o Oeste, um dos poucos territórios do país que aumenta de população residente na última década censitária (1,7%). Com exceção do município de **Amadora**, onde a diminuição é de 2,1%, todos os municípios da AML registam uma certa estagnação ou um crescimento populacional, entre 2011 e 2021, com destaque para os municípios de **Mafra, Palmela, Alcochete e Montijo**, que aumentaram significativamente o número dos seus residentes (Tabela 25).

Este dinamismo demográfico é significativo e de certa forma ajudado pelos 12% de população estrangeira residente e pelo respetivo aumento, em mais de 50% na última década. De referir que no próprio município de Lisboa a população estrangeira representa 19,9% da população residente e nos municípios de **Cascais, Odivelas e Amadora** os valores também são muito significativos e superiores a 13%. O contributo da população estrangeira neste território mostra-se persistente, sendo que os municípios de **Lisboa, Montijo e Barreiro** aumentam significativamente, na última década, de população estrangeira, reforçando a diversidade populacional (Figura 55).

Tabela 25: População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (AML, 2021)

Área geográfica	População residente	
	Total	Var. 2011-2021
	n	%
Portugal	10 343 066	-2,1
Continente	9 855 909	-1,9
AML	2 870 208	1,7
Alcochete	19 143	9,0
Almada	177 238	1,8
Amadora	171 454	-2,1
Barreiro	78 345	-0,5
Cascais	214 124	3,7
Lisboa	545 796	-0,4
Loures	201 590	-1,7
Mafra	86 515	12,8
Moita	66 255	0,3
Montijo	55 682	8,7
Odivelas	148 034	2,4
Oeiras	171 658	-0,3
Palmela	68 852	9,6
Seixal	166 507	5,2
Sesimbra	52 384	5,8
Setúbal	123 496	1,9
Sintra	385 606	2,1
Vila Franca de Xira	137 529	0,5

Figura 55: Variação da população estrangeira (%) na AML e em municípios selecionados (AML, 2021)



Este dinamismo é reflexo de alguma estabilidade, no que diz respeito ao envelhecimento populacional. Isto porque, num contexto nacional de duplo envelhecimento, a AML revelou uma percentagem (14,3%) de população jovem acima da média nacional (12,9%) e, por conseguinte, uma percentagem de população idosa abaixo (21,6%) do valor de referência para o território nacional (23,4%), fixando o índice de envelhecimento em 149 idosos para cada 100 jovens. Sobre este dinamismo da AML, entre 2011 e 2021, acrescente-se que o município de **Lisboa**, contrariando a tendência sub-regional e nacional, revelou uma diminuição de população idosa e um aumento da população jovem, situação semelhante ao que aconteceu nos municípios do **Montijo** e de **Odivelas** (Tabela 26).

Na AML, encontra-se uma percentagem saliente de população solteira (49,2%). Em alguns municípios, como **Sintra**, **Cascais** e **Amadora**, esse valor supera os 50%. Acresce que também na AML se registam as menores percentagens de população viúva, sendo que nesta sub-região o valor médio é de 6,7%. A AML registou ainda a maior percentagem de população divorciada (9,2%), com consequências no número e na tipologia de recomposições familiares. As famílias mais pequenas são preponderantes (61,1%), conjugando as famílias de uma só pessoa (28,2%) ou de duas pessoas (32,9%). No município de **Lisboa**, este contexto é ainda mais expressivo, uma vez que as famílias unipessoais representam 35,2% e as famílias de duas pessoas 32,4%. Nos municípios de **Alcochete** e **Mafra**, as famílias são mais numerosas – aliás, este último município foi o único da AML a aumentar o valor das famílias numerosas (Tabela 27).

Tabela 26: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (AML, 2021)

Área geográfica	Família	Estado civil				Estrutura etária			Índice de envelhecimento
	Unipessoal	Solteira	Casada	Viúva	Divorciada	0-14	15-64	≥ 65	
Portugal	24,8	43,5	41,0	7,5	8,0	12,9	63,7	23,4	178,4
Continente	24,9	43,4	41,0	7,5	8,0	12,8	63,5	23,7	180,9
AML	28,2	49,2	35,0	6,7	9,2	14,3	64,1	21,6	147,9
Alcochete	22,8	47,2	37,6	5,6	9,6	16,4	65,8	17,8	107,7
Almada	29,7	47,9	34,8	7,5	9,9	13,7	62,5	23,8	170,7
Amadora	30,1	51,7	32,8	6,8	8,7	14,2	63,6	22,2	152,2
Barreiro	29,6	46,3	36,2	8,1	9,4	13,2	61,3	25,6	189,1
Cascais	27,1	47,0	36,2	6,4	10,3	14,5	62,9	22,6	153,9
Lisboa	35,2	51,6	31,8	7,5	9,2	13,0	63,5	23,4	174,6
Loures	25,7	48,8	36,0	6,9	8,2	14,7	63,3	22,0	146,0
Mafra	22,2	47,1	38,3	5,8	8,8	16,4	65,8	17,8	107,1
Moita	26,5	48,8	34,6	7,4	9,2	14,8	63,3	21,9	144,6
Montijo	24,6	49,1	35,1	6,5	9,3	16,2	65,1	18,8	114,0
Odivelas	25,7	49,0	36,8	6,3	8,0	15,1	64,0	20,9	134,9
Oeiras	30,3	48,3	35,0	6,6	10,1	14,2	61,8	24,0	167,3
Palmela	23,1	46,3	36,9	7,2	9,6	14,5	64,3	21,2	143,0
Seixal	24,2	47,7	37,1	6,1	9,1	14,7	63,8	21,5	143,8
Sesimbra	22,5	46,2	38,5	6,4	9,0	14,9	64,7	20,4	134,8
Setúbal	27,1	46,5	36,3	7,2	9,9	14,2	62,7	23,1	160,6
Sintra	24,7	51,2	34,3	5,6	9,0	14,8	67,4	17,9	118,7
Vila Franca de Xira	23,9	47,6	38,0	5,8	8,6	15,2	66,3	18,5	120,1

Tabela 27: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (AML, 2021)

Área geográfica	Ensino Superior	População ativa			Poder de compra	Área urbana
		Primário	Secundário	Terciário		
Portugal	19,8	2,9	24,8	72,3	100,0	73,8
Continente	20,0	2,8	25,2	71,9	100,6	74,2
AML	26,6	0,8	14,7	84,5	121,4	95,9
Alcochete	25,9	4,0	15,3	80,7	118,9	100,0
Almada	24,3	0,5	13,7	85,8	104,5	100,0
Amadora	21,9	0,2	14,2	85,6	102,3	100,0
Barreiro	19,0	0,4	18,0	81,6	96,5	100,0
Cascais	32,5	0,5	11,6	87,9	121,8	100,0
Lisboa	41,2	0,5	8,9	90,6	186,3	100,0
Loures	20,8	0,6	15,6	83,9	102,3	94,7
Mafra	23,2	2,2	20,3	77,5	102,9	62,0
Moita	13,2	0,8	22,7	76,5	82,3	96,5
Montijo	21,2	5,3	16,9	77,8	102,5	84,0
Odivelas	23,4	0,2	13,8	85,9	94,7	100,0
Oeiras	37,8	0,3	10,4	89,2	165,5	100,0
Palmela	19,7	3,9	23,0	73,1	97,7	87,2
Seixal	20,0	0,3	16,5	83,3	96,0	100,0
Sesimbra	18,2	2,6	17,9	79,5	94,1	61,4
Setúbal	20,9	1,4	23,1	75,5	104,8	73,2
Sintra	19,8	0,5	17,5	82,0	97,9	100,0
Vila Franca de Xira	19,7	0,6	16,8	82,6	98,9	100,0

Na AML, ao dinamismo e à juventude da população residente associa-se um cenário mais favorável, em termos socioeconómicos, quando comparado com outros territórios. A AML apresenta a maior percentagem de população com o ensino superior (26,6%) e o município de **Lisboa** registou a maior percentagem do país de população com habilitações académicas superiores (41,2%), seguido de **Oeiras** (37,8%).

O tecido económico é sustentado pelo setor terciário (84,5%), em detrimento do setor primário (0,8%) e do setor secundário (14,7%). No município de **Lisboa**, por exemplo, o setor terciário supera os 90%. Deste contexto também se depreende ainda um poder de compra superior à média nacional. Com 121,4, a AML registou o valor mais elevado de poder de compra, claramente reforçado pelo município de Lisboa que atinge um valor único de 186,3, seguido de **Oeiras** com 165,5.

À terciarização dos hábitos de trabalho e de consumo associam-se os efeitos da urbanização, uma vez que esta sub-região é a que registou, no país, a percentagem mais elevada de população que beneficia de um contexto predominantemente urbano. Onze dos dezoito municípios registaram, em 2021, 100% de população a viver em áreas predominantemente urbanas, portanto, de média e alta densidade, com os traços daí decorrentes quanto às sociabilidades, mobilidades, práticas culturais e outros aspetos marcantes dos quotidianos.

Sub-regiões do Alentejo

É nesta região do país que se encontra a sub-região com o menor peso de população católica, característica acompanhada por uma maior diversidade religiosa. Sobressaem os valores relativos à pertença a outros grupos cristãos e à desfiliação religiosa (Tabela 28, Figura 56). O **Alentejo Litoral** é, de facto, uma área única do país, com apenas 62,1% de católicos, valor que já era o mais baixo desde o recenseamento de 1991. Na última década censitária, a presença católica diminuiu cerca de 10%. Os municípios de **Odemira** (56,2%)

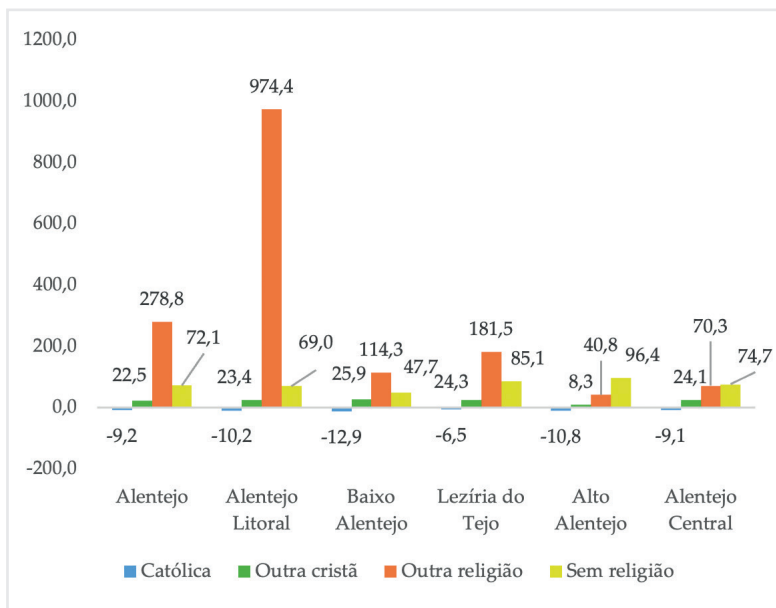
e de **Sines** (56,7%) são os que registam, nesta sub-região, os valores mais baixos de população católica.

Nas sub-regiões do **Baixo Alentejo** (73,0%) e da **Lezíria do Tejo** (77,4%), os valores parecem aproximar-se, embora mais baixos, da realidade das sub-regiões do Centro. Por oposição, os valores do **Alentejo Central** (79,0%) e do **Alto Alentejo** (85,2%) parecem aproximar-se mais das regiões do centro interior, confirmando a importância da geografia da interioridade para a identidade católica no território continental.

Tabela 28: Posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)

Área geográfica	Posições religiosas 2021			
	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Portugal	80,2	4,6	1,1	14,1
Continente	79,7	4,7	1,2	14,5
Alentejo	76,1	4,3	1,5	18,0
Alentejo Litoral	62,1	4,6	5,6	27,7
Baixo Alentejo	73,0	4,0	1,0	22,0
Lezíria do Tejo	77,4	5,9	1,2	15,5
Alto Alentejo	85,2	2,9	0,4	11,6
Alentejo Central	79,0	3,0	0,6	17,5

Figura 56: Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)



Neste contexto, as sub-regiões do Alentejo Litoral, do Baixo Alentejo e da Lezíria do Tejo apresentam um quadro religioso mais diversificado do que as sub-regiões do interior do Alentejo. Acrescenta-se o facto de serem, sobretudo as duas primeiras sub-regiões, áreas com maior expressão da população sem pertença religiosa.

Nestas sub-regiões do litoral, a presença dos outros grupos cristãos tem já alguma expressão (4,4%), com destaque para a sub-região da **Lezíria do Tejo** que apresenta um valor médio ainda maior (5,9%), em especial com contributo dos municípios de **Benavente** (8,6%) e de **Azambuja** (7,9%), que apresentam uma realidade bem distinta. Nestes territórios, é a população protestante/evangélica que mais se eleva.

É também no litoral, em particular no **Alentejo Litoral**, que se encontram os valores mais expressivos de população integrada pertencente a outras identidades religiosas (5,6%). Nesta sub-região vamos

encontrar, à escala municipal, no município de **Odemira**, a maior percentagem de população afiliada a grupos não cristãos – 16,5% –, um valor notável e sem comparação em qualquer outro território do país. Para chegar a este valor, Odemira conta com 7,0% de população hindu, 3,2% de população budista, 3,2% de população muçulmana, ainda, 3% de outros grupos não cristãos. Face a estes valores de pertença religiosa diversificada, observa-se que, nesta área geográfica, este é o município em que a população sem afiliação religiosa conta com o menor peso (22,1%).

O município de Sines merece também atenção, nesta área geográfica do Alentejo Litoral, uma vez que é um dos territórios que, a nível nacional, registaram a menor percentagem de população católica (56,2%) e, em contraponto, a maior percentagem de população sem afiliação religiosa (35,5%) – com um crescimento, na última década censitária, superior a 80%. Este município regista ainda uma percentagem de população de outros grupos cristãos na ordem dos 7,0% – por estas razões, também este município merecerá uma particular atenção nos *rankings* concelhios apresentados na quarta secção deste Atlas.

As outras duas sub-regiões do Alentejo – Alto Alentejo e Alentejo Central – apresentam uma realidade distinta, com um maior peso da população católica e um menor peso das outras identidades religiosas, cristãs e não cristãs (Tabelas 29 e 30).

Tabela 29: Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)

Área geográfica	Outras identidades cristãs			
	Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã
Portugal	0,7	2,1	0,7	1,0
Continente	0,7	2,2	0,7	1,1
Alentejo	0,9	2,0	0,7	0,8
Alentejo Litoral	1,2	1,9	0,5	0,9
Baixo Alentejo	0,7	1,9	0,7	0,7
Lezíria do Tejo	1,2	2,8	0,9	1,0
Alto Alentejo	0,5	1,3	0,6	0,5
Alentejo Central	0,6	1,4	0,5	0,5

Tabela 30: Outras identidades religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)

Área geográfica	Outras identidades religiosas					Sem religião
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra não cristã	
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,5
Alentejo	0,3	0,5	0,0	0,3	0,4	18,0
Alentejo Litoral	1,1	2,3	0,1	1,1	1,1	27,7
Baixo Alentejo	0,2	0,2	0,0	0,3	0,3	22,0
Lezíria do Tejo	0,2	0,4	0,0	0,3	0,3	15,5
Alto Alentejo	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	11,6
Alentejo Central	0,2	0,1	0,0	0,1	0,2	17,5

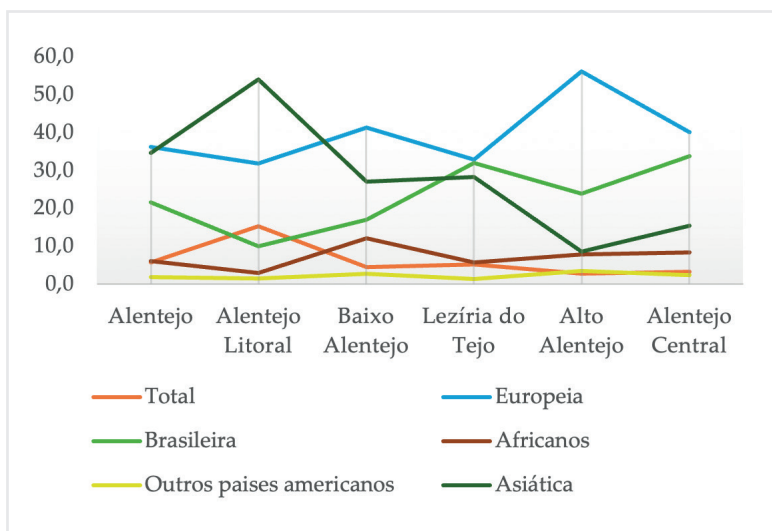
No campo das identidades religiosas, a sub-região do **Alentejo Litoral** distancia-se não apenas das restantes sub-regiões do Alentejo, mas também de todo o território nacional. Este distanciamento é justificado pelo comportamento e evolução e por alguns indicadores demográficos, com particular destaque para as mobilidades humanas (Tabela 31, Figura 57). O Alentejo Litoral, apesar de alguma diminuição populacional (1,5%), registou uma das maiores percentagens de população estrangeira residente (15,2%), aliás, um valor superior ao que encontramos na AML (12%) e só ultrapassado no Algarve (22,5%). O município de **Odemira** foi, em 2021, um dos destinos eleitos para a população estrangeira residir e trabalhar, pelo que **37,0%** da população é estrangeira. Outra particularidade é que o Alentejo Litoral, e o município de **Odemira** em particular, é a área do país com maior presença da população asiática. Em Odemira, representam a grande maioria da população estrangeira (66,3%), sobretudo indianos, nepaleses e de outros países asiáticos que não a China.

Este contexto do Alentejo Litoral não é seguido por outras sub-regiões, que se mostram com maiores perdas populacionais entre 2011 e 2021, e ainda menos influenciado pelas mobilidades humanas e diversidade de culturas e identidades religiosas. Veja-se as circunstâncias em que persistem algumas diferenças, embora que ténues, da composição social e familiar.

Tabela 31: População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)

Área geográfica	População residente	
	Total	Var. 2011-2021
	n	%
Portugal	10 343 066	-2,1
Continente	9 855 909	-1,9
Alentejo	704 533	-7,0
Alentejo Litoral	96 442	-1,5
Baixo Alentejo	114 863	-9,3
Lezíria do Tejo	235 861	-4,7
Alto Alentejo	104 923	-11,5
Alentejo Central	152 444	-8,6

Figura 57: Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)



Em termos de estrutura familiar, a população da sub-região do Alentejo Litoral, para além de mais influenciada pela população estrangeira, registou uma maior percentagem de famílias unipessoais (28,8%) e de população solteira (45,6%). Esta situação fica ainda mais saliente no município de **Odemira**, com 30,2% de núcleos domésticos de uma só pessoa e com 47,9% de pessoas solteiras. Estes valores indiciam estilos de vida mais solitários e individualizados. Também nesta sub-região se constata a maior percentagem de população adulta entre os 15 e os 64 anos de idade (62,1%), face aos valores mais diminutos de população jovem entre os 0 e os 14 anos de idade (11,7%).

As restantes sub-regiões do Alentejo, em particular a **Lezíria do Tejo**, têm uma composição mais sustentada por famílias mais alargadas e com maior percentagem de população casada (40,7%). A população é mais jovem e o índice de envelhecimento é o mais baixo desta área geográfica (195,5), sobretudo se comparando com a sub-região do **Alto Alentejo**, que apresenta a maior percentagem de população idosa (29,9%) e o maior índice de envelhecimento (247,5). Nesta sub-região, por exemplo, os municípios de **Crato**, **Niza** e **Gavião** superam os 40% de população idosa – o índice de envelhecimento é superior a 500 idosos para cada 100 jovens (Tabela 32).

Tabela 32: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)

Área geográfica	Ensino Superior	População ativa			Poder de compra	Área urbana
		Primário	Secundário	Terciário		
Portugal	19,8	2,9	24,8	72,3	100,0	73,8
Continente	20,0	2,8	25,2	71,9	100,6	74,2
Alentejo	14,7	11,2	20,1	68,7	90,6	55,6
Alentejo Litoral	12,4	18,8	18,2	63,0	93,4	51,2
Baixo Alentejo	13,9	15,0	18,0	67,0	85,2	46,6
Lezíria do Tejo	15,1	7,6	22,6	69,9	92,4	62,5
Alto Alentejo	14,0	9,6	18,1	72,3	85,3	46,0
Alentejo Central	16,4	10,1	20,4	69,5	93,7	61,4

A população da sub-região do Alentejo Litoral continua a mostrar-se única noutros indicadores socioeconómicos (Tabela 33). A população residente nesta área do país apresenta uma percentagem mais baixa (12,4%) de população com habilitações académicas superiores, não sendo despendendo a circunstância de o setor primário ocupar um lugar de destaque no que diz respeito à população ativa (18,8%). Nesta sub-região, o município de **Odemira** destaca-se ainda por 40,2% da população trabalhar no setor agrícola, um valor que não é acompanhado por qualquer outra área geográfica do país, a que se associa o facto de 40% da população viver em localidades de dimensão rural.

Tabela 33: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)

Área geográfica	Famílias	Estado civil				Estrutura etária			Índice de envelhecimento
	Unipessoal	Solteira	Casada	Viúva	Divorciada	0-14	15-64	≥ 65	
Portugal	24,8	43,5	41,0	7,5	8,0	12,9	63,7	23,4	178,4
Continente	24,9	43,4	41,0	7,5	8,0	12,8	63,5	23,7	180,9
Alentejo	27,2	42,2	40,4	9,5	8,0	12,4	60,6	27,0	213,4
Alentejo Litoral	28,8	45,6	37,9	8,6	7,9	11,7	62,1	26,2	218,6
Baixo Alentejo	28,2	43,5	39,4	10,2	7,0	12,7	59,7	27,6	212,3
Lezíria do Tejo	25,6	41,3	40,7	9,0	9,0	12,9	61,3	25,8	195,5
Alto Alentejo	28,2	39,7	42,0	10,8	7,5	11,8	58,3	29,9	247,5
Alentejo Central	27,0	42,0	41,2	9,4	7,4	12,1	60,7	27,2	218,1

Nas sub-regiões do Alto Alentejo, da Lezíria do Tejo e do Alentejo Central, há uma ligeira associação entre uma maior percentagem de população com habilitações académicas superiores e o maior contributo do setor terciário.

Neste contexto das sub-regiões do Alentejo, são coincidentes a elevada percentagem de população estrangeira e a maior preponderância do setor primário, com uma maior diversidade das identidades religiosas, sendo que o Alentejo Litoral é o exemplo desta realidade.

As sub-regiões do Alentejo documentam uma tendência que se alastra a diversos territórios continentais, a tendência que se concretiza na copresença de dois indicadores: o acréscimo de estrangeiros e a diversificação religiosa. Assim, os territórios menos dinâmicos, no tocante à sua capacidade de atrair novos residentes, reproduzem tendencialmente o padrão de um peso maior da identidade católica. No entanto, tal pode não estar associado à saliência do setor primário e dos modos de vida tradicionalmente associados a esse tipo de organização socioeconómica. No caso do Litoral Alentejano, os

dinamismos de diversificação religiosa acompanham a mudança do tecido socioeconómico, agora moldado pela agricultura intensiva, dependente da presença de trabalhadores oriundos de outras geografias nacionais.

A erosão do peso relativo dos católicos não pode, no entanto, ser associada apenas a esta transformação. Não só porque esse fenómeno é anterior a esta vaga de aumento de estrangeiros nesta sub-região, mas também porque essa erosão se acentua em territórios municipais, como Sines, onde o incremento da presença de residentes estrangeiros não é tão pronunciado como noutros municípios do Litoral Alentejano. Trata-se, portanto, de um itinerário de mudança que precisa de ser compreendido num arco diacrónico mais amplo e a partir de uma leitura multifatorial.

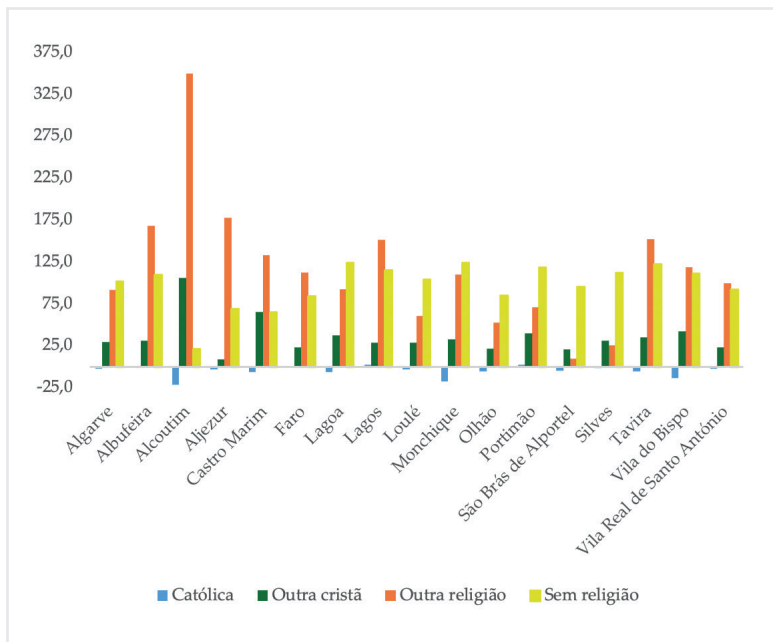
Algarve

Tal como no caso da AML, os territórios da região e da sub-região do Algarve coincidem. Em termos gerais, este é o território onde a pertença católica tem vindo a sofrer mais alterações em todos os seus municípios (Tabela 34, Figura 58). No conjunto do território, os católicos, em 2021, são 65,9% da população. Mas os municípios de **Lagos** (55,2%), **Vila do Bispo** (56,1%) e **Aljezur** (56,3%) são os que apresentam uma erosão maior quanto à pertença católica. Apesar de Lagos ter aumentado de população católica na última década censitária (2,15%), mantém-se significativamente inferior ao valor de referência para a região. Apenas um município do Algarve se distancia desta realidade, **Alcoutim**. A situação de algum isolamento geográfico pode ter favorecido a manutenção de um valor para a pertença católica (81%) que é bastante díspar, quando comparado com outros municípios. **Monchique** acompanha Alcoutim na evidência de alguma persistência da população católica.

Tabela 34: Identidades religiosas (%) por área geográfica (Algarve, 2021)

Área geográfica	Posições religiosas			
	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Portugal	80,2	4,6	1,1	14,1
Continente	79,7	4,7	1,2	14,5
Algarve	65,9	10,3	2,0	21,7
Albufeira	62,7	13,2	4,1	20,0
Alcoutim	81,0	1,5	0,4	17,0
Aljezur	56,3	9,5	2,7	31,5
Castro Marim	71,1	6,1	0,9	21,9
Faro	66,8	8,6	1,9	22,7
Lagoa	67,4	9,8	1,8	21,0
Lagos	55,2	14,3	1,9	28,5
Loulé	68,0	11,3	1,6	19,2
Monchique	75,8	4,8	0,9	18,5
Olhão	66,7	9,0	1,4	22,9
Portimão	63,8	12,7	2,1	21,4
São Brás de Alportel	67,1	11,0	0,9	21,0
Silves	69,3	8,6	2,4	19,7
Tavira	70,0	7,6	2,6	19,8
Vila do Bispo	56,1	8,7	1,5	33,7
Vila Real de Santo António	69,8	7,3	1,7	21,2

Figura 58: Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (Algarve, 2021)



As outras identidades cristãs totalizam, nesta sub-região, 10,3%, com especial contributo da população protestante/evangélica (4,5%) e da população ortodoxa (3,2%). Em **Lagos**, a totalidade das outras identidades cristãs representa 14,3% da população (Tabela 35). A presença de outras religiões não é tão pronunciada (2,0%). Sublinhe-se que, no município de **Albufeira**, as populações hindu (1,3%) e muçulmana (1,2%) ultrapassam o limiar de um ponto percentual (Tabela 36).

Tabela 35: Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (Algarve, 2021)

Área geográfica	Outras identidades cristãs			
	Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã
Portugal	0,7	2,1	0,7	1,0
Continente	0,7	2,2	0,7	1,1
Algarve	3,2	4,5	0,9	1,8
Albufeira	5,3	5,1	0,8	2,0
Alcoutim	0,1	1,2	0,0	0,1
Aljezur	2,6	4,4	0,4	2,1
Castro Marim	1,3	2,3	1,0	1,5
Faro	2,6	3,7	0,9	1,5
Lagoa	2,2	4,8	0,6	2,1
Lagos	4,0	6,9	0,8	2,6
Loulé	4,0	4,3	1,0	1,9
Monchique	1,0	2,7	0,2	0,9
Olhão	1,7	4,6	1,3	1,4
Portimão	4,6	5,1	0,9	2,0
São Brás de Alportel	2,3	5,4	1,3	1,9
Silves	2,4	3,6	0,8	1,7
Tavira	1,7	3,6	0,8	1,4
Vila do Bispo	1,6	4,6	0,3	2,2
Vila Real de Santo António	2,0	3,3	0,8	1,2

Tabela 36: Outras identidades religiosas (%) por área geográfica (Algarve, 2021)

Área geográfica	Outras identidades religiosas					Sem religião
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra não cristã	
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,5
Algarve	0,3	0,4	0,1	0,7	0,5	21,7
Albufeira	0,4	1,3	0,1	1,2	1,1	20,0
Alcoutim	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	17,0
Aljezur	0,2	0,5	0,1	0,6	1,3	31,5
Castro Marim	0,2	0,2	0,0	0,4	0,1	21,9
Faro	0,3	0,3	0,0	0,7	0,5	22,7
Lagoa	0,3	0,3	0,1	0,8	0,4	21,0
Lagos	0,4	0,5	0,1	0,4	0,6	28,5
Loulé	0,4	0,3	0,1	0,4	0,4	19,2
Monchique	0,3	0,2	0,1	0,1	0,2	18,5
Olhão	0,2	0,2	0,0	0,4	0,5	22,9
Portimão	0,3	0,3	0,0	0,9	0,5	21,4
São Brás de Alportel	0,3	0,1	0,1	0,1	0,4	21,0
Silves	0,2	0,4	0,0	1,0	0,7	19,7
Tavira	0,4	0,8	0,1	0,7	0,6	19,8
Vila do Bispo	0,6	0,3	0,1	0,1	0,4	33,7
Vila Real de Santo António	0,3	0,4	0,0	0,5	0,4	21,2

A singularidade do Algarve encontra-se ainda na elevada percentagem de população sem religião (21,7%). Também neste indicador é possível destacar, de novo, os municípios de **Vila do Bispo** (33,7%), **Aljezur** (31,5%) e **Lagos** (28,5%), com elevadas percentagens de

população sem pertença religiosa e com um crescimento assinalável na última década censitária, superior a 100%.

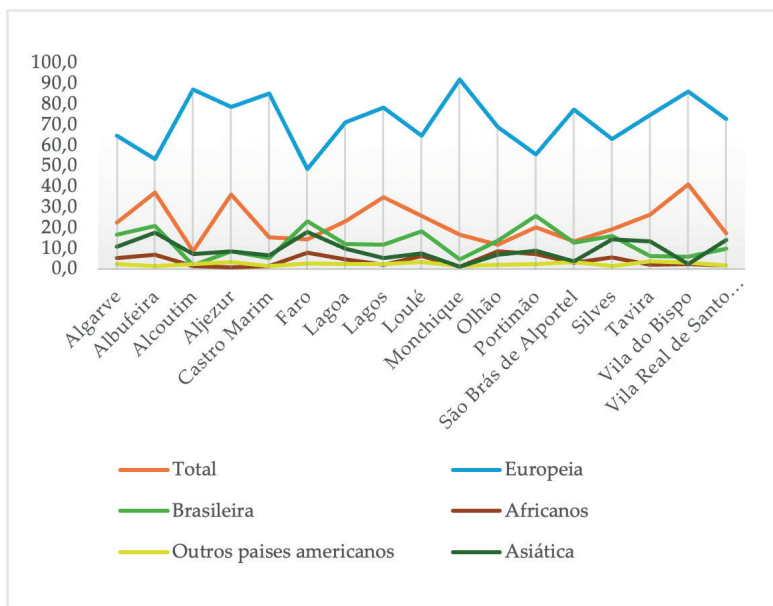
As mudanças no terreno das identidades religiosas são acompanhadas por outras dinâmicas sociodemográficas e económicas no Algarve (Tabela 37). Registe-se, desde logo, que o crescimento populacional, entre 2011 e 2021, é de 3,6%. Este crescimento só acontece nas sub-regiões do Oeste (região Centro) e na AML, pois todas as outras sub-regiões do país entraram em declínio demográfico, apesar de alguma expectativa de inversão em algumas zonas do país (Tabela 37). Este crescimento é ainda mais assinalável em municípios próximos da linha da costa como **Vila do Bispo** (8,7%), **Albufeira** (8,2%), **Lagos** (7,9%) e **Portimão** (7,6%).

Estes valores sinalizam uma sub-região dinâmica demograficamente, com o particular contributo da população estrangeira que escolhe Portugal para residir. No Algarve, 22,5% da população é estrangeira, um valor de 10 pontos percentuais acima da AML. Se seguir a tendência registada entre 2011 e 2021, com um aumento de estrangeiros na ordem dos 52%, o território do Algarve continuará o seu processo de mudança com reflexos em múltiplas dimensões sociais (Figura 59).

Tabela 37: População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (Algarve, 2021)

Área geográfica	População residente	
	Total	Var. 2011-2021
	n	%
Portugal	10 343 066	-2,1
Continente	9 855 909	-1,9
Algarve	467 343	3,6
Albufeira	44 164	8,2
Alcoutim	2523	-13,5
Aljezur	6045	2,7
Castro Marim	6439	-4,6
Faro	67 622	4,7
Lagoa	23 725	3,3
Lagos	33 494	7,9
Loulé	72 332	2,4
Monchique	5462	-9,6
Olhão	44 614	-1,7
Portimão	59 845	7,6
São Brás de Alportel	11 248	5,5
Silves	37 766	1,7
Tavira	27 523	5,2
Vila do Bispo	5717	8,7
Vila Real de Santo António	18 824	-1,7

Figura 59: Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (Algarve, 2011-2021)



Esta situação de maior influência das mobilidades humanas é claramente determinante da geografia das identidades religiosas dos territórios. Os municípios que foram assinalados com diferentes dinâmicas demográficas, mas também religiosas – Vila do Bispo, Lagos, Aljezur e Albufeira –, coincidem com os municípios de maior percentagem de população estrangeira residente. Os valores registados e a sua perspectiva de aumento permitem esperar uma continuada mudança nos modos de vida, nos modos de trabalho, na organização familiar, nas sociabilidades. No município de Vila do Bispo, 41,0% da população é estrangeira; em Albufeira, 37,2%; em Aljezur, 36,3%; e em Lagos, 34,8%. Como antes se assinalou, estes valores contrastam com o município de **Alcoutim**, localizado na zona mais interior e fronteira do Algarve.

Numa leitura mais fina, verifica-se que a população europeia é a que mais se destaca nestes municípios, tendência que se aplica a todo este território. Trata-se de população, sobretudo do Reino Unido,

que escolhe esta área geográfica para residir. No município de **Vila do Bispo**, por exemplo, 86% do total da população estrangeira tem origem europeia. Nos municípios de **Portimão** e **Faro**, os brasileiros representam mais de 23%, e nos municípios de **Albufeira**, **Faro**, **Silves**, **Tavira** e **Vila Real de Santo António**, a presença de asiáticos é considerável, num intervalo entre 13,5% e 17,9%.

No Algarve, as famílias unipessoais são determinantes e registaram um valor médio (27,2%), superior ao valor de referência nacional (24,8%). Em municípios como **Alcoutim**, por exemplo, estes núcleos domésticos constituídos por uma só pessoa representam 40,3%, e em **Aljezur** e **Monchique** superam os 33%. Desta circunstância decorre ainda outro fator, uma vez que 46,8% da população residente é solteira, sendo este o estado civil mais representado. Em **Albufeira**, 50,1% das pessoas vivem sozinhas, situação muito semelhante a municípios como **Faro**, **Olhão** e **Portimão**. Mas é necessário distinguir estes dois contextos. No caso da população de Alcoutim e Monchique, à situação de isolamento familiar associa-se o envelhecimento. No caso dos municípios de Faro, Olhão, Albufeira, Loulé e Portimão, ao isolamento associa-se uma população mais jovem e adulta, indicando uma cultura de sociabilidades mais marcadas por lógicas de individualização (Tabela 38).

Tabela 38: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (Algarve, 2021)

Área geográfica	Família	Estado civil				Estrutura etária			Índice de envelhecimento
	Unipessoal	Solteira	Casada	Viúva	Divorciada	0-14	15-64	≥ 65	
Portugal	24,8	43,5	41,0	7,5	8,0	12,9	63,7	23,4	178,4
Continente	24,9	43,4	41,0	7,5	8,0	12,8	63,5	23,7	180,9
Algarve	27,2	46,8	36,7	7,2	9,3	13,4	62,8	23,7	171,7
Albufeira	25,6	50,1	34,8	5,5	9,6	13,8	68,0	18,2	127,9
Alcoutim	40,3	35,7	42,5	16,4	5,4	6,3	46,2	47,5	748,1
Aljezur	33,9	46,6	36,9	8,1	8,4	12,8	60,3	26,9	204,5
Castro Marim	28,3	38,7	42,8	9,7	8,7	10,9	56,5	32,5	281,9
Faro	28,4	49,4	34,5	6,8	9,4	13,6	64,5	21,9	156,7
Lagoa	25,8	46,2	37,5	7,0	9,3	13,6	63,0	23,4	167,5
Lagos	27,8	45,1	37,8	7,1	10,1	12,8	62,4	24,7	189,5
Loulé	25,6	46,9	37,3	7,0	8,8	13,5	63,1	23,4	167,4
Monchique	33,6	42,3	41,0	9,9	6,8	10,1	56,3	33,7	327,0
Olhão	25,1	47,7	35,9	7,1	9,3	14,3	62,8	22,9	156,6
Portimão	28,6	47,7	35,1	6,7	10,5	14,3	63,2	22,4	152,4
São Brás de Alportel	26,9	43,8	38,5	8,5	9,3	13,4	60,6	26,0	190,2
Silves	27,1	46,1	37,4	7,9	8,7	13,5	61,5	25,0	178,5
Tavira	27,5	41,2	40,9	8,7	9,2	11,6	59,1	29,3	246,9
Vila do Bispo	31,6	46,8	37,1	8,6	7,6	12,8	59,6	27,6	207,1
Vila Real de Santo António	26,7	44,0	39,0	7,9	9,1	13,4	60,5	26,1	188,6

Assim, no caso de **Alcoutim**, assiste-se a uma coincidência de fatores que determinam alguma perda de dinamismo demográfico e social. Ao indicador relativo às famílias unipessoais, que são a maioria (40,3%), acrescenta-se uma percentagem muito elevada de população viúva (16,8%) e uma percentagem de população idosa (47,5%), muito acima da média para o território do Algarve (23,7%) e com uma presença de jovens quase insignificante no contexto municipal (6,3%). Neste município, o envelhecimento é dos maiores do país com 748,1 idosos para cada 100 jovens. Numa situação similar, encontra-se o município de **Monchique**. Como se observou, estes dois municípios são aqueles que apresentaram valores de maior persistência da identidade católica na população residente.

No contexto dos municípios de **Olhão, Portimão, Albufeira, Faro** e **Loulé**, a percentagem de população que vive sozinha, apesar de elevada, é menor que a registada nos contextos anteriores. A população solteira é elevada e superior à média nacional (12,9%). Mas nestes municípios é determinante a maior percentagem de população jovem, entre 13% e 14%, e a menor percentagem de população idosa, coincidindo com índices de envelhecimento mais baixos. No caso do município de Albufeira, este indicador é de 127,9.

Na sua generalidade, o território do Algarve apresenta-se economicamente alicerçado no setor terciário, com uma percentagem de população ativa (81,4%) superior ao valor de referência nacional. Municípios como **Albufeira, Portimão e Faro** são mais terciarizados, mas também os mais urbanizados, com uma população residente que apresenta não só habilitações académicas superiores como também os maiores índices de poder de compra (Tabela 39).

Tabela 39: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (Algarve, 2021)

Área geográfica	Ensino Superior	População ativa			Poder de compra	Área urbana
		Primário	Secundário	Terciário		
Portugal	19,8	2,9	24,8	72,3	100,0	73,8
Continente	20,0	2,8	25,2	71,9	100,6	74,2
Algarve	17,3	3,6	15,0	81,4	99,5	69,2
Albufeira	15,6	2,0	13,1	84,9	107,0	81,3
Alcoutim	8,6	9,3	14,6	76,1	71,0	0,0
Aljezur	16,0	12,7	13,5	73,9	71,6	0,0
Castro Marim	12,6	3,8	14,7	81,5	81,2	0,0
Faro	25,3	3,5	12,8	83,7	116,0	81,2
Lagoa	14,8	2,0	14,7	83,3	91,4	42,7
Lagos	17,6	1,9	15,9	82,2	94,4	70,6
Loulé	16,2	2,1	16,4	81,5	115,4	74,2
Monchique	12,0	7,6	18,3	74,1	65,7	0,0
Olhão	15,2	5,8	17,4	76,8	84,5	70,5
Portimão	19,3	1,4	15,4	83,2	102,1	92,8
São Brás de Alportel	18,3	1,7	18,3	79,9	90,2	100,0
Silves	13,3	6,3	14,9	78,8	83,8	44,1
Tavira	16,2	8,5	14,8	76,7	93,7	56,1
Vila do Bispo	14,1	6,4	10,0	83,6	67,2	0,0
Vila Real de Santo António	12,8	3,5	13,8	82,7	93,8	79,4

Na sub-região do Algarve, apenas os municípios de **Alcoutim, Monchique, Aljezur, Olhão, São Brás de Alportel** e **Silves** apresentam percentagens de população ativa no setor terciário abaixo do valor de referência sub-regional. O setor primário é mais saliente nos municípios de **Alcoutim, Aljezur** e **Monchique**, com maior peso da população que reside em áreas medianamente urbanas ou rurais e com valores do índice de poder de compra muito mais baixos do que nos restantes municípios. Em Monchique, por exemplo, este indicador é de apenas 65,7.

Em termos gerais, encontram-se no Algarve contextos municipais muito marcados por dinâmicas cosmopolitas. A uma maior presença de população estrangeira associa-se uma mais pronunciada diversidade de pertenças e posições religiosas. Esta diversidade religiosa tem como correlato a erosão da preponderância católica.

Regiões Autónomas

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentam, a nível nacional, os traços mais vincados de uma monocultura católica. Apenas com ligeira diferença percentual, o arquipélago dos **Açores**, com 91,6% de população católica, supera a Região Autónoma da Madeira, com 90,9%, significativamente acima do valor de referência no continente (79,7%) – Tabela 40, Figura 60.

Nos Açores, municípios como **Vila Franca do Campo, Povoação, Calheta, Ribeira Grande** e **Santa Cruz da Graciosa** ultrapassam os 94% de população que se declara católica. Estes valores denotam uma identidade persistente com um universo reduzido de outras identidades cristãs e de outras religiões. A população protestante/evangélica é, apesar de tudo, a mais representada, com 0,9%, sendo que, nos municípios de **Lages do Pico** e em **Ponta Delgada**, este valor sobe para os 1,3% e 1,2%, respetivamente. Em Lages do Pico, também se registou 1% de população Testemunha de Jeová e mais 0,7% de outros grupos cristãos. No conjunto de municípios é aquele

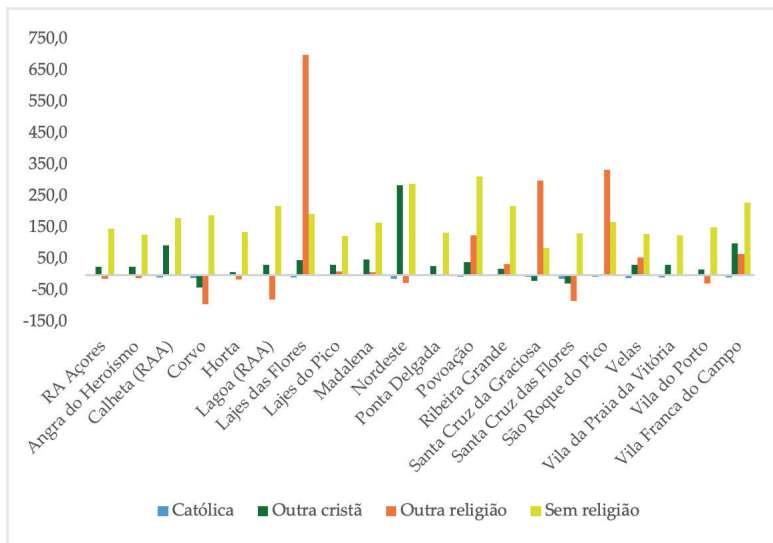
que apresenta vestígios da presença de outras religiões. As outras religiões têm uma representatividade muito escassa em quase todo o arquipélago – aliás, esse conjunto, entre 2011 e 2021, sofreu uma diminuição na ordem dos 12%.

Apesar de mais significativa, a percentagem de população sem pertença religiosa (6,2%) distancia-se do valor de referência nacional (14,1%). Apenas no município de Lages das Flores, a população sem afiliação religiosa atinge os 12%.

Tabela 40: Posições religiosas (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)

Área geográfica	Posições religiosas			
	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Portugal	80,2	4,6	1,1	14,1
Continente	79,7	4,7	1,2	14,5
RA Açores	91,6	1,9	0,3	6,2
Angra do Heroísmo	90,1	2,0	0,4	7,5
Calheta (RAA)	94,4	1,0	0,0	4,5
Corvo	89,0	1,8	0,3	8,9
Horta	87,7	2,1	0,3	9,9
Lagoa (RAA)	92,2	2,4	0,2	5,1
Lajes das Flores	85,5	1,8	0,7	12,0
Lajes do Pico	89,2	3,1	0,3	7,5
Madalena	90,8	2,0	0,2	7,0
Nordeste	95,3	1,4	0,1	3,2
Ponta Delgada	91,0	2,4	0,3	6,3
Povoação	95,2	1,3	0,2	3,3
Ribeira Grande	94,3	1,4	0,2	4,1
Santa Cruz da Graciosa	94,9	1,1	0,2	3,8
Santa Cruz das Flores	89,3	2,2	0,2	8,2
São Roque do Pico	88,9	2,6	0,5	8,0
Velas	91,7	1,2	0,3	6,8
Vila da Praia da Vitória	92,3	1,7	0,2	5,9
Vila do Porto	89,8	1,7	0,1	8,4
Vila Franca do Campo	96,3	0,5	0,2	2,9

Figura 60: Variações das identidades religiosas (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)



No Arquipélago da **Madeira**, o contexto das identidades religiosas é muito semelhante ao dos Açores, reiterando a preponderância católica (90,9%), não obstante se deva assinalar o decréscimo de 3,9% na última década (Tabela 41, Figura 61). **Porto Santo**, **Funchal** e **Santa Cruz** registam 88% e 89% de católicos, sendo os únicos territórios onde as identidades religiosas minoritárias, em especial no quadro das identidades cristãs, embora com valores muito reduzidos, podem ter alguma representação e algum crescimento percentual entre 2011 e 2021. Aliás, na Madeira há uma ligeira diferença relativamente aos Açores, uma vez que se torna patente, embora de forma ténue, alguma diversidade religiosa.

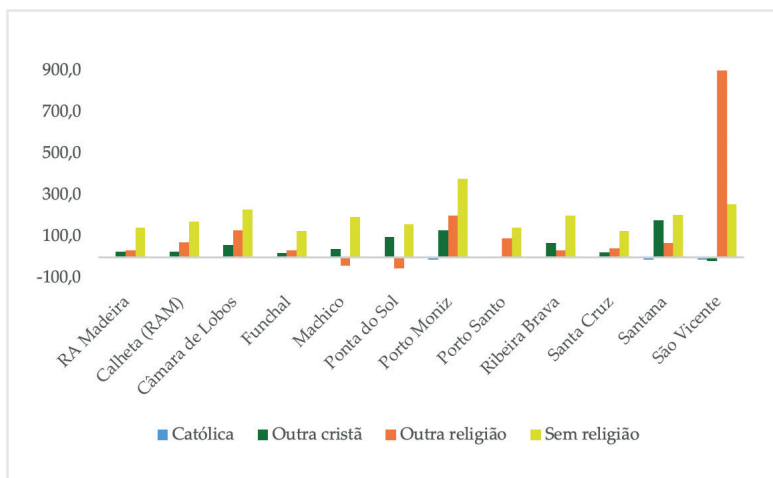
No **Porto Santo**, a geografia cristã minoritária registou uma percentagem de 4,1% e, no **Funchal**, 3,1%. Nestes mesmos municípios, as outras religiões têm uma representação muito débil, com 0,4% e 0,5%, respetivamente (Tabela 41, Figura 61).

A população sem afiliação religiosa, um grupo muito representado no continente, registou 6,3% na Madeira. O Funchal e o Porto Santo apresentam-se como os territórios com maior presença da população sem religião, sendo que este grupo foi o que mais cresceu em todo o arquipélago (Tabelas 41-43).

Tabela 41: Identidades religiosas (%) por área geográfica (RA Madeira, 2021)

Área geográfica	Grupos religiosos			
	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Portugal	80,2	4,6	1,1	14,1
Continente	79,7	4,7	1,2	14,5
Região Autónoma da Madeira	90,9	2,5	0,4	6,3
Calheta (RAM)	93,1	2,3	0,4	4,2
Câmara de Lobos	95,0	1,2	0,2	3,6
Funchal	88,4	3,1	0,5	8,0
Machico	93,3	2,0	0,2	4,5
Ponta do Sol	93,6	1,8	0,1	4,5
Porto Moniz	94,2	1,5	0,3	4,0
Porto Santo	88,2	4,1	0,4	7,4
Ribeira Brava	93,8	1,8	0,3	4,1
Santa Cruz	89,8	2,7	0,4	7,1
Santana	95,5	1,6	0,2	2,7
São Vicente	94,0	1,4	0,5	4,1

Figura 61: Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (RA Madeira, 2021)



Estes dois territórios registaram, na última década, uma perda demográfica assinalável (Tabela 44, Figura 62). Os **Açores** perdem 4,2% dos seus residentes, com destaque para as ilhas do **Corvo**, das **Flores** e de **São Jorge**, que são os territórios que mais se despovoaram. Na **Madeira**, a perda demográfica é de 6,4%, e esta diminuição ocorre mesmo num contexto mais favorável da presença de população estrangeira, que representa 4,1%. Nos arquipélagos, a população europeia destaca-se, embora nos Açores a população brasileira surja em segundo lugar (19,7%), e no caso da Madeira é a população de outros países do continente americano que se destaca (26,2%), muito embora em algumas ilhas dos Açores esta presença seja também determinante e reveladora de um passado histórico que desenhou a emigração portuguesa no século passado. Nos Açores, a ilha de **São Miguel** é a única que regista uma presença de população asiática.

Tabela 42: Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)

Área geográfica	Outras identidades cristãs			
	Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã
Portugal	0,7	2,1	0,7	1,0
Continente	0,7	2,2	0,7	1,1
RA Açores	0,1	0,9	0,5	0,5
Angra do Heroísmo	0,1	0,8	0,5	0,6
Calheta (RAA)	0,1	0,2	0,5	0,1
Corvo	0,6	0,6	0,0	0,6
Horta	0,2	0,9	0,5	0,5
Lagoa (RAA)	0,0	1,1	0,8	0,6
Lajes das Flores	0,3	1,1	0,3	0,2
Lajes do Pico	0,1	1,3	1,0	0,7
Madalena	0,2	0,8	0,7	0,4
Nordeste	0,1	0,6	0,4	0,2
Ponta Delgada	0,1	1,2	0,5	0,6
Povoação	0,1	0,5	0,5	0,2
Ribeira Grande	0,0	0,7	0,4	0,3
Santa Cruz da Graciosa	0,0	0,3	0,5	0,2
Santa Cruz das Flores	0,1	0,9	0,8	0,5
São Roque do Pico	0,1	1,1	0,8	0,6
Velas	0,1	0,5	0,4	0,2
Vila da Praia da Vitória	0,0	0,7	0,4	0,5
Vila do Porto	0,0	1,0	0,4	0,2
Vila Franca do Campo	0,0	0,3	0,0	0,1

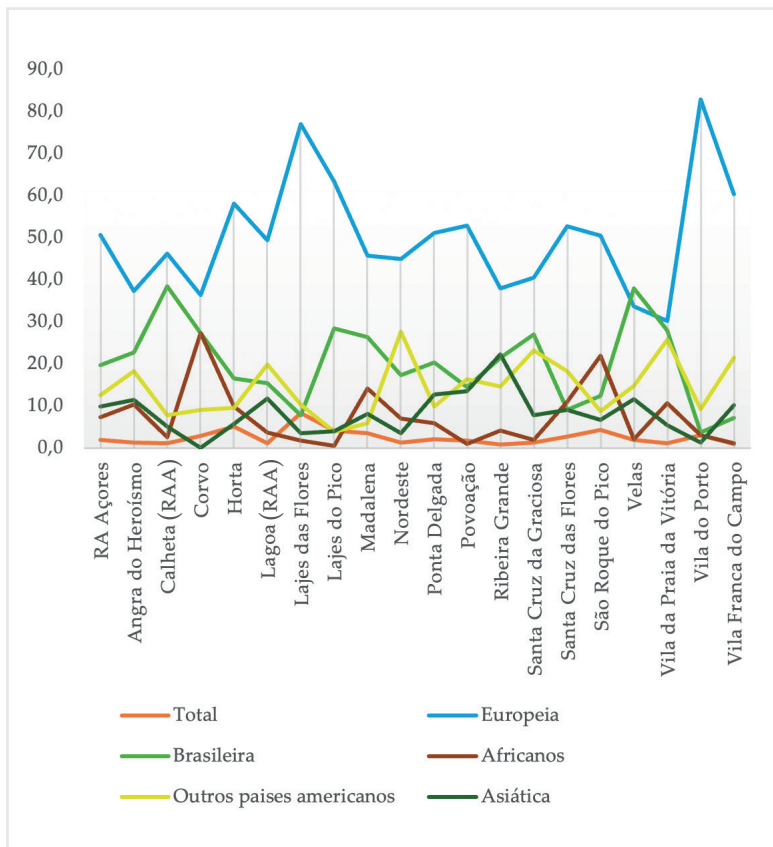
Tabela 43: Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)

Área geográfica	Outras identidades religiosas					Sem religião
	Budista	Hindu	Judaica	Muçulmana	Outra não cristã	
Portugal	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,1
Continente	0,2	0,2	0,0	0,4	0,3	14,5
RA Açores	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	6,2
Angra do Heroísmo	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	7,5
Calheta (RAA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5
Corvo	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	8,9
Horta	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	9,9
Lagoa (RAA)	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	5,1
Lajes das Flores	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2	12,0
Lajes do Pico	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	7,5
Madalena	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	7,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	3,2
Ponta Delgada	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	6,3
Povoação	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	3,3
Ribeira Grande	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	4,1
Santa Cruz da Graciosa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	3,8
Santa Cruz das Flores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	8,2
São Roque do Pico	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	8,0
Velas	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	6,8
Vila da Praia da Vitória	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	5,9
Vila do Porto	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	8,4
Vila Franca do Campo	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	2,9

Tabela 44: População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)

Área geográfica	População residente	
	Total	Var. 2011-2021
	n	%
Portugal	10 343 066	-2,1
Continente	9 855 909	-1,9
RA Açores	236 413	-4,2
Angra do Heroísmo	33 771	-4,6
Calheta (RAA)	3437	-8,9
Corvo	384	-10,7
Horta	14 331	-4,4
Lagoa (RAA)	14 189	-1,8
Lajes das Flores	1408	-6,4
Lajes do Pico	4340	-7,9
Madalena	6319	4,5
Nordeste	4368	-11,5
Ponta Delgada	67 229	-2,3
Povoação	5791	-8,5
Ribeira Grande	31 388	-2,3
Santa Cruz da Graciosa	4090	-6,9
Santa Cruz das Flores	2020	-11,8
São Roque do Pico	3220	
Velas	4936	
Vila da Praia da Vitória	19 463	
Vila do Porto	5406	
Vila Franca do Campo	10 323	

Figura 62: Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)



O quadro demográfico dos arquipélagos apresenta-se distinto das sub-regiões do continente (Tabela 45). Com uma estrutura etária mais jovem, onde o peso da população idosa é menor, em especial nos Açores (16,5%), e uma maior percentagem de população jovem, também em especial nos Açores (14,6%). Por esta razão, o índice de envelhecimento mais baixo encontra-se nos Açores, mais concretamente na Ilha de São Miguel, com 88 idosos para cada 100 jovens. É, aliás, o único do país e o mais baixo.

Também nestes dois territórios insulares existem algumas características na organização familiar que refletem esta juvenildade da

população. Nos Açores e na Madeira há uma percentagem mais elevada de população solteira, tendo como termo de comparação o valor de referência para o continente (43,4%), 44,7% e 45,7% respetivamente. É o estado civil mais representado, superando a população casada.

No plano socioeconómico, os valores registados no recenseamento de 2021 evidenciam algumas fragilidades no que respeita à ocupação profissional e habilitações académicas (Tabela 46). Isto porque a percentagem de população que atingiu o nível superior de escolarização é, em todas as ilhas, inferior ao valor de referência nacional. Nos Açores, em média, apenas 14,7% da população concluiu o ensino superior e, na Madeira, o valor é de 16,5%. Nos Açores, nas ilhas do **Corvo**, das **Flores**, de **São Jorge** e da **Graciosa**, essa percentagem não ultrapassa os 12%. Apenas nas Ilhas do Faial e de São Miguel os valores são mais expressivos.

Mais nos Açores do que na Madeira, o setor primário ainda é relevante, superando sempre o valor de referência no continente. Nos Açores, o setor primário corresponde a 7,0% da população ativa – na ilha da **Graciosa** ou de **São Jorge** atinge os 12% e na ilha do **Pico** 10%. Também nestas duas ilhas o setor secundário é o mais representativo, com 20,9% e 18,3%, respetivamente. Acresce que a presença destes dois setores determina e tem impacto nas questões das vivências diárias de trabalho, mas também nos estilos de vida, isto porque nestas três ilhas não há população a viver em freguesias predominantemente urbanas – mais de metade da população reside em áreas com características marcadamente rurais.

Tabela 45: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)

Área geográfica	Família	Estado civil				Estrutura etária			Índice de envelhecimento
	Unipessoal	Solteira	Casada	Viúva	Divorciada	0-14	15-64	≥ 65	
Portugal	25,0	43,5	41,0	7,5	8,0	12,9	63,7	23,4	178,4
Continente	25,0	43,4	41,0	7,5	8,0	12,8	63,5	23,7	180,9
RA Açores	20,3	44,7	40,4	6,8	8,1	14,6	68,8	16,5	111,1
Angra do Heroísmo	22,3	43,8	39,2	7,5	9,4	13,3	67,4	19,3	142,1
Calheta (RAA)	27,5	43,4	39,7	9,0	7,9	12,4	63,9	23,7	188,3
Corvo	25,8	49,7	35,4	6,5	8,3	12,8	71,9	15,4	151,5
Horta	23,7	43,8	39,4	7,5	9,4	13,5	66,6	19,9	147,6
Lagoa (RAA)	14,0	45,4	41,8	6,0	6,9	16,5	70,6	12,8	75,6
Lajes das Flores	30,9	45,7	36,2	7,5	10,7	11,2	68,1	20,7	184,6
Lajes do Pico	22,3	39,4	43,6	9,6	7,4	12,3	62,8	24,9	196,2
Madalena	21,4	42,8	40,6	7,9	8,7	14,0	66,1	20,0	137,8
Nordeste	24,0	42,0	42,7	8,6	6,7	13,2	65,7	21,2	156,1
Ponta Delgada	20,3	45,8	39,4	6,1	8,7	14,3	70,6	15,0	102,7
Povoação	20,1	42,9	42,3	7,6	7,2	13,4	69,3	17,3	130,2
Ribeira Grande	13,9	47,3	41,4	5,3	6,0	18,8	70,5	10,6	56,3
Santa Cruz da Graciosa	25,1	43,0	40,6	9,5	6,9	14,4	63,8	21,8	148,5
Santa Cruz das Flores	28,5	47,1	34,5	7,5	10,9	13,8	67,1	19,2	140,3
São Roque do Pico	23,6	42,4	39,1	8,4	10,1	13,2	65,6	21,2	163,8
Velas	25,7	43,3	39,4	8,5	8,8	12,5	66,6	20,9	161,6
Vila da Praia da Vitória	20,2	40,9	43,8	7,4	7,9	13,5	68,1	18,4	131,1
Vila do Porto	25,3	46,3	37,6	8,0	8,2	14,3	68,2	17,5	116,5
Vila Franca do Campo	14,5	45,3	42,8	6,1	5,8	14,8	70,3	14,9	99,3

Tabela 46: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)

Área geográfica	Ensino Superior	População ativa			Poder de compra	Área urbana
		Primário	Secundário	Terciário		
Portugal	19,8	2,9	24,8	72,3	100,0	73,8
Continente	20,0	2,8	25,2	71,9	100,6	74,2
RA Açores	14,7	7,0	16,0	76,9	87,4	46,1
Angra do Heroísmo	17,0	6,9	14,2	78,9	94,8	53,9
Calheta (RAA)	9,8	17,1	22,6	60,2	72,3	0,0
Corvo	11,0	7,8	11,9	80,4	75,7	0,0
Horta	16,0	5,7	13,5	80,8	88,7	31,9
Lagoa (RAA)	12,3	6,1	17,0	76,8	76,9	76,9
Lajes das Flores	11,1	9,7	15,8	74,5	82,6	0,0
Lajes do Pico	11,9	13,2	18,4	68,4	70,6	0,0
Madalena	13,0	10,1	15,8	74,1	84,8	0,0
Nordeste	8,1	13,6	15,3	71,0	63,9	0,0
Ponta Delgada	19,3	4,3	13,6	82,2	102,6	65,6
Povoação	8,8	9,2	15,1	75,7	67,1	0,0
Ribeira Grande	10,6	9,6	20,9	69,5	73,0	61,1
Santa Cruz da Graciosa	11,3	12,2	18,3	69,6	78,4	0,0
Santa Cruz das Flores	12,0	7,5	14,6	77,9	84,0	0,0
São Roque do Pico	13,2	8,2	17,6	74,2	80,3	0,0
Velas	11,9	8,7	19,7	71,6	87,8	0,0
Vila da Praia da Vitória	12,3	6,0	17,3	76,7	82,6	54,1
Vila do Porto	12,6	6,3	13,0	80,7	90,4	0,0
Vila Franca do Campo	10,0	8,7	22,6	68,7	70,6	13,4

Na região autónoma da Madeira, estes dois setores registaram valores mais baixos. No tocante ao setor terciário, importa referir que em ambos os territórios o valor de referência supera o valor do continente, com mais expressividade na Madeira. Nos Açores, nas ilhas da **Graciosa**, de **São Jorge** e do **Pico**, os valores do setor terciário são claramente mais baixos. Mas nas ilhas de **Santa Maria**, do **Faial** e do **Corvo**, este setor atinge um valor mais alto, na ordem dos 80%. Nas ilhas da **Madeira** e do **Porto Santo**, o valor do setor terciário situa-se entre 82,6% e 86,1%. Nestas duas ilhas do Arquipélago da Madeira, são evidentes os sinais de terciarização e de urbanização, uma vez que a maioria da população reside em freguesias predominantemente urbanas.

Estes valores da população ativa refletem-se no índice de poder de compra, indicador que claramente distingue as regiões autónomas dos valores sub-regionais que se verificaram no continente. Nos Açores, 87,4% é o valor de referência, mas ilhas como o **Corvo**, o **Pico** e a **Graciosa** ficam abaixo do limiar dos 80%.

A história de distância e isolamento teve um efeito de preservação de uma monocultura católica, nestes arquipélagos – com matizes diferentes de uma parte significativa do território continental –, situação acompanhada, atualmente, por sinais de fragilidade sociodemográfica.

IV. Para uma cartografia de mudanças e persistências

Maria João Oliveira, Helena Vilaça

Numa análise que desce à escala municipal, propõe-se, nesta secção, analisar os territórios onde, de acordo com os dados da inquirição Censos 2021, a afiliação e desfiliação religiosa apresentam traços marcantes, bem como os territórios que, ao longo da última década, apresentam mudanças mais acentuadas ou traços de uma morfologia religiosa mais resiliente.

A partir de uma análise de *rankings*¹⁵ por município, que nos permite classificar e comparar os territórios a partir dos indicadores religiosos disponíveis nos Censos, faremos um *zoom* sobre alguns territórios municipais selecionados, cruzando com outras variáveis sincrónicas e diacrónicas copresentes. Procuramos, assim, melhor compreender as suas singularidades ou características mais universais para o contexto português. A análise definiu como grandes grupos as populações católica, outra cristã (que contempla os ortodoxos, os protestantes/evangélicos e as Testemunhas de Jeová), outra religião (budista, hindu, judaica, muçulmana e outros) e a população sem religião – o mesmo é dizer sem afiliação religiosa. Esta análise, a partir dos grandes grupos de posição religiosa, é enriquecida, em diversos momentos, por abordagens diferenciadas à pluralidade das identidades religiosas.

A demografia religiosa dos municípios no continente

Optou-se por autonomizar a leitura do território continental e os territórios das regiões autónomas, privilegiando as possibilidades comparativas que a continuidade territorial potencia, quando se

¹⁵ Procurando colmatar a simplificação a que a análise de *rankings* está associada, cruzaremos vários *rankings* e, sempre que necessário e pertinente, consolidaremos os dados estatísticos com os números absolutos que representam.

pretende pôr em correlação os dados sobre as identidades religiosas e outras dimensões sociodemográficas dos territórios

Grandes tendências no campo da identidade católica

De acordo com os dados dos Censos de 2021, o *zoom* à escala concelhia permite-nos, desde logo, identificar reflexos das principais tendências nomeadas nos capítulos anteriores. Deste modo, não é de estranhar que entre os vinte municípios de Portugal continental com maior peso de população católica se encontrem dezasseis municípios da região Norte, território tradicionalmente mais religioso e mais católico do continente – tal ficou patente nas análises anteriores, na escala regional e sub-regional (Tabela 47, Figura 63).

A proeminência católica é liderada pelo município de **Mesão Frio** (97,0%) no distrito de Vila Real. Também no mesmo distrito, encontramos **Santa Marta de Penaguião** (95,8%) e **Murça** (95,8%). **Tabuaço** (95,4%), **Sernancelhe** (95,2%) e **Penedono** (95,1%), municípios de Viseu, figuram igualmente com elevadas percentagens de população católica. No Alto Tâmega, destacam-se **Ribeira de Pena** (96,5%), **Montalegre** (95,6%) e **Valpaços** (95,3%), e na sub-região do Tâmega e Sousa, **Resende** (96,4%), **Baião** (96,3%), **Celorico de Basto** (96,2%) e **Cinfães** (96,1%). Ainda no Norte, temos **Vieira do Minho** (95,2%) e **Cabeceiras de Basto** (95,1%), na sub-região do Ave, e **Vinhais** (95,0%), em Trás-os-Montes.

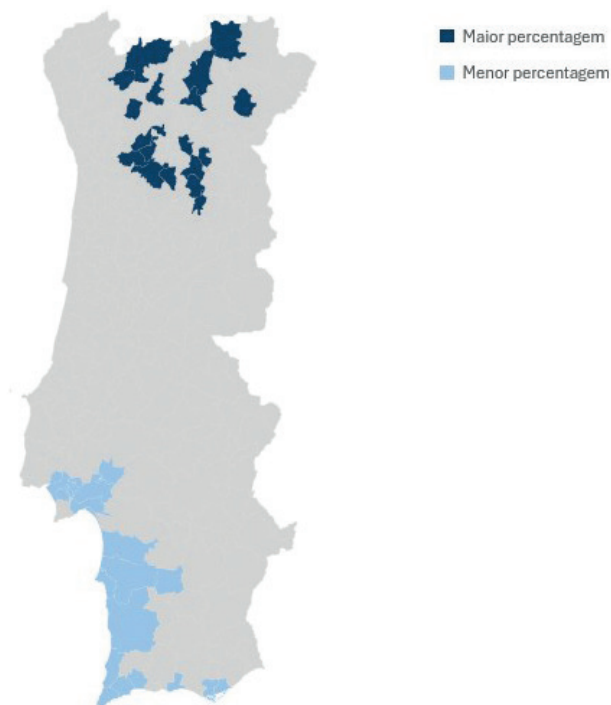
Os restantes quatro municípios são da região Centro e incluem **Fornos de Algodres** (95,8%), nas Beiras e Serra da Estrela, **Aguiar da Beira** (95,4%), **Vila Nova de Paiva** (95,3%) e **Castro Daire** (95,2%), na sub-região de Viseu Dão Lafões.

Tabela 47: Ranking dos municípios com maior e menor percentagem de população católica (Censos 2021)

Maior percentagem católica		Menor percentagem católica	
<i>Município</i>	%	<i>Município</i>	%
Mesão Frio	97,0	Lagos	55,2
Ribeira de Pena	96,5	Vila do Bispo	56,1
Resende	96,4	Sines	56,2
Baião	96,3	Aljezur	56,3
Celorico de Basto	96,2	Odemira	56,7
Cinfães	96,1	Albufeira	62,7
Santa Marta de Penaguião	95,8	Grândola	62,8
Murça	95,8	Almada	63,3
Fornos de Algodres	95,8	Barreiro	63,8
Montalegre	95,6	Portimão	63,8
Aguiar da Beira	95,4	Aljustrel	64,4
Tabuaço	95,4	Moita	64,6
Valpaços	95,3	Montijo	64,9
Vila Nova de Paiva	95,3	Setúbal	65,4
Castro Daire	95,2	Lisboa	65,6
Sernancelhe	95,2	Santiago do Cacém	65,9
Vieira do Minho	95,2	Palmela	66,1
Penedono	95,1	Olhão	66,7
Cabeceira de Basto	95,1	Seixal	66,8
Vinhais	95,0	Faro	66,8

Em contrapartida, é possível constatar que a identidade católica apresenta os valores mais baixos em municípios do Algarve, Litoral Alentejano e Área Metropolitana de Lisboa (AML). Como já se sublinhou, a partir de diferentes escalas de leitura, é também nestas regiões que se torna mais saliente o valor percentual dos indivíduos sem afiliação religiosa e dos afiliados a outra confissão cristã ou a outra religião.

Figura 63: Mapa infográfico concelhio segundo a maior e menor percentagem de população católica (Censos 2021)



Igualmente interessante é observar a reconfiguração religiosa do território nacional na última década (Tabela 48, Figura 64). Dos 278 municípios do continente, apenas 44 conheceram um crescimento da população católica. Entre estes ocupam posições cimeiras **Mafra** (+8,5%), **Palmela** (+7,1%), **Alcochete** (+5,4%), **Sesimbra** (+5,3%) e **Seixal** (+3,3%), municípios da AML – espaço geográfico onde a população católica é comparativamente mais baixa –, e **Braga** (+5,9%), no Cávado. Nesta tendência de crescimento da população católica em alguns territórios do litoral, destacam-se, ainda, **Esposende** (+3,1%), **Torres Vedras** (+2,8%), **Valongo** (+2,5%), **Póvoa de Varzim** (+2,0%) ou **Aveiro** (+1,9%). Ainda, **Penedono**, no Douro, que em 1991 liderava o *ranking* dos municípios com maior percentagem de católicos, viu a sua população católica aumentar 4,3%.

Em sentido oposto, com exceção de Alenquer, que se manteve inalterado, os restantes municípios apresentam taxas de crescimento negativas, 96 dos quais com decréscimo igual ou superior a 10%. A lista dos vinte municípios com uma queda mais acentuada é liderada pela **Chamusca** (-23,5%), na Lezíria do Tejo. Outros municípios em destaque incluem **Mértola** (-23,3%), **Nisa** (-20,2%) e **Alandroal** (-21,3%), no Alentejo; e **Alcoutim** (-21,5%), no Algarve. Com maior singularidade, no interior norte de Portugal continental, destacam-se **Torre de Moncorvo** (-20,2%), no Douro; **Alfândega da Fé** (-17,9%), em Terras de Trás-os-Montes; e **Penamacor** (-17,8%) e **Idanha-a-Nova** (-17,7%), na Beira Baixa. Ainda, na região de Leiria, **Pedrógão Grande** (-19,6%) e **Castanheira de Pêra** (-18,6%). Observando as restantes sub-regiões de Portugal continental, é também relevante acrescentar que no Alto Minho, onde todos os municípios perderam população católica, **Melgaço** foi aquele que assinalou maior decréscimo (-15,5%); bem como, no Ave – sub-região que se manteve estável no que diz respeito ao catolicismo –, **Mondim** aparece com uma perda de 14,4% de população católica.

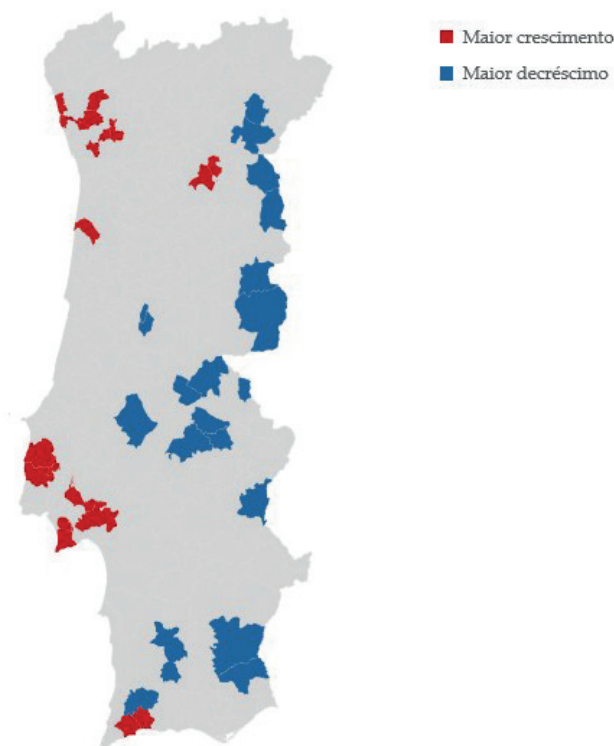
PARA UMA CARTOGRAFIA DE MUDANÇAS E PERSISTÊNCIAS

Tabela 48: Ranking dos municípios segundo a taxa de variação da população católica (2011-2021)

Maior crescimento	%	Decréscimo mais acentuado	%
<i>Município</i>	<i>%</i>	<i>Município</i>	<i>%</i>
Mafra	8,5	Chamusca	-23,5
Palmela	7,1	Mértola	-23,3
Braga	5,9	Alcoutim	-21,5
Alcochete	5,4	Alandroal	-21,3
Sesimbra	5,3	Nisa	-20,2
Sobral de Monte Agraço	4,3	Torre de Moncorvo	-20,2
Penedono	4,3	Pedrógão Grande	-19,6
Vizela	3,4	Figueira de Castelo Rodrigo	-19,3
Seixal	3,3	Castanheira de Pêra	-18,6
Lousada	3,2	Fronteira	-18,1
Esposende	3,1	Gavião	-18,0
Torres Vedras	2,8	Alfândega da Fé	-17,9
Sernancelhe	2,5	Penamacor	-17,8
Valongo	2,5	Idanha-a-Nova	-17,7
Portimão	2,2	Marvão	-17,6
Lagos	2,1	Ourique	-17,6
Vila Nova de Famalicão	2,0	Monchique	-17,4
Póvoa de Varzim	2,0	Almeida	-17,0
Paços de Ferreira	1,9	Avis	-17,0
Aveiro	1,9	Alter do Chão*	-16,7

*Com a mesma percentagem: Tabuaço (Douro) e Figueiró dos Vinhos (R. Leiria).

Figura 64: Mapa infográfico concelhio segundo a taxa de variação da população católica (2011-2021)



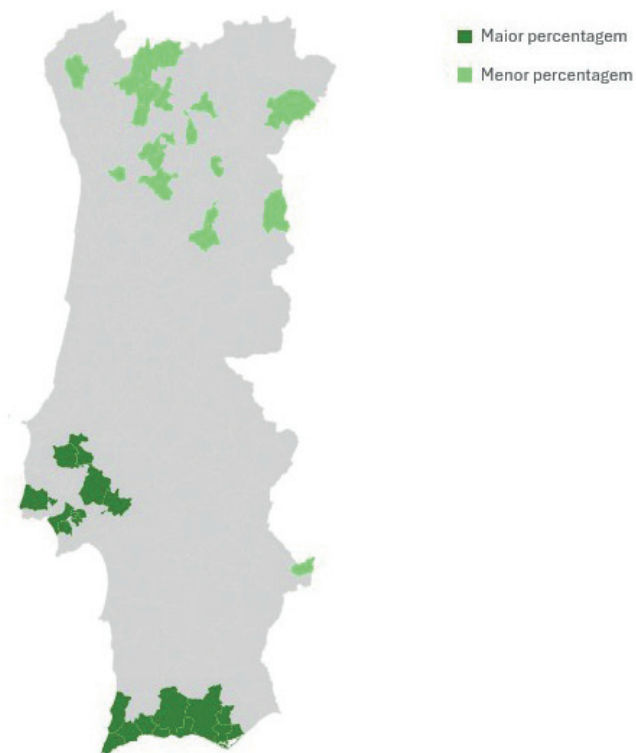
Diversificação das identidades cristãs

A população que se identifica com outras confissões cristãs é particularmente expressiva em onze municípios da região do Algarve, liderados por **Lagos** (14,3%), **Albufeira** (13,2%) e **Portimão** (12,7%) – Tabela 49, Figura 65. Destacam-se, ainda, na lista dos mais representativos, na Lezíria do Tejo, **Benavente** (8,6%) e **Azambuja** (7,9%); e, na AML, **Montijo** (8,6%), **Sintra** (8,3%), **Seixal** (7,9%), **Almada** (7,9%), **Odivelas** (7,9%) e **Moita** (7,8%). Por fim, **Alenquer**, na região do Oeste, que se manteve estável no que diz respeito ao catolicismo, marca presença na lista dos vinte municípios com maior percentagem de «outra população cristã» (8,3%).

Tabela 49: Ranking dos municípios com maior e menor percentagem de população com outras afiliações cristãs (Censos 2021)

Maior percentagem de outras afiliações cristãs		Menor percentagem de outras afiliações cristãs	
<i>Município</i>	%	<i>Município</i>	%
Lagos	14,3	Fornos de Algodres	0,6
Albufeira	13,2	Resende	0,7
Portimão	12,7	Celorico de Basto	0,7
Loulé	11,3	Baião	0,8
São Brás de Alportel	11,0	Murça	0,8
Lagoa	9,8	Ribeira de Pena	0,8
Aljezur	9,5	Barrancos	0,8
Olhão	9,0	Montalegre	0,8
Vila do Bispo	8,7	Mesão Frio	0,8
Faro	8,6	Sabrosa	0,9
Benavente	8,6	Mogadouro	0,9
Silves	8,6	Cabeceiras de Basto	0,9
Montijo	8,6	Penedono	0,9
Sintra	8,3	Almeida	0,9
Alenquer	8,3	Santa Marta de Penaguião	0,9
Seixal	7,9	Vieira do Minho	0,9
Azambuja	7,9	Ponte de Lima	0,9
Almada	7,9	Castelo de Paiva	1,0
Odivelas	7,9	Castro Daire	1,0
Moita	7,8	Gouveia	1,0

Figura 65: Mapa infográfico concelhio segundo a maior e menor percentagem de população com outras afiliações cristãs (Censos 2021)



Com exceção de Albufeira – onde a população ortodoxa está em maioria –, nos restantes dezanove municípios a população protestante/evangélica é a mais expressiva percentualmente (Tabela 50).

Tabela 50: Ranking dos municípios com maior percentagem de população com outras afiliações cristãs, por confissão (Censos 2021)

Município	Total	Ortodoxa	Protestante/ Evangélica	Testemunhas de Jeová	Outra cristã
Lagos	14,3	4,0	6,9	0,8	2,6
Albufeira	13,2	5,3	5,1	0,8	2,0
Portimão	12,7	4,6	5,1	0,9	2,0
Loulé	11,3	4,0	4,3	1,0	1,9
São Brás de Alportel	11,0	2,3	5,4	1,3	1,9
Lagoa	9,8	2,2	4,8	0,6	2,1
Aljezur	9,5	2,6	4,4	0,4	2,1
Olhão	9,0	1,7	4,6	1,3	1,4
Vila do Bispo	8,7	1,6	4,6	0,3	2,2
Faro	8,6	2,6	3,7	0,9	1,5
Benavente	8,6	2,3	3,8	1,1	1,3
Silves	8,6	2,4	3,6	0,8	1,7
Montijo	8,6	2,4	3,5	1,1	1,5
Sintra	8,3	1,2	4,2	1,1	1,7
Alenquer	8,3	1,8	4,3	1,0	1,2
Seixal	7,9	0,7	4,4	1,2	1,7
Azambuja	7,9	1,3	4,2	1,3	1,1
Almada	7,9	0,9	4,2	1,2	1,7
Odivelas	7,9	1,3	3,8	1,2	1,6
Moita	7,8	0,6	4,3	1,2	1,7

No que concerne às principais transformações da última década, **Barrancos**, no Baixo Alentejo, lidera a lista de municípios que mais cresceram (+900%), embora, em termos absolutos, a presença de população cristã seja residual (n=10). Seguem-se **Paredes de Coura** (+295%), no Alto Minho, também com números absolutos pequenos (n=79); **Penedono** (+228,6%, n=23), no Douro; e **Constância** (+211,5%,

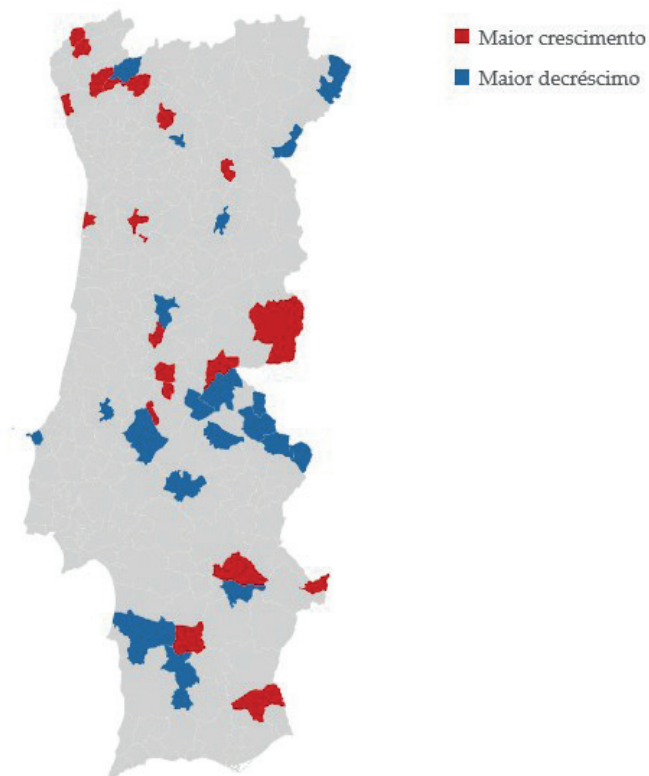
n=81), no Médio Tejo, cujo aumento se deve, sobretudo, ao crescimento da população protestante/evangélica. Todos os vinte municípios nas posições cimeiras do *ranking* apresentam taxas de crescimento de outras identidades cristãs superiores a 100%. Com maior destaque, pelos números absolutos que representa, **Vila Verde**, no Cávado, que aumentou quase 200%, o que significa ter triplicado a sua população de 226 para 677 pessoas (Tabela 51, Figura 66).

Tabela 51: Ranking concelhio segundo a taxa de variação de população com outras afiliações cristãs (2011-2021)

Municípios com maior crescimento	%	Municípios com taxa de variação mais baixa ou negativa	%
Barrancos	900,0	Santa Marta de Penaguião	-57,6
Paredes de Coura	295,0	Mora	-26,1
Penedono	228,6	Arronches	-21,6
Constância	211,5	Alter do Chão	-16,2
Vila Verde	199,6	Chamusca	-12,3
Vieira do Minho	163,2	Nisa	-10,9
Valença	159,9	Campo Maior	-10,2
Sardoal	157,7	Gavião	-5,3
Murtosa	157,4	Góis	-4,4
Portel	150,9	Miranda do Douro	-2,0
Aljustrel	142,2	Alcanena	-0,3
Idanha-a-Nova	136,1	Fornos de Algodres	0,0
Vila Velha de Ródão	135,0	Marvão	0,0
Mondim de Basto	131,3	Freixo de Espada à Cinta	1,8
Amares	120,8	Ourique	2,0
Esposende	116,3	Peniche	2,8
Oliveira de Frades	114,6	Portalegre	3,7
Pedrógão Grande	107,9	Santiago do Cacém	4,4
Alcoutim	106,3	Terras de Bouro	4,4
Vila de Rei	103,2	Vidigueira	4,6

Apenas onze municípios apresentam taxas de variação negativa. **Santa Marta de Penaguião**, no Douro, perdeu mesmo mais de metade da população deste grupo religioso, o que se deve essencialmente à perda de população ortodoxa (2011, n=79; 2021, n=9). Todos os restantes municípios apresentam variações absolutas muito pequenas e, por isso, pouco significativas no que diz respeito ao impacto na alteração da paisagem religiosa destes territórios.

Figura 66: Mapa infográfico concelhio segundo a taxa de variação de população com outras afiliações cristãs (2011-2021)



Diversificação das tradições religiosas

Odemira, no litoral alentejano, lidera a lista dos municípios com maior percentagem de população pertencente a outras religiões (16,5%). Esta percentagem deve-se particularmente à presença de população hindu (7,0%), mas também budista (3,2%) e muçulmana (3,2%) (Tabela 52, Figura 67).

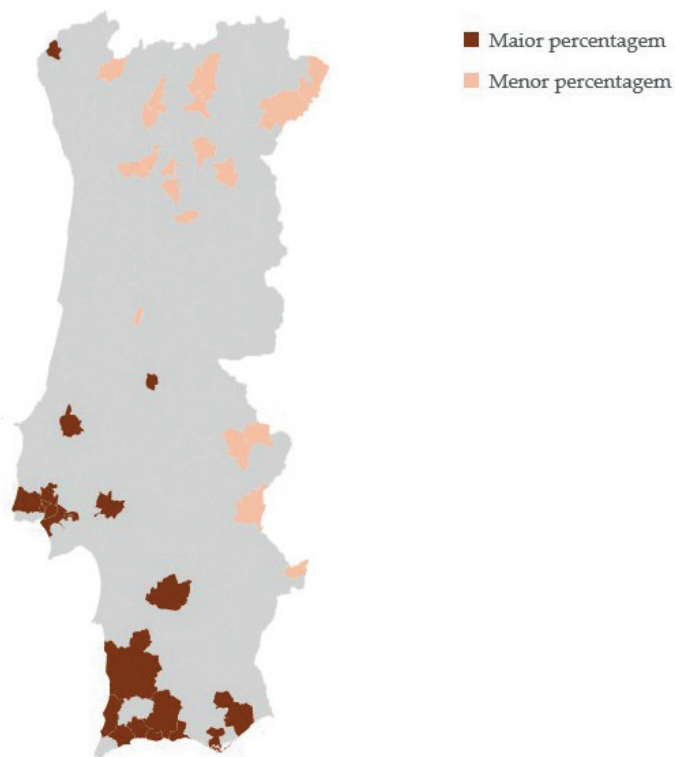
Com uma percentagem bastante menos expressiva – e um pouco à semelhança do observado com a população com outra afiliação cristã (não católica) –, segue-se um conjunto de municípios algarvios e da AML. Concretamente, nos municípios de **Albufeira** (4,1%), **Lisboa** (3,9%), **Tavira** (2,6%) e **Loures** (2,4%) predominam, com percentagens próximas, a população hindu e muçulmana. Estes últimos destacam-se um pouco mais em **Odivelas**, **Amadora**, **Silves**, **Sintra**, **Portimão**, **Almada**, **Faro** e **Lagoa**. Por seu lado, **Aljezur** (2,7%) e **Lagos** (1,9%) são os únicos municípios onde a categoria «outras religiões» é superior à de outras confissões cristãs.

Neste *ranking* observamos, ainda, o município de **Vila Nova de Cerveira** (2,5%), no Alto Minho, onde encontramos, particularmente, muçulmanos (1,0%) e hindus (0,8%); e o **Sardoal** (1,9%), no Médio Tejo, destaca-se pela maior presença de budistas (1,8%).

Tabela 52: Ranking dos municípios com maior e menor percentagem de população de outras religiões (não cristãs) (Censos 2021)

Maior percentagem de outras religiões		Menor percentagem de outras religiões	
Município	%	Município	%
Odemira	16,5	Mesão Frio	0,0
Albufeira	4,1	Murça	0,0
Lisboa	3,9	Miranda do Douro	0,1
Odivelas	3,4	Mondim de Basto	0,1
Amadora	3,2	Tarouca	0,1
Ferreira do Alentejo	3,1	Barrancos	0,1
Aljezur	2,7	Monforte	0,1
Rio Maior	2,6	Cinfães	0,1
Montijo	2,6	Resende	0,1
Tavira	2,6	Alandroal	0,1
Vila Nova de Cerveira	2,5	Penalva do Castelo	0,1
Loures	2,4	Ribeira de Pena	0,1
Silves	2,4	Arronches	0,1
Sintra	2,3	Castanheira de Pêra	0,1
Portimão	2,1	Terras de Bouro	0,1
Lagos	1,9	Mêda	0,1
Sardoal	1,9	Vila Nova de Paiva	0,1
Almada	1,9	Valpaços	0,1
Faro	1,9	Mogadouro	0,1
Lagoa	1,8	São João da Pesqueira	0,1

Figura 67: Mapa infográfico concelhio segundo a maior e menor percentagem de população de outras religiões (não cristãs) (2021)



Ao nível das grandes transformações, a última década fica marcada por crescimentos muito expressivos em alguns territórios (Tabela 53, Figura 68). Todos os vinte municípios do *ranking* apresentam taxas de crescimento acima dos 300%. **Oleiros** lidera o pódio (+3300%), que partilha com **Figueira de Castelo Rodrigo** (+1100,0%) e **Odemira** (+1947,2%). Este último, que é particularmente expressivo, também, pelos números absolutos que apresenta, tendo passado de 195 para quase quatro mil pessoas de outras religiões; e, simultaneamente, como vimos acima, um dos municípios com mais baixa percentagem de população católica.

Tabela 53: Ranking concelhio segundo a taxa de variação de população de outras religiões (não cristãs) (2021)

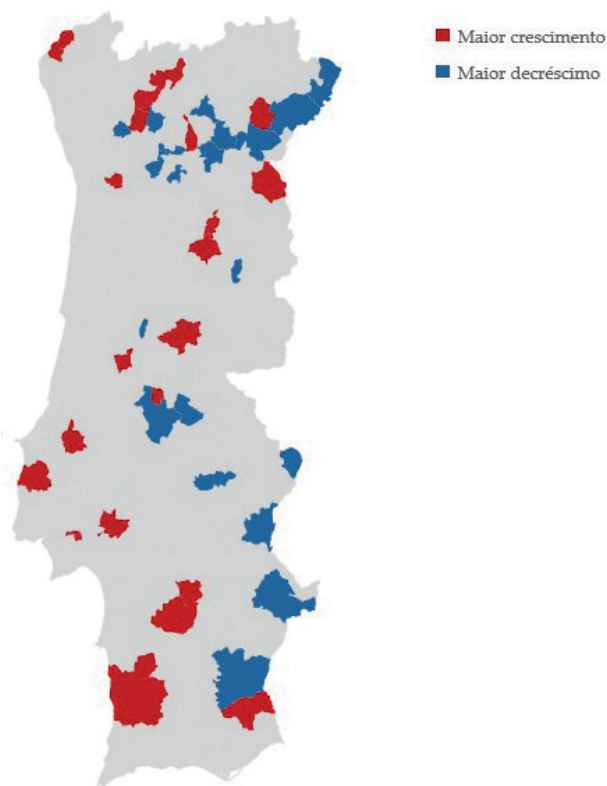
Municípios com maior crescimento	%	Municípios com decréscimo mais acentuado	%
Oleiros*	3300,0	Miranda do Douro	-80,0
Odemira	1947,2	Castanheira de Pêra	-75,0
Figueira de Castelo Rodrigo	1100,0	Abrantes	-72,5
Rio Maior	838,0	Mértola	-66,7
Cabeceiras de Basto	825,0	Tarouca	-61,5
Sabrosa	600,0	Mondim de Basto	-55,6
Fornos de Algodres	600,0	Alandroal	-55,6
Ferreira do Alentejo	586,2	Mesão Frio	-50,0
Vila Nova de Cerveira	558,6	Murça	-50,0
Celorico de Basto	550,0	Torre de Moncorvo	-50,0
Gouveia	540,0	Mogadouro	-50,0
Torres Vedras	527,4	Campo Maior	-47,6
Sardoal	510,0	São João da Pesqueira	-43,8
Alvito	450,0	Moura	-40,0
Alvaiázere	371,4	Carrazeda de Ansiães	-39,3
Montijo	368,8	Peso da Régua	-38,3
Valença	361,1	Sousel	-25,0
Castelo de Paiva	350,0	Resende	-20,0
Alcoutim	350,0	Gavião	-14,3
Boticas	333,3	Belmonte	-13,8
Alfândega da Fé	333,3	Felgueiras	-13,1

* Aguiar da Beira aparece acima, mas sem taxa de crescimento calculada, porque passou de 0 para 9 pessoas.

Com números absolutos igualmente muito expressivos, destaca-se **Torres Vedras** (+527,4%), no Oeste, que mais do que sextuplicou o seu contingente de população de outras religiões (2021, n=1236), sobretudo hindu e budista, e que é, também, como vimos acima, um dos municípios onde mais cresceu a população católica; e o **Montijo**

(+368,8%), na AML – que se encontra na nona posição do *ranking* de municípios com maior percentagem de população de outras religiões –, que mais do que quadruplicou o número de pessoas (2021, n=1172) que se identificam com outras religiões, em particular o Hinduísmo, mas também de outros grupos minoritários, como os budistas e os muçulmanos.

Figura 68: Mapa infográfico concelhio segundo a taxa de variação de população de outras religiões (não cristãs) (2021)



As elevadas taxas de variação dos restantes municípios desta lista são menos expressivas quando observamos os números absolutos, mas, ainda assim, interessantes do ponto de vista da sua territorialidade, como é o caso, por exemplo, de **Cabeceiras de Basto (Ave)**, **Valença**

(Alto Minho) ou **Alfândega da Fé** (em Trás-os-Montes), na medida em que são territórios de elevada expressão católica.

Os municípios com taxa de variação negativa são, também, mais significativos pela sua expressão relativa do que pelos números absolutos que representam. O caso mais expressivo é **Abrantes** (-72,5%), no Médio Tejo, que perdeu mais de duas vezes e meia a população de outras religiões (2021, n=72).

População sem afiliação religiosa

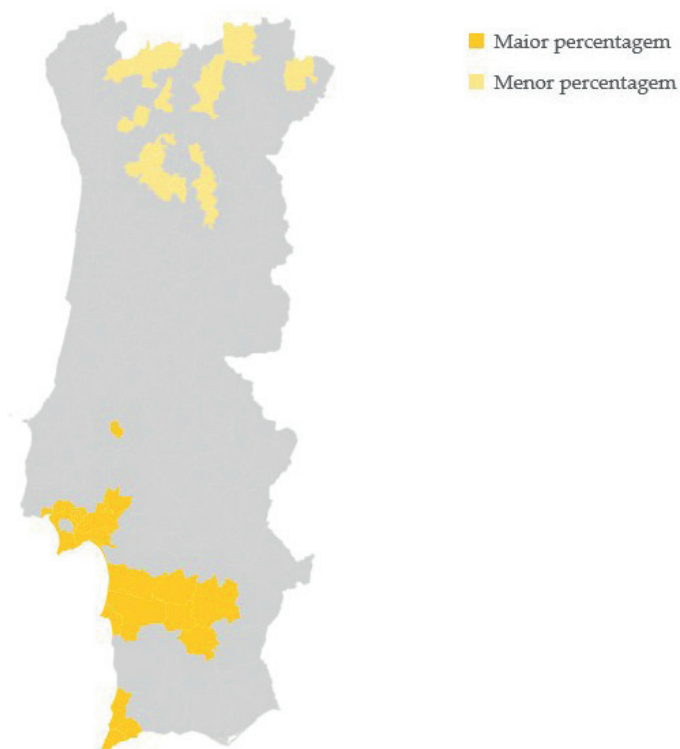
A lista dos municípios com mais altas taxas de população sem afiliação religiosa e a dos territórios de mais baixa representação católica apresentam-se como um espelho invertido. Quinze destes municípios estão, mesmo, entre os vinte com menor representação católica (Tabela 54, Figura 69). São os casos de **Sines** (35,5%), **Grândola** (31,7%) e **Santiago do Cacém** (29,2%), no Alentejo Litoral; **Aljustrel** (31,4%), no Baixo Alentejo; **Barreiro** (27,6%), **Palmela** (27,0%), **Almada** (26,9%), **Moita** (25,9%), **Setúbal** (25,9%), **Lisboa** (25,5%) e **Montijo** (23,9%), na AML; e **Vila do Bispo** (33,7%), **Aljezur** (31,5%) e **Lagos** (28,5%), no Algarve. Acrescem a estes, no Baixo Alentejo, os municípios de **Beja** (24,7%) e **Ferreira do Alentejo** (25,6%), este último identificado acima pela expressão percentual de população de outras religiões; **Alpiarça** (24,1%), na Lezíria do Tejo; **Oeiras** (23,9%) e **Sesimbra** (24,0%), na AML.

Em sentido oposto, **Mesão Frio** – município mais católico do território português (continente e ilhas) – é o município com a mais baixa taxa de população sem religião. O mesmo se espelha nos restantes municípios da lista – todos com percentagens de população católica acima dos 90%.

Tabela 54: Ranking dos municípios com maior e menor percentagem de população sem afiliação religiosa (2021)

Maior percentagem de população sem religião		Menor percentagem de população sem religião	
<i>Município</i>	%	<i>Município</i>	%
Sines	35,5	Mesão Frio	2,2
Vila do Bispo	33,7	Ribeira de Pena	2,6
Grândola	31,7	Baião	2,7
Aljezur	31,5	Resende	2,8
Aljustrel	31,4	Cinfães	2,8
Santiago do Cacém	29,2	Celorico de Basto	2,9
Lagos	28,5	Aguiar da Beira	3,0
Castro Verde	28,4	Sernancelhe	3,0
Barreiro	27,6	Santa Marta de Penaguião	3,0
Palmela	27,0	Vinhais	3,2
Almada	26,9	Fornos de Algodres	3,3
Moita	25,9	Tabuaço	3,3
Setúbal	25,9	Valpaços	3,3
Ferreira do Alentejo	25,6	Murça	3,3
Lisboa	25,5	Montalegre	3,4
Beja	24,7	Vila Nova de Paiva	3,4
Alpiarça	24,1	Terras de Bouro	3,5
Sesimbra	24,0	Felgueiras	3,5
Oeiras	23,9	Castro Daire	3,6
Montijo	23,9	Vimioso	3,6

Figura 69: Mapa infográfico concelhio segundo a maior e menor percentagem de população sem afiliação religiosa (2021)



No que diz respeito às grandes transformações da última década, o *ranking* dos vinte municípios que mais cresceram neste período é liderado por **Oleiros** (+373,3%), na Beira Baixa (Tabela 55, Figura 70). Vários municípios da Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela incluem-se também nesta lista, nomeadamente **Pinhel** (+331,8%), **Idanha-a-Nova** (+321,8%), **Fornos de Algodres** (+293,9%), **Trancoso** (+256,8%) e **Sabugal** (+236,6%). Acrescem, na região Centro, **Castro Daire** (+247,6%) e **Sátão** (+230,4%), da sub-região de Viseu Dão Lafões.

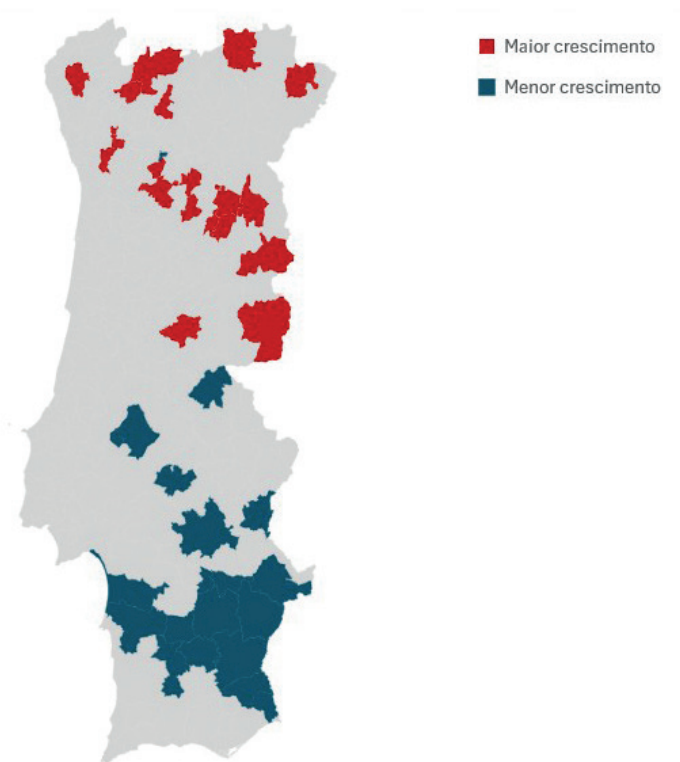
No Norte, evidenciam-se **Resende** (+275,8%), **Ribeira de Pena** (+264,9%), **Lousada** (+263,5%), **Celorico de Basto** (+253,2%) e **Montalegre** (+239,3%), das sub-regiões do Alto Tâmega e Tâmega e Sousa; **Vizela** (+275,2%) e **Vieira do Minho** (+246,5%), no Ave; **Moimenta da**

Beira (+273,6%), no Douro; **Ponte de Lima** (+242,6%), no Alto Minho; **Vimioso** (+231,7%), em Trás-os-Montes; e **Paredes** (+237,5%), na AMP. De notar, em particular, os municípios de Vizela, Lousada e Ponte de Lima, onde os números absolutos ultrapassam a unidade de milhar e, em particular, o município de Paredes, com mais de quatro mil pessoas a identificarem-se como não pertencendo a nenhuma religião.

Tabela 55: Ranking dos municípios com maior e menor taxa de variação de população sem afiliação religiosa (2021)

Municípios com maior crescimento	%	Municípios com taxa de variação mais baixa	%
Oleiros	373,3	Mora	5,5
Pinhel	331,8	Mértola	9,9
Idanha-a-Nova	321,8	Alcoutim	21,2
Fornos de Algodres	293,9	Serpa	27,9
Resende	275,8	Alpiarça	29,7
Vizela	275,2	Nisa	32,2
Moimenta da Beira	273,6	Vidigueira	35,4
Ribeira de Pena	264,9	Cuba	36,7
Lousada	263,5	Grândola	38,4
Trancoso	256,8	Alandroal	38,4
Celorico de Basto	253,2	Beja	44,2
Castro Daire	247,6	Ourique	45,6
Vieira do Minho	246,5	Castro Verde	53,1
Ponte de Lima	242,6	Chamusca	55,5
Montalegre	239,3	Aljustrel	58,8
Paredes	237,5	Moura	62,7
Sabugal	236,6	Castro Marim	64,9
Vimioso	231,7	Évora	66,8
Sátão	230,4	Santiago do Cacém	67,0
Vinhais	229,9	Mesão Frio	68,3

Figura 70: Mapa infográfico concelhio segundo a taxa de variação de população sem afiliação religiosa (2021)



Posições religiosas e dinâmicas sociodemográficas nos municípios das Regiões Autónomas

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira merecem, neste Atlas, uma análise particular em função do seu estatuto político-administrativo próprio e da sua localização geográfica insular.

Tabela 56: Ranking dos municípios segundo a preponderância da população católica
(RA Açores, 2021)

Região Autónoma dos Açores	
<i>Municípios</i>	<i>%</i>
Vila Franca do Campo	96,3
Nordeste	95,3
Povoação	95,2
Santa Cruz da Graciosa	94,9
Calheta (RAA)	94,4
Ribeira Grande	94,3
Vila da Praia da Vitória	92,3
Lagoa (RAA)	92,2
Velas	91,7
Ponta Delgada	91,0
Madalena	90,8
Angra do Heroísmo	90,1
Vila do Porto	89,8
Santa Cruz das Flores	89,3
Lajes do Pico	89,2
Corvo	89,0
São Roque do Pico	88,9
Horta	87,7
Lajes das Flores	85,5

Relacionado com isso, a sua história, em particular a sua história religiosa, fazem destes dois arquipélagos territórios com uma configuração religiosa condensada num catolicismo fortemente enraizado, nomeadamente quando comparamos com os territórios continentais – ainda que com especificidades que diferenciam as duas regiões entre si no que diz respeito às posições religiosas, às práticas e estilos de vida (Esteves, Panyik, e Cunha 2013).

Os Açores e a Madeira são as regiões mais católicas do país e os territórios de maior representatividade católica incluem os municípios de **Vila Franca do Campo** (96,3%), **Nordeste** (95,3%) e **Povoação** (95,2%), na região dos Açores; e **Santana** (95,5%), na região da Madeira. Todos estes municípios, aliás, têm percentagens que os posicionam, a nível nacional, entre os vinte municípios do país onde a percentagem de população católica é mais elevada. Não obstante, as Regiões Autónomas são, também, territórios em transformação. Entre os trinta municípios regionais, vinte e seis perderam população católica, nomeadamente, com quedas superiores a dez pontos percentuais, identificam-se **Santa Cruz das Flores** (-13,2%), **Nordeste** (-12,3%), **Corvo** (-10,8%) e **Velas** (-10,3%), nos Açores; e **Santana** (-13,4%), **São Vicente** (-12,7%) e **Porto Moniz** (-12,6%), na **Madeira** (Tabelas 56 e 57, Figuras 71 e 72).

Figura 71: Mapa da população católica por municípios (RA Açores, 2021)

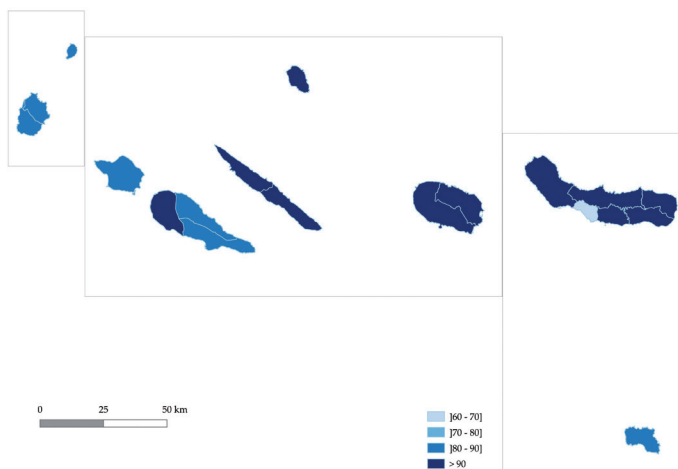
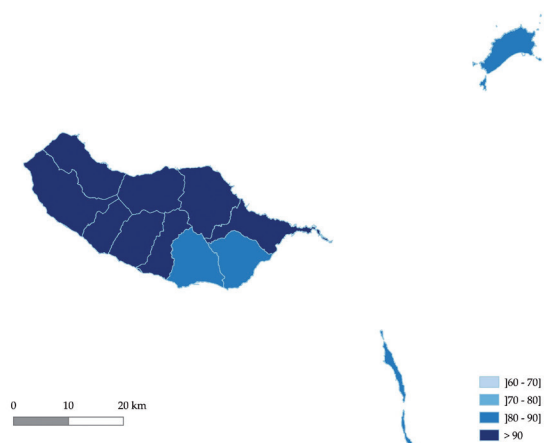


Tabela 57: Ranking dos municípios segundo a preponderância da população católica (RA Madeira, 2021)

Região Autónoma da Madeira	
Municípios	%
Santana	95,5
Câmara de Lobos	95,0
Porto Moniz	94,2
São Vicente	94,0
Ribeira Brava	93,8
Ponta do Sol	93,6
Machico	93,3
Calheta (RAM)	93,1
Santa Cruz	89,8
Funchal	88,4
Porto Santo	88,2

Figura 72: Mapa da população católica por municípios (RA Madeira, 2021)



Em espelho, os arquipélagos apresentam as mais baixas taxas nacionais de população com outras afiliações cristãs, outras identidades religiosas e sem pretença religiosa, mas há municípios que se diferenciam (Tabelas 58-63).

Tabela 58: Ranking dos municípios segundo a preponderância da população com outras afiliações cristãs (RA Açores, 2021)

Região Autónoma dos Açores	
<i>Municípios</i>	<i>%</i>
Lajes do Pico	3,1
São Roque do Pico	2,6
Lagoa (RAA)	2,4
Ponta Delgada	2,4
Santa Cruz das Flores	2,2
Horta	2,1
Madalena	2,0
Angra do Heroísmo	2,0
Corvo	1,8
Lajes das Flores	1,8
Vila do Porto	1,7
Vila da Praia da Vitória	1,7
Ribeira Grande	1,4
Nordeste	1,4
Povoação	1,3
Velas	1,2
Santa Cruz da Graciosa	1,1
Calheta (RAA)	1,0
Vila Franca do Campo	0,5

Na Madeira, **Porto Santo** é o município com maior taxa de outras afiliações cristãs (4,1%), uma percentagem superior à média da região (2,5%) e mais próxima da média nacional (4,6%); e o Funchal é o município com maior percentagem de população com afiliações religiosas não cristãs (0,5%) e sem pertença religiosa (8,0%) – Tabelas 58 e 59, Figuras 73 e 74. Por seu lado, nos Açores, **Lajes do Pico** é o município com maior percentagem de população com outras afiliações cristãs (3,1%), enquanto **Lajes das Flores** é, simultaneamente, o município onde a população não cristã (0,7%) e sem afiliação religiosa (12,0%) mais se fazem representar.

Figura 73: Mapa da população com outras afiliações cristãs por municípios (RA Açores, 2021)

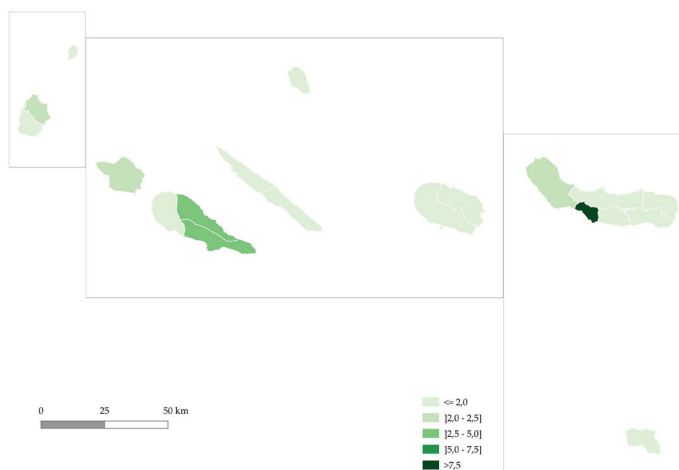
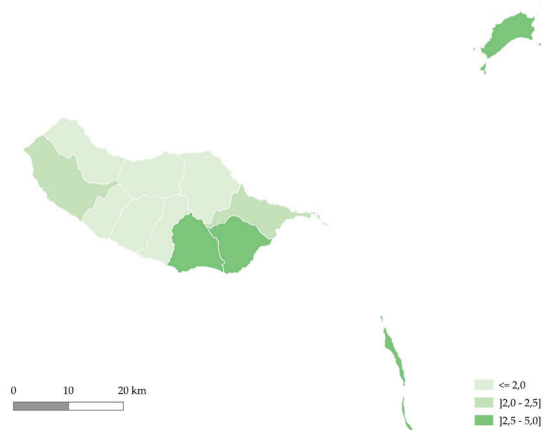


Tabela 59: Ranking dos municípios segundo a preponderância da população com outras afiliações cristãs (RA Madeira, 2021)

Região Autónoma da Madeira	
Municípios	%
Funchal	3,1
São Vicente	1,4
Porto Santo	4,1
Calheta (RAM)	2,3
Santa Cruz	2,7
Porto Moniz	1,5
Ribeira Brava	1,8
Câmara de Lobos	1,2
Machico	2,0
Santana	1,6
Ponta do Sol	1,8

Figura 74: Mapa da população com outras afiliações cristãs por municípios (RA Madeira, 2021)



No que diz respeito às principais transformações da última década, as outras afiliações cristãs (Tabela 64 e 65) crescem mais expressivamente nos municípios de **Nordeste** (+284,6%) e **Vila Franca de Campo** (+100,0%), nos Açores; e em **Santana** (+176,5%) e **Porto Moniz** (+128,6%), na Madeira.

Tabela 60: Ranking dos municípios, segundo a preponderância da população com outras afiliações religiosas (RA Açores, 2021)

Região Autónoma dos Açores	
<i>Municípios</i>	%
Lajes das Flores	0,7
São Roque do Pico	0,5
Angra do Heroísmo	0,4
Velas	0,3
Horta	0,3
Corvo	0,3
Ponta Delgada	0,3
Lajes do Pico	0,3
Madalena	0,2
Vila Franca do Campo	0,2
Ribeira Grande	0,2
Santa Cruz da Graciosa	0,2
Lagoa (RAA)	0,2
Vila da Praia da Vitória	0,2
Povoação	0,2
Santa Cruz das Flores	0,2
Vila do Porto	0,1
Nordeste	0,1
Calheta (RAA)	0,0

Por sua vez, a população com outras afiliações religiosas (não cristãs) cresceu de forma mais acentuada em **São Vicente** (+900,0%), na Madeira, bem como em **Lajes das Flores** (+700,0%), nos Açores. Por último, **Porto Moniz** (+377,8%), na Madeira, e **Povoação** (+312,5%), nos Açores, lideram a lista de municípios com maior crescimento de população sem afiliação religiosa (Tabelas 60-65, Figuras 77-80).

Figura 75: Mapa da população com outras afiliações religiosas por municípios (RA Açores, 2021)

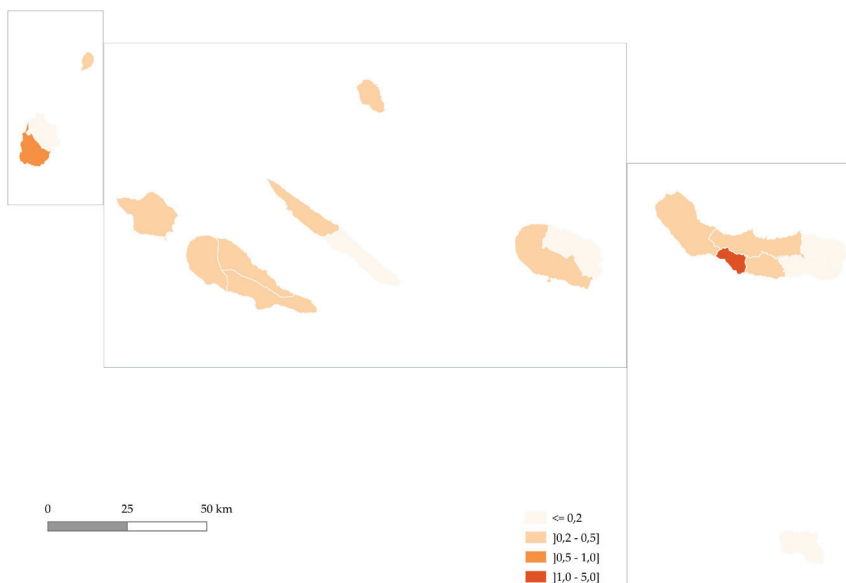


Tabela 61: Ranking dos municípios, segundo a preponderância da população com outras afiliações religiosas (RA Madeira, 2021)

Região Autónoma da Madeira	
Município	%
Funchal	0,5
São Vicente	0,5
Porto Santo	0,4
Calheta (RAM)	0,4
Santa Cruz	0,4
Porto Moniz	0,3
Ribeira Brava	0,3
Câmara de Lobos	0,2
Machico	0,2
Santana	0,2
Ponta do Sol	0,1

Figura 76: Mapa da população com outras afiliações religiosas por municípios (RA Madeira, 2021)

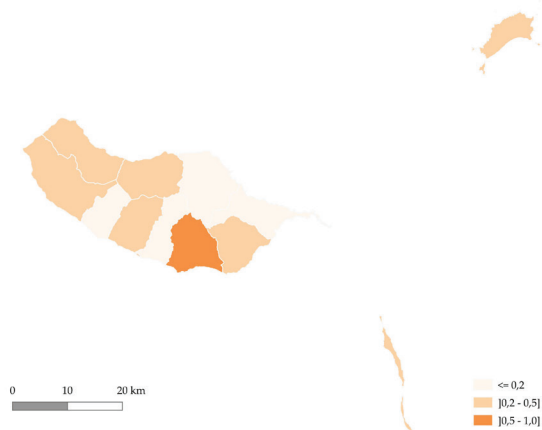


Tabela 62: Ranking dos municípios segundo a preponderância da população sem afiliação religiosa (RA Açores, 2021)

Região Autónoma dos Açores	
<i>Municípios</i>	<i>%</i>
Lajes das Flores	12,0
Horta	9,9
Corvo	8,9
Vila do Porto	8,4
Santa Cruz das Flores	8,2
São Roque do Pico	8,0
Angra do Heroísmo	7,5
Lajes do Pico	7,5
Madalena	7,0
Velas	6,8
Ponta Delgada	6,3
Vila da Praia da Vitória	5,9
Lagoa (RAA)	5,1
Calheta (RAA)	4,5
Ribeira Grande	4,1
Santa Cruz da Graciosa	3,8
Povoação	3,3
Nordeste	3,2
Vila Franca do Campo	2,9

Figura 77: Mapa da população sem afiliação religiosa por municípios (RA Açores, 2021)

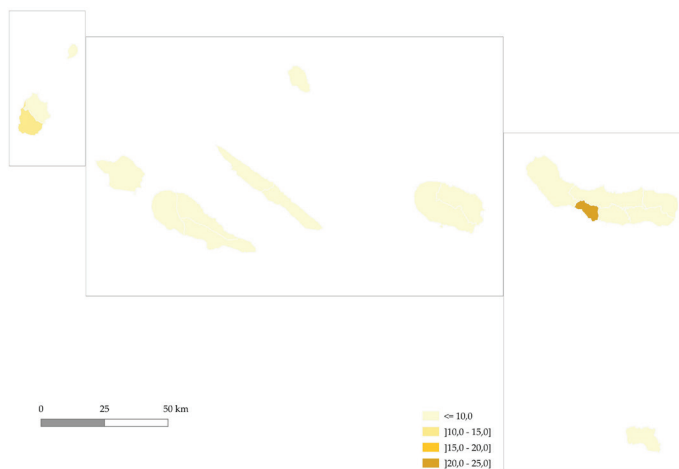


Tabela 63: Ranking dos municípios segundo a preponderância da população sem afiliação religiosa (RA Madeira, 2021)

Religião Autónoma da Madeira	
<i>Municípios</i>	<i>%</i>
Funchal	8,0
Porto Santo	7,4
Santa Cruz	7,1
Ponta do Sol	4,5
Machico	4,5
Calheta (RAM)	4,2
Ribeira Brava	4,1
São Vicente	4,1
Porto Moniz	4,0
Câmara de Lobos	3,6
Santana	2,7

Figura 78: Mapa da população sem afiliação religiosa por municípios (RA Madeira, 2021)

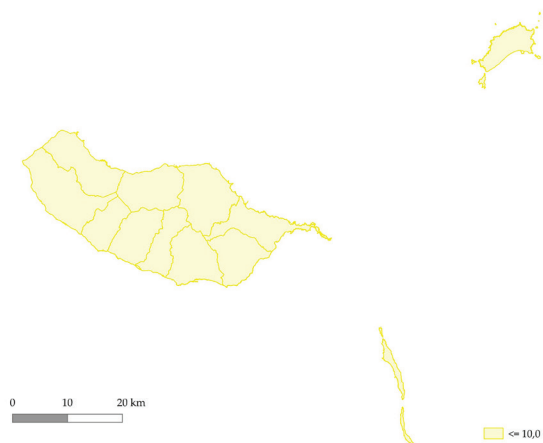


Tabela 64: Taxa de variação das posições religiosas por município (RA Açores, 2011-2021)

Áreas geográficas	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Região Autónoma dos Açores	-2,9	26,1	-12,7	146,9
Angra do Heroísmo	-3,1	26,5	-10,1	127,6
Calheta (RAA)	-9,5	93,3	-	180,9
Corvo	-10,8	-40,0	-94,1	190,0
Horta	-4,0	7,9	-15,2	135,9
Lagoa (RAA)	3,1	32,9	-78,4	219,7
Lajes das Flores	-8,7	46,7	700,0	193,9
Lajes do Pico	-4,3	31,8	11,1	122,8
Madalena	2,1	48,6	8,3	165,2
Nordeste	-12,3	284,6	-25,0	290,0
Ponta Delgada	1,7	28,3	0,0	134,7
Povoação	-5,3	41,3	125,0	312,5
Ribeira Grande	-3,3	19,4	34,1	219,7
Santa Cruz da Graciosa	-5,6	-19,1	300,0	84,5
Santa Cruz das Flores	-13,2	-28,3	-83,3	131,7
São Roque do Pico	-6,6	-1,4	333,3	167,1
Velas	-10,3	32,4	55,6	128,8
Vila da Praia da Vitória	-8,5	31,5	-3,2	126,0
Vila do Porto	-0,7	16,4	-28,6	152,0
Vila Franca do Campo	-9,4	100,0	66,7	229,6

Tabela 65: Taxa de variação das posições religiosas por município (RA Madeira, 2011-2021)

Áreas geográficas	Católica	Outra cristã	Outra religião	Sem religião
Região Autónoma da Madeira	-3,9	24,9	32,9	141,1
Calheta (RAM)	-3,7	24,4	71,4	171,9
Câmara de Lobos	-4,5	57,6	130,4	230,7
Funchal	-4,2	18,3	31,9	125,4
Machico	-7,5	39,2	-41,8	194,3
Ponta do Sol	-0,1	95,5	-56,5	156,7
Porto Moniz	-12,6	128,6	200,0	377,8
Porto Santo	-3,2	-1,1	88,9	143,0
Ribeira Brava	-1,9	68,9	31,8	199,3
Santa Cruz	1,8	21,0	40,4	124,9
Santana	-13,4	176,5	66,7	203,9
São Vicente	-12,7	-19,2	900,0	256,0

Um mosaico concelhio de persistências e mudanças: estudos de caso

Nesta última secção do capítulo, oferece-se um novo *zoom* sobre onze territórios municipais, perseguindo a possibilidade de os ler como laboratórios para a observação das dinâmicas em curso. Para tal, para além do indicador de pertença religiosa, são apresentados outros indicadores sociodemográficos relevantes. A copresença de diversos indicadores cultiva um olhar sensível à complexidade própria dos territórios. A morfologia das posições religiosas surge, assim, contextualizada no quadro de uma composição que permite assinalar possíveis correlações entre diferentes dinâmicas sociais.

Mesão Frio: persistência de uma monocultura católica

Mesão Frio, município situado na região Norte de Portugal, sub-região do Douro e distrito de Vila Real, é o município com maior percentagem de população católica em 2021 (97,0%) – tanto na escala do território continental como na escala nacional. Trata-se de um caso exemplar no que diz respeito à resiliência da identidade católica, visivelmente presente, também, pelas suas igrejas, capelas e festas e romarias em devoção aos santos padroeiros do município.

Há trinta anos com representação acima dos 95%, o peso relativo dos católicos viu-se inclusivamente reforçado na última década, apresentando-se, no contexto europeu, como um exemplo de manutenção de uma religião culturalizada. É um território de baixa densidade populacional e a quebra nominal de população católica reflete a diminuição da população residente (Tabelas 66 e 67, Figuras 80-81).

Na última década, Mesão Frio perdeu quase 20% da sua população, sendo o terceiro município que mais população perdeu na região Norte e o quinto a nível nacional. Em particular, o município perdeu população jovem (até aos 25 anos¹⁶), apresentando, atualmente, uma estrutura etária envelhecida, particularmente concentrada entre os 50 e os 79 anos de idade¹⁷. Com exceção de Cidadelhe¹⁸, freguesia predominantemente rural, Mesão Frio é um município classificado como medianamente urbano, onde quase 60% da população ativa se dedica ao setor terciário de atividade, seguido do setor secundário (21%) e do primário (19,7%).

¹⁶ Taxa de variação negativa da população residente entre os 0-14 anos de idade (-43,7%) e entre os 15-24 (-32,39%).

¹⁷ A idade média é de 49,6 anos.

¹⁸ Mesão Frio subdivide-se em cinco freguesias: Barqueiros, Cidadelhe, Oliveira, Mesão Frio (Santo André) e Vila Marim.

Tabela 66: Quadro-síntese de indicadores (Mesão Frio, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	3547
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	-19,99%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	0,45%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	3,0%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	9,59%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	1,2
Densidade populacional (hab./km ²)	133,10
Índice de dependência de jovens	14,83
Índice de envelhecimento	313,80
Taxa de atividade	39,36
Taxa de desemprego	8,38
Setor de atividade	
- primário	19,7%
- secundário	21,0%
- terciário	59,3%

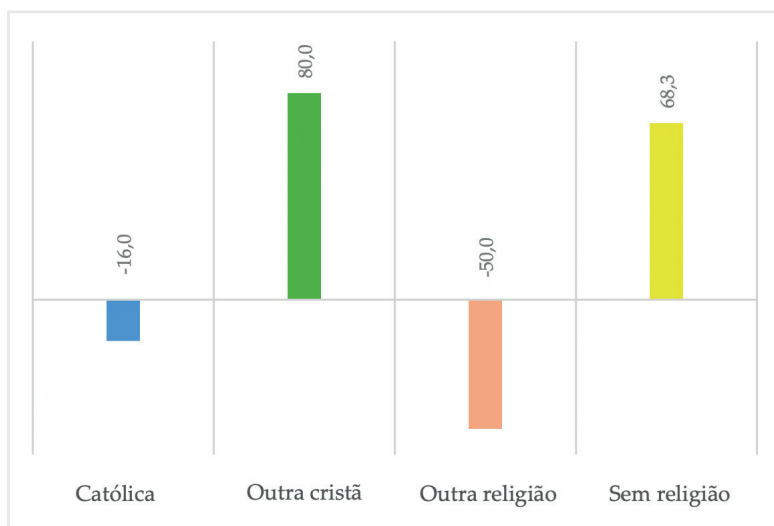
Este município lidera a lista de municípios com menor percentagem de população de outras religiões e ocupa a décima posição entre os que detêm menor percentagem de outra população cristã. Curioso é notar que, ainda que residualmente, o crescimento da população sem afiliação religiosa é também neste território uma realidade, refletindo as tendências mais globais de transformação da sociedade portuguesa. Note-se, a este respeito, que a população sem religião tem uma expressão nominal (n=69) muito superior ao total de estrangeiros no município que, em 2021, representavam, apenas, 0,45% (n=16); mas mais próxima da percentagem dos residentes de naturalidade estrangeira, isto é, do total de imigrantes, independentemente de terem ou não adquirido nacionalidade portuguesa. A análise longitudinal acentua a perspetiva de uma estabilização, entre 2001 e 2021, com alguma flutuação intermédia. A taxa de variação da

população com outra afiliação religiosa, cristã e não cristã, deve ser lida com precaução, tendo em conta os números efetivos. Tratando-se de frequências muito baixas, qualquer alteração pode refletir-se numa taxa de variação volumosa (Tabelas 67 e 68, Figuras 79 e 81).

Tabela 67: Distribuição da população (n) por posições religiosas (Mesão Frio, 1991-2021)¹⁹

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	3676	4046	3695	3102
Outra cristã	10	7	15	27
Outra religião	3	1	2	1
Sem religião	3	8	41	69

Figura 79: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Mesão Frio, 2011-2021)



¹⁹ Categorias sem qualquer respondente: Budista, Hindu, Judaica, Muçulmana.

Tabela 68: Identidades religiosas minoritárias (Mesão Frio, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	0,13	4
Protestante/Evangélica	0,22	7
Testemunhas de Jeová	0,06	2
Outra cristã	0,44	14
Budista	-	-
Hindu	-	-
Judaica	-	-
Muçulmana	-	-
Outra religião	0,03	1

Figura 80: Evolução (%) da população católica (Mesão Frio, 1991-2021)

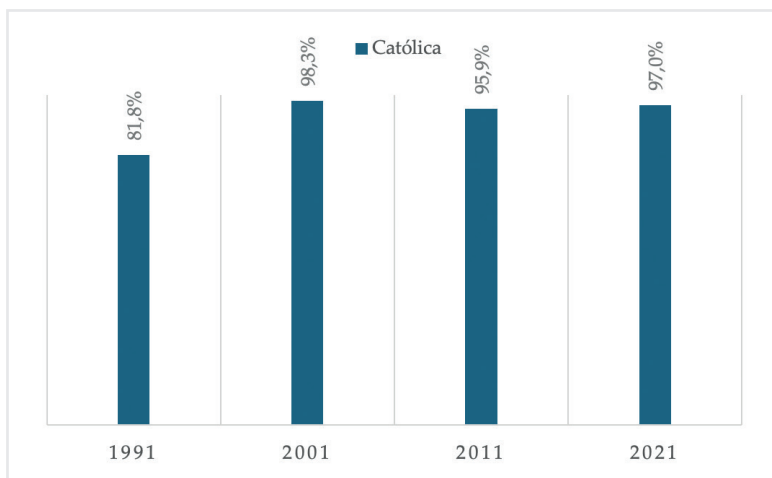
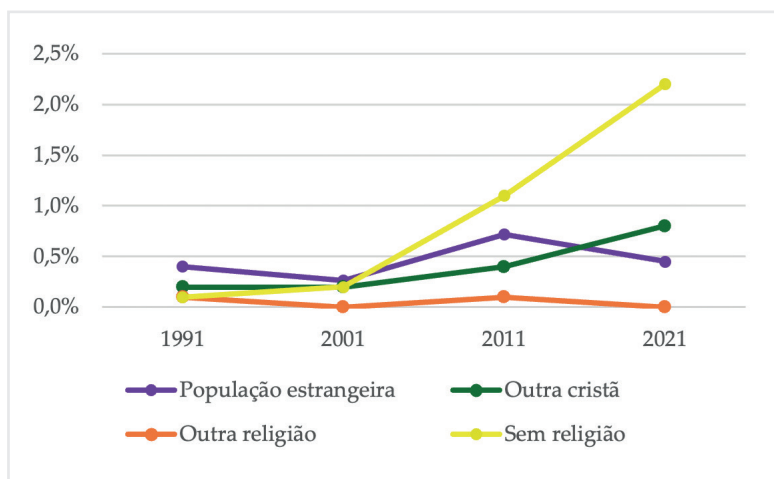


Figura 81: Evolução da população estrangeira, não católica e sem religião (Mesão Frio, 1991-2021)²⁰



Braga: crescimento e renovação do catolicismo

Braga é o município da região Norte, sub-região do Cávado, com maior taxa de crescimento de população católica na última década, sendo o terceiro município do continente onde o catolicismo mais cresceu em termos absolutos (+5,9%) – mesmo se o seu peso relativo apresenta um ligeiro decréscimo em relação a 2011 (Tabela 70, Figura 82). De notar que Braga é uma das cidades cristãs mais antigas do mundo, possuindo um edificado católico imponente que, a par das importantes celebrações religiosas que aí se realizam, atrai anualmente milhares de turistas a visitar o território. Braga subdivide-se em trinta e sete freguesias predominantemente urbanas (TIPAU, 2014)²¹ concentrando cerca de 70% da sua atividade no setor terciário, sendo o setor

²⁰ Optou-se por não incluir neste tipo de gráfico a população católica, para tornar mais inteligíveis as variações percentuais mais baixas.

²¹ Tipologia de Áreas Urbanas (2014): 39.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014.

primário praticamente inexistente²². Por outro lado, Braga apresenta um índice de envelhecimento de aproximadamente quarenta pontos abaixo da média da região e do continente (Tabela 69).

Tabela 69: Quadro-síntese de indicadores (Braga, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	193 324
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	+6,52%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	5,83%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	11,6%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	6,27%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	1,9%
Densidade populacional (hab./km ²)	1053,94
Índice de dependência de jovens	20,36
Índice de envelhecimento	131,47
Taxa de atividade	50,68%
Taxa de desemprego	7,61%
Setor de atividade	
– primário	0,7%
– secundário	28,8%
– terciário	70,5%

O crescimento nominal da população católica reflete o aumento do volume global da população residente no município (+6,52%)²³ que perfaz, em 2021, um total de 195 274 cidadãos residentes, dos quais 5,8% são estrangeiros, predominantemente de nacionalidade brasileira (65,9%) e, com grande distanciamento, de origem angolana (4,2%). Neste contexto, deve perseguir-se a hipótese de que a forte presença

²² Braga encontra-se subdividida em 37 freguesias, 25 das quais classificadas como predominantemente urbanas.

²³ Braga é o município da região Norte que conheceu o maior aumento da população residente.

de brasileiros, entre o número de estrangeiros, pode ter um duplo efeito – tanto a renovação da população católica como o incremento de outras afiliações cristãs. Neste caso, de um modo diferente de Mesão Frio, a preponderância católica não se deve a uma certa estagnação ou depressão sociodemográfica, mas antes convive com um território dinâmico, com marcas de cosmopolitismo.

Em termos comparativos, não obstante, o peso relativo dos católicos é ligeiramente inferior a 2011, o que se deve ao aumento dos indivíduos sem religião, que apresentam um crescimento de 153%, representando estes, atualmente, cerca de 10% da população – um valor acima da percentagem da região Norte. Também as outras confissões cristãs cresceram neste período (+83,2%) e fazem-se representar, sobretudo, por protestantes/evangélicos (2,2%). No que diz respeito a outras religiões, a variação é igualmente positiva (+89,2%), embora nominalmente menos expressiva (Tabelas 70 e 71, Figuras 82-84).

Tabela 70: Distribuição (n) da população por posições religiosas (Braga, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	100 32	120 248	131 225	138 970
Outra cristã	1281	2083	3749	6867
Outra religião	253	235	510	965
Sem religião	1201	2692	6462	16 381

Figura 82: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Braga, 2011-2021)

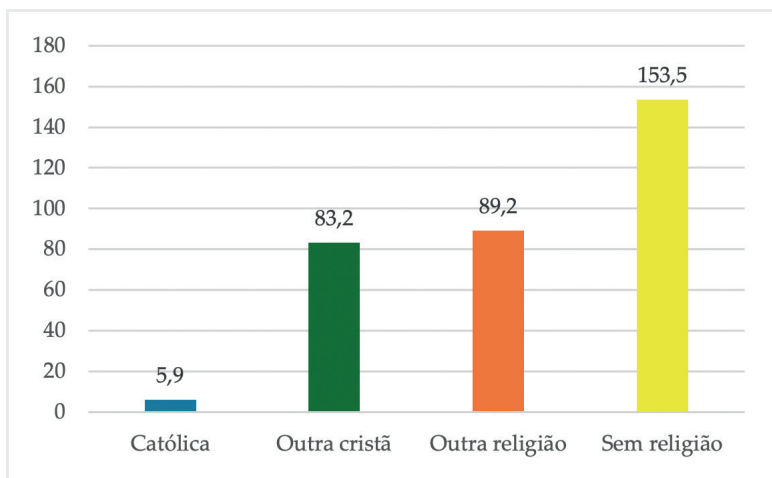


Tabela 71: Identidades religiosas minoritárias (Braga, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	0,44	724
Protestante/Evangélica	2,20	3583
Testemunhas de Jeová	0,46	749
Outra cristã	1,1	1811
Budista	0,11	174
Híndu	0,05	83
Judaica	0,0	44
Muçulmana	0,16	259
Outra religião	0,25	405

Figura 83: Evolução da população católica (Braga, 2011-2021)

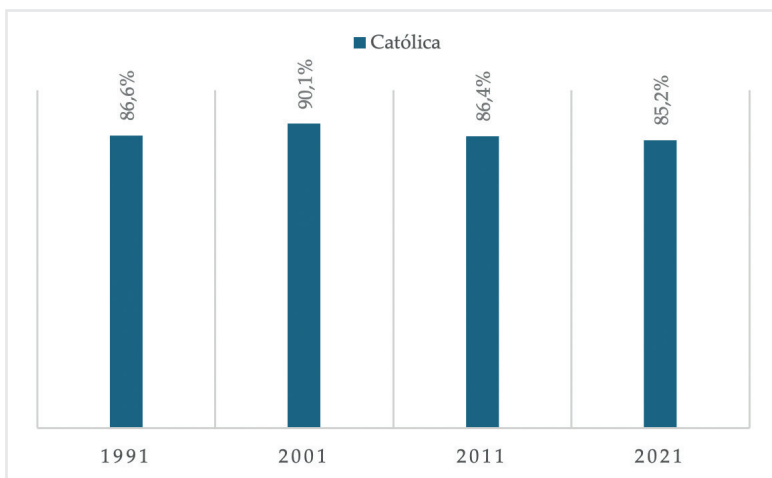
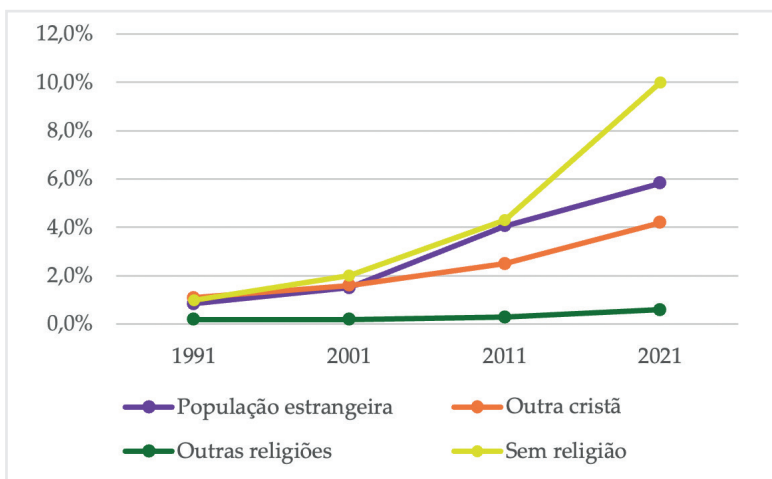


Figura 84: Evolução da população estrangeira, não católica e sem religião (Braga, 1991-2021)



Lagos: imigração e diversificação do campo cristão

Lagos é um município do distrito de Faro, região do Algarve, que se subdivide em quatro freguesias muito diversas no seu nível de urbanidade, sendo a freguesia de São Gonçalo a mais urbana e aquela que concentra a maior parte da população. Largamente dedicada ao setor terciário da atividade económica, apresenta uma estrutura etária envelhecida, pese embora tenha um índice de envelhecimento inferior ao do território continental (Tabela 72).

Lagos destaca-se neste Atlas pela mais alta percentagem de população com outras afiliações cristãs (14,3%), sobretudo protestantes/evangélicos (6,9%) e ortodoxos (4,0%); e, simultaneamente, onde o peso relativo do catolicismo é menor (55,2%), apesar da sua importante herança religiosa católica, ainda presente e visível nas suas festividades, no património edificado e, mesmo, na toponímia das suas freguesias (Figura 86).

É o sétimo município do continente com maior presença de população sem afiliação religiosa, que representa quase um terço do total da população residente (28,5%) e que cresceu 115% na última década. Também aqui as religiões não cristãs têm crescido significativamente (+151,6%), embora com números absolutos mais pequenos (Tabelas 73 e 74, Figura 85).

Tabela 72: Quadro-síntese de indicadores (Lagos, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	33,494
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	7,87%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	23,03%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	27,9%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	10,69%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	3,8%
Densidade populacional (hab./km ²)	157,26
Índice de dependência de jovens	20,55
Índice de envelhecimento	192,90
Taxa de atividade	43,69%
Taxa de desemprego	11,98%
Setor de atividade	
- primário	1,9%
- secundário	15,9%
- terciário	82,2%

Tabela 73: Distribuição (n) da população por posições religiosas (Lagos, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	11 650	14 391	15 357	15 682
Outra cristã	719	1290	3144	4053
Outra religião	55	67	219	551
Sem religião	1285	1820	3765	8104

Todos estes números representam uma tendência muito clara de alteração da paisagem religiosa do município que é, aliás, um exemplo da transformação mais alargada que a região do Algarve tem atravessado nos últimos trinta anos e que muito se relaciona com a intensificação dos fluxos de imigrantes (Figura 87). De notar que o

Algarve se destaca como a região onde os estrangeiros estavam mais representados (14,5%) em Portugal continental, sendo a percentagem de estrangeiros em Lagos superior à da região (23,03%). A taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro nos municípios é, aliás, mais de duas vezes superior à média nacional. Destacam-se, entre os estrangeiros, os britânicos (27,4%) e os brasileiros (15,5%), mas, também, os alemães (6,2%), os franceses (5,7%) e os ucranianos (3,9%) .

Figura 85: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Lagos, 2011-2021)

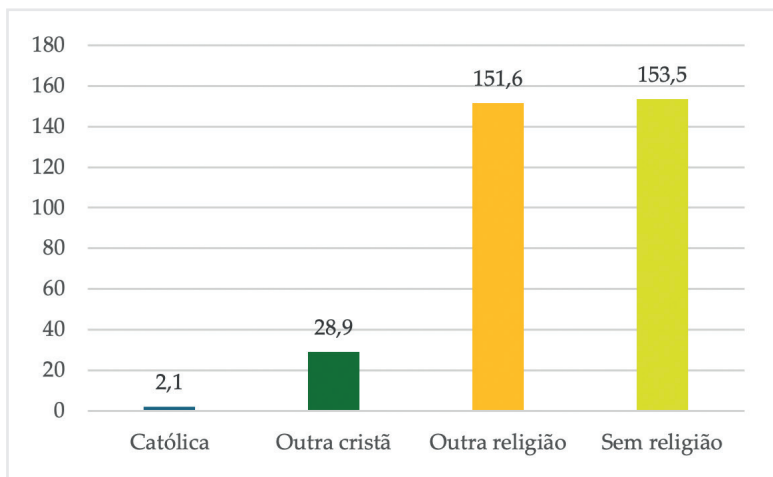


Tabela 74: Identidades religiosas minoritárias (Lagos, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	4,0	1131
Protestante/Evangélica	6,9	1962
Testemunhas de Jeová	0,8	215
Outra cristã	2,6	744
Budista	0,4	115
Hindu	0,5	140
Judaica	0,1	23
Muçulmana	0,4	103
Outra religião	0,6	170

Figura 86: Evolução da população católica (Lagos, 2011-2021)

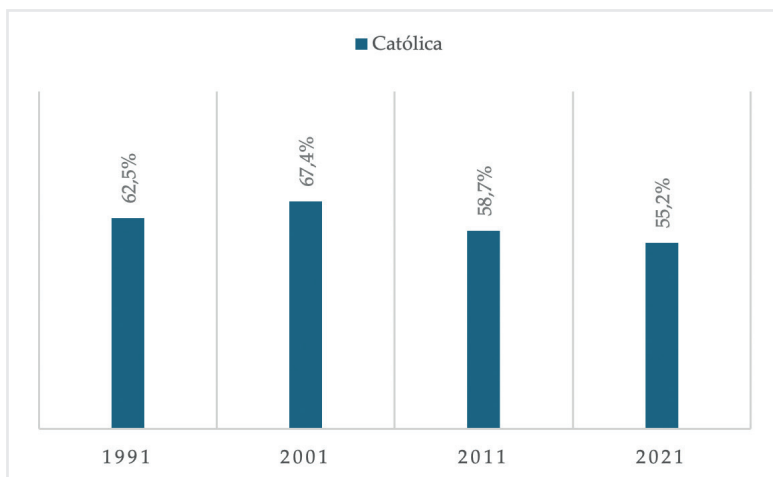
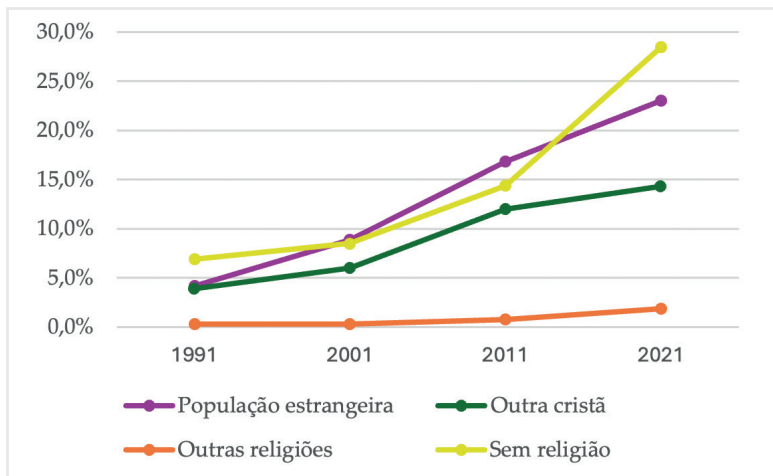


Figura 87: População estrangeira, não católica e sem religião (Lagos, 1991-2021)



Albufeira: os ortodoxos no Algarve

Albufeira é um município da região do Algarve, distrito de Faro, subdividido em quatro freguesias que, com exceção de Guia, estão classificadas como medianamente ou predominantemente urbanas. Com uma densidade populacional mais de três vezes superior à da região, a população de Albufeira cresceu 8,17% na última década, refletindo, particularmente, a sua capacidade de atração de população proveniente do estrangeiro, que representa 20% do total da população residente em 2021. São, sobretudo, estrangeiros provenientes do Brasil (28,0%), do Reino Unido (13,2%), da Ucrânia (8,5%), da Índia (6,3%), da França (5,2%), entre diversas outras origens menos expressivas estatisticamente (Tabela 75, Figura 90).

Tabela 75: Quadro-síntese de indicadores (Albufeira, 2021)

Indicadores	
População residente	44 164
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	8,17%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	20,03%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	27,48%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	9,52%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	2,6%
Densidade populacional (hab./km ²)	313,95
Índice de dependência de jovens	20,21
Índice de envelhecimento	131,40
Taxa de atividade	49,24%
Taxa de desemprego	19,65%
Setor de atividade	
– primário	2,0%
– secundário	13,1%
– terciário	84,9%

Tal como a região do Algarve de forma geral, a população ativa dedica-se de forma massiva ao setor terciário da atividade económica, mas apresenta um índice de envelhecimento cerca de quarenta pontos inferior.

Albufeira evidencia-se neste Atlas em vários aspetos da dimensão religiosa, solidificando tendências dos últimos trinta anos. Sendo o segundo município com maior percentagem de outra população cristã (13,2%), destaca-se, em 2021, por ser o município com maior percentagem de população ortodoxa (5,3%) em todo o território nacional. Por outro lado, é o segundo município com maior percentagem de população de outras religiões (4,1%), nomeadamente hindus (1,3%) e muçulmanos (1,2%), que cresceram cerca de 168% na última década; e, embora não figure no *ranking* dos primeiros vinte municípios com maior percentagem de população sem afiliação religiosa, esta

representa 20%, duplicando assim o seu peso relativo face a 2011 (Tabelas 76 e 77, Figuras 88-90).

Tabela 76: Distribuição (n) das posições religiosas (Albufeira, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	12 280	20 333	23 114	23 319
Outra cristã	433	1395	3759	4922
Outra religião	27	211	570	1527
Sem religião	423	1401	3549	7434

Figura 88: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Albufeira, 2011-2021)

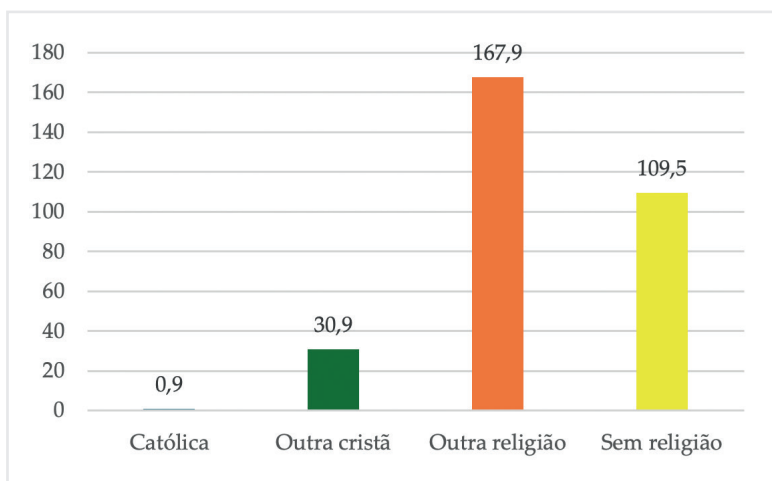


Tabela 77: Identidades religiosas minoritárias (Albufeira, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	5,3	1955
Protestante/Evangélica	5,1	1908
Testemunhas de Jeová	0,8	305
Outra cristã	2,0	754
Budista	0,4	137
Hindu	1,3	502
Judaica	0,1	31
Muçulmana	1,2	445
Outra religião	1,1	412

Figura 89: Evolução da população católica (Albufeira, 1991-2021)

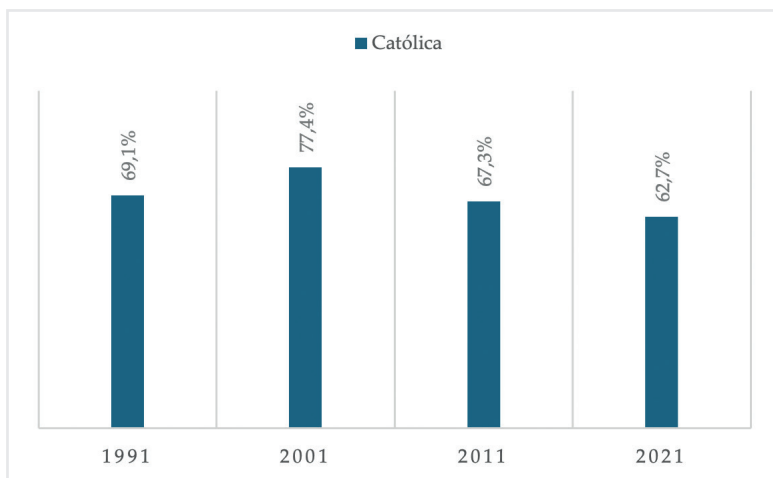
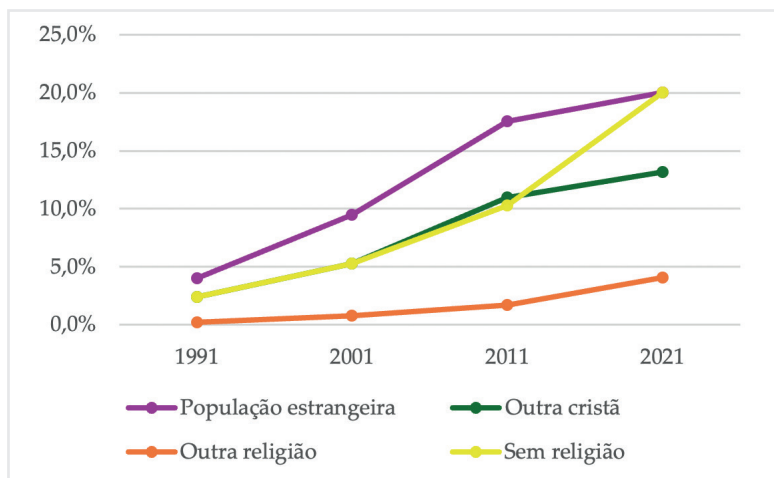


Figura 90: População estrangeira, não católica e sem religião (Albufeira, 1991-2021)



Odemira: crescimento populacional, estrangeiros e outras religiões

Odemira, no litoral alentejano, distrito de Beja, é o maior município português em área e encontra-se subdividido em treze freguesias, predominantemente rurais ou, nos casos de São Salvador e Santa Maria, São Teotónio e Vila Nova de Milfontes, medianamente urbanas.

Município de baixa densidade populacional, Odemira é o município português onde a população residente mais cresceu na última década (13,32%) e, também, o que apresenta a maior capacidade de atração de população proveniente do estrangeiro (5,6%)²⁴. Os estrangeiros representam, aliás, 28% do total dos residentes, evidenciando-se os nepaleses (28,7%) e indianos (19,4%), mas também alemães (7,0%) e brasileiros (3,9%), entre outras nacionalidades minoritárias. Muito diferentemente de outros territórios até aqui analisados, a população ativa em Odemira ocupa-se do setor terciário, mas também do setor

²⁴ Cerca de 5,58% da população residente no município de Odemira em 2021 tinha a sua residência no estrangeiro um ano antes: cf. INE, 2023, *O que nos dizem os Censos sobre dinâmicas territoriais*, <https://www.ine.pt>

primário, que mais do que duplicou o seu contingente populacional na última década (Tabela 78, Figura 93)²⁵.

Tabela 78: Quadro-síntese de indicadores (Odemira, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	29 538
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	13,32%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	28,16%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira [cálculos nossos]	29,1%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	10,91%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	5,6%
Densidade populacional (hab./km ²)	17,17
Índice de dependência de jovens	14,85
Índice de envelhecimento	226,36
Taxa de atividade	51,07%
Taxa de desemprego	5,11%
Setor de atividade [cálculos nossos]	
– primário	40,2%
– secundário	11,0%
– terciário	48,8%

No que à religião diz respeito, Odemira é o município com a mais alta percentagem de população pertencente a outras religiões (16,5%), sendo o segundo município onde este grande grupo religioso mais cresceu na última década (+1947,2%), tendo passado de cerca de duzentas para quase quatro mil pessoas. Esta expressão deve-se em especial à presença, sobretudo nas freguesias mais urbanas, de população hindu (7,0%), budista (3,2%) e muçulmana (3,2%), o que muito se relaciona com a presença particularmente expressiva (em números absolutos) de nepaleses e indianos. Odemira é, aliás, o município português onde o hinduísmo e o budismo são mais expressivos,

²⁵ Taxa de crescimento do setor primário: 153% (cálculos nossos).

facto que tem sido objeto de mediatização. Em Odemira – tal como em Torres Vedras –, constata-se um número de judeus que importa salientar, tendo em conta a escala das identidades demograficamente minoritárias (Tabelas 79 e 80, Figuras 91-93).

Por fim, e embora não seja essa uma característica de destaque, a população sem afiliação religiosa também aqui cresceu de forma assinalável desde 2011 (+82,6%), representando 22,1% da população.

Tabela 79: Distribuição (n) das posições religiosas (Odemira, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	13 564	15 938	15 219	13 702
Outra cristã	200	326	799	1134
Outra religião	31	45	195	3992
Sem religião	2528	1724	2931	5353

Figura 91: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Odemira, 2011-2021)

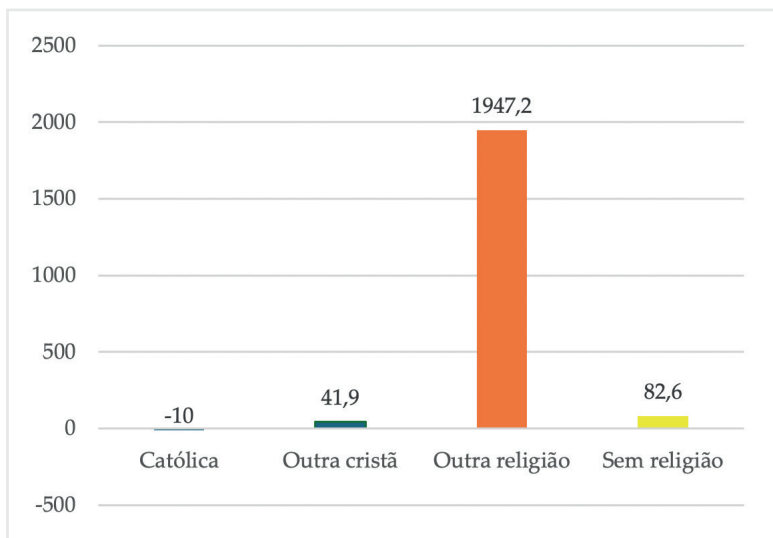


Tabela 80: Identidades religiosas minoritárias (Odemira, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	1,8	438
Protestante/Evangélica	1,7	417
Testemunhas de Jeová	0,6	111
Outra cristã	0,7	168
Budista	3,2	769
Hindu	7,0	1698
Judaica	0,1	29
Muçulmana	3,2	773
Outra religião	3,0	723

Figura 92: Evolução da população católica (Odemira, 1991-2021)

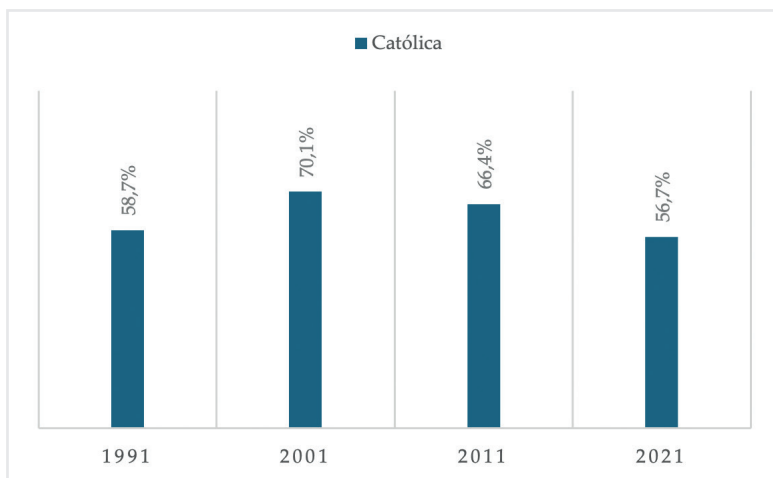
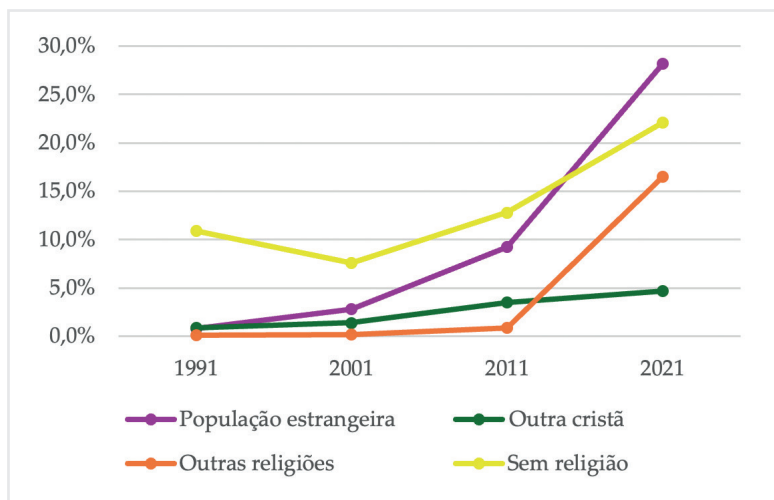


Figura 93: População estrangeira, não católica e sem religião (Odemira, 1991-2021)



Sines: incremento da população sem religião e decréscimo dos católicos

Sines, no Alentejo litoral, distrito de Setúbal, é um município subdividido pelas freguesias de Porto Covo e de Sines, esta última onde se concentra a maior parte da população e a única classificada como predominantemente urbana. Ao contrário de Odemira, município contíguo, Sines é o município da sub-região com menor capacidade de atração de população estrangeira, tendo mesmo perdido população na última década, ainda que de forma muito residual (-0,28%). Os residentes estrangeiros têm aqui, também, uma expressão bem menor (6,25%) – quase metade dos quais são provenientes do Brasil (48,1%) e de Cabo Verde (11,6%) –, mas, ainda assim, acima da média nacional. Com um índice de envelhecimento de quase sessenta pontos abaixo da média da região alentejana e uma taxa de atividade superior, a população de Sines dedica-se predominantemente ao setor terciário de atividade, em crescimento na última década, sendo o setor primário residual (Tabela 81).

Tabela 81: Quadro-síntese de indicadores (Sines, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	14 198
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	-0,28%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	6,25%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	10,9%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	7,08%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	0,8%
Densidade populacional (hab./km ²)	69,84
Índice de dependência de jovens	22,30
Índice de envelhecimento	159,09
Taxa de atividade	48,10%
Taxa de desemprego	8,17%
Setor de atividade	
– primário	3,3%
– secundário	24,1%
– terciário	72,6%

Na dimensão religiosa, Sines destaca-se neste Atlas por liderar a lista de municípios com maior percentagem de população sem religião (35,5%), consolidando uma tendência já bastante expressiva desde os anos noventa, pelo que a sua taxa de variação na última década não é das mais elevadas e sugere, sobretudo, pouca relação com os fluxos migratórios mais recentes. Por contraponto, Sines é o terceiro município do continente com menor representação católica (56,2%), que perdeu mesmo expressão desde 2011 (-6,9%). Por sua vez, as minorias religiosas, cristãs (7,2%) e de outras religiões (1,0%) encontram-se em crescimento no território, sendo as primeiras numericamente mais expressivas, sobretudo protestantes/evangélicos (3,9%) – Tabelas 82 e 83, Figuras 94-96.

Tabela 82: Distribuição (n) das posições religiosas (Sines, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	5018	6790	7196	6703
Outra cristã	256	398	693	863
Outra religião	38	19	65	121
Sem religião	1321	2105	2316	4230

Figura 94: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Sines, 2011-2021)

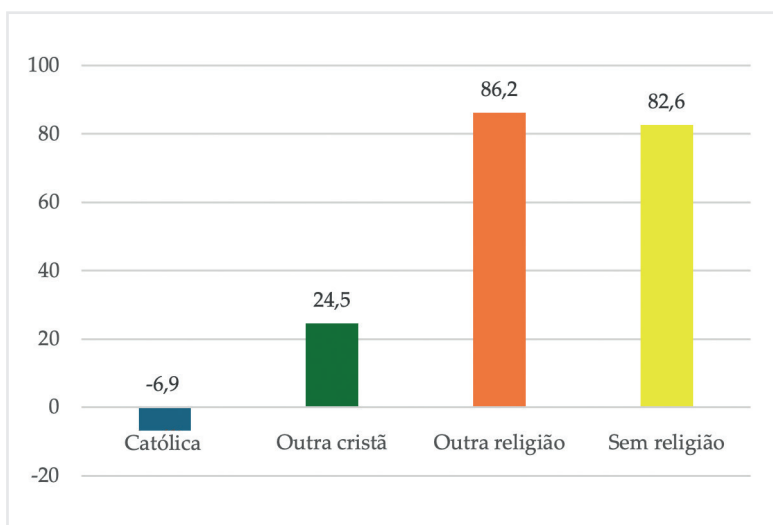


Tabela 83: Identidades religiosas minoritárias (Sines, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	1,3	150
Protestante/Evangélica	3,9	459
Testemunhas de Jeová	0,6	74
Outra cristã	1,5	180
Budista	0,3	37
Hindu	0,2	19
Judaica	0,0	3
Muçulmana	0,2	29
Outra religião	0,3	33

Figura 95: Evolução da população católica (Sines, 1991-2021)

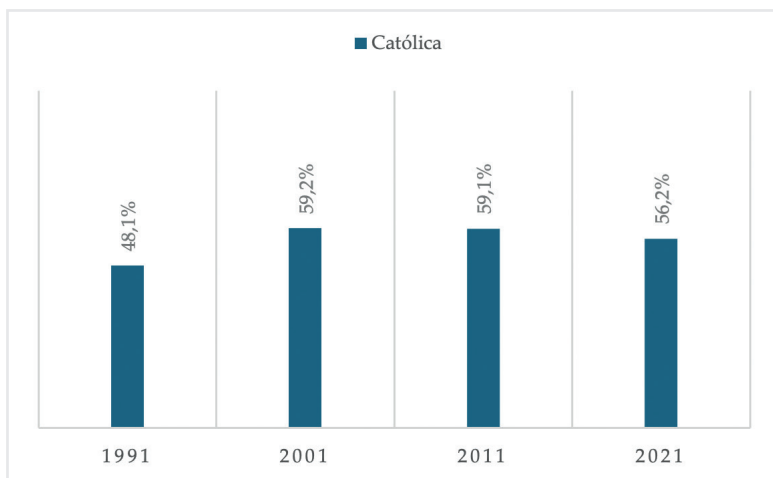
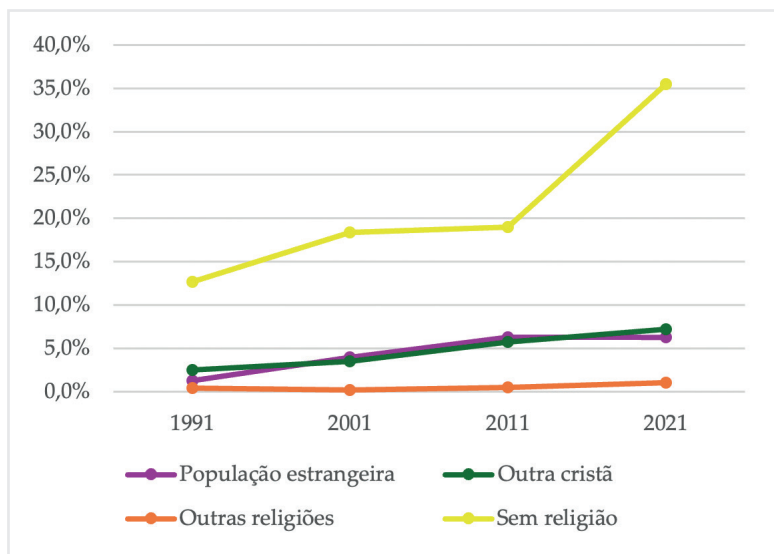


Figura 96: População estrangeira, não católica e sem religião (Sines, 1991-2021)



Oleiros: diversidade religiosa em territórios de dimensão rural

Oleiros é um município da sub-região da Beira Baixa, pertencente ao distrito de Castelo Branco, que se subdivide em dez freguesias predominantemente rurais, com exceção de parte da freguesia de Oleiros-Amieira, medianamente urbana. Município de muito baixa densidade populacional, apresenta, na última década, uma variação negativa de cerca de 14% na sua população residente e o índice de envelhecimento mais elevado do país, que se reflete numa pirâmide etária totalmente invertida. Existem, no município, cerca de 779 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 jovens com idade entre os 0 e os 14 anos e apenas 12 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa. Estes últimos dedicam-se maioritariamente ao setor terciário, embora o setor primário se encontre em crescimento face a 2011. Não obstante, Oleiros surge como um território relativamente atrativo para a população proveniente do estrangeiro, que representa cerca de 3% do total da população residente, sobretudo oriundos do Brasil (27,6%), do Reino Unido (16,6%) e da França (11,7%) – Tabela 84, Figura 99.

Tabela 84: Quadro-síntese de indicadores (Oleiros, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	4904
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	-14,28%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	2,96%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	5,0%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	9,69%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	1,4%
Densidade populacional (hab./km ²)	10,41
Índice de dependência de jovens	12,06
Índice de envelhecimento	779,79
Taxa de atividade	33,44%
Taxa de desemprego	3,23%
Setor de atividade	
– primário	11,0%
– secundário	21,3%
– terciário	67,7%

De inquestionável matriz religiosa católica (93,2%), observável também nas capelas e igrejas e na Rota do Religioso que o município enaltece²⁶, observa-se neste grupo religioso uma variação negativa (-16,6%), relacionada com a diminuição da população residente. Em sentido contrário, observou-se o crescimento da população constituída por outros cristãos (+46,5%), que correspondem agora a 1,4% do total da população, maioritariamente protestantes/evangélicos (0,6%). De reduzida expressividade numérica, este município destaca-se, contudo, por apresentar as mais elevadas taxas de variação de população de outras religiões (+3300,0%), que, não obstante, representam menos de 1% do total da população, nomeadamente hindus (0,2%), budistas (0,2%) e muçulmanos (0,2%). Por fim, cresceu significativamente a população sem religião (+373,3%), que quase quintuplicou o seu

²⁶ Percurso temático de oito capelas e duas igrejas, conjunto nuclear do património religioso de Oleiros.

contingente absoluto e representa agora cerca de 5% do total da população do município (Tabelas 85 e 86, Figuras 97-99).

Tabela 85: Distribuição (n) das posições religiosas (Oleiros, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	5993	5797	5076	4234
Outra cristã	30	58	43	63
Outra religião	12	12	1	34
Sem religião	13	25	45	213

Tabela 86: Identidades religiosas minoritárias (Oleiros, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	0,2	9
Protestante/Evangélica	0,6	28
Testemunhas de Jeová	0,2	11
Outra cristã	0,3	15
Budista	0,2	8
Hindu	0,2	7
Judaica	0,0	1
Muçulmana	0,2	11
Outra religião	0,2	7

Figura 97: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Oleiros, 2011-2021)

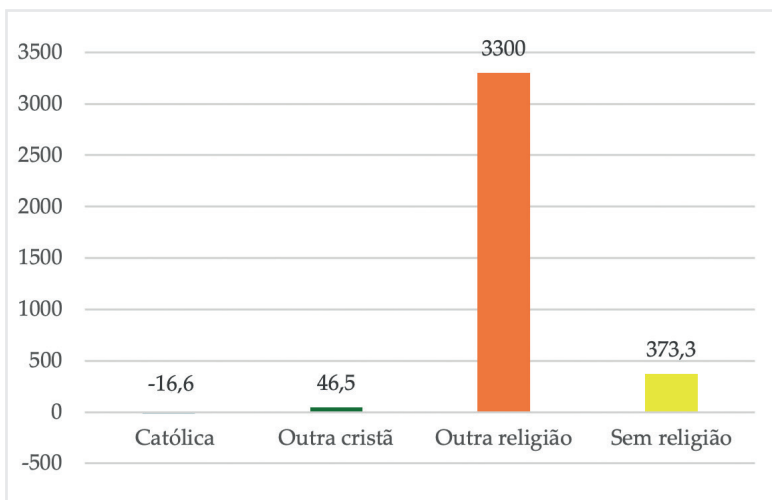


Figura 98: Evolução da população católica (Oleiros, 1991-2021)

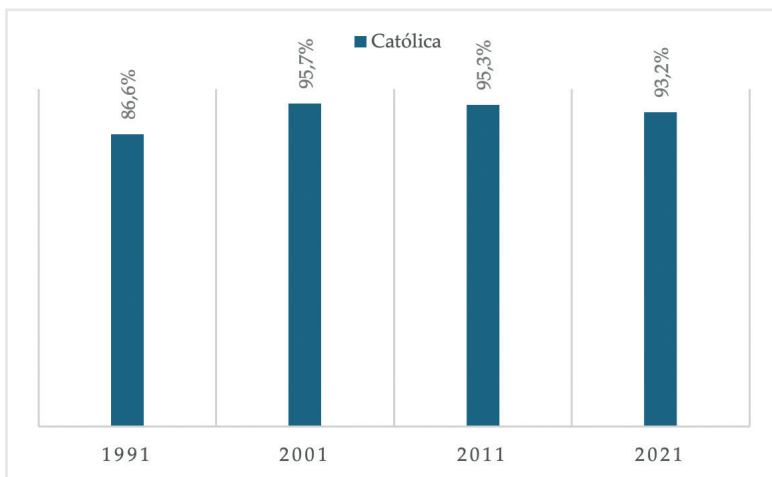
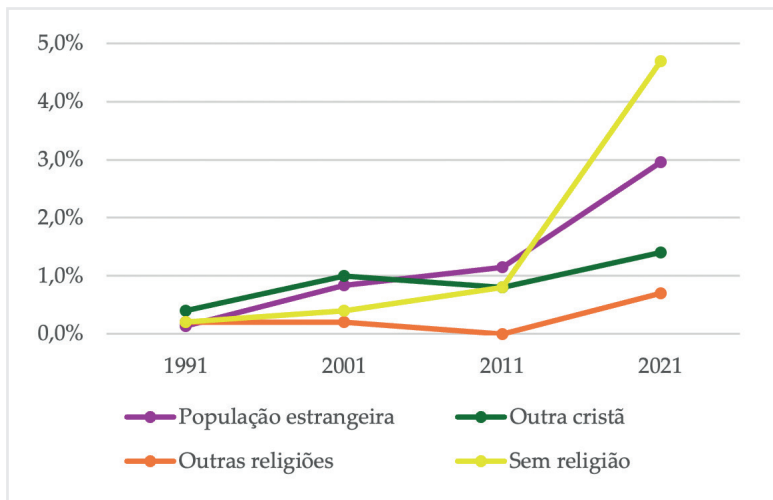


Figura 99: População estrangeira, não católica e sem religião (Oleiros, 1991-2021)



Lisboa: a «explosão da diferença»

Lisboa, capital portuguesa, é o município que dá nome à região e sub-região da Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde se situa, e que se subdivide em vinte e quatro freguesias predominantemente urbanas. Município com o maior número de habitantes no país e, ainda, o quarto com maior densidade populacional, apresenta uma pirâmide etária decrescente e um índice de envelhecimento próximo da média nacional, sendo por conseguinte o reflexo do elevado envelhecimento da população residente em Portugal. Não obstante, Lisboa é um município muito dinâmico no que diz respeito à sua atividade económica, que se centra esmagadoramente no setor terciário de atividade, sendo um dos municípios mais atrativos para a população proveniente do estrangeiro (2,4%)²⁷. É, por conseguinte, um território de grande diversidade de origens, sobretudo de nacionalidade brasileira (29,9%), mas também nepaleses (6,5%), franceses (5,6%),

²⁷ Lisboa é um dos 34 municípios portugueses com maior taxa de atração de população que vivia anteriormente no estrangeiro (superior a 2%).

espanhóis (4%) e italianos (4,9%), angolanos (4,9%) e cabo-verdianos (3,3%) – Tabela 87, Figura 102.

Tabela 87: Quadro-síntese de indicadores (Lisboa, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	545 796
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	-1,25%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	10,14%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	16,8%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	9,54%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	2,4%
Densidade populacional (hab./km ²)	5456,32
Índice de dependência de jovens	20,54
Índice de envelhecimento	179,40
Taxa de atividade	48,04
Taxa de desemprego	8,43
Setor de atividade	
– primário	0,5%
– secundário	8,9%
– terciário	90,6%

É o território português que mais se aproxima das características das metrópoles, tal como têm sido estudadas pela antropologia urbana. O antropólogo Néstor García Canclini descobriu na metrópole contemporânea três dinâmicas produtoras de novidades e tensões: a heterogeneidade multicultural, a segregação intercultural e a desagregação urbana (García Canclini 2004). A heterogeneidade diz respeito, antes de mais, à diversidade histórica das cidades (cidades industriais, cidades portuárias, cidades turísticas), mas também à multifuncionalidade da metrópole urbana contemporânea, característica que se generalizou à medida que a correspondência histórica entre certa cidade e determinado tipo de produção sofreu a erosão das deslocalizações – cidades que estavam inequivocamente ligadas

a determinado tipo de produção deixaram de estar, restando agora os traços de uma memória que a museologia urbana persegue. Essa heterogeneidade é, também, multitemporal, na medida em que na cidade se acumulam e se combinam tempos históricos diferentes, fazendo dela uma construção compósita. À complexidade dos tempos sobrepostos corresponde esse enredo de trocas interculturais intensas decorrentes do encontro entre os nativos e os imigrantes de vários tempos e de várias geografias. Canclini identifica esse processo como uma «explosão da diferença», enquanto facto e enquanto construção ideológica. Assim, de forma muito saliente, quer as práticas quer os imaginários sociais transcrevem a experiência da metrópole num mapa complexo de diversidades. A trama das identidades religiosas integra este espaço de diversidades, fazendo dos territórios metropolitanos laboratórios de diversidade religiosa (Franca 2022; Teixeira 2019).

O município de Lisboa figura como um «caso», nesta secção do Atlas, pela sua crescente e consolidada diversidade religiosa, sendo um reflexo das tendências que a AML vem revelando. Surgindo entre os vinte municípios com menor taxa de representação de população católica no país (65,6%) e uma variação negativa de 6,9% neste grupo religioso, Lisboa destaca-se como terceiro município com maior percentagem de população de outras religiões (3,9%)²⁸, que cresceu cerca de 120% na última década. Trata-se, sobretudo, de população muçulmana (1,6%) – que cresceu 1% na última década (0,6% em 2011) – e população hindu (1,1%), grupos igualmente expressivos pela sua representação nominal. Também a presença de população confessa de outras religiões cristãs (5,0%), sobretudo protestantes/evangélicos (2,4%), é notória no território e continua a crescer, apresentando uma taxa de variação positiva de cerca de 22% face a 2011 (Tabelas 88 e 89, Figuras 100-102).

²⁸ Só antecedido por Odemira (Alentejo) e Albufeira (Algarve), também retratados neste Atlas.

Tabela 88: Distribuição (n) das posições religiosas (Lisboa, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	407 819	370 540	325 357	302 968
Outra cristã	13 425	14 157	18 877	23 100
Outra religião	3382	4909	8086	17 809
Sem religião	35 122	44 541	67 306	118 010

Tabela 89: Identidades religiosas minoritárias (Lisboa, 2021)

Posições religiosas	%	N
Ortodoxa	0,7	3154
Protestante/Evangélica	2,4	11 290
Testemunhas de Jeová	0,6	2811
Outra cristã	1,3	5845
Budista	0,5	2500
Hindu	1,1	4923
Judaica	0,1	532
Muçulmana	1,6	7533
Outra religião	0,5	2321

Figura 100: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Lisboa, 2011-2021)

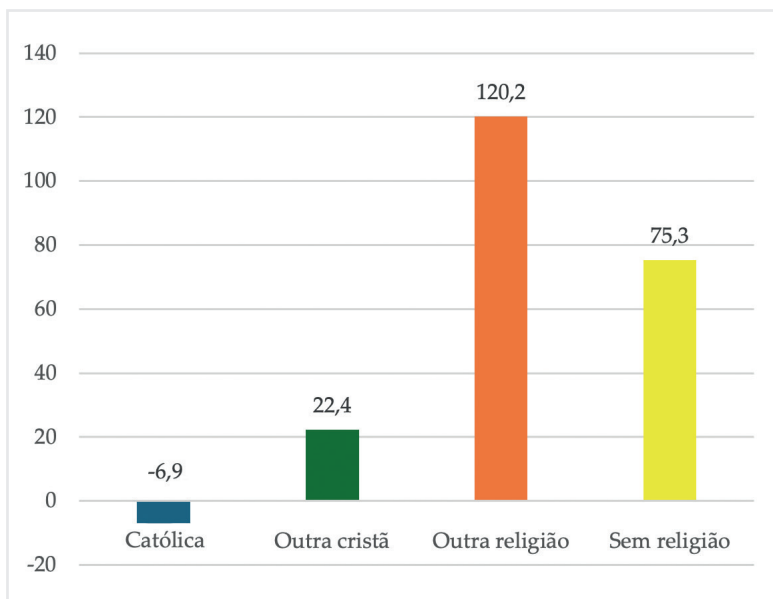


Figura 101: Evolução da população católica (Lisboa, 1991-2021)

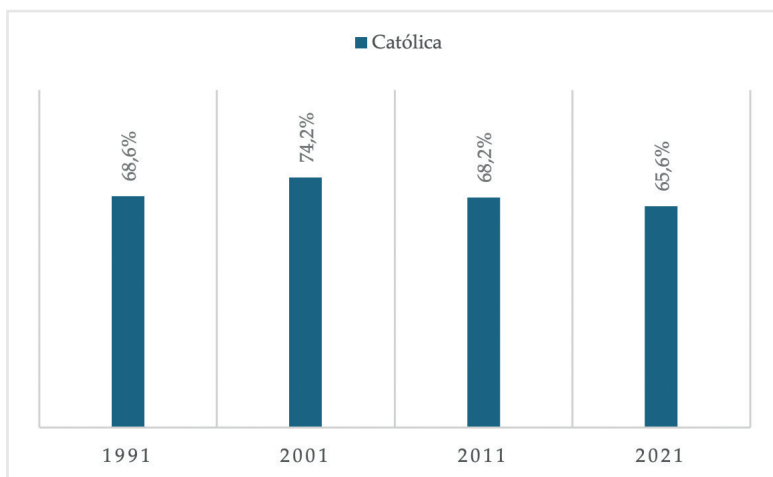
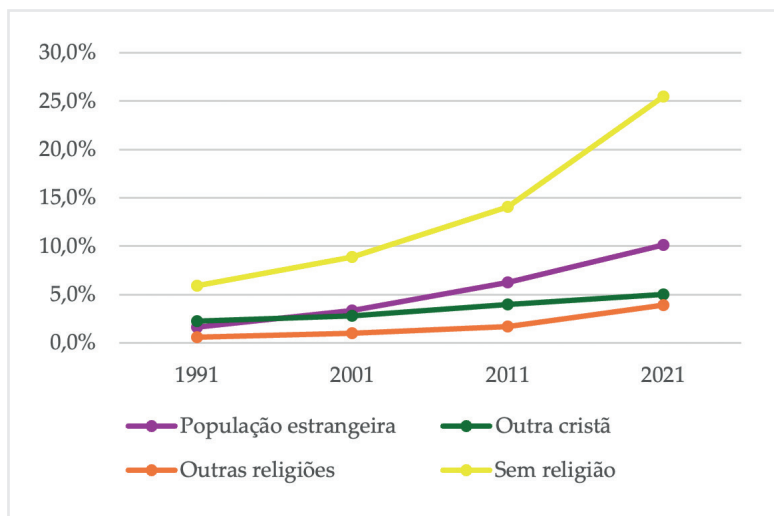


Figura 102: População estrangeira, não católica e sem religião (Lisboa, 1991-2021)



Torres Vedras: incrementa-se a diversidade na proximidade das dinâmicas de metropolização

Torres Vedras é um município da região Centro, sub-região do Oeste, distrito de Lisboa, subdividido em treze freguesias diversas do ponto de vista da sua urbanidade, mas consideradas, na sua maioria, áreas medianamente urbanas. Torres Vedras é o município da região Centro onde a população residente mais cresceu (+4,54%) na última década e apresenta uma densidade populacional quase três vezes superior à da região e quase duas vezes superior à nacional²⁹. Também à semelhança do território onde se insere, a população é manifestamente envelhecida e a população ativa dedica-se predominantemente ao setor terciário de atividade.

Território costeiro, revela uma capacidade de atração de população residente proveniente do estrangeiro de 1,3%, o que o coloca, a este respeito, numa posição muito próxima da região e do país³⁰.

²⁹ Portugal: 112,15 hab./km²; região Centro: 78,98 hab./km²,

³⁰ Portugal: 1,4%; região Centro: 1,4%.

Os estrangeiros representam cerca de 6% do total da população no município e são, sobretudo, brasileiros (40,8%), nepaleses (10,9%), mas também de um conjunto diverso de outros países europeus, asiáticos e africanos (Tabela 90, Figura 105).

Tabela 90: Quadro-síntese de indicadores (Torres Vedras, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	83 072
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	4,54%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	6,01%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	9,9%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	8,13%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	1,3%
Densidade populacional (hab./km ²)	204,03
Índice de dependência de jovens	20,69
Índice de envelhecimento	172,05
Taxa de atividade	48,38%
Taxa de desemprego	6,14%
Setor de atividade	
– primário	7,1%
– secundário	24,4%
– terciário	68,5%

Torres Vedras destaca-se neste Atlas pelo crescimento dos diversos grupos religiosos, mas também dos indivíduos não religiosos no território. Desde logo, Torres Vedras apresenta números muito expressivos de crescimento de população religiosa de outras religiões, que mais do que sextuplicou o seu contingente na última década (+527,4%). O município surge, por isso, na 12.^a posição do *ranking* de municípios onde a população de outras religiões mais cresceu. São sobretudo hindus (0,6%) e budistas (0,5%), mas também muçulmanos (0,2%) e de outros grupos religiosos (0,4%).

Curiosamente, também neste território cresceu o catolicismo (+2,8%), o que lhe permite figurar, igualmente, na 12.^a posição da lista dos municípios com maior crescimento deste grupo religioso na última década, embora tenha perdido expressão relativa. Cresceram, também aqui, as outras confissões cristãs (+49,5%), que representam, sobretudo, protestantes/evangélicos (2,7%), ortodoxos (1,4%) e Testemunhas de Jeová (0,7%).

Por fim, também os sem afiliação religiosa mais do que duplicaram o seu volume (+123%) na última década, representando agora 14,5% da população, o que coloca Torres Vedras, a este nível, em posição igual à do continente (Tabelas 91 e 92, Figuras 103-105).

Tabela 91: Distribuição das posições religiosas (Torres Vedras, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	46 369	52 845	53 830	55 339
Outra cristã	714	1213	2695	4030
Outra religião	60	162	197	1236
Sem religião	1336	1959	4608	10 274

Figura 103: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Torres Vedras, 2011-2021)

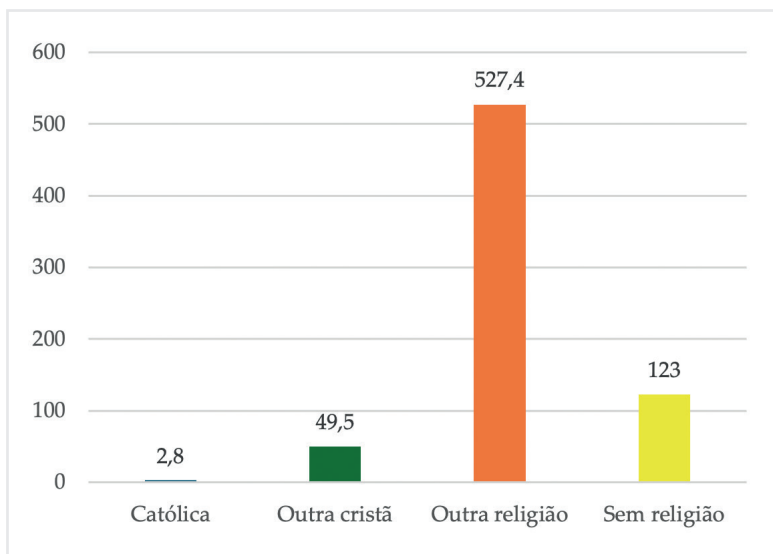


Tabela 92: Identidades religiosas minoritárias (Torres Vedras, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	1,4	1009
Protestante/Evangélica	2,7	1910
Testemunhas de Jeová	0,7	508
Outra cristã	0,9	603
Budista	0,5	326
Hindu	0,6	449
Judaica	0,0	14
Muçulmana	0,2	172
Outra religião	0,4	275

Figura 104: Evolução da população católica (Torres Vedras, 1991-2021)

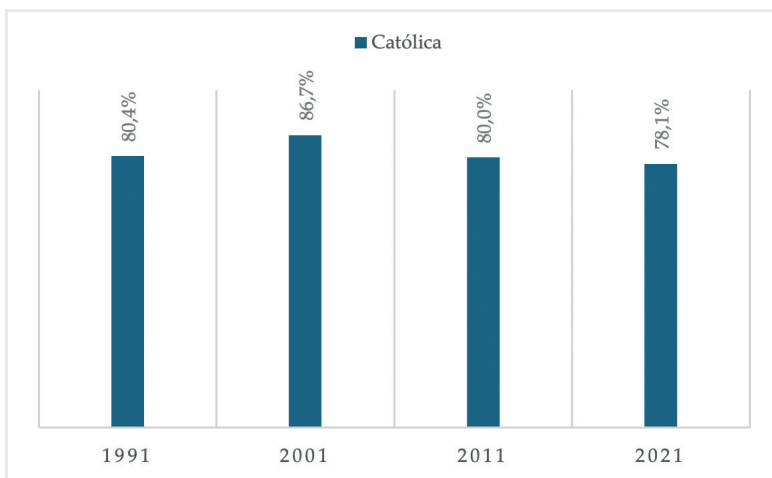
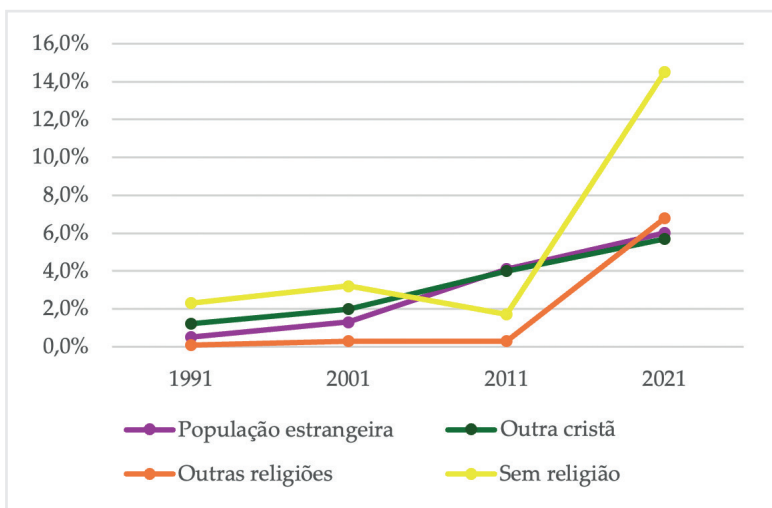


Figura 105: População estrangeira, não católica e sem religião (Torres Vedras, 1991-2021)



Mafra: crescimento populacional e diversificação religiosa

Mafra é um município da região e sub-região da Área Metropolitana de Lisboa, subdividido em onze freguesias, na sua maioria classificadas como medianamente urbanas, mas que incluem, também, territórios predominantemente urbanos e rurais. Mafra é o segundo município português com a maior taxa de variação positiva da população residente entre 2011 e 2021 (+12,82%) e aí tem crescido, também, a população de nacionalidade estrangeira, na sua maioria proveniente do Brasil (51,9%), mas também da Ucrânia (4,2%), da Roménia (3,9%), de Angola (3,9%), entre outros países estatisticamente menos relevantes (Tabela 93, Figura 108).

Tabela 93: Quadro-síntese de indicadores (Mafra, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	86 515
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	12,82%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	6,68%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	12,0%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	12,26%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	1,3%
Densidade populacional (hab./km ²)	296,63
Índice de dependência de jovens	24,89
Índice de envelhecimento	108,45
Taxa de atividade	49,75%
Taxa de desemprego	6,23%
Setor de atividade	
– primário	2,2%
– secundário	20,3%
– terciário	77,5%

Comparativamente a outros municípios da região, Mafra apresenta um índice de envelhecimento mais baixo, mesmo assim com uma

trajetória de rápido e acentuado crescimento nas últimas décadas. A maioria da população encontra-se em idade ativa e dedica-se, sobretudo, ao setor terciário de atividade (77,5%), seguido do setor secundário (20,3%) – Tabela 93.

Mafra figura neste Atlas como um exemplo de crescente diversidade religiosa. O catolicismo perdeu peso relativo na última década, mas apresenta uma taxa de variação positiva (+8,5%), o que significa que viu reforçado o seu contingente populacional, nomeadamente relacionado com a sua capacidade de atração de população estrangeira, mas também de população proveniente de outros municípios (10,96%)³¹. Nominalmente e em termos relativos, cresce também a população de outras confissões cristãs (+38%), passando a representar 6,9% do total da população, sobretudo protestantes/evangélicos (3,7%) e ortodoxos (1,2%). Entre os grupos religiosos, também os de outras religiões cresceram expressivamente (+162,8%), duplicando o seu peso relativo face a 2011 (1,1%) e mais do que duplicando a sua representação absoluta. Entre estes, evidenciam-se os budistas (0,3%) e os hindus (0,2%).

Ademais, à semelhança da região e sub-região onde se insere, Mafra é um território de grande crescimento da população sem religião (+135%), que mais do que duplicou a sua expressão relativa e representa, em 2021, 20,9% do total da população (Tabelas 94 e 95, Figuras 106-108).

Tabela 94: Distribuição (n) das posições religiosas (Mafra, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	30 171	37 523	46 052	49 982
Outra cristã	882	1919	3530	4870
Outra religião	35	77	285	749
Sem religião	906	2049	6258	14 704

³¹ Mafra encontra-se entre os vinte municípios com a mais alta taxa de atração de população residente proveniente de outro município (INE, *Recenseamentos da População*, 2021).

Figura 106: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Mafra, 2011-2021)

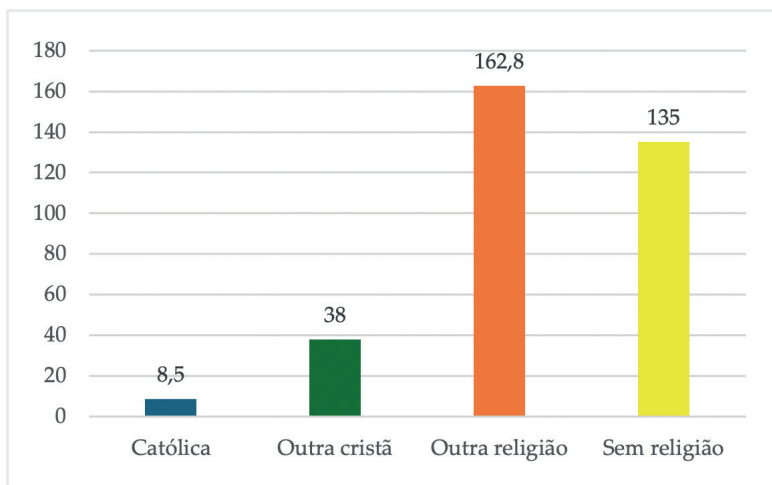


Tabela 95: Identidades religiosas minoritárias (Mafra, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	1,2	812
Protestante/Evangélica	3,7	2606
Testemunhas de Jeová	0,8	596
Outra cristã	1,2	856
Budista	0,3	179
Hindu	0,2	119
Judaica	0,0	35
Muçulmana	0,2	152
Outras religiões	0,4	264

Figura 107: Evolução da população católica (Mafra, 1991-2021)

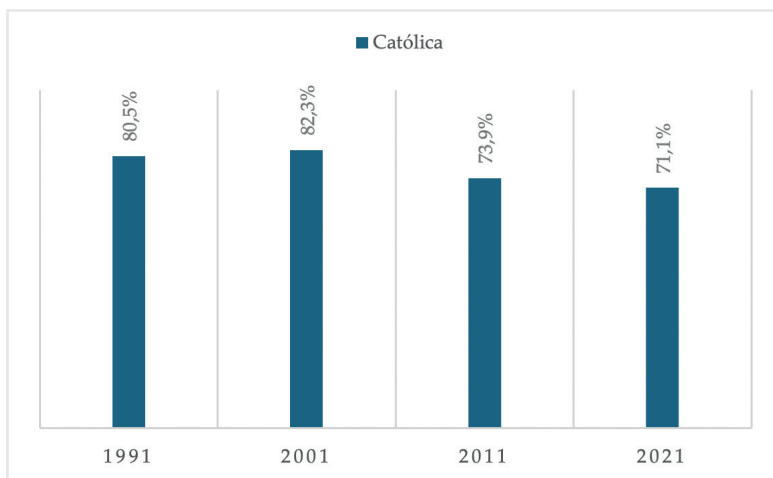
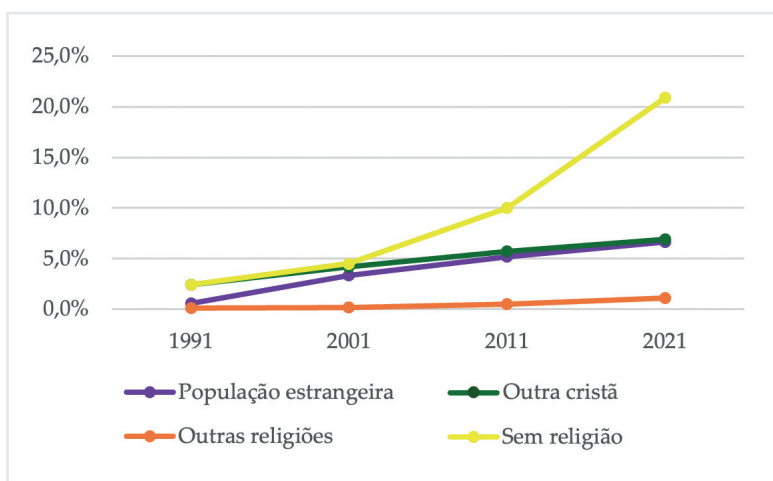


Figura 108: População estrangeira, não católica e sem religião (Maфра, 1991-2021)



Vila Verde: diversificação das afiliações cristãs

Vila Verde é um município da região Norte, situado na sub-região do Cávado e subdividido em trinta e três freguesias, classificadas na sua maioria como medianamente urbanas. Território crescentemente

envelhecido, a sua população ativa divide-se, sobretudo, entre o setor terciário de atividade (59,2%), dominante, mas com um peso muito significativo do setor secundário (38,8%) – Tabela 96.

Tabela 96: Quadro-síntese de indicadores (Vila Verde, 2021)

Indicadores	
População residente em 2021	46 444
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	-3,02%
Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira	1,94%
Proporção da população residente de naturalidade estrangeira	6,4%
Proporção da população residente que a 31 de dezembro de 2019 residia noutra unidade territorial ou no estrangeiro	9,28%
Taxa de atração de população residente proveniente do estrangeiro	1,5%
Densidade populacional (hab./km ²)	203,10
Índice de dependência de jovens	20,31
Índice de envelhecimento	165,44
Taxa de atividade	45,38%
Taxa de desemprego	6,72%
Setor de atividade	
– primário	2,0%
– secundário	38,8%
– terciário	59,2%

Administrativamente ligado ao distrito de Braga e à Arquidiocese com o mesmo nome, é mais um exemplo de um território onde o catolicismo permanece fortemente enraizado. Apesar da taxa de variação negativa, a perda de população católica (-1,4%) que se observa no município na última década é inferior à perda de população residente (-3,02%), mantendo-se o catolicismo, nos últimos trinta anos, com uma representatividade acima dos 90%. A relevância do catolicismo é igualmente visível no seu diverso património religioso edificado e na devoção a S. Bento da Porta Aberta, cujo santuário se localiza no município contíguo de Terras de Bouro (Tabela 97, Figura 110).

O catolicismo perde peso relativo face ao crescimento de outra população cristã, que representa, em 2021, 1,7% da população total. Com um crescimento de cerca de 200% na última década – o que equivale a ter triplicado a sua população de 226 para 677 pessoas –, Vila Verde é, por isso, o quinto município de Portugal continental com a maior taxa de variação de outra população cristã. São, sobretudo, protestantes/evangélicos (0,9%) e Testemunhas de Jeová (0,3%)³², entre outras afiliações cristãs minoritárias (0,4%). Também os indivíduos de outras religiões aumentaram o seu peso relativo (0,2%), ainda que permanecendo de expressão estatística muito residual.

Igualmente interessante é o crescimento dos indivíduos sem religião (+213,1%), que também mais do que triplicaram o seu contingente na última década e passam a representar, em 2021, quase 5% da população residente. Este município caracteriza-se, ainda, por ser um território de crescente diversidade étnica. Os estrangeiros representam 1,9% dos residentes, a maioria dos quais é proveniente do Brasil (57,7%), mas também de França (8,8%), Angola (4,4%), Itália (3,1%) e Espanha (3,1%), entre outros (Tabelas 97 e 98, Figuras 109-111).

Tabela 97: Distribuição (n) das posições religiosas (Vila Verde, 1991-2021)

Posições religiosas	1991	2001	2011	2021
Católica	31 568	35 846	37 691	37 164
Outra cristã	111	164	226	677
Outra religião	33	25	39	85
Sem religião	45	107	587	1838

³² Barranco cresceu 900% e lidera o *ranking*, mas tem apenas dez pessoas. Em alternativa, para analisar as Testemunhas de Jeová, podemos focar São Brás de Alportel ou Olhão.

Figura 109: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Vila Verde, 2011-2021)

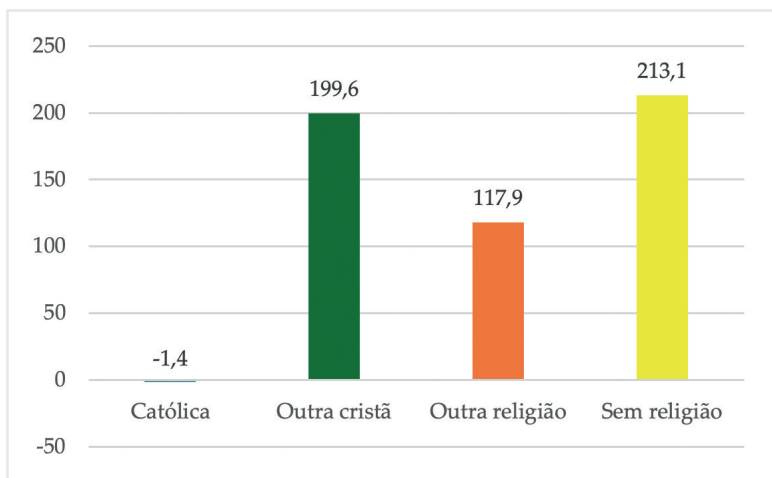


Tabela 98: Identidades religiosas minoritárias (Vila Verde, 2021)

Identidades religiosas	%	N
Ortodoxa	0,1	45
Protestante/Evangélica	0,9	340
Testemunhas de Jeová	0,3	114
Outra cristã	0,4	178
Budista	0,1	23
Hindu	0,0	8
Judaica	0,0	3
Muçulmana	0,0	9
Outra religião	0,1	42

Figura 110: Evolução da população católica (Vila Verde, 1991-2021)

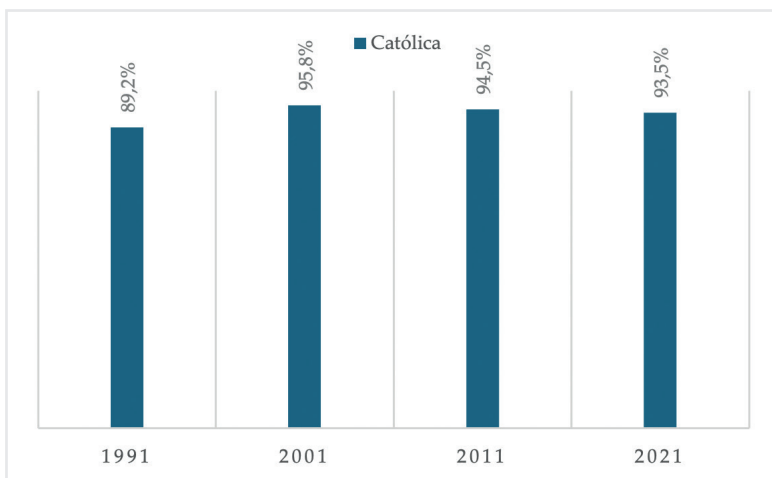
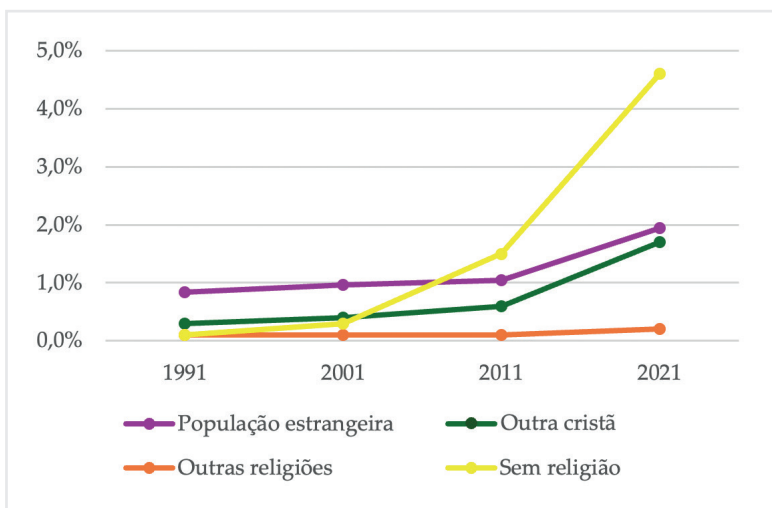


Figura 111: População estrangeira, não católica e sem religião (Vila Verde, 1991-2021)



Epílogo. Um mapa não é um território

Alfredo Teixeira

O mapeamento da religião, que aqui se oferece, constitui uma proposta de leitura sistemática dos dados dos Censos acerca da pertença religiosa, articulando diferentes escalas territoriais, visando uma apresentação multiscópica da diversidade de posições religiosas em Portugal. Partindo da premissa de que os Censos, apesar de várias limitações conhecidas, continuam a ser uma das fontes estatísticas mais abrangentes, o Atlas organiza e interpreta, sobretudo, os dados de 1991, 2001, 2011 e 2021, permitindo perceber tendências e mudanças na paisagem religiosa portuguesa. Entre as limitações reconhecidas encontra-se a formação dos inquiridores, as alterações relativas aos critérios que qualificam os respondentes elegíveis ou o tipo de categorias disponíveis para a resposta. Ainda assim, estas limitações não retiram aos dados o seu valor analítico, sendo especialmente relevantes para perceber padrões agregados e variações nas diferentes posições e identidades religiosas.

Ao longo das últimas décadas, as melhorias metodológicas e tecnológicas introduzidas pelo Instituto Nacional de Estatística, bem como a atualização das categorias de resposta, permitiram ganhos significativos na recolha e qualidade da informação. Contudo, continua a ser necessário algum cuidado ao comparar dados entre diferentes Censos. Um dos aspetos mais marcantes prende-se com o carácter facultativo da pergunta sobre religião, que permanece inalterado no período de democratização política do país. Por isso, a taxa de não resposta adquire um valor interpretativo capital. Em 2021, a taxa de não resposta atingiu o seu ponto mais baixo – apenas 2,6% –, permitindo alcançar, pela primeira vez, uma base de dados quase universal, no que respeita à autodeclaração religiosa da população. Este dado sinaliza uma maior predisposição da população para responder à pergunta sobre religião, o que pode indiciar uma mudança no modo como a religião é socialmente percecionada. A crescente

individualização das crenças e o declínio da associação reprodutora entre nacionalidade e religião (a tradicional equação «português, logo católico») podem estar na origem desta maior abertura à resposta, refletindo a emergência de uma relação mais pessoal e plural com a identidade religiosa.

A análise dos dados de 2021 permitiu identificar quatro macro-tendências que marcam a atual paisagem religiosa portuguesa. Em primeiro lugar, verifica-se um recuo relativo da pertença católica, sobretudo nas regiões do Sul e no litoral, fenómeno que pode ser lido como um processo de descaticização societal. Em termos gerais, os católicos representam cerca de 80% da população, mas este valor desagrega-se em significativas variações territoriais e etárias. A pertença católica mantém uma resiliência assinalável, conservando ainda um forte peso simbólico e cultural na sociedade portuguesa, apesar da erosão progressiva da sua hegemonia.

Em segundo lugar, observa-se um crescimento contínuo das confissões cristãs não católicas, particularmente protestantes/evangélicos, que aumentaram cerca de 36% na última década. Este crescimento é particularmente notório no Algarve e na Área Metropolitana de Lisboa, regiões onde estas comunidades já tinham uma presença consolidada.

Em terceiro lugar, as religiões não cristãs conheceram um aumento expressivo – mais de 90%, em termos nacionais –, com destaque para as tradições hindus, muçulmanas e budistas. O crescimento é especialmente acentuado no Alentejo, região onde o aumento da população estrangeira, de países como a Índia, o Nepal e o Bangladesh, contribuiu para a diversificação religiosa.

Em quarto lugar, o reforço do grupo que declara não ter qualquer pertença religiosa, cuja proporção atinge os 14% da população, é um fenómeno de relevo. Este grupo não só cresceu de forma sustentada, como apresenta hoje uma propensão de distribuição inversa à dos católicos: tende a concentrar-se nas zonas urbanas, no litoral e nas regiões onde a diversidade religiosa é maior.

Verificou-se que o fator «região/sub-região» é decisivo para uma compreensão da paisagem religiosa portuguesa. As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores continuam a apresentar uma composição religiosa fortemente católica e mais homogênea, ao passo que o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa se afirmam como os territórios mais plurais do ponto de vista religioso. Nestes últimos, para além dos católicos, coexistem evangélicos, muçulmanos, hindus, budistas, Testemunhas de Jeová, entre outros, mas também uma proporção crescente de pessoas sem religião.

A escala municipal oferece uma leitura mais fina da paisagem religiosa. Os municípios com maior proporção de católicos situam-se sobretudo no Norte e no Centro mais interior. Em contrapartida, os municípios com maior diversidade ou com menor expressão católica localizam-se no litoral e nas áreas metropolitanas. Odemira, no Alentejo, surge como um dos municípios mais diversos do ponto de vista religioso, com expressões crescentes de hindus, budistas e muçulmanos, resultado das transformações sociodemográficas associadas à migração recente. Por outro lado, os municípios com maior número de pessoas sem afiliação religiosa coincidem, em grande parte, com aqueles em que a presença católica é menos expressiva, sugerindo uma substituição simbólica de pertenças em determinados contextos.

Em síntese, os dados de 2021 não apontam para uma rutura radical com a memória religiosa de Portugal, mas antes para uma reconfiguração da paisagem religiosa, marcada por uma crescente pluralização. A matriz católica continua a estruturar a morfologia do campo religioso, mas a sua hegemonia vai sendo substituída por um mosaico mais complexo, onde se cruzam pertenças religiosas diferenciadas e posições de desfiliação religiosa. O catolicismo persiste nas suas formas mais culturalizadas, embora com dificuldades no processo de transmissão cultural. Não é possível já, em termos gerais, falar de uma monocultura católica. A paisagem religiosa em Portugal organiza-se, assim, em torno de três horizontes: a reconfiguração do catolicismo enquanto referência dominante; a consolidação de uma população sem afiliação religiosa; o crescimento de outras

identidades religiosas, sobretudo nos contextos urbanos e migratórios. Esta configuração desafia tanto as interpretações correntes acerca da religião em Portugal, como as políticas públicas relacionadas com a diversidade religiosa, exigindo novos instrumentos de leitura e de mediação.

No futuro, a este Atlas poderão articular-se outros tipos de mapeamento, incorporando ferramentas digitais. Os atuais Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permitem o desenvolvimento de uma cartografia interativa, a partir de plataformas participativas, facilitando modalidades dinâmicas de visualização.

A construção de atlas da religião, cruzando diferentes escalas, continua a revelar-se, pois, uma oportunidade estratégica para repensar as fronteiras sociais e simbólicas das nossas sociedades. Num tempo marcado por discursos polarizadores sobre identidade, pertença e diferença, os mapas de religião apresentam-se como facilitadores do reconhecimento da diversidade religiosa, enquanto parte integrante da paisagem social. Reconhecer a presença de uma maioria religiosa num território não implica menorizar outras identidades. E a visibilização destas não exige o silenciamento daquela. Uma aproximação distributiva aos fenómenos culturais implica compreender, precisamente, a dinâmica desses equilíbrios e ajustes, na sua morfologia própria.

Os mapas são uma aproximação à complexidade irreduzível dos territórios. A máxima de Alfred Korzybski – «um mapa não é um território» – permanece como um aviso prudencial. Mas, como sublinhou Jonathan Z. Smith, na sua imperfeição, os mapas são indispensáveis para a permanente revisão das nossas representações acerca da diversidade humana, que habita os territórios (Smith 1978).

Referências bibliográficas

- Antunes, M. L. Marinho. 2000. «Catolicismo e cultura na sociedade portuguesa contemporânea». Em *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal, 1950-2000*, ed. por Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes, 437-56. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Appadurai, Arjun. 1996. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Public worlds, v. 1. Minneapolis, Minn: University of Minnesota Press.
- Astor, Avi, e Damon Mayrl. 2020. «Culturalized Religion: A Synthetic Review and Agenda for Research». *Journal for the Scientific Study of Religion* 59 (2): 209-26. <https://doi.org/10.1111/jssr.12661>.
- Barth, Fredrik. 1981. *Process and Form in Social Life*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Beck, Ulrich, e Elisabeth Beck-Gernsheim. 2002. *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. Theory, culture & society. London; Thousand Oaks, Calif.: SAGE.
- Bernardo, Luís. 2019. «State and Religion in Peripheral Europe: State-religion Relations, Corporatism and Islam in Portugal and Ireland (1970-2010)». In *Muslims in the Margins of Europe*, ed. por José Mapril, Tuomas Martikainen, Adil Khan. Leiden: Brill, 45-66.
- Bouma, Gary, Anna Halafoff, e Greg Barton. 2022. «Worldview Complexity: The Challenge of Intersecting Diversities for Conceptualising Diversity». *Social Compass* 69 (2): 186-204. <https://doi.org/10.1177/00377686221079685>.
- Brumann, Christoph. 1999. «Writing for Culture: Why a Successful Concept Should Not Be Discarded». *Current Anthropology* 40 (S1): S1-27. <https://doi.org/10.1086/200058>.
- Bubík, Tomáš, Atko Rimmel, e David Václavík. 2020. *Freethought and Atheism in Central and Eastern Europe: The Development of Secularity and Nonreligion*. Routledge Studies in Religion. Abingdon; New York (N.Y.): Routledge.
- Bullock, Josh, e Stephen Bullivant. 2021. «Non-Religion and Europe». Em *The Oxford Handbook of Religion and Europe*, ed. por Grace Davie e Lucian N. Leustean, 1.^a ed., 551-67. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198834267.013.30>.
- Cabral, João Pina. 1989. *Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Campiche, Roland J., Raphael Broquet, Alfred Dubach, e Jörg Stolz. 2004. *Les deux visages de la religion: fascination et désenchantement*. Genève: Labor et Fides.

- Casanova, José. 1994. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press.
- Costa, Paolo. 2022. *The Post-Secular City: The New Secularization Debate*. Brill Schöningh. <https://doi.org/10.30965/9783657795260>.
- Coutinho, José P., Alfredo Teixeira, e Margarida Franca. 2024. «Less Gives Less, More Gives More: Socialisation and Religiosity in the Lisbon Metropolitan Area». *Social Compass* 71 (3): 502-24. <https://doi.org/10.1177/00377686241266799>.
- Coutinho, José Pereira. 2016. «Religiosity in Europe: an index, factors, and clusters of religiosity». *Sociologia, Problemas e Práticas* (81). <https://doi.org/10.7458/SPP2016816251>.
- Coutinho, José Pereira. 2018. «Debate actual da secularização: teorias adeptas versus teorias adversárias». *Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião* 16 (49): 326-55. <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2018v16n49p326-355>.
- Coutinho, José Pereira. 2019. «Religiosidade em Portugal: caracterização, comparação e evolução». *Religião & Sociedade* 39 (3): 58-81. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n3cap03>.
- Coutinho, José Pereira. 2020. *Religião em Portugal: análise sociológica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Coutinho, José Pereira. 2022. «Religiosidade e gerações: a Área Metropolitana de Lisboa em contexto europeu». Em *Religião, território e identidade*, ed. por Alfredo Teixeira. Lisboa: INCM.
- Crampton, Jeremy W., e John Krygier. 2015. «An Introduction to Critical Cartography». *ACME: An International Journal for Critical Geographies* 4 (1): 11-33. <https://doi.org/10.14288/ACME.V4I1.723>.
- Currie, Morgan, e Melisa Miranda Correa. 2021. «Theories and Methods of Cultural Mapping». Em *The Culture and Communities Mapping Project*, 15-40. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-88651-6_2.
- Davie, Grace, e Lucian N. Leustean, eds. 2021. *The Oxford Handbook of Religion and Europe*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198834267.001.0001>.
- Demerath, N. J. 2000. «The Rise of “Cultural Religion” in European Christianity: Learning from Poland, Northern Ireland, and Sweden». *Social Compass* 47 (1): 127-39. <https://doi.org/10.1177/003776800047001013>.
- Dix, Steffen. 2008. «Roman Catholicism and Religious Pluralities in Portuguese (Iberian) History». *Journal of Religion in Europe* 1 (1): 60-84. <https://doi.org/10.1163/187489208X285477>.
- Dix, Steffen. 2013. «A visibilidade e a invisibilidade das pessoas “sem religião” na sociedade portuguesa». *Didaskalia* 43 (1-2): 57-80.

- Duque, Eduardo. 2022. *Valores e religiosidade em Portugal: comportamentos e atitudes geracionais*. Biblioteca das ciências sociais 112. Porto: Edições Afrontamento.
- Durkheim, Émile. 2013. *De la division du travail social*. Presses Universitaires de France. <https://doi.org/10.3917/puf.durk.2013.01>.
- Espírito Santo, Moisés. 1990. *A religião popular portuguesa*. Peninsulares / Especial. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Esteves, Alexandra, Emese Panyik, e Manuel Antunes da Cunha. 2013. «Identities religiosas nas regiões autónomas». *Didaskalia* 43 (1-2): 207-231. <https://doi.org/10.34632/DIDASKALIA.2013.2398>.
- Fontes, Paulo. 2019. «Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século xx». Em *Igreja e ditaduras no mundo lusófono*, ed. por Leandro Pereira Gonçalves e Maria Inácia Rezola, 159-202. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- França, Luís de. 1973. *Estudo sobre liberdade e religião em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado & Moraes Editores.
- Franca, Margarida. 2022. «A geografia da religião em contextos metropolitanos». Em *Religião, território e identidade*, ed. por Alfredo Teixeira, 9-63. Lisboa: INCM.
- Franca, Margarida, João Luis Fernandes, e Fernanda Delgado Cravidão. 2019. «Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa». *Cadernos de Geografia* (38): 7-22. https://doi.org/10.14195/0871-1623_38_3.
- García Canclini, Néstor. 2004. *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa.
- Góis, Pedro. 2021. «Nós e os outros: as migrações no Portugal contemporâneo». *Língua-lugar: Literatura, História, Estudos Culturais* 1 (2): 24-41. <https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2020.e417>.
- Góis, Pedro, e José Carlos Marques. 2018. «Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos». *e-cadernos CES* 29. <https://doi.org/10.4000/eces.3307>.
- Gouveia, Jorge Bacelar. 2024. *Direito da religião: laicidade, pluralismo e cooperação nas relações Igreja-Estado*. Lisboa: Almedina.
- Griera, Mar. 2016. «The Governance of Religious Diversity in Stateless Nations: The Case of Catalonia». *Religion, State and Society* 44 (1): 13-31. <https://doi.org/10.1080/09637494.2016.1171576>.
- Griera, Mar, e Marian Burchardt. 2021. «Urban Regimes and the Interaction Order of Religious Minority Rituals». *Ethnic and Racial Studies* 44 (10): 1712-33. <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1849754>.
- Habermas, Jürgen. 2002. *Religion and rationality: essays on reason, God, and modernity*. Studies in contemporary German social thought. Cambridge, Mass: MIT Press.

- Harley, J. B. 1989. «Deconstructing the Map». *Cartographica* 26 (2): 1-20. <https://doi.org/10.3138/E635-7827-1757-9T53>.
- Hervieu-Léger, Danièle. 2008. *La religion pour mémoire*. Sciences humaines et religions. Paris: Cerf.
- Joas, Hans, Klaus Wiegandt, Alex Skinner, e Forum für Verantwortung, eds. 2009. *Secularization and the World Religions*. 1. engl. ed. Liverpool: Liverpool Univ. Press.
- Kertzer, David I., e Dominique Arel, eds. 2002. *Census and identity: the politics of race, ethnicity, and language in national census*. New perspectives on anthropological and social demography. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press.
- Kühle, Lene. 2024. «The Construction of Religious Diversity as a Framework for Claims for Religious Freedom». Em *Religion Between Governance and Freedoms*, ed. por Olga Breskaya, Roger Finke, e Giuseppe Giordan, 87-105. Springer Nature Switzerland. https://doi.org/10.1007/978-3-031-69880-4_6.
- Lages, Mário Ferreira. 2000. «A religiosidade popular na segunda metade do século xx». Em *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal, 1950-2000*, ed. por Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes, 379-436. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Lima, José da Silva. 1994. «*Deus, não tenho nada contra ...*»: socialidades e eclesialidade no destino do Alto-Minho. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Mapril, José. 2012. *Islão e transnacionalismo: uma etnografia entre Portugal e o Bangladeche*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Massey, Doreen B. 2012. *For Space*. Los Angeles, Calif.: Sage.
- Mauss, Marcel. 2013. *Sociologie et anthropologie*. Nouvelle éd. Quadrige. Paris: PUF.
- Mead, Margaret. 1940. «Social Change and Cultural Surrogates». *Journal of Educational Sociology* 14 (2): 92. <https://doi.org/10.2307/2262403>.
- Moniz, Jorge Botelho. 2023. *Secularização: genealogias, modelos e debates*. Estudos de Religião. Lisboa: INCM.
- Morin, Olivier. 2011. *Comment les traditions naissent et meurent: la transmission culturelle*. Paris: Jacob.
- Nicácio, Camila S. 2024. «Direito e tensões entre liberdade religiosa e diversidade religiosa no Brasil». *Revista Direito e Práxis* 15 (4). <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/72359>.
- Pasture, Patrick, Elena Arigita, e Riho Altnurme, eds. 2023. *Religious Diversity in Europe: Mediating the Past to the Young*. First edition. London: Bloomsbury Academic.
- Pérez-Agote, Alfonso. 2012. *Portraits du catholicisme: une comparaison européenne*. Sciences des religions. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

- Pérez-Agote, Alfonso. 2018. «New Frontiers and Relations between Religion, Culture and Politics in Western Europe». *Religions* 9 (5): 144. <https://doi.org/10.3390/rel9050144>.
- Pignatelli, Marina. 2008. *Interioridades e exterioridades dos judeus de Lisboa*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pinto, Paulo Mendes, Daniel Mineiro, e Natasha Martins, eds. 2023. *Carta das religiões de Odivelas: Plano Municipal de Integração dos Migrantes (PMIM), 2022*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Pinto, Pedro. 2012. «A implantação das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Ultramar português (1925-1974)». *Lusitania Sacra* (25): 127-179. <https://doi.org/10.34632/LUSITANIASACRA.2012.6565>.
- Rau, Susanne. 2022. «Raconter et organiser l'espace et le temps: l'atlas historico-géographique de Karl von Spruner (Gotha, xixe siècle)». Em *Forme du savoir, forme de pouvoir*, ed. por Jean-Marc Besse, 393-418. Rome: Publications de l'École Française de Rome. <https://doi.org/10.4000/books.efr.27340>.
- Reis, Bruno Cardoso. 2019. «Estado Novo e a Igreja Católica: nem paz, nem guerra. A gestão política interna e externa por Salazar de uma segunda separação». Em *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*, ed. por Leandro Pereira Gonçalves e Maria Inácia Rezola, 219-47. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Rodman, Margaret C. 1992. «Empowering Place: Multilocality and Multivocality». *American Anthropologist* 94 (3): 640-56. <https://doi.org/10.1525/aa.1992.94.3.02a00060>.
- Romney, A. Kimball, Susan C. Weller, e William H. Batchelder. 1986. «Culture as Consensus: A Theory of Culture and Informant Accuracy». *American Anthropologist* 88 (2): 313-38. <https://doi.org/10.1525/aa.1986.88.2.02a00020>.
- Saraiva, Clara, ed. 2021. *Lugares encantados, espaços de património. Enchanted Places, Heritage Spaces*. Lisboa: FLUL-CEC.
- Senn, Jeremy, Jörg Stolz, e Christophe Monnot. 2024. «Diversity Dynamics: How Local Religious Groups Appear, Persist, or Disappear over Time». *Journal for the Scientific Study of Religion* 63 (3): 519-42. <https://doi.org/10.1111/jssr.12907>.
- Smith, Jonathan Z. 1978. *Map Is Not Territory: Studies in the History of Religions*. European History and Culture. Leiden, Boston: Brill. <https://doi.org/10.1163/9789004667464>.
- Sperber, Dan. 1996. *La Contagion des idées: théorie naturaliste de la culture*. Paris: O. Jacob.
- Teixeira, Alfredo. 2009. «Matrizes das crenças em Portugal». *Povos e Culturas* (13): 305-78. <https://doi.org/10.34632/POVOSECULTURAS.2009.8676>.
- Teixeira, Alfredo. 2012. «Catolicismo – entre o território e a rede». Em *Identidades religiosas em Portugal: ensaio interdisciplinar*, ed. por Alfredo Teixeira, 147-253. Prior Velho: Edições Paulinas.

- Teixeira, Alfredo, ed. 2013. «Crer e pertencer: a sociedade portuguesa no início do século XXI [Special Issue]». *Didaskalia* 43 (1-2). <https://doi.org/10.34632/DIDASKALIA.2013.43.1-2>.
- Teixeira, Alfredo, ed. 2019. *Identidades religiosas e dinâmica social na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Teixeira, Alfredo. 2022. «Catolicismo e território: dinâmicas de metropolização». Em *Religião, território e identidade*, 65-115. Lisboa: INCM.
- Teixeira, Alfredo. 2023. «Religion and Cultural Mediations: Perspectives from Contemporary Portuguese Society». *Religions* 14 (4): 534. <https://doi.org/10.3390/rel14040534>.
- Teixeira, Alfredo, Helena Vilaça, e Steffen Dix. 2019. «Believers without Religion: Trends and Paradoxes in Portuguese Society». *Journal of Religion in Europe* 12 (4): 415-43. <https://doi.org/10.1163/18748929-01204003>.
- Tiesler, Nina Clara. 2005. «Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português». *Análise Social* 39 (173): 827-49.
- Toldy, Teresa. 2013. «A secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas». *Didaskalia* 43 (1-2): 23-55.
- Tyssens, Jeffrey, Niels De Nutte, e Stefan Schröder, eds. 2024. *The Non-Religious and the State: Seculars Crafting Their Lives in Different Frameworks from the Age of Revolution to the Current Day*. De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783111337982>.
- Vakil, Abdool Karim. 2004. «Do “outro” ao “diverso”. Islão e muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades». *Revista Lusófona de Ciência das Religiões* 3: 283-312.
- Vilaça, Helena. 1999. «Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal». *Lusotopie* 6 (1): 277-89.
- Vilaça, Helena. 2006. *Da Torre de Babel às terras prometidas: pluralismo religioso em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vilaça, Helena. 2022. «Duas maiorias no universo religioso minoritário: Protestantes e Testemunhas de Jeová na Área Metropolitana de Lisboa». Em *Religião, território e identidade*, 117-76. Lisboa: INCM.
- Vilaça, Helena, Maria João Oliveira, e Anne-Laure Zwillling, eds. 2023. *Contemporary challenges to the regulation of religions in Europe*. Coleção transversal, 18. Porto: U. Porto Press.
- Vilaça, Helena, e Maria João Oliveira. 2019. *A religião no espaço público português*. Coleção Estudos de Religião. Lisboa: INCM.

Índice de Tabelas

Tabela 1: Posições religiosas nas diferentes séries de dados censitários (1900-2021)	17
Tabela 2: Respondentes e não respondentes à pergunta censitária sobre religião (Censos 1981-2021)	22
Tabela 3: População com e sem afiliação religiosa (Censos 2021)	26
Tabela 4: Evolução (%) da pertença religiosa (1991-2021)	27
Tabela 5: Quadro sinótico das variações relativas à posição religiosa (Censos 2011-2021)	31
Tabela 6: Pertença religiosa cristã (%) por região e categoria (Censos 2021)	32
Tabela 7: Outras afiliações religiosas e sem pertença religiosa (%) por região e categoria (Censos 2021)	39
Tabela 8: Identidades cristãs (%) por área geográfica (NUTS III, 2021)	60
Tabela 9: Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (NUTS III, 2021)	63
Tabela 10: Posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)	97
Tabela 11: Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)	100
Tabela 12: Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)	101
Tabela 13: População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)	103
Tabela 14: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)	105
Tabela 15: Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)	107
Tabela 16: Posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)	111
Tabela 17: Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro)	112
Tabela 18: Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)	113
Tabela 19: População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)	115

Tabela 20:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)	117
Tabela 21:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)	118
Tabela 22:	Posições religiosas (%) por área geográfica (AML, 2021)	120
Tabela 23:	Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (AML, 2021)	122
Tabela 24:	Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (AML, 2021)	123
Tabela 25:	População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (AML, 2021)	125
Tabela 26:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (AML, 2021)	128
Tabela 27:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (AML, 2021)	129
Tabela 28:	Posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)	131
Tabela 29:	Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)	134
Tabela 30:	Outras identidades religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)	134
Tabela 31:	População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)	136
Tabela 32:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)	138
Tabela 33:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)	139
Tabela 34:	Identidades religiosas (%) por área geográfica (Algarve, 2021)	141
Tabela 35:	Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (Algarve, 2021)	143
Tabela 36:	Outras identidades religiosas (%) por área geográfica (Algarve, 2021)	144
Tabela 37:	População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (Algarve, 2021)	146
Tabela 38:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (Algarve, 2021)	149
Tabela 39:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (Algarve, 2021)	151
Tabela 40:	Posições religiosas (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)	154
Tabela 41:	Identidades religiosas (%) por área geográfica (RA Madeira, 2021)	156

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 42:	Outras identidades cristãs (%) por área geográfica (RA Madeira, 2021)	158
Tabela 43:	Outras identidades religiosas e população sem afiliação religiosa (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)	159
Tabela 44:	População residente (n) e variação populacional (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)	160
Tabela 45:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)	163
Tabela 46:	Indicadores demográficos (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)	164
Tabela 47:	<i>Ranking</i> dos municípios com maior e menor percentagem de população católica (Censos 2021)	168
Tabela 48:	<i>Ranking</i> dos municípios segundo a taxa de variação da população católica (2011-2021)	171
Tabela 49:	<i>Ranking</i> dos municípios com maior e menor percentagem de população com outras afiliações cristãs (Censos 2021)	173
Tabela 50:	<i>Ranking</i> dos municípios com maior percentagem de população com outras afiliações cristãs, por confissão (Censos 2021)	175
Tabela 51:	<i>Ranking</i> concelhio segundo a taxa de variação de população com outras afiliações cristãs (2011-2021)	176
Tabela 52:	<i>Ranking</i> dos municípios com maior e menor percentagem de população de outras religiões (não cristãs) (Censos 2021)	179
Tabela 53:	<i>Ranking</i> concelhio segundo a taxa de variação de população de outras religiões (não cristãs) (2021)	181
Tabela 54:	<i>Ranking</i> dos municípios com maior e menor percentagem de população sem afiliação religiosa (2021)	184
Tabela 55:	<i>Ranking</i> dos municípios com maior e menor taxa de variação de população sem afiliação religiosa (2021)	186
Tabela 56:	<i>Ranking</i> dos municípios segundo a preponderância da população católica (RA Açores, 2021)	188
Tabela 57:	<i>Ranking</i> dos municípios segundo a preponderância da população católica (RA Madeira, 2021)	190
Tabela 58:	<i>Ranking</i> dos municípios segundo a preponderância da população com outras afiliações cristãs (RA Açores, 2021)	191
Tabela 59:	<i>Ranking</i> dos municípios segundo a preponderância da população com outras afiliações cristãs (RA Madeira, 2021)	193
Tabela 60:	<i>Ranking</i> dos municípios, segundo a preponderância da população com outras afiliações religiosas (RA Açores, 2021)	194

Tabela 61:	<i>Ranking</i> dos municípios, segundo a preponderância da população com outras afiliações religiosas (RA Madeira, 2021)	196
Tabela 62:	<i>Ranking</i> dos municípios segundo a preponderância da população sem afiliação religiosa (RA Açores, 2021)	197
Tabela 63:	<i>Ranking</i> dos municípios segundo a preponderância da população sem afiliação religiosa (RA Madeira, 2021)	198
Tabela 64:	Taxa de variação das posições religiosas por município (RA Açores, 2011-2021)	200
Tabela 65:	Taxa de variação das posições religiosas por município (RA Madeira, 2011-2021)	201
Tabela 66:	Quadro-síntese de indicadores (Mesão Frio, 2021)	203
Tabela 67:	Distribuição da população (n) por posições religiosas (Mesão Frio, 1991-2021)	204
Tabela 68:	Identidades religiosas minoritárias (Mesão Frio, 2021)	205
Tabela 69:	Quadro-síntese de indicadores (Braga, 2021)	207
Tabela 70:	Distribuição (n) da população por posições religiosas (Braga, 1991-2021)	208
Tabela 71:	Identidades religiosas minoritárias (Braga, 2021)	209
Tabela 72:	Quadro-síntese de indicadores (Lagos, 2021)	212
Tabela 73:	Distribuição (n) da população por posições religiosas (Lagos, 1991-2021)	212
Tabela 74:	Identidades religiosas minoritárias (Lagos, 2021)	214
Tabela 75:	Quadro-síntese de indicadores (Albufeira, 2021)	216
Tabela 76:	Distribuição (n) das posições religiosas (Albufeira, 1991-2021)	217
Tabela 77:	Identidades religiosas minoritárias (Albufeira, 2021)	218
Tabela 78:	Quadro-síntese de indicadores (Odemira, 2021)	220
Tabela 79:	Distribuição (n) das posições religiosas (Odemira, 1991-2021)	221
Tabela 80:	Identidades religiosas minoritárias (Odemira, 2021)	222
Tabela 81:	Quadro-síntese de indicadores (Sines, 2021)	224
Tabela 82:	Distribuição (n) das posições religiosas (Sines, 1991-2021)	225
Tabela 83:	Identidades religiosas minoritárias (Sines, 2021)	226
Tabela 84:	Quadro-síntese de indicadores (Oleiros, 2021)	228
Tabela 85:	Distribuição (n) das posições religiosas (Oleiros, 1991-2021)	229
Tabela 86:	Identidades religiosas minoritárias (Oleiros, 2021)	229
Tabela 87:	Quadro-síntese de indicadores (Lisboa, 2021)	232
Tabela 88:	Distribuição (n) das posições religiosas (Lisboa, 1991-2021)	234
Tabela 89:	Identidades religiosas minoritárias (Lisboa, 2021)	234

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 90:	Quadro-síntese de indicadores (Torres Vedras, 2021)	237
Tabela 91:	Distribuição das posições religiosas (Torres Vedras, 1991-2021)	238
Tabela 92:	Identidades religiosas minoritárias (Torres Vedras, 2021)	239
Tabela 93:	Quadro-síntese de indicadores (Mafra, 2021)	241
Tabela 94:	Distribuição (n) das posições religiosas (Mafra, 1991-2021)	242
Tabela 95:	Identidades religiosas minoritárias (Mafra, 2021)	243
Tabela 96:	Quadro-síntese de indicadores (Vila Verde, 2021)	245
Tabela 97:	Distribuição (n) das posições religiosas (Vila Verde, 1991-2021)	246
Tabela 98:	Identidades religiosas minoritárias (Vila Verde, 2021)	247

Índice de Figuras

Figura 1: Folha de rosto da publicação oficial dos resultados do censo da população em 1900	15
Figura 2: Reprodução da pergunta censitária sobre a pertença religiosa (Censos 2011)	20
Figura 3: Reprodução da pergunta censitária sobre a pertença religiosa (Censos 2021)	22
Figura 4: Evolução da percentagem dos não respondentes à pergunta censitária sobre a pertença religiosa (1981-2021)	24
Figura 5: Evolução da taxa de resposta à pergunta censitária sobre a pertença religiosa (1981-2021)	24
Figura 6: Posições religiosas (%) da população residente (Censos 2021)	26
Figura 7: Evolução (%) das posições religiosas (1991-2021)	28
Figura 8: População católica (%) por região (NUTS II, 2021)	33
Figura 9: Variação da população católica (%) por região (NUTS II, 2011-2021)	35
Figura 10: População com outras afiliações cristãs (%) por região (NUTS II, 2021)	36
Figura 11: Variação da população com outras afiliações cristãs (%) por região (NUTS II, 2011-2021)	38
Figura 12: População com outras afiliações religiosas (%) por região (NUTS II, 2021)	41
Figura 13: Variação da população com outras afiliações religiosas (%) por região (NUTS II, 2011-2021)	43
Figura 14: População sem afiliação religiosa (%) por região (NUTS II, 2021)	45
Figura 15: Variação da população sem afiliação religiosa (%) por região (NUTS II, 2011-2021)	46
Figura 16: Distribuição das posições religiosas (%) na região Norte (Censos 2021)	47
Figura 17: Distribuição das posições religiosas (%) na região Centro (Censos 2021)	48
Figura 18: Distribuição das posições religiosas (%) na Área Metropolitana de Lisboa (Censos 2021)	48

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 19:	Distribuição das posições religiosas (%) na região do Alentejo (Censos 2021)	49
Figura 20:	Distribuição das posições religiosas (%) na região do Algarve (Censos 2021)	49
Figura 21:	Distribuição das posições religiosas (%) na Região Autónoma dos Açores (Censos 2021)	50
Figura 22:	Distribuição das posições religiosas (%) na Região Autónoma da Madeira (Censos 2021)	50
Figura 23:	Evolução da população com afiliação católica em cada região (NUTS II, 1991-2021)	52
Figura 24:	Evolução (%) da população com outras afiliações cristãs, em cada região (NUTS II, 1991-2021)	53
Figura 25:	Evolução (%) da população com outras afiliações religiosas (não cristãs), em cada região (NUTS II, 1991-2021)	53
Figura 26:	Evolução (%) da população sem afiliação religiosa, em cada região (NUTS II, 1991-2021)	54
Figura 27:	Evolução (%) da população ortodoxa (NUTS II, 1991-2021)	55
Figura 28:	Evolução (%) da população protestante (NUTS II, 1991-2021)	56
Figura 29:	Evolução (%) dos outros cristãos (NUTS II, 1991-2021)	56
Figura 30:	Evolução (%) da população judia (NUTS II, 1991-2021)	57
Figura 31:	Evolução (%) da população muçulmana (NUTS II, 1991-2021)	57
Figura 32:	Evolução (%) da população com outras afiliações não cristãs (NUTS II, 1991-2021)	58
Figura 33:	População católica (%) por região (NUTS II), sub-região (NUTS III) e município (Censos 2021)	68
Figura 34:	População católica (%) por sub-região (NUTS III, 2021)	69
Figura 35:	Variação da população católica (%) por sub-região (NUTS III, 2011-2021)	70
Figura 36:	População protestante/evangélica (%) por sub-região (NUTS III, 2021)	75
Figura 37:	População protestante/evangélica (%) por município (NUTS III, 2021)	76
Figura 38:	Variação da população protestante/evangélica (%) por sub-região (Censos, 2011-2021)	77
Figura 39:	População ortodoxa (%) por sub-região (NUTS III, 2021)	79
Figura 40:	População ortodoxa (%) por município (Censos 2021)	80
Figura 41:	Variação da população ortodoxa (%) por sub-região (NUTS III, 2011-2021)	81

Figura 42:	Testemunhas de Jeová (%) por sub-região (NUTS III, 2021)	83
Figura 43:	Testemunhas de Jeová (%) por município (Censos 2021)	84
Figura 44:	População de outras identidades religiosas (%) por região (NUTS II), sub-região (NUTS III) e município (Censos 2021)	87
Figura 45:	Outras identidades religiosas (%) por sub-região (2021)	89
Figura 46:	Variação da população de outras identidades religiosas (%) por sub-região (2011-2021)	90
Figura 47:	População sem afiliação religiosa (%) por região (NUTS II), sub-região (NUTS III) e município (Censos 2021)	92
Figura 48:	População sem afiliação religiosa (%) por sub-região (Censos 2021)	93
Figura 49:	Variação da população sem afiliação religiosa (%) por sub-região (2011-2021)	95
Figura 50:	Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)	98
Figura 51:	Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (sub-regiões do Norte, 2021)	104
Figura 52:	Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)	111
Figura 53:	Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (sub-regiões do Centro, 2021)	116
Figura 54:	Variações das posições religiosas (%) por municípios selecionados (AML, 2021)	121
Figura 55:	Variação da população estrangeira (%) na AML e em municípios selecionados (AML, 2021)	126
Figura 56:	Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)	132
Figura 57:	Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (sub-regiões do Alentejo, 2021)	136
Figura 58:	Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (Algarve, 2021)	142
Figura 59:	Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (Algarve, 2011-2021)	147
Figura 60:	Variações das identidades religiosas (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)	155
Figura 61:	Variações das posições religiosas (%) por área geográfica (RA Madeira, 2021)	157
Figura 62:	Variação da população estrangeira (%) por área geográfica (RA Açores, 2021)	161

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 63:	Mapa infográfico concelhio segundo a maior e menor percentagem de população católica (Censos 2021)	169
Figura 64:	Mapa infográfico concelhio segundo a taxa de variação da população católica (2011-2021)	172
Figura 65:	Mapa infográfico concelhio segundo a maior e menor percentagem de população com outras afiliações cristãs (Censos 2021)	174
Figura 66:	Mapa infográfico concelhio segundo a taxa de variação de população com outras afiliações cristãs (2011-2021)	177
Figura 67:	Mapa infográfico concelhio segundo a maior e menor percentagem de população de outras religiões (não cristãs) (2021)	180
Figura 68:	Mapa infográfico concelhio segundo a taxa de variação de população de outras religiões (não cristãs) (2021)	182
Figura 69:	Mapa infográfico concelhio segundo a maior e menor percentagem de população sem afiliação religiosa (2021)	185
Figura 70:	Mapa infográfico concelhio segundo a taxa de variação de população sem afiliação religiosa (2021)	187
Figura 71:	Mapa da população católica por municípios (RA Açores, 2021)	189
Figura 72:	Mapa da população católica por municípios (RA Madeira, 2021)	190
Figura 73:	Mapa da população com outras afiliações cristãs por municípios (RA Açores, 2021)	192
Figura 74:	Mapa da população com outras afiliações cristãs por municípios (RA Madeira, 2021)	193
Figura 75:	Mapa da população com outras afiliações religiosas por municípios (RA Açores, 2021)	195
Figura 76:	Mapa da população com outras afiliações religiosas por municípios (RA Madeira, 2021)	196
Figura 77:	Mapa da população sem afiliação religiosa por municípios (RA Açores, 2021)	198
Figura 78:	Mapa da população sem afiliação religiosa por municípios (RA Madeira, 2021)	199
Figura 79:	Taxa de variação (%) das posições religiosas (Mesão Frio, 2011-2021)	204
Figura 80:	Evolução (%) da população católica (Mesão Frio, 1991-2021)	205
Figura 81:	Evolução da população estrangeira, não católica e sem religião (Mesão Frio, 1991-2021)	206

Figura 82: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Braga, 2011-2021)	209
Figura 83: Evolução da população católica (Braga, 2011-2021)	210
Figura 84: Evolução da população estrangeira, não católica e sem religião (Braga, 1991-2021)	210
Figura 85: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Lagos, 2011-2021)	213
Figura 86: Evolução da população católica (Lagos, 2011-2021)	214
Figura 87: População estrangeira, não católica e sem religião (Lagos, 1991-2021)	215
Figura 88: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Albufeira, 2011-2021)	217
Figura 89: Evolução da população católica (Albufeira, 1991-2021)	218
Figura 90: População estrangeira, não católica e sem religião (Albufeira, 1991-2021)	219
Figura 91: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Odemira, 2011-2021)	221
Figura 92: Evolução da população católica (Odemira, 1991-2021)	222
Figura 93: População estrangeira, não católica e sem religião (Odemira, 1991-2021)	223
Figura 94: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Sines, 2011-2021)	225
Figura 95: Evolução da população católica (Sines, 1991-2021)	226
Figura 96: População estrangeira, não católica e sem religião (Sines, 1991-2021)	227
Figura 97: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Oleiros, 2011-2021)	230
Figura 98: Evolução da população católica (Oleiros, 1991-2021)	230
Figura 99: População estrangeira, não católica e sem religião (Oleiros, 1991-2021)	231
Figura 100: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Lisboa, 2011-2021)	235
Figura 101: Evolução da população católica (Lisboa, 1991-2021)	235
Figura 102: População estrangeira, não católica e sem religião (Lisboa, 1991-2021)	236
Figura 103: Taxa de variação (%) das posições religiosas (Torres Vedras, 2011-2021)	239
Figura 104: Evolução da população católica (Torres Vedras, 1991-2021)	240

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 105:	População estrangeira, não católica e sem religião (Torres Vedras, 1991-2021)	240
Figura 106:	Taxa de variação (%) das posições religiosas (Mafra, 2011-2021)	243
Figura 107:	Evolução da população católica (Mafra, 1991-2021)	244
Figura 108:	População estrangeira, não católica e sem religião (Mafra, 1991-2021)	244
Figura 109:	Taxa de variação (%) das posições religiosas (Vila Verde, 2011-2021)	247
Figura 110:	Evolução da população católica (Vila Verde, 1991-2021)	248
Figura 111:	População estrangeira, não católica e sem religião (Vila Verde, 1991-2021)	248

APOIO



CATOLICA
CITER - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM TEOLOGIA E ESTUDOS DE RELIGIÃO


FUNDAÇÃO
AMÉLIA DE MELLO
desde 1964

Esta publicação apresenta-se como um Atlas da Religião em Portugal, assumindo deliberadamente o artigo indefinido para excluir qualquer pretensão totalizante. Reúne, analisa, correlaciona e contextualiza, pela primeira vez, os dados das diferentes séries de inquirição censitária na sociedade portuguesa contemporânea. Propõe-se, pois, uma infraestrutura para investigações futuras que completem a metodologia censitária. A construção de atlas multiescalares é uma oportunidade para repensar fronteiras sociais e simbólicas e promover o reconhecimento da diversidade religiosa. Assim, este é também um atlas de cidadania.

